



Universidade de Brasília

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**DE LONDRES A WASHINGTON, DA CIDADANIA À SOBERANIA NACIONAL: O
ANTI-REPUBLICANISMO, O PAN-AMERICANISMO E O “PROJETO” DE
JOAQUIM NABUCO**

Marcus Vinícius Gomes Caixeta

Brasília

2012



Universidade de Brasília

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**DE LONDRES A WASHINGTON, DA CIDADANIA À SOBERANIA
NACIONAL: O ANTI-REPUBLICANISMO, O PAN-AMERICANISMO E O
“PROJETO” DE JOAQUIM NABUCO**

Marcus Vinícius Gomes Caixeta

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio B. de Faria Tavolaro

Linha de Pesquisa: Pensamento e Teoria Social

Brasília

2012



Universidade de Brasília

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**DE LONDRES A WASHINGTON, DA CIDADANIA À SOBERANIA NACIONAL: O
ANTI-REPUBLICANISMO, O PAN-AMERICANISMO E O “PROJETO” DE
JOAQUIM NABUCO**

Marcus Vinícius Gomes Caixeta

Orientador: Prof. Dr. Sérgio B. de Faria Tavolaro

Banca: Prof. Dr. Sérgio B. de Faria Tavolaro (SOL/UnB)
Prof.^ª Dra. Mariza Veloso Motta Santos (SOL/UnB)
Prof. Dr. Paulo César Nascimento (IPOL/UnB)
Prof. Dr. Luís A. S. Cavalcanti de Gusmão (SOL/UnB)

AGRADECIMENTOS

Ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, pela acolhida;

Ao Professor Sérgio Tavolaro, pela orientação dedicada e presente, sempre gentil e respeitosa às minhas ideias muitas vezes confusas;

Aos professores Luís de Gusmão e Paulo Nascimento, e à professora Mariza Veloso, por terem aceitado examinar este trabalho. À professora Mariza Veloso, em específico, pelas contribuições em minha banca de qualificação.

Ao professor Edson Farias, que também fez parte de minha banca de qualificação, agradeço pela amizade e pelo exemplo de dedicação intelectual. Sem sua ajuda, em vários momentos do caminho, o trabalho não teria sido possível;

À minha mãe e ao meu pai, pelo carinho, pelo incentivo e por terem permitido que, sob todas as circunstâncias, eu pudesse me dedicar aos estudos;

E à minha esposa, Barbara, pelo apoio incondicional e pela paciência diante de minhas muitas ausências. E por estar comigo, sempre;

À Barbara e a meus pais.

RESUMO

Este trabalho analisa a trajetória de Joaquim Nabuco, com vistas a compreender os termos de sua conversão republicana e de sua adesão à causa do pan-americanismo. Para tanto, foca sua atuação política e intelectual, desde sua entrada na Academia de Direito, em 1866, até sua morte, em 1910. Conclui que a defesa da aproximação entre Brasil e Estados Unidos deve ser compreendida a partir de uma mudança de ênfase nas preocupações de Nabuco, as quais se transferem da construção da cidadania para a proteção à soberania nacional. A mudança, longe de representar um desvio, visa à continuidade de seu projeto de construção e desenvolvimento do Estado Nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia. Pensamento Social Brasileiro. Cidadania. Pan-americanismo. Joaquim Nabuco.

ABSTRACT

This work analyses the journey of Joaquim Nabuco, aiming to understand the terms of his republican conversion and of his commitment to the cause of pan-americanism. For this purpose, it focus his intellectual and political action, since he joined the Law Academy in 1866, until his death, in 1910. It comes to the conclusion that the defense of the proximity between Brazil and United States must be comprehended from a shift in Nabuco's worries, from the construction of citizenship to the protection of national sovereignty. This change, far from representing a detour, drives to the continuity of his project of construction and development of the Nation-State.

KEYWORDS: Sociology. Brazilian Social Thought. Citizenship. Pan-americanism. Joaquim Nabuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. DA ACADEMIA AO PARLAMENTO: A FORMAÇÃO DO ABOLICIONISTA	13
2.1. Entre a monarquia e a república	15
2.2. O anti-ultramontano	30
2.3. A primeira viagem à Europa	41
2.4. A descoberta da Cidade	47
2.5. A civilização anglo-saxã: liberdade e tradição	55
2.6. Relações Internacionais entre Brasil, Inglaterra e Estados Unidos	62
2.7. A Grande República	70
2.8. 1878	94
3. A CAMPANHA PELA ABOLIÇÃO: A CONSAGRAÇÃO DO LUTADOR	97
3.1. Um abolicionista inglês no parlamento brasileiro	97
3.2. O Abolicionismo	105
3.3. A vitória da Abolição	110
4. EXÍLIO E MEDITAÇÃO: O RETRAIMENTO DO MONARQUISTA	121
4.1. O pós-abolição: o saldo do 13 de Maio	121
4.2. O advento da República	126
4.3. O “exílio” de Nabuco.....	130
4.4. Sociedade de <i>Parvenus</i>	145
4.5. Revolução Federalista e Revolta da Armada	150
4.6. Da nação cidadã à nação soberana	165
4.7. Prudente de Moraes	167
5. UNIÃO AMERICANA: NABUCO DIPLOMATA DA REPÚBLICA	183
5.1. Campos Sales e o fim do exílio	183
5.2. A Questão da Guiana Inglesa	188
5.3. Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores	195
5.4. A embaixada de Washington e o pan-americanismo	199
5.5. Congresso Pan-americano no Rio de Janeiro (1906)	207
5.6. A “Radiação Final”	212
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	225

1. INTRODUÇÃO

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo foi diversos homens em um. Político, militante abolicionista, historiador e pensador social, diplomata. Tratou de diversas questões de seu tempo e passou à história como principal articulador da Abolição dos escravos no Brasil, tarefa que tomou cerca de dez anos de intensa dedicação (1879 - 1888). Escreveu pelo menos dois monumentos sobre o país, *Um estadista do Império* (1897 – 1899) e *Minha formação* (1900), “obrigatórios em qualquer brasileira que se preze.” (NOGUEIRA, 2010, p.40) Trabalhou como diplomata em diferentes épocas de sua vida e, monarquista ferrenho, passou seus últimos anos no cargo de embaixador brasileiro em Washington, Estados Unidos, a primeira embaixada da República brasileira recém-constituída, no qual defendeu a aproximação entre os governos brasileiro e norte-americano.

Este trabalho pretende analisar a trajetória de Joaquim Nabuco, com vistas a compreender os termos de sua conversão republicana e de sua adesão à causa do pan-americanismo. A ideia da pesquisa surgiu a partir da leitura de artigo de Leslie Bethell, intitulado *Nabuco e o Brasil entre a Europa, Estados Unidos e América Latina* (2010), no qual o autor inglês chama a atenção para uma oposição que coloca Nabuco, de um lado, na defesa dos Estados Unidos, e, de outro, contemporâneos seus como Oliveira Lima, Eduardo Prado e Manoel Bomfim, partidários de um intenso anti-americanismo. Surpreendeu-nos que o monarquista Nabuco, como diplomata, tivesse defendido os Estados Unidos, talvez a mais importante república no mundo. Como explicar a sua “americanização”? Qual o sentido de sua aparente conversão?

Levando em consideração a trajetória política e intelectual de Joaquim Nabuco a partir do golpe republicano de 15 de novembro de 1889, quando ele se retira da vida pública e vive uma década de luto pelo fim da monarquia, para depois representar diplomaticamente a República na missão em defesa da questão da Guiana Inglesa e, em seguida, assumir a embaixada brasileira em Washington, tentamos compreender como se deu essa mudança de curso e como ela repercutiu em suas convicções políticas e intelectuais. Buscamos compreender como se deu em Nabuco a passagem de monarquista alheio ao desenvolvimento norte-americano, para quem o primeiro período no país, entre 1876 e 1878, teria servido apenas para reforçar sua predileção pela monarquia constitucional inglesa, a funcionário da República brasileira, no início do

século XX, cioso de fazer dos Estados Unidos, em franco progresso, o principal parceiro nacional.

De modo geral, os trabalhos que trataram a questão são aqueles cujo foco principal é a atuação do embaixador Joaquim Nabuco. Bradford Burns, em seu *Aliança Não-escrita: o Barão do Rio Branco e suas Relações com os Estados Unidos* (2003), é um dos estudiosos da questão, além de Stephanie Dennison em seu *Joaquim Nabuco: Monarchism, Panamericanism and Nations-Building in the Brazilian Belle-Epoque*. Outro interessante trabalho a respeito é o de Paulo José dos Reis Pereira, *A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington, 1905-1910* (2006). Há ainda o pioneiro trabalho de Olímpio de Souza Andrade, *Joaquim Nabuco e o pan-americanismo* (1950).

Outros trabalhos passam pela atuação de Nabuco em Washington, mas com o objetivo de construir a história das relações internacionais brasileiras no período e a definição de sua política externa no início da República. É o caso dos trabalhos de Clodoaldo Bueno (1995; 2003) e Clodoaldo Bueno & Amado Cervo (2008).

Kátia Gerab Baggio, em sua tese de doutoramento *A “Outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas* (1998) trata da posição de Nabuco e de outros intelectuais do período acerca do pan-americanismo. O foco de sua pesquisa, contudo, são as representações desses intelectuais acerca dos países latino-americanos, no contexto da busca de referenciais com os quais construir o novo regime republicano. Especificamente sobre Joaquim Nabuco, a autora tratou de sua análise da situação da república na América – por exemplo, em *Balmaceda* –, da lenta aceitação do regime republicano consolidado no Brasil e sua posterior defesa do pan-americanismo. Em torno dessa defesa, mencionou as divergências entre Nabuco e Oliveira Lima, por exemplo, como “reveladoras dos debates políticos e ideológicos das classes dominantes brasileiras da virada do século XIX para o XX.” (BAGGIO, 1998, p.138)

Flávia Maria Ré, em dissertação de mestrado intitulada *A Distância entre as Américas: uma leitura do Pan-americanismo nas primeiras décadas republicanas no Brasil (1889-1912)* (2010) aborda a visão de Nabuco acerca do pan-americanismo, mas com foco distinto do nosso, com ênfase na imagem acerca dos Estados Unidos em comparação com a da “América Latina”, especificamente em termos das noções de “raça” e “civilização”.

Leslie Bethell, no artigo *Nabuco e o Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina* (2010), também tratou da defesa de Nabuco à aproximação com os Estados Unidos, focando algumas manifestações em contrário por parte dos contemporâneos. O panorama apresentado no artigo chama a atenção para a mudança de referencial de Nabuco ao pensar nas relações do Brasil com o exterior. Ele teria transferido, na última década de sua vida, o olhar da Europa para os Estados Unidos, tomando os últimos como parceiros estratégicos. Bethell tem o mérito de atentar para o que pensa Nabuco em relação à civilização norte-americana ao longo do tempo e como isso o auxilia na defesa da mudança de eixo da política externa brasileira, de Londres para Washington.

Segundo Bethell, em sua primeira estada nos Estados Unidos, entre 1876 e 1878, “nada indica que ele [Nabuco] considerava os Estados Unidos pós-Guerra Civil um país particularmente interessante. Reconhecia a contribuição que este país vinha dando ao progresso material, mas não, ainda, julgava ele, à cultura e à civilização.” (BETHELL, 2010, p.74). Em 1895, Nabuco demonstra concordar com Eduardo Prado em sua campanha anti-americanista devido à intervenção do país na Revolta da Armada (1893-1894), condensada no livro *A Ilusão Americana*. Em 1896, em seu livro *A Intervenção Estrangeira*, Nabuco ainda se preocupa com o intervencionismo norte-americano, ao tratar da mesma revolta.

Contudo, ao mesmo tempo, “Nabuco acreditava que o imperialismo europeu, principalmente o inglês e o alemão, era uma ameaça maior ao Brasil e à América Espanhola do que o imperialismo estadunidense.” (p.79) O monroísmo seria antes de tudo uma garantia de que os europeus não tentariam a recolonização da América. Nabuco parece ver a ascendência norte-americana como um “mal menor”. Anos depois, quando assume a embaixada em Washington, em 1905, Nabuco passa a ser ardoroso defensor do pan-americanismo. A mudança de sua apreciação pode ser motivada, por um lado, pelo próprio desenvolvimento da república norte-americana, o que fez necessária a atenção sobre sua história no período que separa as duas estadas de Nabuco.

De uma a outra, processou-se uma grande mudança em Nabuco. Na primeira, os Estados Unidos tiveram de competir com a recente impressão que Nabuco tivera de sua viagem à Europa, da fulgurante admiração pela Inglaterra, do sentimento incorruptível da superioridade monárquica. Na segunda, Nabuco, mais maduro, estava convicto da

necessidade de se conformar com o fim do Império e se adequar ao novo regime. Os Estados Unidos sob Roosevelt, por seu turno, eram país de democracia mais consolidada que o de trinta anos antes. Não se pode diminuir a importância da recente decisão de tomar parte no governo republicano brasileiro, a qual pode ter-lhe baixado as guardas diante da república norte-americana, muito mais desenvolvida.

Tentamos estabelecer uma leitura interpretativa que desse conta dessa conversão, a partir da suposição de que há um projeto ao qual Nabuco se mantém ligado ao longo de sua trajetória. A partir dessa suposição, cumpre tomar sua adesão ao pan-americanismo não como um desvio, mas um caminho paralelo ao longo do qual ele pôde continuar o trabalho interrompido pelo 15 de novembro. Nesse sentido, a mudança se deu a fim de garantir uma permanência, a continuidade do projeto. Tal projeto, como pretendemos mostrar, era um projeto civilizacional, além de político. Queria fomentar a criação de um corpo de cidadãos no país, e queria que o modelo fosse “anglo-saxão”. Como a “americanização” de Nabuco pode ser vista à luz de suas convicções políticas e morais, visões de mundo, influências intelectuais, projeto de país –, é o que, grosso modo, buscamos compreender com a pesquisa.

O trabalho está dividido em 4 capítulos. No capítulo 1, focamos o trajeto de Nabuco rumo ao abolicionismo, desde a Academia, na qual ingressa em 1866, até 1878, quando é eleito deputado. No capítulo 2, focamos o período em que Nabuco se dedica à campanha pela Abolição, entre 1879 e 1888. Neles, tratamos de como se forjou sua preocupação com a formação de um “povo cidadão” no país. No capítulo 3, focamos o período entre a Abolição e a Proclamação da República e, em seguida, o período de “exílio” de Nabuco, entre 1889 e 1899, quando aceita trabalhar, a convite de Campos Sales, na missão diplomática em defesa das fronteiras da Guiana Inglesa. Nesse capítulo, tratamos da transição a partir da qual Nabuco progressivamente abandona a preocupação com a cidadania e passa a atentar à questão da soberania nacional. No capítulo 4, focamos o período entre o trabalho na missão da Guiana Inglesa até a morte de Nabuco, em 1910. Aí, tratamos a consolidação de sua preocupação com a soberania nacional, especialmente em sua adesão ao pan-americanismo, quando assume a primeira embaixada da república, em Washington. Buscamos mostrar também que a defesa pan-americana de Nabuco deve ser relacionada com a própria mudança do eixo diplomático do país, da Europa para os Estados Unidos.

2. DA ACADEMIA AO PARLAMENTO: A FORMAÇÃO DO ABOLICIONISTA

Na obra “Notre-Dame de Paris”, de Victor Hugo, o arqui-diácono dom Claude é visitado no claustro pelo doutor Jacques Coictier, médico do rei da França, Louis XI. Os personagens engajam-se num debate acerca da ciência e da fé. A certa altura, apontando com a mão direita a catedral de Notre-Dame – cuja fachada podia ser vista pela janela – e, com a esquerda, um livro impresso sobre a mesa à sua frente, dom Claude profere a seguinte frase: “*Ceci tuera cela*”. Depois completa: “*Le livre tuera l’edifice*”. “Isso matará aquilo. O livro matará o edifício”. As frases do arqui-diácono, embora tenham soado misteriosas ao visitante, têm um entre dois sentidos: o primeiro, segundo o próprio autor, pode ser:

o receio do sacerdote diante de um agente novo, a imprensa. Era o espanto e o fascínio do homem do santuário diante da prensa luminosa de Gutenberg. (...) Era o grito do profeta que escuta já murmurar e fervilhar a humanidade emancipada, que vê no futuro a inteligência derrotar a fé, a opinião destronar a crença, o mundo sacudir Roma. (...) O que queria dizer: a prensa matará a igreja.¹ (2011, pp. 216, 217)

O segundo sentido possível, por sua vez, pode ser:

uma visão, também filosófica, não mais apenas do padre, mas do sábio e do artista. Era o pressentimento de que o pensamento humano, mudando de forma, mudaria de modo de expressão; de que a ideia geral de cada geração não se escreveria mais com a mesma matéria e da mesma maneira; de que o livro de pedra, tão sólido e tão durável, haveria de ser substituído pelo livro de papel, mais sólido e ainda mais durável. Quanto a isso, a vaga fórmula do arqui-diácono possuía um segundo sentido; significava que uma arte destronaria outra arte. Queria dizer: a imprensa matará a arquitetura². (*Ibid.*, p. 217)

Por um lado, portanto, pode-se supor que o arqui-diácono, amedrontado diante das possibilidades abertas pela imprensa, teme que a humanidade possa prescindir da Igreja, uma vez emancipada: “A imprensa matará a igreja”. Por outro lado, pode-se supor que o

¹ No original: “*l’effroi du sacerdoce devant un agent nouveau, l’imprimerie. C’était l’épouvante et l’éblouissement de l’homme du sanctuaire devant la presse lumineuse de Gutenberg. (...) C’était le cri du prophète qui entend déjà bruire et fourmiller l’humanité émancipée, qui voit dans l’avenir l’intelligence saper la foi, l’opinion détrôner la croyance, le monde secouer Rome. (...) Cela voulait dire: La presse tuera l’église*”

² No original: “*une vue, tout aussi philosophique, non plus du prêtre seulement, mais du savant et de l’artiste. C’était pressentiment que la pensée humaine en changeant de forme allait changer de mode d’expression, que l’idée capitale de chaque génération ne s’écrirait plus avec la même matière et de la même façon, que le livre de pierre, si solide et si durable, allait faire place au livre de papier, plus solide et plus durable encore. Sous ce rapport, la vague formule de l’archidiacre avait un second sens; elle signifiait qu’un art allait détrôner un autre art. Elle voulait dire: L’imprimerie tuera l’architecture.*”

arquidiácono referiu-se à supressão de uma forma de arte por outra, a partir da suposição de que as gerações futuras prefeririam a expressão artística através do livro impresso em detrimento da pedra, dos edifícios, da arquitetura, até então a principal forma de expressão artística. Assim, “a imprensa matará a arquitetura”. De um modo ou de outro, os dois sentidos passam a ideia de que a imprensa provocaria uma mudança fundamental, a partir da qual se mudaria a forma de enxergar o mundo.

A frase *ceci tuera cela* foi também empregada por Joaquim Nabuco, no capítulo X de *Minha Formação*, intitulado *Londres*, em contexto bastante diferente do de dom Claude e Jacques Coictier, mas em referência àquele. A referência é significativa. Nabuco trata da impressão exercida por Londres, pela Inglaterra e pelos ingleses em seu espírito e de como os caracteres londrinos são para ele superiores a quaisquer outros, em específico aos de Paris. Segundo ele,

O que há em Londres como prazer da vida, não é a arte, é o conforto; não é a regra, a medida, o tom das maneiras, é a liberdade, a individualidade; não é a decoração, é o espaço, a solidez. Paris é um teatro em que todos, de todas as profissões, de todas as idades, de todos os países, vivem representando para a multidão de curiosos que os cercam; Londres é um convento, em forma de clube, em que os que se encontram no silêncio da grande biblioteca ou das salas de jantar não dão fé uns dos outros, e cada um se sente indiferente a todos. Em Paris, a vida é uma limitação; em Londres uma expansão; em Paris um cativo, cativo da arte, do espírito, da etiqueta, da sociedade, cativo agradável como seja, mas sempre um cativo, exigindo uma vigilância constante do ator sobre si mesmo diante do público que repara em tudo, que nota tudo; Em Londres é a independência, a naturalidade, a despreocupação. *Ceci tuera cela*. (NABUCO, 2004, p.89)

O sentido da frase, tanto aqui como em Victor Hugo, é o de “depois disso, não haverá aquilo”. Não se pode afirmar com certeza a medida da afirmação de Nabuco, ou seja, não se pode saber o alcance por ele dado à assertiva. De todo modo, parece lícito supor seu potencial premonitório. Nesse caso, podemos conjecturar o seguinte sentido: “o conforto material, a liberdade, a individualidade e independência dos ingleses acabarão por submeter a cultura, a arte e a moral francesas”. Assim como o personagem de Hugo previa o fim do “edifício da catedral” a partir da invenção da imprensa por Gutenberg, Nabuco parece supor que o modo de vida inglês, se o não faria desaparecer, suplantaria em importância, eventualmente, o modo de vida francês.

Se considerarmos, como faz o próprio Nabuco no capítulo XIII de *Minha Formação*, *O espírito inglês*, que há, no lugar de um “espírito inglês”, de um lado, e um “espírito norte-americano”, de outro, a existência de um espírito mais amplo, o “anglo-

saxônio” (2004, p.109), “porque é um espírito comum de raça, de grande família humana, superior a formas e acidentes de instituições” (*idem*), podemos afirmar que Nabuco antecipa que o modo de vida anglo-saxão exerceria, em sua variante norte-americana, a partir de um futuro relativamente próximo, uma poderosa influência sobre o mundo.

Tal influência exerce-se no Brasil – basta ver que a república proclamada em 1889 tinha como um de seus modelos a grande república da América do Norte – e ajuda a explicar que, em 1905, a convite do Barão do Rio Branco, ministro das relações exteriores, Nabuco assume o posto de primeiro embaixador do Brasil em Washington, representando a recém-instalada república brasileira. Sua atuação no cargo será marcada pela defesa constante da aproximação entre as duas repúblicas, sob a convicção da necessidade de o Brasil aproximar o seu destino do norte-americano. Supomos que sua adesão ao pan-americanismo não deve ser tomada como um desvio, mas como um caminho paralelo ao longo do qual ele pôde levar adiante o “projeto” que teve como ponto alto a campanha emancipatória. Essa aparente mudança de curso, seu tipo e profundidade, é o que analisaremos no presente trabalho.

2.1. Entre a monarquia e a república

Joaquim Nabuco nasceu no Recife, Pernambuco, em 19 de agosto de 1849 e morreu em Washington, Estados Unidos, em 17 de janeiro de 1910, aos 60 anos de idade. Viveu período importante da história brasileira e mundial. Presenciou, no país, a transição da Monarquia à República, da sociedade aristocrática imperial à sociedade “modernizada” republicana. Partícipe ativo da campanha abolicionista no Brasil, soube defender a libertação dos escravos sem abrir mão dos ideais monarquistas. No mundo, presenciou o início da guinada norte-americana e acabou por alterar suas concepções a respeito dos Estados Unidos. Passou do repúdio à defesa apaixonada da “grande república americana”, num momento em que não era mais possível a restauração.

Sua atuação intelectual esteve sempre atrelada à sua vida política. Fosse o desejo de aproximar-se da amada Europa, a defesa do abolicionismo, o balanço do Império após sua queda, a dedicação à diplomacia e as pazes com a República, seus escritos revelavam a dedicação a alguma causa nacional.

Joaquim Nabuco forma-se no Colégio Pedro II em 1865. Segundo ele, é à época do colégio que se lhe foi lançada no subsolo da razão “a camada que lhe serviu de alicerce: o fundo hereditário de [seu] liberalismo.” (NABUCO, 2004, p.23). Ele sabia do liberalismo do pai e, nesse momento, as convicções paternas tinham sobre ele a força de dogmas. Contribuía para isso a “atmosfera” que ele respirava em casa, onde via desfilar as personalidades do partido liberal. O espírito independente só começa a aflorar na Academia. Inicia o curso de Direito em 1866, primeiro em São Paulo e, depois, no Recife. Desde a academia, interessa-se pela política e se mostra afeito à liderança:

Era em torno das letras, das artes, e sobretudo da política, que se agitava e fervia a atividade de sua geração; as redações de jornais, os grêmios literários e políticos os atraíam em massa. Nabuco, nascido nas qualidades de chefe e com predicados para chamar a admiração, tornou-se desde o princípio um dos *leaders* da vida cheia e alegre de estudante. (NABUCO, C., 1928, pp. 28, 29)

Na Academia viu ruir-lhe a fé católica, da qual não sobrou “senão o pó dourado da saudade...” (NABUCO, J., 2004, p.26) e a qual só recuperaria no fim da vida. A grande influência literária foi Ernest Renan, autor da *Vie de Jésus*, tentativa de retrato da figura histórica de Jesus, largamente criticada pelos cristãos. Politicamente, manteve-se imperturbavelmente liberal. Já ali se via debater entre a república e a monarquia.

As minhas ideias, porém, flutuavam, no meio das atrações diferentes desse período, entre a monarquia e a república, sem preferência republicana, talvez somente por causa do fundo hereditário de que falei e da fácil carreira política que tudo me augurava. Um livro sedutor e interessante – é a minha impressão da época – o *19 de Janeiro*, de Émile Ollivier, tinha-me deixado nesse estado de hesitação e de indiferença entre as duas formas de governo, e a *France Nouvelle*, de Prévost-Paradol, que eu li com verdadeiro encanto, não consegui, apesar de todo o seu arrastamento, fixar a minha inclinação do lado da monarquia parlamentar. O que me decidi foi a *Constituição Inglesa* de Bagehot [de 1867]. Devo a esse pequeno volume, que hoje não será talvez lido por ninguém em nosso país, a minha fixação monárquica inalterável; tirei dele, transformando-a a meu modo, a ferramenta toda com que trabalhei em política, excluindo somente a obra da abolição, cujo estoque de ideias teve para mim outra procedência. (*Ibid.*, p. 27)

A escolha monárquica, portanto, teria se dado pelo peso da figura paterna, pelo vislumbre da carreira política no parlamento imperial e, de modo decisivo, pela influência da leitura de Walter Bagehot (1826-1877), com o qual Nabuco trava contato em 1869, já no Recife.

A escolha não foi tão simples, porém. Nabuco vacilava. Comparando os governos inglês e norte-americano, julga o último mais livre, mais popular. As leituras

de Édouard de Laboulaye (1811-1883) teriam “americanizado” seu liberalismo. No que se refere ao Brasil, “por motivos diferentes, a monarquia constitucional, *democratizada por instituições radicais*, seria ainda para o Brasil um governo preferível à república, mesmo pelo fato de já existir; mas, em tese, entre essa monarquia e a república, a superioridade, se havia, estava do lado desta.” (grifo nosso) (*Ibid.*, p.29)

A preferência monárquica no Brasil é incerta, claudicante. O trecho acima leva a crer que a vantagem da monarquia no país se devia ao fato de já existir, estar mais ou menos consolidada, em comparação a um regime republicano potencialmente anárquico ou ditatorial. No entanto, carecia de importantes reformas. O contexto nacional, precisamente pela ausência dessas reformas, faz surgir no jovem Nabuco, de quando em quando, “simpatias republicanas”. Essas se fazem sentir, por exemplo, no contexto político do fim da década de 1860, a partir da “inversão” partidária de 1868, em que o Imperador, após a queda do Gabinete Zacarias, entrega o poder aos conservadores, apesar da minoria na Câmara. A reação liberal foi imediata. Os membros do partido colocaram-se contra o regime e o monarca. “Um político liberal, já em vésperas de tornar-se republicano, Joaquim Saldanha Marinho, falou a propósito em 'estelionato político'.” (HOLANDA, S. B., 2005, p.14)

À época, em visita ao Rio de Janeiro, Nabuco encontra o pai imerso nos assuntos do partido, dedicado à sua reorganização. Sob sua presidência, é fundado o “Centro Liberal”, “com um largo programa de reformas. Pregava-se a eleição direta, agitava-se o problema da emancipação dos escravos, e a bandeira reformista, com a célebre legenda – Reforma ou Revolução! – ganhava terreno.” (VIANA FILHO, L., 1985, p.26) O jovem Nabuco toma contato com os principais dirigentes liberais, como o próprio Zacarias e com Saldanha Marinho, “que, solidário com os correligionários, deixara escapar uma cadeira de senador”. (*idem*)

É no início do ano letivo seguinte que Nabuco troca a faculdade e muda-se para o Recife, expediente comum entre os estudantes abastados da época. Parte em companhia de Artur, filho do barão de Penedo. Tornam-se bons amigos. Nabuco admirava-lhe os modos e a erudição. Criado e educado na Inglaterra, Artur traz em si o mundo do qual Nabuco se tornaria “o conviva maravilhado”. (*ibid.*, p. 27) A mudança para o Recife para cursar o quarto ano, em 1869, foi decisiva em sua vida, ao ligar-lhe definitivamente a Pernambuco, de onde será mais tarde representante na Câmara dos

Deputados. Dedicava-se às leituras e à atuação política. Preside uma associação literária e já começa a interessar-se pelo tema da escravidão.

Nesse tempo, as leituras eram grandes acontecimentos em sua vida. Seu espírito em formação absorvia avidamente uma imensa variedade de obras, mas no álbum em que transcrevia as passagens que mais o interessavam e impressionavam, o assunto que predomina é a escravidão. Ela inspirou-lhe também o primeiro livro, escrito no Recife entre os estudos. Esse trabalho, *A Escravidão*³, nunca foi publicado, mas honraria um espírito mais maduro do que era o seu naquela época. Vibra de ódio e de desprezo pela instituição que ele culpa exclusivamente pelo atraso do Brasil, a instituição que 'entorpece o adiantamento da civilização, o saber das artes, das ciências, das letras, dos costumes, dos governos, dos povos: o progresso enfim'. (NABUCO, C., 1928, p. 35)

É dessa época o primeiro encontro com Walter Bagehot:

Como uma fogueira crepitante, Nabuco estava na fase em que os homens acreditam fazer grandes descobertas, quando apenas desvendam as próprias tendências, e muitas coisas carregam a lenha que alimentou as labaredas da imaginação. Havia pouco que tivera a revelação de Jules Sandeau, em cujas obras acompanhara o choque de duas sociedades em conflito, ao passo que, antecedido por algumas leituras de Fox e Pitt, Bagehot convencera-o das excelências do sistema inglês. (VIANA FILHO, L., 1985, p.28)

Se é verdade que Nabuco se convencera – ou começava a se convencer – da superioridade do sistema monárquico inglês em algum momento de 1869, no Brasil, ele ainda se ressentia do ato do Imperador, no ano anterior. Encontra, ainda, os correligionários liberais em grande exaltação.

Solidário com o pai, influenciado pelas rodas em que vivia, Nabuco não demorou em se integrar nas hostilidades a D. Pedro II. Fruto dessa animosidade foi o folheto intitulado *O Povo e o Trono*, que publicou sob o pseudônimo de *Juvenal*. Vazado em tom amargo, o opúsculo traduz a decepção do liberal: atirava-se contra o falseamento do sistema representativo, e investia contra o Imperador. E concluía num tom republicano: 'Sejamos um povo livre. Nos cânticos sagrados da América seja a nossa voz uma harmonia, não uma dissonância'. A alusão era tão nítida que se poderia perguntar se esquecera as lições de Bagehot. Ou seria simples assomo da mocidade? A verdade é que, apaixonado, rolando no mundo das suas ideias, ele chegara a um divisor de águas, e não sabia que lado tomar. (*Ibid.*, p. 30)

O opúsculo é publicado em 1869 e começa exaltando a obra da revolução francesa:

O século XIX representa a reação contra o passado. Seus primeiros anos são os albos de um novo dia, de uma regeneração social profunda. Por toda a parte a águia levantada do ninho da revolução francesa expande as asas resplandecentes de vitórias e por toda a parte o verbo santo da

³ *A Escravidão* foi publicado em 1988 pela Fundação Joaquim Nabuco e pela Editora Massangana.

liberdade moderna passa rugindo como um grito agoureiro, aos ouvidos dos povos. (NABUCO, J., *O Povo e o Trono* In DANTAS, L., 1990, p. 7)

Defende a existência, na história, de uma luta entre a “fatalidade” e a “liberdade”. A primeira habitaria o passado, enquanto a última, o futuro.

Pois bem: a fatalidade é o trono, a liberdade é o povo. Na história, até hoje, há uma luta permanente desses dois princípios. O trabalho do século, enquanto a realeza não se extingue, é harmonizá-la com o povo. Soltai uma contra outra essas duas correntes! Tereis o fenômeno das águas do Amazonas: a liberdade passará rugindo contra a fatalidade, o povo despedaçará a realeza! (*ibid.*, p.8)

O recado é claro. Se não é possível harmonizar os poderes do trono e os anseios do povo – nesse caso, os anseios do partido Liberal de ver sua maioria na Câmara representada na chefia do Gabinete de Ministros –, que estes prevaleçam em detrimento daqueles. Nabuco afirma, a partir da Constituição Imperial, que o trono retira sua autoridade do povo, sem o qual não pode se sustentar. Ele já demonstra preocupação com a real existência desse “povo” no país e com a criação de um governo que verdadeiramente o represente, preocupação que levará por toda a vida e que pode explicar muitas de suas ações públicas: “E o povo, existe ele hoje? Não: o que temos é uma corrente ligeira que todos desviam de seu alvo, e que lambe os pés de todos que dominam. O que temos é uma voz enfraquecida, que se perde no espaço da terra brasileira.” (*ibid.*, p.9)

Vê no futuro a formação do povo e de um governo verdadeiramente democrático: “Mas um dia essa voz quase perdida será um rugido de trovão, e a tempestade abalará os dormentes da caverna.” (*idem*) Para que isso se dê, conclama que o Partido Liberal não desfaleça, não sucumba diante da proscricção. Pelo contrário, demanda que os correligionários esperem, que vençam o ceticismo e aguardem o dia em que “virá o puro governo representativo; em vez da vontade de um só substituída à palavra sincera dos comícios virá a voz da praça pública; em vez do imperialismo teremos a democracia”. (*idem*) Irmanados com os demais filhos do continente, os conterrâneos poderão ver desabrochar “esplêndida uma vegetação nutrida da seiva americana” (*Ibid.*, pp. 9,10)

De modo direto e sem rodeios, Nabuco chama o Imperador absoluto e toma como letra morta a Constituição. Esta não passaria de uma “longa lista das prerrogativas reais, e não é senão um escárnio à soberania do povo.” (*Ibid.*, pp. 10,11) Como exemplo, narra a reintegração do Partido Conservador ao governo, por obra da Coroa,

mesmo após ter sido proscrito pelo povo. Ainda, denuncia a corrupção nas eleições, cujo resultado se sabe antes mesmo da apuração, e a partir das quais se representa não a vontade da população, mas a do Imperador:

Basta o Imperador nomear um ministério liberal para tornar-se o país liberal, basta nomear um conservador para o país tornar-se conservador. Isto quer dizer que só há um poder estável, que o art. 12⁴ é uma mentira, que as delegações todas são do trono, que o trono é a chave da abóbada, é a claridade que alumia todo o edifício, (...) o centro e a circunferência de toda a autoridade pública, não o parasita que se alimenta da seiva nacional, mas a seiva que nutre a parasita da oligarquia. (*ibid.*, p.11)

Não há, verdadeiramente, nenhum “povo”:

Se o povo não intervém senão para homologar por um simulacro de comícios os despachos dos ministros... se ele não passa de um farsante que repete o papel que lhe ensinam... se as eleições não são senão uma comédia ridícula... o único poder sério, alfa e ômega... princípio e fim de toda a autoridade fica sendo o da majestade imperial. (*ibid.*, p.11)

A pintura do Segundo Reinado é inclemente: “Câmaras sempre eleitas pela vontade do governo; ignorância das massas; inconstância dos ministérios; leis reacionárias; agravação espantosa da dívida, déficit imenso e para coroar toda essa obra a mais desastrosa guerra que se tem empreendido na América do Sul...” (*ibid.*, p.12) A razão para esse estado de coisas, além do “abandono em que se tem deixado a escola, a mocidade, o povo”, é “sobretudo a ação imperial, essa ação sem fiscalização nem limites, que substituiu-se ao equilíbrio dos poderes constitucionais.” (*idem*)

Desse modo, reafirma, trata-se sem dúvida de um poder absoluto o que exerce o Imperador. E, virulento:

Sesmaria de aventureiro feliz – este império só difere do da Turquia em que lá o povo obedece porque crê, porque ama, e aqui o povo obedece por inércia (...). Nada de hipocrisia. Ou o absolutismo franco ou a democracia. Nada de regime representativo como o atual porque isso é o consórcio da essência do absolutismo com as aparências da democracia; (...) O domínio de um só é impossível hoje entre os povos livres. O governo pessoal pertence às criações híbridas do passado. (...) O trono deve ceder ao impulso do povo – como o barco cede à cadência das ondas. (*Ibid.*, pp. 13,14)

Nabuco coloca-se contra o poder moderador e o critica veementemente. Da forma como o emprega o Imperador – exemplificada pela usurpação do poder em favor dos conservadores – cria-se não apenas o “despotismo de fato, (...) [mas] o despotismo organizado.” (*ibid.*, p.14) Pede a sua extinção.

⁴ Art. 12. Todos estes Poderes no Império do Brasil são delegações da Nação.

Em nome da liberdade, em nome da verdade do regime representativo, em nome da soberania do povo – pedimos como primeira e urgente reforma, garantia necessária à conservação social – a *abolição do poder moderador*! O poder moderador irresponsável é uma imoralidade, di-lo a consciência pública. (...) Pois como?! Diz-se ao rei: És inviolável, és sagrado, és o Messias eleito – toma este punhal – mata; toma este archote, incendeia; destrói a sociedade, porque tua majestade, filha dos céus, não soçobrará nos dilúvios da terra! (*ibid.*, p.15)

E declara que, se mantida a inimizabilidade do Imperador e a inviolabilidade do trono, dar-se-á ao povo o direito da revolução.

Sim, porque quando se disser ao povo: o rei é um traidor, mas ele é irresponsável; o rei está esbanjando os teus dinheiros, o teu suor, o teu sangue, mas ele é inviolável; o rei está comprometendo a dignidade de tua bandeira, a tua liberdade e tua honra, as esperanças de teu porvir, mas sua pessoa é sagrada – o povo terá o direito de responder: eu não o elevei para meu algoz, não o sustentei com as larguezas de uma lista civil para ele amordaçar-me; não o defendi com o meu sangue para ele vender-me. Ele é o réu, eu sou o juiz. Seus crimes pesarão na balança da minha justiça e amanhã é o dia da vingança. (*Ibid.*, pp. 15, 16)

Nabuco conclama que se respeite efetivamente a fórmula sobre a qual se sustenta o sistema representativo: “o rei reina, mas não governa”. Pede que o Imperador deixe que os ministros governem, que as câmaras legislem e que os juízes julguem. Defende uma Constituinte que reformule a Constituição e que possa dirimir as dúvidas acerca da responsabilidade ministerial em relação ao poder moderador: “Essa lei vândala, como diria Chateaubriand, deve ser rasgada em frente de uma *Constituinte*, queimada em auto de fé pela mão do carrasco, porque não é pequeno o desdouro que ela tem projetado sobre a nossa dignidade de povo livre.” (*ibid.*, p.18)

Além da extinção do poder moderador, Nabuco pede que se abra o caminho de verdadeiras reformas, todas constituintes do programa do partido liberal. Dentre elas e, em primeiro lugar, a eleição direta. Sua principal preocupação é que se dê ao povo a responsabilidade por sua própria vida, por seu próprio destino. “O sufrágio universal é a medida que o patriotismo reclama. O povo não é nenhuma criança, nem nenhum louco: não precisa da tutela dos eleitores, do cadinho dos graus da eleição indireta para exprimir seu pensamento.” (*ibid.*, p. 19)

Também reclama a liberdade de cultos, “consequência lógica da liberdade de consciência” (*idem*), e a provisoriedade do Senado. A importância da segunda câmara, o Senado, é a de conter os desmandos da primeira, a Câmara dos Deputados, quando necessário. De todo modo, essa segunda câmara não deve ser, no Brasil, de elemento aristocrático. Talvez o possa na Inglaterra, e somente lá:

Na Inglaterra, a câmara alta – foco dos interesses da nobreza da ilha, é uma instituição cujo valor moral a realeza aniquila pela instituição ilimitada de novos pares, ainda que os usos de muitos séculos tenham feito dela o depósito das tradições inglesas – a guarda avançada da prerrogativa real –, a atalaia das monarquias⁵. Mas uma instituição tal só é possível na Inglaterra, onde no dizer de Sismonde de Sismondi, quando a nação tem pesado todas as razões, todos os direitos, tudo o que ela quer é lei da Inglaterra. (*Ibid.*, pp. 20, 21)

Para o Brasil, o exemplo parecem ser os Estados Unidos:

Nos Estados Unidos a segunda câmara mantenedora do laço federal é temporária e renova-se por um terço de dois em dois anos. Eleito por um poder independente, o Senado só dá contas ao povo. Marco levantado no meio do país, ele é (...) a cadeia que une e aperta todos os estados e tem toda a virilidade do povo americano, do povo do qual saiu, no qual se renova, e com cuja liberdade e cuja bandeira somente há de sucumbir. (*ibid.*, p. 21)

No Brasil, dá-se o oposto ao que ocorre na república norte-americana. O Senado é escolhido pelo Imperador e o mandato dos senadores é vitalício. Restringe-se a soberania do povo e favorece-se a organização das oligarquias. A falta de representatividade faz do Senado brasileiro uma “fantasmagoria aristocrática na terra americana”. (*idem*)

Pede, ainda, a abolição da Guarda Nacional que, criada para a defesa da liberdade, serve, especialmente nas províncias, como o “braço direito da oligarquia”. Por fim, como última reforma, a “eliminação do elemento servil”. Nabuco fala da vergonha e dos horrores que a instituição encerra. É uma “mancha negra (...), impossível com o cristianismo, com o sol da América, com a democracia.” (*ibid.*, p. 22).

Na seção seguinte da obra, Nabuco relembra os reveses do reinado de Pedro I no Brasil, desde a dissolução da Constituinte, passando pela guerra de 1824 e o tratado de 27 de agosto de 1828. O despotismo de D. Pedro, o qual partilharia dos preconceitos do pai, D. João VI, em relação à pátria que o acolhera – além de ter os olhos sempre voltados à Europa, acaba exigindo um basta, um novo “sete de setembro”. Dá-se o “Sete de Abril – a epopéia do nosso patriotismo, o poema à liberdade cantado ao ar das praças pela alma jovem da América. D. Pedro I foi julgado.” (*ibid.*, p.27)

Ao lembrar o reinado de Pedro I e, principalmente, ao narrar seu desfecho, ele propõe que a história do pai sirva de lição ao filho:

⁵ Veremos, abaixo, trecho de *Minha Formação* em que Nabuco revela o que pensa da Câmara dos Lordes inglesa, antes da conversão a partir de Bagehot. Esta câmara seria uma “odiosa procissão aristocrática em pleno mundo moderno”. No trecho acima de *O Povo e o Trono*, ele parece tomá-la, ao menos, como instituição de importância “funcional”.

Tal é o julgamento da história sobre o primeiro reinado. Semelhante ao segundo em seus desacertos e seus reveses, ele é uma fonte de grandes lições para os que governam, e ensina-lhes, entre os conselhos sábios que lhes dá, que o trono só pode viver tranquilo – sendo amparado pelo reconhecimento do povo. (*ibid.*, p. 28)

No “epílogo”, trata da vitória brasileira na Guerra do Paraguai, a qual se anuncia pelo “troar do canhão”. Outra batalha travava-se no seio da pátria e a vítima era o Partido Liberal. No entanto, vitimado o partido pelo despotismo, Nabuco vaticina seu retorno pelas mãos do povo, do qual a monarquia, estagnada, encontra-se distanciada. Cita outros reinos na história que se identificaram com o povo mas, ao mesmo tempo, menciona o fato de que repúblicas históricas como Atenas, Roma e Veneza não se curvaram jamais a um trono que os tentasse submeter. A América do Norte “quando quis libertar-se das cadeias da opressão, fundou a liberdade estável” (*ibid.*, p. 31)

A monarquia precisa reabilitar-se. Só seria fecunda, segundo Nabuco, na Inglaterra. Deve-se aproveitar o triunfo da guerra no Sul e “pensar em fundar a liberdade durável, permanente.” E continua, no que parece ser uma referência à república, citada acima por Luís Viana Filho: “Sejamos um povo livre. Nos cânticos sagrados da América, seja a nossa voz uma harmonia, não uma dissonância.” (*ibid.*, p. 32)

Mas Nabuco não prega a revolução. Mesmo no auge do radicalismo da juventude, parece preferir uma alternativa. Basta que ao povo seja dado o que é seu, que ele seja ouvido e que se faça sua vontade. Basta que, ameaçada, a dinastia realize as reformas necessárias. Assim, continua:

Para isso fale o povo... aí está a imprensa; para isso o povo aprenda... aí está a escola; para isso o povo queira... aí está a praça. A escola inicia os que não vêem... a imprensa convence os que não ouvem... a praça arrasta os que não querem. A escola é o povo-infante; a imprensa é o povo-homem; a praça é o povo-rei. *Não falamos de revolução: a revolução é o transbordamento da lava. Basta que se a aviste na cratera... para ela não ser mais precisa. Basta que se saiba que o povo quer... não é preciso que se diga que o povo pode.* (grifo nosso) (*ibid.*, p. 32)

E à América, “continente abrolhado das águas para seres o sólio das transformações das raças antigas”, ele pede que ensine aos reis “que Deus só talhou duas leis para te governarem (...): o Cristianismo e a Democracia.” (*ibid.*, p. 33)

Nabuco não prega a revolução em *O Povo e o Trono*, como vimos, apesar do tom enérgico. Defende a soberania do povo a partir de um regime que efetivamente o represente. Defende reformas radicais, com a ênfase no fim do poder moderador, e,

embora utilize muitas vezes como argumento a realidade dos Estados Unidos – talvez para aumentar as cores de radicalismo – demonstra apreciar o modo como as liberdades não enfrentam oposição sob a monarquia inglesa. Embora ainda crítico à Câmara dos Lordes, reconhece e admira a unicidade daquela realidade.

É verdade que Nabuco inicia *O Povo e o Trono* afirmando a existência de uma luta permanente entre “fatalidade” e “liberdade”, respectivamente “trono” e “povo”. E é também verdade que, num suposto embate, prevê a vitória incontestada do povo. No entanto, deixa claro que o trabalho - “o trabalho do século” - deve ser o de harmonizá-los. Tal harmonização dar-se-á pelas reformas, pelo reconhecimento, por parte da monarquia brasileira, de que é indispensável tomar a sério a força do “povo” – ainda infante mas que caminha à maturidade. Seguir o caminho da tirania é dar as costas às lições do continente. Já aqui, Nabuco deixa claro que entre a fidelidade à monarquia e à fidelidade à sua crença na soberania e liberdade do povo, escolherá o que acredita estar conforme com o futuro. Para evitar o próprio fim, a dinastia brasileira é alertada a fazer o mesmo.

Olhando retrospectivamente, no afã de dar sentido ao passado, Nabuco atribui efeito decisivo para a escolha monárquica às leituras de Bagehot. Se isso é verdade, não podemos afirmar. É provável que tenha se juntado a outras influências mais ou menos determinantes. Uma delas, veremos adiante, foi a impressão causada pela estada em Londres, na residência do Barão de Penedo, quando da viagem à Europa entre 1873 e 1874, na qual pôde conviver com a mais influente aristocracia inglesa.

De todo modo, a *Constituição Inglesa* deve ter causado uma forte impressão no espírito de Nabuco, considerando que o contato se dá em 1869, ano em que deu a lume *O Povo e o Trono*. Um capítulo é dedicado a Bagehot em *Minha Formação*. Nele, Nabuco revela que, em 1869, de acordo com um caderno de anotações que mantinha na época, havia muito sobre escravidão e cristianismo, e muita “eloquência inglesa”, registros de leituras de Fox e Pitt. Nesse momento, ele já julga a Câmara dos Comuns inglesa a “primeira assembléia do mundo”. A Câmara dos Lordes, por outro lado, “com todo o cortejo das antigalhas dos Tudors, era para meu liberalismo, americanizado por Laboulaye, sob o disfarce de carnaval histórico, uma odiosa procissão aristocrática em pleno mundo moderno.” (NABUCO, J., 2004, p. 29) É Bagehot quem lhe revela o verdadeiro alcance do sistema inglês. Segundo ele, o ensaísta logrou revelar, como ninguém, “as molas ocultas da Constituição” (*ibid.*, p.30) e foi quem lhe fez

compreender o chamado “governo de gabinete’ como sendo a alma da moderna constituição inglesa.” (*idem*). Nesse tipo de governo, o legislativo escolhe o executivo, encarregando-o da prática dos negócios públicos. Os dois poderes harmonizam-se,

‘porque o poder legislativo pode mudar a sua comissão, se não está satisfeito com ela ou se lhe prefere outra. E no entanto – tal é a delicadeza do mecanismo – o poder executivo não fica absorvido a ponto de obedecer servilmente, porquanto tem o direito de fazer a legislatura comparecer perante os eleitores, para que estes lhe componham uma câmara mais favorável a suas ideias’.(*idem*)

Bagehot revela a preeminência do poder da Câmara dos Comuns inglesa, sendo o “gabinete” sua principal *comissão*. Além disso, estabelece comparações entre o governo de gabinete, o qual se rege conforme acima, e o que chama “presidencial”, no qual executivo e legislativo são independentes. Essa separação pode ser extremamente prejudicial, uma vez que “se as pessoas encarregadas de prever todas (...) [as] necessidades da administração não são as que fazem as leis, haverá antagonismo entre elas e as outras’.” (*ibid.*, p. 32) Esse antagonismo só pode ser resolvido quando o prazo de um dos poderes expira e, até lá, eles vão guerrear-se como partidos rivais.

A preocupação de Nabuco com a questão do interesse da população pela política, já presente em *O Povo e o Trono*, aparece no destaque à comparação, feita por Bagehot, dos sistemas inglês e norte-americano. Segundo ele,

Diz-se que a Inglaterra inventou esta fórmula: *a oposição de Sua Majestade*; que primeiro dentre todos os estados, ela reconheceu que o direito de criticar a administração é um direito tão necessário na organização política como a própria administração. (...) Os viajantes que, na América, percorrem mesmo os Estados do Norte, isto é, o grande país onde se mostra por excelência o governo presidencial, observaram que a nação não tem gosto pronunciado pela política e que não se encontra uma opinião trabalhada com todo o acabado e toda a perfeição que se nota na Inglaterra...Sob um governo presidencial, o povo não tem senão no momento das eleições a sua parte de influência⁶.’ (*ibid.*, p. 33)

A participação do povo, uma das chaves da propaganda republicana, dá-se, na América, de modo restrito. Ela se dá em um momento apenas, nas eleições, e, no restante do tempo, a nação encontra-se refém de suas escolhas, tomadas quando não é possível prever que tipo de intempéries o governo vai enfrentar e se estará preparado para resolvê-las.

Outra contribuição de Bagehot, verdadeiramente essencial na conformação da predileção monárquica de Nabuco, foi a supressão de seu “preconceito democrático

⁶ A impressão de Nabuco quando da primeira estada nos Estados Unidos, entre 1876 e 1878, confirmará, como veremos, o que aí escreve Bagehot.

contra a hereditariedade, o princípio dinástico e a influência aristocrática”. “Foi esse *democrata* que me fez compreender como o que ele chamou as partes *imponentes* da Constituição inglesa, ‘as que produzem e conservam o respeito das populações’, são tão importantes quanto as *eficientes*, ‘as que dão à obra o movimento e a direção.’” (*ibid.*, p.35) Essas partes “imponentes”, todo o aparato cerimonial da realeza, são importantes para “satisfazer a imaginação das massas”, falar-lhes à emoção, o que fortalece consideravelmente o Estado.

Nabuco vibra com a prosa do inglês, quando ele trata da importância da monarquia para acalmar as massas diante da responsabilidade de escolher seus governantes. Ele diz:

Frases como estas gravam-se no pensamento: ‘Uma segunda e raríssima condição do governo efetivo é a *calma* do espírito nacional, isto é, essa disposição de espírito que permite atravessar, sem perder o equilíbrio, todas as agitações necessárias que as peripécias dos acontecimentos encerram. Nunca no estado de barbaria ou de meia civilização um povo possuiu essa qualidade. A massa da gente sem instrução na Inglaterra não poderia ouvir hoje tranquilamente estas simples palavras: *Ide escolher o vosso governo*; semelhante ideia lhes perturbaria a razão e lhes faria recear um perigo quimérico. *A vantagem incalculável* (o itálico é meu) *das instituições imponentes em um país livre é que elas impedem essa catástrofe. Se a nomeação dos governantes se faz sem abalo, é graças à existência aparente de um governo não sujeito à eleição.* As classes pobres e ignorantes imaginam ser governadas por uma rainha hereditária e que governa pela graça de Deus, quando na realidade são governadas por um gabinete e um parlamento composto de homens escolhidos por elas mesmas e que saem das suas fileiras’. (*Ibid.*, pp. 35, 36)

De acordo com o que diz Bagehot – e é destacado por Nabuco –, permitir ao povo perceber que é dono de toda a responsabilidade na escolha de seu governo o faria “perder o equilíbrio” e o poderia levar a um “estado de barbaria”. A importância da monarquia seria desviar-lhe a atenção desse fato e, portanto, tranquilizá-lo, promovendo a “calma” do espírito nacional. Essa, certamente, seria uma das razões pelas quais Nabuco insiste que o Brasil não está pronto para a república. Se não o estariam os ingleses, o que se poderia dizer dos brasileiros?⁷

Finalmente, a ideia *principal* que ele recebe de Bagehot é “que uma monarquia secular, de origens feudais, cercada de tradições e formas aristocráticas, como é a

⁷ É interessante contrastar a opinião de Nabuco acerca do “povo” aqui, no *Minha Formação*, a partir de Bagehot, e em *O Povo e o Trono*, como vimos. O que diria “Juvenal” dessa afirmação segundo a qual a “liberdade” representada pelo povo depende, para que se desenvolva, da calma garantida pela “fatalidade” do trono? Poderia afirmar que, no contexto do qual fala Bagehot, “povo” e “trono” não caminham em sentidos opostos, como o fazem no Brasil de Pedro II...além do mais, ao falar da “câmara alta”, já afirmara o caráter único da monarquia inglesa...

inglesa, podia ser um governo mais direto e imediatamente do povo do que a república.” (p.36)

O fato é que, após receber o grau de bacharel em “ciências sociais e jurídicas”, a 28 de novembro de 1870, Nabuco parte, a pedido da família, para o Rio de Janeiro. Devia escolher uma carreira e a política, sua vocação, era a que mais lhe interessava. Por causa do pai, vivera sempre na atmosfera dos grandes problemas nacionais. O acesso a um posto político, porém, não era simples. Vai trabalhar no escritório de advocacia da família, em 1871, mas a tarefa não lhe agrada. Passa ao jornalismo e à literatura. (NABUCO, C., 1928, pp.41, 42)

Consegue posto na redação do jornal *Reforma*, o “principal órgão liberal” (*ibid.*, p. 42), onde começa escrevendo artigos filosóficos. Passa, depois, a tratar de política. Entra em polêmica com o jornal *A República*, sobre cuja fundação mais tarde escreve, em *Um Estadista do Império*:

'A aparição nesse ano de 1870, em 3 de dezembro, de um novo jornal intitulado *A República* é um acontecimento que, se houvesse pré-ciência em política, eclipsaria todos os outros. Não era uma dessas folhas efêmeras, como tantas que tinham aparecido antes, advogando a ideia republicana; era uma grande folha diária, destinada a ter vasta circulação, com tipografia própria, dentro de pouco tempo, na rua do Ouvidor, e centro das reuniões do novo partido. O primeiro número publicava o manifesto, assinado por Saldanha Marinho, Aristides Lobo, Cristiano Ottoni (...), Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça e outros ainda, que representavam uma importante defecção do partido liberal'. (NABUCO, C., 1928, pp.42, 43)

Segundo Carolina Nabuco, o pai já trazia, à época, “convicções anti-republicanas”. Como argumenta Luiz Viana Filho, não se pode ser tão categórico. Diante do manifesto publicado n' *A República*, em dezembro de 1870, Nabuco ainda não tem convicção para optar.

De um lado, muitas coisas o arrastavam para a república: a influência de alguns amigos que o fascinavam, a leitura de Laboulaye, a antiga tendência para o novo e 'para tudo que era democracia ultra'. De outro, sentia-se levado para a monarquia: a situação política do pai, as concepções adquiridas através de Bagehot, o próprio gosto à magnificência do Império. Ideias e sentimentos contraditórios, que o impediam de tomar posição radical e definitiva. Mais tarde ele próprio diria que, se 'nascido em outra condição, se não tivesse meu pai na mais alta hierarquia da política, talvez tivesse acompanhado o movimento republicano'. (VIANA FILHO, L., 1985, p.38)

De todo modo, na *Reforma*, não se furta a criticar o Imperador – eco, talvez, dos sentimentos de *O Povo e o Trono*:

Quisera que Dom Pedro fosse conhecer os Estados Unidos, para que o rei voltasse cidadão, para aprender que um ‘país não pode ser grande com a escravidão’. Depois de esclarecido por tal viagem, o poder moderador ‘de que ele só tem servido para derribar os partidos gastos e gastar os partidos fortes, aplicado à luz e não à sombra constitucional, com coragem e não com artifícios, realizaria a grande obra da emancipação dos escravos’. (NABUCO, C., 1928, p.43)

O tom dos artigos é sempre categórico, a prosa é enérgica, e acaba “proferindo algumas injustiças”, típicas dos extremismos da mocidade. Não raro, “são escritos a que o preconceito, embora seja um preconceito todo de liberalismo, tira muito de sua força.” (*ibid.*, p. 44) Defende a independência entre Estado e clero, os acatólicos, critica a administração da província de Pernambuco, exagera nas críticas literárias.

No *Minha Formação*, trata dos tempos da *Reforma*. Nabuco ameniza seu anti-republicanismo e não atribui à juventude o tom de crítica ao imperador, mas ao apreço, ainda presente, por “tudo que era democracia ultra”:

Eu disse, há pouco, que não me tinha sido fácil desprender-me da minha atração para tudo que era democracia ultra. O Imperador estava em 1871 a empreender a sua primeira visita à Europa. Um artigo que então escrevi na *Reforma*, com o título ‘Viagem do Imperador’, dá bem ideia de quanto era pequeno, nesse tempo, o meu ângulo de inclinação monárquica. (...) Esse artigo é *quase* republicano. (NABUCO, J. 2004, pp. 39, 40)

Bagehot ainda duela com Laboulaye:

As minhas novas ideias inglesas não estavam ainda senhoras da casa, não tinham força para eclipsar as projeções, em parte fantásticas, que nesse tempo, com a sua lanterna mágica, Laboulaye acabava de fazer do mundo americano. Por isso eu aconselhava ao Imperador que, em vez de ir à velha Europa, fosse à jovem América. (*ibid.*, p.40)

Embora já tivesse tido contato com Bagehot, não o tinha totalmente “apreendido” e o momento parecia favorável à Laboulaye e à “jovem América”. Em trecho interessantíssimo de *Minha Formação*, Nabuco transcreve trecho do artigo da *Reforma* em que a ideia dos Estados Unidos é extremamente positiva e faria estranhar o adido de legação que, em 1876, ia contrariado assumir o posto em Washington e que, em 1878, deixava o país com a predileção monárquica consolidada...vale a pena lermos:

‘Sobretudo [o Imperador] compreenderia uma coisa: ao ver os Estados Unidos à frente do progresso industrial e moral, compreenderia que os reis podem ser uma hipótese, um luxo, uma superfetação. Ao ver uma sociedade amplamente liberal e livre, governando-se sem rei, ele compreenderia que, em certas épocas, os povos podem dispensar qualquer tutela. Ao ver a família honrada e respeitada’ – eu referia-me à pureza do lar e ao respeito dos americanos pela mulher – ‘tornada uma religião; ao ver a religião feita o laço moral das almas e a trituração dos cultos chegando quase ao número dos indivíduos sem produzir outro efeito senão o de uma maior tolerância e maior fraternidade, ao ver a civilização

crescendo’ – em terra virgem – ‘como uma árvore de enormes raízes e de grande sombra; ao ver a vanguarda do progresso ocupada por uma república’ – não merecia eu um primeiro prêmio Laboulaye? – ‘o imperador perderia o culto monárquico em que comungam os reis. Ao ver, por outro lado, esse poder que passa de um soldado para um lenhador, para um alfaiate, sempre o mesmo, íntegro, perfeito, ele, guardando o amor da família, que cresceria, porque já não era a dinastia, perderia o culto da hereditariedade’. (*idem*)

Devia contribuir para o ataque à monarquia ainda o descontentamento liberal com o Imperador, devido à “usurpação” de 1868. O fato de o ministério conservador de Rio Branco, afiançado pelo monarca, estar levando a cabo reformas defendidas pelo campo liberal – especialmente a reforma do elemento servil, a “Lei do Ventre Livre”, de 28 de setembro de 1871 – pouco importavam ao jovem Nabuco⁸. Agia levado por suas simpatias ultrademocráticas, pelo radicalismo.

Essa era a minha linguagem dos vinte e um anos; nela encontra-se em mim um minimum de monarquismo e um maximum de republicanismo, o que produz esta preferência por uma monarquia sem hereditariedade, sem cerimonial, sem veneração, toda ao nível comum, como a magistratura popular da Casa Branca. É só gradualmente que a influência do sistema monárquico vai crescendo e prevalecendo sobre esse radicalismo espontâneo, esse igualitarismo inflexível. (*idem*)

Nada disso, ainda assim, o fazia defender abertamente a República. Pelo contrário, pôs-se contrário à fração liberal que se debandara a formar o partido republicano:

Já, nesse tempo, a questão da forma de governo começa a dominar em mim todas as outras; eu só excetuaria a dos escravos, mas a lei de 28 de setembro [de 1871] estava votada e a ela tinha se seguido uma espécie de trégua dada à escravidão⁹. Travo, então, na *Reforma*, um combate com a *República*, do ponto de vista monárquico. Se, em 1871, eu podia pretender, como disse, o prêmio americano Laboulaye, em 1873, no meu

⁸ O senador Nabuco de Araújo agia de modo mais ponderado. A ele “cabia definir a atitude do Partido Liberal perante o Gabinete que se apresentava portador de reformas liberais, sobretudo da emancipação. Fã-lo em discurso, de 19 de maio [de 1871]. (...) ‘Nós não temos aliança e compromissos com o Ministério. Se porventura o Ministério apresentar uma reforma contrária às nossas ideias, havemos de guerreá-lo; se o Ministério, porém, quiser realizar as nossas ideias, não podemos deixar de apoiá-lo neste propósito; porque é isto um dever de consciência, um dever de patriotismo.’” (NABUCO, J., 1899, tomo III, p. 216)

⁹ Em *Um Estadista do Império*, Nabuco defende que as circunstâncias em que se discutiu e propôs a lei de 28 de setembro de 1871 ajudaram a selar o destino da monarquia. Os proprietários sentiram-se traídos pelo Imperador, que estava fora do país, em viagem pela Europa. Seria “o primeiro desgosto contra a dinastia nessa questão.” (NABUCO, J., 1899, tomo III, p.214). Os Conservadores dividiram-se e alguns ressentir-se-iam em definitivo da atitude do Visconde do Rio Branco, proponente da lei: “...a história da queda da Monarquia, em um sentido, não é senão a história da cisão Conservadora de 1871, como, em outro sentido, será a continuação, o remate da agitação Liberal de 1868.” (*ibid.*, p. 221)

ano de fixação monárquica, eu entraria em concurso para o prêmio inglês Bagehot, com esses artigos também da *Reforma*. (*ibid.*, pp. 42, 43)

Em dois anos, é outro. Encontrara uma convicção que julga, no *Minha Formação*, definitiva.

Dessas ideias eu não devia sair mais, como se verá; não são como as de 1871, arrastamento, entusiasmo, paixão; são dessas formas do espírito que não deixam mais a inteligência tomar outra forma; têm para ela a transparência, a clareza da evidência, como se fossem, e realmente são, primeiros teoremas de geometria política. (*ibid.*, p. 43)

Monarquista, defendia a “bandeira da reforma”. Em trecho de *Uma Questão Bizantina*, artigo publicado na *Reforma* em 19 de junho de 1873, citado por Viana Filho (1985), Nabuco reafirma seu credo reformista, como fizera antes em *O Povo e o Trono*, talvez agora em tom menos radical:

'O que quer hoje o país? O País quer governar-se a si mesmo, é a sua aspiração política, quer libertar, renovar, desenvolver as suas forças vivas, é a sua aspiração social. Por isso, quer ele como reforma política a eleição direta, acompanhada de todas as garantias para a liberdade do voto, e como reformas sociais a emancipação dos escravos, a universalidade da instrução e as garantias efetivas da liberdade de consciência. Da reforma política sairá o Governo representativo que se completará pela temporariedade do senado e pela responsabilidade efetiva dos ministros pelos atos do poder moderador. Das reformas sociais sairá uma sociedade democrática. Isso é o que o País deseja: um Governo livre na sociedade livre'. (VIANA FILHO, L., 1985, pp. 42, 43)

2.2. O anti-ultramontano

O ano de “fixação monárquica” é também o ano em que Nabuco toma parte, das mais ativas, na “campanha maçônica (...) contra os bispos e contra a Igreja.” (NABUCO, J. 2004, p.41) Em 20 de maio, profere discurso no “Grande Oriente Unido do Brasil”, templo cujo “Grão-Mestre” à época era Joaquim Saldanha Marinho. O discurso é intitulado *A Invasão Ultramontana*. Se se assenta, tal como teorema, seu monarquismo – ainda que “reformista” –, Nabuco está longe das pazes com o catolicismo, a ser feita somente na última parte da vida. O partido da maçonaria é, então, o partido da liberdade, junto do qual pode levar adiante seu projeto de reforma.

A chamada “questão religiosa”, que movimentou a primeira metade da década de 1870, foi, segundo Roque Spencer M. de Barros, “o mais sério conflito entre (...) [Estado e Igreja] registrado nos anais da história nacional”. (BARROS, 1971, p. 317) Deve ser compreendida a partir de

um longo entrecocar-se de ideologias, ora patente, ora latente, que, derivando-se do regime de união entre a Igreja e o Estado, da situação geral das crenças religiosas no País, da guinada ultramontana do pontificado de Pio IX e dos progressos do liberalismo e do cientificismo nacionais no 'ocaso do Império', eclode finalmente de forma espetacular e dramática no episódio dos bispos, sem que a anistia de 1875 tivesse o condão de eliminá-la, apesar da calma aparente. (*Ibid.*, p. 319)

Segundo Barros,

o primeiro fato concreto que levaria à abertura do conflito foi o tantas vezes narrado episódio da suspensão do Padre Almeida Martins pelo bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda. Católico e maçom, o Padre Martins fora o orador oficial de uma festa comemorativa da promulgação da lei de 28 de setembro, realizada no Grande Oriente do Lavradio, em homenagem ao Visconde de Rio Branco, presidente do Conselho e grão-mestre da maçonaria brasileira. Ora, apesar do *modus-vivendi* entre a maçonaria e a Igreja brasileiras, havia todo um arsenal de documentos pontifícios a fulminar os 'pedreiros livres' (...). Bastava, portanto, a qualquer autoridade eclesiástica aplicar a doutrina: foi o que fez D. Lacerda, suspendendo de ordens o padre maçom. (*Ibid.*, pp. 338, 339)

A maçonaria reage, afirmando a perfeita compatibilidade entre o “bom católico” e a maçonaria e estabelecendo o antagonismo entre essa e o “jesuitismo ultramontano”. Não é, portanto, totalmente inesperada, por esse fato e pelos motivos apontados acima, a rusga entre o bispo de Olinda, D. Vital, e os católicos-maçons. O bispo, disposto a seguir à risca a ortodoxia romana, dirige, em 28 de dezembro de 1872, ofício ao Vigário da Freguesia de Santo Antônio, pedindo a este que exorte o senhor Dr. Antônio José da Costa Ribeiro, conhecido maçom e membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento, que deixe a maçonaria. Em caso de recusa, pede sua expulsão do grêmio da Irmandade. Após negativa da Irmandade, D. Vital reitera o pedido em 9, 13 e 16 de janeiro de 1873. Diante de nova recusa, o bispo decreta a interdição da Irmandade.

A partir desse episódio específico, colocam-se questões de grande alcance,

interesses opostos da maior importância e que lhe davam um relevo que custamos hoje a compreender: por trás da questão comezinha dos interditos reaviva-se, com calor e paixão, a secular luta entre a Igreja e o Império. Finalmente, como último dado explicativo do significado capital da luta, no mesmo domínio das relações entre a Igreja e o Império, era a própria doutrina do beneplácito régio que se punha em questão. (*Ibid.*, p. 342)

A Constituição Imperial de 1824 estabelece que a religião católica é a religião oficial do Estado. No entanto, reserva ao Imperador o direito de decidir quanto à “validade ou não, no País, dos 'decretos dos concílios e letras apostólicas, e quaisquer outras constituições eclesiásticas, que se não opuserem à Constituição'.” (*ibid.*, p. 320)

Essa ressalva dava ao chefe do Estado o direito de estabelecer os limites da ingerência papal nos assuntos nacionais, o que, por sua vez, contrariava as pretensões universais do catolicismo, estabelecendo um conflito latente entre as instituições.

Barros afirma que o conflito pôde manter-se latente devido ao fato de que o país, efetivamente, movia-se à margem de Roma. Em interessante exame de Pereira Barreto da situação religiosa do Brasil, lê-se:

'O nosso clero – escrevia ele nas *Soluções Positivas da Política Brasileira* – é quase em sua totalidade deísta; toda a nossa Câmara atual (...) é deísta; quase todo o Senado é deísta; o ensino oficial da filosofia nas academias de S. Paulo, de Pernambuco, nos liceus, nos colégios, é exclusivamente deísta; é em uma palavra o puro deísmo que domina em todas as camadas mais cultas da nossa sociedade (...). Se descermos agora às camadas incultas da nossa sociedade, as quais constituem com segurança quatro quintos da população (...e...) excluída desses quatro quintos a população escrava que é totalmente fetichista, não obstante o rótulo católico que a cobre, resta-nos uma grande fração que vive engolfada no mais profundo politeísmo primitivo'. (*ibid.*, p.321)

O próprio clero nacional era refratário à autoridade pontifícia e, entre os clérigos, era comum encontrar uma formação muito mais versada nas obras profanas que nas pias. Os seminários abraçavam as ideias da época e, “ao lado do ideal iluminista, o clero professava geralmente, no que diz respeito às relações entre a Igreja e o Estado, o mais ferrenho regalismo, apoiado na tradição lusitana, particularmente a pombalina.” (*idem*)

Barros fala mesmo em um falso catolicismo, independente da ortodoxia religiosa. A independência dava-se entre o clero e, também, entre os homens cultos, os quais partilhavam espécie de “protestantismo inconsciente”. “Antes do fim do Império, o catolicismo não era, propriamente, posto em causa. Era católico o maçom, católico se considerava o próprio anticlerical.” (*ibid.*, p. 323) É evidente que os partidários desse catolicismo frouxo não se levantariam contra o poder civil a favor da Santa Sé.

Os dois Pedros, igualmente, sempre estiveram mais preocupados com o trono. “D. Pedro I foi um desses tantos católicos-maçons que iriam mais tarde provocar as iras de D. Vital e de Macedo Costa, enquanto o segundo Pedro nunca parece ter ido além de um deísmo semiprotestante, partilhando da comum auto-ilusão de nossos homens cultos de que era verdadeiramente católico.” (*idem*)

Ao povo, como também aos homens cultos, importa o aspecto exterior, o luxo do adorno, a superstição e não a doutrina católica propriamente dita. A paz dava-se, entre Igreja e Estado, pela indiferença. Mas a paz era precária, “poderia ser rompida,

desde que aparecessem uns poucos campeões da religião romana dispostos a fazer valer no País o catolicismo na sua integridade, para tanto invocando o caráter oficial de sua crença, amparada pelo artigo 5º da Constituição¹⁰.” (*ibid.*, p. 324)

Os católicos ortodoxos brasileiros, diminuta minoria, não podiam mobilizar-se a fim de descortinar a “Religião de Estado”. D. Vital e D. Antônio de Macedo Costa foram os “catalisadores” dessa minoria. Sua ação não se deu, contudo, a partir do nada.

(...) ela é o resultado de um longo processo que se liga à linha marcadamente ultramontana do pontificado de Pio IX e às suas repercussões no Brasil, seja no seio da minoria fiel à ortodoxia católica, seja no seio da opinião liberal brasileira. *Nestes termos, a questão religiosa foi apenas a expressão brasileira da oposição universal entre o liberalismo triunfante e o ultramontanismo conservador e intransigente.* (grifo nosso) (*ibid.*, p. 325)

O termo ultramontanismo, contra o qual se levanta Nabuco n' *A Invasão Ultramontana*, designa a postura dos fiéis que atribuem ao Papa papel primordial na direção da fé e também dos assuntos humanos. O pontificado de Pio IX (1846 - 1878), seguindo a orientação do antecessor, Gregório XVI (1831 – 1846), é marcado por essa postura, a qual, entre outras coisas, enxerga o Estado como mero instrumento temporal da Igreja. Segundo Barros,

Tal atitude espiritual e tais ideias, potencializadas ao máximo, compõem o pano de fundo do pontificado de Pio IX, inspirado, em seus momentos cruciais, pela ala mais radicalmente ultramontana da Companhia de Jesus. A expressão doutrinária fundamental desse estado de espírito é a encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus* que a acompanha; sua obra concreta essencial o concílio do Vaticano e a proclamação do dogma da infalibilidade. (...) Em uma palavra, o *Syllabus* retoma a luta pela preponderância da autoridade espiritual da Igreja sobre a sociedade civil. (*ibid.*, p. 326)

São condenados o racionalismo, o liberalismo, o naturalismo, a separação da Igreja e do Estado, o progresso, a liberdade de consciência e pensamento, a centralidade do homem, a crença no poder do povo, tudo que seja típico da civilização moderna. No Brasil, o ultramontanismo faz eco embora, de acordo com Barros, seja difícil precisar sua profundidade e extensão. Menciona depoimento de um professor da Faculdade de Direito do Recife, em uma *Memória Histórica* de 1868, na qual trata do desenvolvimento da “filosofia católica do Direito” e onde cita autores cujas doutrinas estão ligadas ao ultramontanismo. Outro atestado da entrada do ultramontanismo no

¹⁰ Art. 5. A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo.

Brasil é a existência de reações contrárias a seu espírito. Tavares Bastos escreve em 1862, ainda antes da publicação do *Syllabus*, pedindo o combate ao “espírito clerical” em favor do “espírito liberal”.

Roque de Barros atribui peso importante às reivindicações do liberalismo, seja monárquico ou republicano, para se compreender a dimensão que toma a “questão religiosa”. Tais reivindicações,

se não foram responsáveis pelo desencadeamento do episódio dos bispos, foram-no, ao menos, pela ampliação da questão, aumentando-lhe as proporções e ligando-a com vários problemas políticos, sociais, econômicos e culturais, que em larga margem tinham sua solução entravada pelo regime de união entre a Igreja e o Estado. Só isto explica que um episódio de significação aparentemente limitada se transformasse numa das grandes questões do Império. (*ibid.*, p. 329)

Esse foi o caso de Joaquim Nabuco. Ele já pedira em favor da liberdade de culto, “consequência lógica da liberdade de consciência”, em *O Povo e o Trono*. A possibilidade de eleição dos acatólicos, vedada pelo parágrafo 3º do art. 95 da Constituição, é bandeira de Nabuco nos escritos da *Reforma*, como vimos acima, e será objeto do primeiro discurso de Nabuco na Câmara dos deputados imperial, em 1879. Mas a tese da separação entre Igreja e Estado, segundo Barros, embora “aspiração permanente do liberalismo verdadeiro, (...) nem sempre podia ser francamente ventilada e poucas vezes o foi antes da questão religiosa.” (*ibid.*, p. 330)

O liberalismo, então, aproveitaria a chance para defender seus ideais nucleares, mediante o ataque ao ultramontanismo. Fizeram o mesmo republicanos e cientificistas. Diante da ineficácia das leis vigentes em resolver a questão, pregavam reformas. “Não era outra coisa o que desejavam os liberais avançados, republicanos ou não, e os republicanos todos, liberais ou positivistas. Graças a eles a questão religiosa se transforma num libelo contra a situação vigente, que envolve a Igreja e o Império.” (*ibid.*, p. 332)

O Imperador, contudo, resistia à separação Igreja-Estado e, com ele, alguns dos velhos monarquistas. De acordo com Barros,

Nabuco de Araújo, por exemplo, em discurso pronunciado no Senado, depois de mostrar-se favorável, em tese, ao regime da 'Igreja livre no Estado livre', rejeitava-o para o Brasil. Em nosso país, argumentava, ou a separação nulificaria a Igreja, o que lhe parecia um mal irreparável, ou a fortaleceria de tal forma que a levaria a dominar a sociedade inteira – o que lhe parecia um mal ainda maior. Assim, não haveria de ser do monarca ou da Monarquia que haveria de vir a sonhada separação. (*ibid.*, p. 334)

Em *Um Estadista do Império*, Joaquim Nabuco trata da questão e expõe a posição do pai. Consulta-se o Conselho de Estado acerca da questão em diversas oportunidades, sendo a primeira em 12 de fevereiro de 1873. Os quesitos da consulta foram os seguintes:

1º Se as Bulas que fulminam penas contra as Sociedades Maçônicas, não tendo sido placitadas, podem ter vigor no Brasil? 2º Em qualquer caso, se podem ter aplicação às sociedades Maçônicas do Brasil, à vista do nosso Direito? 3º Até que ponto pode ir a ação e a intervenção dos Prelados Diocesanos nas Irmandades e outras associações que participam do caráter religioso, regidas por compromissos ou estatutos aprovados pela autoridade civil, assim como pela eclesiástica na parte que lhe compete? 4º Que providências cabia ao Governo dar a respeito dos atos do Bispo de Olinda em relação às Irmandades que contam Maçons em seu grêmio, e de atos semelhantes dos Prelados Diocesanos?

Nabuco [de Araújo] responde da seguinte forma: Ao 1º quesito, negativamente, à vista do art. 102, § 14 da Constituição do Império¹¹. Ao 2º quesito: 'Quando essas Bulas fossem placitadas, elas não podiam ter aplicação às sociedades maçônicas do Brasil, porque a jurisdição eclesiástica (...) está reduzida às matérias puramente espirituais, e essas sociedades são evidentemente temporais e permitidas pela lei civil'. Quanto ao terceiro, sobre o limite da autoridade espiritual: 'Não pode ir além do culto religioso e móveis sagrados, estendendo-se à associação, cujo pessoal não é eclesiástico, e estabelecer incapacidades que não constam dos compromissos aprovados pela autoridade civil e sem acordo desta'. Sobre as providências a tomar: 'O Governo deve proceder (...) remetendo a inclusa representação ao Procurador de Coroa para instaurar o recurso à Coroa, ordenando ao Bispo que suspenda todo ulterior procedimento até à decisão do recurso, e ao Juiz de Capelas que, exercendo a jurisdição que lhe compete, previna e não auxilie qualquer usurpação do poder temporal'. E acrescentava: 'Seria talvez conveniente que por ocasião de mandar o Governo Imperial que o Bispo suspenda o seu procedimento até à decisão do conflito, lhe escreva uma confidencial, exortando-o a que proceda com moderação e tolerância'. (7 de Março de 1873) (NABUCO, 1899, tomo III, pp. 367, 368)

O parecer de Nabuco de Araújo é favorável ao Estado e à defesa da Constituição Imperial. Segundo Nabuco, em confirmação ao retrato da “religião de estado” brasileira feito por Roque de Barros, os homens públicos do Império não podiam conceber o sentido da atitude de Dom Vital, como podia ele contestar publicamente a Constituição e a autoridade da Coroa. “O Império estava habituado a outra ordem de Bispos, a Bispos mansos, pacíficos, cordatos, dotados do espírito de prudência e submissão; pela

¹¹ Artigo 102, parágrafo 14 da Constituição de 1824: “O Imperador é o Chefe do Poder Executivo, e o exercita pelos seus Ministros de Estado. São suas principais atribuições: (...) XIV. Conceder, ou negar o Beneplácito aos Decretos dos Concílios, e Letras Apostólicas, e quaisquer outras Constituições Eclesiásticas que se não opuserem à Constituição; e precedendo aprovação da Assembleia, se contiverem disposição geral.”

primeira vez, pode-se dizer, o Episcopado era surpreendido pela atitude intransigente de um de seus membros em frente ao poder temporal.” (*ibid.*, p. 368)

O jovem Nabuco, como dissemos, participa ativamente na campanha maçônica. Agia a partir da convicção da necessidade de fazer oposição ao ultramontanismo. Profere um discurso, “espécie de polêmica falada” (NABUCO, 1873, p. 6), *A Invasão Ultramontana*.

Começa afirmando à plateia, com ironia, que deseja então a “salvação de sua alma” e, para tanto, deseja fazer uma penitência. Pede que os ouvintes lhe perdoem ter tomado parte, durante o terceiro ano da Academia, de um ciclo de debates entre católicos e protestantes, no qual predominara a intolerância para com os últimos. Como orador católico, vira o desrespeito com que se trataram os oradores protestantes, privados de tempo de fala e vaiados quando podiam falar, e participara do lado dos intransigentes. Desde então, abominaria “a intolerância com o ódio do remorso...” (*Ibid.*, p. 8)

Passa ao tema da conferência e afirma que, a fim de tratar da “invasão ultramontana”, deve falar antes da “teocracia”, o “governo dos padres”. Historicamente, ela teve razão de ser, na catequese dos indígenas ou no mundo semítico, o qual “não conhecia o abismo profundo que separa o espiritual do temporal” (*ibid.*, p. 9), no governo dos patriarcas ou na idade média, nesse “domínio que o poder espiritual mais fortemente constituído do mundo – o papado – teve durante séculos sobre a sociedade civil” (*ibid.*, p. 10). Mas hoje, afirma Nabuco, ele não pode respeitar a teocracia moderna,

a teocracia jesuítica, (...) do *Syllabus* (...), [que] não tem missão, porque é um grito de revolta de uma instituição que não sabe resignar-se, porque hoje há mais luz em torno do papado do que em seu foco, porque ela só pode viver com a inquisição... (*ibid.*, p. 11)

Mas se a teocracia moderna está condenada a desaparecer, afirma Nabuco, ainda no século XIX, a religião perduraria, já que se trata de necessidade social. Nabuco demonstra verdadeiro tino sociológico. Segundo ele,

os povos precisam de uma convicção forte em seu destino nacional, e em sua responsabilidade fora da terra, é preciso que as sociedades tenham uma base moral forte e inabalável, e essa não podem dar-lhe os sistemas filosóficos. Senhores, Voltaire exprimiu um dia este pensamento profundo, mas que a muitos parece banal: Se Deus não existisse seria preciso inventá-lo... sim, seria preciso inventá-lo, porque ele é a primeira das instituições sociais, e porque a ordem e a liberdade, a harmonia e o progresso, tudo dimana da moral religiosa do povo, da crença na existência de um Deus! (*ibid.*, p. 12)

A religião, contudo, a fim de “realizar seus fins”, deve aliar-se à liberdade, uma vez que teriam inimigos praticamente comuns. Os inimigos da primeira são o “fanatismo” e a “impiedade”; da segunda, o “despotismo” e a “anarquia”, e onde vence um, venceria também o outro. “Vede, ele diz, a sociedade moderna em luta com os dois inimigos da ordem atual, igualmente terríveis e implacáveis, um que a julga estacionária demais, outro que a julga revolucionária, a Comuna e o jesuitismo.” (*Ibid.*, p. 13) Nabuco não saberia julgar que triunfo seria pior para a sociedade, ou que destruição seria mais trágica, se a de Paris, “capital do mundo”, ou se a de um “dos princípios de nosso século, da liberdade de religião.” (*Ibid.*, p.14)

E para mostrar as profundas afinidades que teriam entre si liberdade e religião, trata de como os “dois princípios constituíram uma grande nação”. Fala a partir da leitura de “um livro que há de ser sempre citado na América, o livro de Tocqueville.” (p.15) Sustenta:

É ele que fazendo uma comparação entre os 'exploradores de ouro, gente sem recursos e sem conduta' que colonizaram o sul da União e os *peregrinos* que aroaram movidos por uma ideia às praias áridas da Nova Inglaterra, e que aí lançaram as bases da comuna que se tornou o núcleo do condado, nos diz que 'os Estados Unidos são o produto de dois elementos perfeitamente distintos que em outros lugares combatem-se, mas que na América chegaram a incorporar-se um no outro: o espírito de religião e o espírito de liberdade'. (*idem*)

Mais uma vez, como vimos em *O Povo e o Trono*, Nabuco lança mão do exemplo da república norte-americana para convencer acerca da importância de uma mudança no país, nesse caso, a defesa da liberdade religiosa. E segue, comparando seu destino com o destino do Brasil, a partir de sua colonização:

Ah! Senhores, esse paralelo entre o norte e o sul da união é cruel para nós; não o podemos ler sem lembrarmos dos nossos primeiros colonizadores, desses homens que chegando a um país fértil sem cultivo desonraram a infância de sua sociedade, introduzindo em seu seio essa infeliz raça africana e perseguindo a ferro e fogo as raças indígenas. Foi pela natureza de nossa colonização¹² que o espírito de religião não medrou entre nós, e que o espírito de liberdade levou tanto tempo para despontar. (*Ibid.*, pp. 15, 16)

É esse “espírito de liberdade”, tão recente no país, que a “teocracia moderna que não quer de modo algum abdicar diante da civilização” está colocando em risco. A fundação da teocracia dataria de 18 de julho de 1870, “dia em que o Concílio do

¹² Nabuco voltará a abordar a “natureza de nossa colonização” n’*O Abolicionismo*, onde defenderá que a introdução no país da “infeliz raça africana”, escravizada, é a grande causa do atraso nacional.

Vaticano votou a infalibilidade do papa”. (p.16) Nabuco vê “a definição dogmática da infalibilidade” como uma provocação ao século (*idem*) e citou os dois papas que condenaram o sistema de Galileu, questionando de que modo seria possível conciliar sua infalibilidade com a verdade da ciência. Diz acreditar que justamente porque a sociedade moderna repele a infalibilidade é que o Concílio o decretou, “violando a liberdade da tribuna” (*ibid.*, p. 19), e que o Concílio não teria sido obra do papa, mas dos jesuítas. (p.21) Esses teriam violado a moral cristã, sem que por isso os punisse a Igreja, ao contrário do que prontamente faz contra os que desrespeitam seus dogmas.

À moral jesuítica, “casuística do probabilismo e da direção da intenção que ligou ao nome – jesuíta – um opróbrio eterno” (*Ibid.*, pp. 23, 24), Nabuco diz preferir a moral de La Rochefoucauld, “feita para uma certa classe elegante, cética, dissipada e não obstante tudo devota; prefiro essa moral à que entra na consciência do homem religioso e que se serve do nome de Deus para corrompê-la.” (p.24) Em tom de galhofa, diz compreender por que os jesuítas odiariam tanto a maçonaria: é que um dos fins da maçonaria é proteger as viúvas pobres, enquanto os jesuítas formariam uma associação destinada a explorar viúvas ricas.

A verdadeira frente de combate do jesuitismo moderno dividir-se-ia entre o confessionário e a instrução dos jovens. Quanto ao primeiro, o confessionário, não se tem muito a fazer, não se pode disputá-lo; mas a instrução deve lhes ser retirada, “porque eles são mestres nesse ofício de introduzir na alma que se vai formando aqueles germens que é preciso que desabrochem para *a maior glória de Deus*, isto é, para o maior interesse da Companhia.” (p. 26) E para o interesse da Companhia é que os jesuítas fizeram o Concílio Vaticano, com vistas a empreenderem com a sociedade moderna uma terrível luta, por sua própria conservação.

No caso da “invasão ultramontana” ao Brasil, trata do que se passou em sua província natal, Pernambuco. Atribuiu a revolta contra as ações de D. Vital ao espírito de independência daquela província, exemplificado pelas lutas contra os holandeses e pela revolta de 1817¹³. Esse espírito se viu ameaçado, ao imaginar nas ações do prelado as ações de “uma milícia arregimentada [que] recebe as ordens de Roma e ameaça a sua independência religiosa e civil”. (p. 30)

Questiona, então, como fazer frente à invasão ultramontana. E responde:

¹³ Ver *História do Brasil Nação: 1808 – 2010*, vol. 1, pp. 83 – 86.

É preciso que partais deste princípio, que a reforma da sociedade brasileira há de ser operada com o catolicismo, e que por conseguinte é preciso, por todos os modos, aliar o catolicismo com a liberdade. O primeiro dos meios a empregar para isso é estabelecer no país a liberdade religiosa. O princípio da liberdade religiosa entrou no direito comum do século, entrou na consciência da humanidade, é impossível arrancá-lo daí onde ele está para sempre consolidado. (*Ibid.*, pp. 32, 33)

A liberdade religiosa é garantidora da iniciativa individual, represada sob regimes teocráticos como os do Oriente. E defende o passado da Grécia, “berço da civilização moderna”, onde vicejou a “independência de pensamento”. Roma, cidade que absorveu o mundo, fê-lo “transmitindo-lhe seu espírito, dando-lhe suas leis... mas não impondo-lhe seus deuses. O politeísmo tinha uma razão de ser política: no seu céu havia lugar para todos os deuses da terra!” (p. 34) A religião cristã, antes perseguida e que “só pedia que lhe deixassem respirar o ar livre”, o que fez quando se tornou hegemônica? “Confiscou os direitos do pensamento. (...) O que se deve concluir daí? Que a igreja onde está forte nega a tolerância religiosa, e onde está fraca reclama-a.” (p. 35)

Segundo Nabuco, a tolerância religiosa é a melhor política e a liberdade de crença é um direito da alma. Argumenta que não deseja, no momento, a separação radical da igreja e do estado – e nisso concorda com seu pai, como vimos. E assim explica sua posição: “não quero, sobretudo porque se a igreja ficasse hoje livre entre nós, não teríamos um só paradeiro que opor à invasão ultramontana.” (*ibid.*, p. 38) A explicação segue o pensamento do pai, para quem, como mostrou Roque de Barros, a separação ou acabaria com a igreja ou a tornaria excessivamente grande. E continua, mais uma vez contrapondo o Brasil aos Estados Unidos:

Quem nos dera que a sociedade brasileira pudesse oferecer esse grande espetáculo que dão os Estados Unidos. Lá as igrejas estão fora do orçamento, e o que acontece? Acontece que quando um Beecher e um Chapin alugam cada ano as cadeiras dos templos em que pregam, realizam uma fortuna. (...) Sim, eu quisera que em meu país a igreja e o estado não se confundissem, que nós seguíssemos o exemplo dessa família protestante, no seio da qual não há pompas externas sem haver sentimento religioso... mas seria um perigo quebrar hoje as armas com que podemos nos defender. (pp. 38, 39)

Diante da realidade brasileira, Nabuco acredita na necessidade de manter a influência – talvez valha dizer o controle – do estado sobre a igreja:

É por isso que eu peço a liberdade de cultos, e a separação *das duas sociedades*, a temporal e a religiosa, a independência completa da legislação civil da eclesiástica, sem abandonar os direitos do estado inscritos na constituição, antes reivindicando-os com toda a força. (p. 39)

O que ele deseja e defende é que cesse a influência da igreja na vida civil, mas que se mantenha a ascendência civil sobre os assuntos da igreja.

Lembra que tem lutado para que se reformule a constituição, a qual se habituou a considerar a “cidadela dos inimigos”, sendo um dos pontos de reivindicação a eleição direta, a qual acredita ser aspiração nacional. Mas diante do perigo ultramontano, age como verdadeiro “campeão da constituição”, no que se refere aos direitos que o estado reservou-se sobre a igreja.

Na verdade, os ultramontanos defendem o famoso art. 5^o¹⁴, e também o outro art. 95 no parágrafo em que se proíbe aos mais inteligentes dos acatólicos a entrada no parlamento¹⁵, quando nenhum artigo nos protege contra a entrada nesse recinto da mediocridade católica; mas eles esquecem que esses privilégios só foram dados à igreja porque o estado tomou o de nomear os bispos e o de opor-se às bulas e decretos dos concílios que pudessem conflagrar a sociedade... (p. 40)

Conclui o discurso, em uma bela passagem, sugerindo a supremacia do espírito do tempo, com o qual a igreja não poderia ombrear:

Senhores, há uma força na civilização, que ninguém pode desconhecer e a cuja poderosa atração obedecem todos os países, ainda os mais distantes de seu foco; é ela que imprime hoje esse movimento de progresso aos povos imóveis do Oriente e abre ao comércio os portos do império do Sol nascente; (...) foi ela que acabou com o tráfico, que desonrava as ondas do Atlântico. Pois bem: a essa atração têm obedecido todas as instituições. Vede a monarquia, a monarquia do direito divino, a monarquia tradicional, obrigada em nosso século para existir a consorciar-se com a democracia. (pp. 41, 42)

A igreja, por mais que relute, deverá um dia, para sobreviver, aliar-se à liberdade. Os brasileiros devem preparar-se para fazer do país

o que ele merece ser, (...) uma sociedade nivelada pela igualdade, elevada pela instrução, fortalecida pela religião, digna enfim de seu tempo (...) [e não] uma sociedade atrofiada pelo fanatismo, fechada à civilização do mundo, vassala de um poder estrangeiro, último asilo enfim da teocracia, como hoje é último asilo da escravidão. (p. 43)

Reconhece, por fim, que o país está dividido na questão política, mas pede, mais uma vez, que se una em torno da bandeira das reformas sociais: a emancipação dos escravos, a liberdade dos cultos, a instrução obrigatória. Se há divergência quanto ao governo do presente, que o país se reúna para a política do futuro, “a formação de uma sociedade livre – único fundamento de um governo livre!” (p.45)

¹⁴ Ver nota 10.

¹⁵ Lembrar que a luta pela elegibilidade dos acatólicos vem desde, pelo menos, *O Povo e o Trono* (1869)

De tudo isso, pode-se afirmar que *A Invasão Ultramontana* não se trata de libelo anti-religioso, ele não rejeita a religião *per se*, mas o fato de estar ela apartada da liberdade. O combate à invasão do ultramontanismo é, na verdade, o combate ao atraso, combate a mais uma tentativa de no país frear-se a modernidade. A defesa da maçonaria dá-se à guisa de combate a um inimigo comum: o jesuitismo, sua mentalidade atrasada e suas práticas corrompidas. Além disso, embora reconheça ser impossível ao Brasil de então que estado e igreja se separem por completo – porque a última precisa dos freios do primeiro –, pede pela liberdade de cultos. A questão religiosa é mais uma frente onde Nabuco luta a sua luta: a das reformas, como a abolição, a eleição direta e a instrução generalizada, indispensáveis para levar o país ao futuro.

2.3. A primeira viagem à Europa

O ano de 1873, além do que vimos, é ainda o ano da primeira viagem de Nabuco à Europa. Antes, em 1872, publicara seu primeiro livro, *Camões e os Lusíadas*. Voltaria seguidamente, ao longo da vida, a falar de Camões. Nos últimos anos de sua vida, palestrou a respeito do grande poeta português em diversas universidades norte-americanas. Do mesmo ano é *Le Droit au Meurtre*. A obra é resposta ao livro *L'Homme-Femme*, de Alexandre Dumas, filho, que defendia o direito de o marido assassinar a mulher infiel. Nabuco responde em defesa da mulher, e endereça a obra a Ernest Renan.

Nesse ano, ainda, vai a Pernambuco tomar posse de um engenho, pelo qual teve de esperar a maioria, legado a ele pela adorada madrinha. Após vendida, a propriedade pôde dar a Nabuco

um ano de Europa. Sem essa viagem não queria dar sua educação por terminada, e em agosto de 1873 embarcava para Bordéus. No velho continente quer tudo ver, tudo conhecer e a todos falar. O tempo não lhe basta para percorrer, como quisera, os países que visita – a França, a Inglaterra, a Itália, a Suíça. (NABUCO, C., 1928, p.49)

É na viagem que faz à Europa que a certeza monárquica se estabelece verdadeiramente. Antes, vivia sob a influência dos textos. Fosse Laboulaye, Tocqueville ou Bagehot, tinha impressões emprestadas. A impressão inapagável em seu espírito quem lhe daria seria o mundo.

Nabuco confessa, no capítulo quarto de *Minha Formação, Atração do Mundo*, um dos mais belos do livro, que seu interesse se dirige sempre para onde “a ação do drama

contemporâneo universal é mais complicada ou mais intensa.” (NABUCO, J., 2004, p.44) Interessa-se pela “política com P grande” e nunca pela “pequena política”, a dos partidos, dos conchavos, dos acordos:

Esse gozo especial do político na luta dos partidos não o conheci; procurei na política o lado moral, imaginei-a uma espécie de cavalaria moderna, a cavalaria andante dos princípios e das reformas; (...) Isto quer dizer que a minha ambição foi toda, em política, de ordem puramente intelectual, como a do orador, do poeta, do escritor, do reformador. (*ibid.*, p. 45)

Nesse sentido, diria que sua participação na política de partidos deu-se sempre com vistas a levar adiante um projeto de reforma. Isso é evidente na luta pela emancipação, à qual se manteve fiel, mesmo a expensas da fidelidade partidária. No capítulo final da abolição, por exemplo, apóia João Alfredo, conservador, quando em seu ministério decide por fim à escravidão.

Admira as grandes nações do mundo, os grandes palcos da história. “Sou antes um espectador do meu século do que do meu país; a peça é para mim a civilização, e se está representando em todos os teatros da humanidade, ligados hoje pelo telégrafo.” (*ibid.*, p. 44) Seu olhar dirige-se constantemente para fora, para onde brilha mais forte a civilização. “Politicamente, receio ter nascido cosmopolita. Não me seria possível reduzir as minhas faculdades ao serviço de uma religião local, renunciar a qualidade que elas têm de voltar-se espontaneamente para fora.” (*ibid.*, p. 46)

Como consequência de seu cosmopolitismo, está sempre dividido. Com ele, estão divididos os brasileiros todos e, com esses, todos os povos americanos. A divisão se dá pelo duplo pertencimento: à América,

pelo sedimento novo, flutuante, do (...) espírito e à Europa, por suas camadas estratificadas. Desde que temos a menor cultura, começa o predomínio destas sobre aquele. A nossa imaginação não pode deixar de ser européia, isto é, de ser *humana*; ela não para na Primeira Missa no Brasil, para continuar daí recompondo as tradições dos selvagens que guarneciam as nossas praias no momento da descoberta; segue pelas civilizações todas da humanidade, como a dos europeus com quem temos o mesmo fundo comum de língua, religião, arte, direito e poesia, os mesmos séculos de civilização acumulada e, portanto, desde que haja um raio de cultura, a mesma imaginação histórica. (*ibid.*, p. 49)

A divisão nos condenaria a todos à “mais terrível das instabilidades”, devida à origem europeia. Vivemos o célebre “dilema do mazombo”:

A instabilidade a que me refiro provém de que na América falta à paisagem, à vida, à arquitetura, a tudo o que nos cerca, o fundo histórico, a perspectiva humana; e que na Europa nos falta a pátria, isto é, a fôrma em que cada um de nós foi vazado ao nascer. De um lado do mar sente-se

a ausência do mundo; do outro, a ausência do país. O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação européia. As paisagens todas do Novo Mundo, a floresta amazônica ou os pampas argentinos, não valem para mim um trecho da Via Appia, uma volta da estrada de Salerno a Amalfi, um pedaço do cais do Sena à sombra do velho Louvre. No meio do luxo dos teatros, da moda, da política, somos sempre *squatters*, como se estivéssemos ainda derribando a mata virgem. (*idem*)

O “dilema do mazombo”, segundo Evaldo Cabral de Mello, é o dilema do “descendente de europeu ou reputado como tal, com um pé na América e outro na Europa, e equivocadamente persuadido de que, cedo ou tarde, terá de vencer a indecisão, plantando-os ambos de um só lado do oceano.” (*ibid.*, p.12) Para Cabral de Mello, esse dilema é a chave para a compreensão da cultura brasileira (desde, pelo menos, os anos vinte e trinta do século XX) e sua tentativa de romper com o estrangeiro mediante a invenção da identidade nacional. Essa “obsessão identitária”, como uma das saídas possíveis do dilema – os dois pés fincados de cá da fronteira –, seria a antítese dos valores universais caros a Nabuco, homem de sensibilidade declaradamente cosmopolita.

A instabilidade dos americanos, para Nabuco, não se deve tomar como índice da existência de “duas humanidades” em conflito. Pelo contrário, há apenas uma. Nabuco afirma:

no século em que vivemos, o *espírito humano*, que é um só e terrivelmente centralista, está do outro lado do Atlântico; o Novo Mundo para tudo que é imaginação estética ou histórica é uma verdadeira solidão, em que aquele espírito se sente tão longe das suas reminiscências, das suas associações de ideias, como se o passado todo da raça humana se lhe tivesse sido apagado da lembrança¹⁶... (*ibid.*, p. 50)

É em busca desse *espírito* que Nabuco parte para a Europa em 1873. Desembarca do navio em Bordeaux quando as últimas tropas alemãs retiravam-se do solo francês e o país encontrava-se dividido entre os partidários de Thiers e os do Conde de Chambord – Henrique V –, entre a república e a restauração. Assiste à sessão na Assembleia Nacional que vota o setenato¹⁷ do general Mac-Mahon (1873 – 1879) “como medida

¹⁶ Comparar com o último parágrafo de *O Povo e o Trono*, em que Nabuco toma a América como “filha diletta do céu, que Deus tirou das ondas para tendas dos povos eleitos; (...) continente abrolhado das águas para (...) [ser] o sólio das transformações das raças antigas...” Embora tanto lá como aqui Nabuco ressalte a novidade do continente (fala mesmo de “virgindade” em *O Povo e o Trono*), a afirmação lá é elogiosa, uma vez que a novidade é “espaço” e “possibilidade”, enquanto aqui se dá o contrário, porquanto a novidade seja “vazio” e “ausência”. Ver também, acima, o que diz Nabuco sobre a América do Norte na *Reforma* e n’*A Invasão Ultramontana*.

¹⁷ Na entrada de 19 de novembro de 1873, lê-se em seus *Diários* (2006): “À sessão do setenato”.

provisória, dilatária, entre a restauração, temporariamente impossibilitada por causa da bandeira branca¹⁸, e a República, que não queriam proclamar¹⁹.” (*ibid.*, p. 59)

Ao mesmo tempo, confessa ter o espírito dividido entre a política e os deslumbramentos artísticos e literários, os quais, muitas vezes, superam a primeira em interesse. “Para um jovem brasileiro (...) que pela primeira vez chega a Paris, é quase impossível imaginar acontecimento que possa torná-lo indiferente ao maravilhoso que o surpreende a cada passo, ou sensação política que não fosse amortecida, dominada logo, pela sensação de arte.” (*ibid.*, p. 58)

Na própria política, vive um dualismo, também retratado em *Minha Formação*:

Na própria política eu achava-me dividido pela mais positiva dualidade que se pudesse dar. De sentimento, de temperamento, de razão, eu era tão exaltado partidário de Thiers como qualquer republicano francês; pela imaginação histórica e estética era porém legitimista; isto é, perante o artista imperfeito e incompleto que há em mim, a figura do conde de Chambord [Henrique V] reduzia a de Thiers a proporções moralmente insignificantes. Quando em um mesmo homem há um lírico e um político, a lenda tem para ele uma projeção duas vezes maior que a da história. (*Ibid.*, pp. 60, 61)

Segundo Nabuco, a vivência da política francesa a essa época lhe permitiu compreender que a forma de governo deve ser uma questão prática, contextual. A terceira república francesa (1870 – 1940), nascida da guerra com a Prússia, fora fundada por monarquistas, entre os quais Thiers – eleito, pela Assembleia Nacional, o “chefe do poder executivo da República” –, com a convicção de que o governo republicano dividiria menos o país que a restauração²⁰. Nabuco concordava com a medida e se dizia, inclusive, partidário da república na França, sem o ser, contudo, republicano por princípio. Afirma, ainda, que Thiers contribuiu para lhe mostrar, a ele e à França, que nem toda república é jacobina.

Em suas palavras:

O grande efeito sobre mim daquela atitude de Thiers e dos parlamentares da monarquia de julho era dar-me uma grande prova experimental de que

¹⁸ O Conde de Chambord, herdeiro do trono francês pela casa dos Bourbon, exigiu, para assumir a Coroa, que o país abandonasse a bandeira tricolor e reassumisse a bandeira branca e a flor-de-lis, símbolos do *Ancien Régime*.

¹⁹ O governo de Mac-Mahon, que sucede Thiers, “de simpatia legitimista (...), adota uma política de ordem moral, conservadora, anti-republicana e clerical (...). A restauração da monarquia parece próxima. Mas o conde de Chambord reafirma seus princípios intransigentes em outubro de 1873: a fusão com os orleanistas é uma vez mais impossível.” (tradução do autor) (Carpentier e Lebrun, 2000, p. 292)

²⁰ Segundo Carpentier e Lebrun (2000), a Comuna de Paris contribuiria para demonstrar “que nenhum regime que não a República é tolerável para a capital e para as grandes cidades de província...” (tradução do autor) (pp. 291, 292)

a forma de governo não é uma questão teórica, porém prática, relativa, de tempo e de situação, o que em relação ao Brasil era um poderoso alento para a minha predileção monárquica. O grande efeito era este: destruir o gérmen republicano latente, gérmen de intolerância e de fanatismo. E esse foi o grande serviço de Thiers à França moderna: o de acabar com o antigo monopólio jacobino sobre a ideia republicana. (*Ibid.*, p. 63)

Ainda, Nabuco enxerga a relativização à questão da forma de governo como uma característica de seu tempo. Toma o diagnóstico a um escritor seu contemporâneo, da *Quarterly Review*. Segundo este, ao mesmo tempo em que está quase extinto o genuíno sentimento realista, o republicanismo convicto também teria esfriado. Desse modo,

‘A nova geração é republicana no sentido de não acreditar na possibilidade de uma restauração monárquica; o ardente republicanismo dos velhos doutrinários, esse, porém, está quase tão morto como a advocacia do direito divino dos reis.’ (...) Esse duplo e igual esfriamento do realismo e do republicanismo, pode-se dizer que forma a atmosfera natural do liberalismo contemporâneo e da cultura política moderna, e, assim como ele aproveitava em França à república, devia aproveitar no Brasil à monarquia. Foi esta a grande influência política que exerceu sobre mim a minha estada em França de 1873-1874. (*Ibid.*, pp. 63, 64)

Nos seis meses de França, dos quais passa cinco em Paris e um em Fontainebleau – o qual, porém, embora em solo francês passa imerso na Inglaterra de Thackeray, já “tocado de um começo de anglomania” – encontra-se com figuras ilustres como Ernest Renan, que já o conhecia pelo *Le Droit au Meurtre*, e cuja figura “não o encantou menos na conversa do que o havia fascinado nos livros.” (NABUCO, C., 1928, p.49). A entrevista lhe é memorável: “Na minha vida tenho conversado com muito homem de espírito e muito homem ilustre; ainda não se repetiu, entretanto, para mim, a impressão dessa primeira conversa de Renan.” (NABUCO, J., 2004, p. 69)

Renan lhe facilita o encontro com George Sand, em cujo refúgio, em Nohant, a romancista recebe o curioso brasileiro. Conversam “como se fossem velhos amigos” (VIANA FILHO, L., 1985, p.50) Renan lhe dá, ainda, cartas de recomendação para outros ilustres, como Littré e Laboulaye. Encontra-se também com Thiers, o “salvador da república francesa”, a 10 de janeiro de 1874, a convite do barão de Itajubá. Na companhia deste,

Nabuco entrou no célebre salão do *faubourg* Saint Honoré. Apresentaram-no a Thiers, a Mme. Thiers, e a Mlle. Dosne, cuja presença lembrava a dedicação dos Dosnes pelo homem que, fora do poder, ainda era a maior personalidade da França. Jules Simon, o ex-ministro de Thiers também ali estava. Com o anfitrião ele conversou sobre coisas do Brasil. Falou-lhe sobre o problema da escravidão, e, possivelmente, ficou desapontado ao ouvir o estadista discorrer sobre a desigualdade da raça

negra, e conseqüentemente do direito, não de escravizá-la, mas de obrigá-la a trabalhar, o que, no fundo, não passava dum jogo de palavras. Contudo, fascinado pela lenda que envolvia a figura do salvador da República, é pouco provável que o visitante estivesse em condições de contrariá-lo. (*Ibid.*, pp. 50, 51)

Em janeiro de 1874, Nabuco e Eufrásia rompem o relacionamento iniciado meses antes no navio que os levava à Europa, devido a uma crise de ciúmes dela. Cancelam o casamento. Nabuco decide, então, viajar. Parte para Roma. Após uma semana de Roma, passeia pelo interior do país, onde se dedica à poesia. Tinha veleidades de autor e desejava produzir, criar. Excursiona às proximidades do Vesúvio, escreve versos à vista dos Apeninos, desfruta da companhia de belas mulheres, dedica-lhes seus versos. De volta à Roma, visita o Papa, encontra-se com Eufrásia, reconcilia-se com ela e segue, em sua companhia, para Veneza. Juntos, vão à Milão e, de lá, segue Nabuco a Ouchy, Suíça.

Foi adorável o mês passado em Ouchy. Fecundada pelo amor, pela história, e pela poesia, a imaginação entrou num período febril. Ali, naquela 'faixa de terra que liga intelectualmente o século XVIII ao XIX', tudo contribuía para aumentar a 'febre do verso' em que ardia o jovem apaixonado. Durante anos ele sonhara aqueles sítios, nos quais haviam vivido alguns dos seus ídolos da literatura. (*Ibid.*, p. 53)

Nabuco vive a sua “crise poética”. Da “crise”, nasceu *Amour et Dieu* (1874), em que reuniu os versos produzidos entre Nápoles e Ouchy²¹.

Parte, em seguida, para Paris. Reencontra-se com Eufrásia e, a tratarem novamente do casamento, não concordam com o local de residência do casal. Ela desejava permanecer em Paris; ele, irredutível, por mais que lhe aprouvesse a Europa, desejava retornar ao Brasil. Diante do desacordo, rompem.

Nota lacônica no *Diário*: '7 de junho. Em Versalhes. No hotel do Louvre. Desfeito o casamento'. Seria o fim daquele amor, que não se podia saber bem se era inconstante ou caprichoso? Por ocasião da primeira ruptura, Nabuco viajara para a Itália; desta vez resolveu seguir para Londres, donde informou ao pai o novo imprevisto. (*Ibid.*, pp.54, 55)

²¹ Segundo o próprio Nabuco, sua “crise poética”, suas veleidades de autor, ele a contrai na França entre 1873 e 1874, pelo contato com grandes autores como Ernest Renan, Scherer e George Sand. Como veremos, suas ambições literárias, formadas a partir do que chamou o substrato europeu de seu espírito, o tornarão por bom tempo imune à política local brasileira e devem contribuir para seu desinteresse em relação aos Estados Unidos em sua estada de 1876-1878.

2.4. A descoberta da Cidade

A estada em Londres teve repercussão em Nabuco difícil de exagerar. “Aí, depois de meses e meses de peregrinação, convivendo, em geral, com pessoas mais ou menos desconhecidas, o jovem (...) encontrara o aconchego de um lar amigo. E, na situação em que se encontrava, nada tão oportuno.” (VIANA FILHO, 1985, p. 55) A mansão dos Penedo, a residência de Grosvenor Gardens, era “um pedaço do Brasil em pleno coração de Londres.” (*idem*) Podia partilhar da companhia de Artur, filho do barão, ex-colega da Academia, e ouvir histórias sobre o velho Nabuco, contadas pelo próprio Penedo²². Além da hospitalidade, o convívio com os Penedo dá a Nabuco a chance de estabelecer novas relações, além de travar contato com a mais alta corte aristocrática.

Considerando o brilho das suas festas como inerente à diplomacia, Penedo tornara-se um dos centros da vida elegante de Londres, e Nabuco, além da família real, onde esplendia a formosura da princesa Alexandra²³, viu desfilar em Grosvenor Gardens toda a alta sociedade de Belgrávia e Mayfair. (*ibid.*, p. 56)

No capítulo XI de *Minha Formação*, Nabuco trata desse lugar *sui generis* no qual foi acolhido e que tanta importância teve em sua vida, especialmente porque serviu de morada ao jovem que descobria Londres, “a cidade”, valendo-lhe de “elo de união”, de “mediador plástico” entre ele e a urbe londrina. Sobre o barão e a baronesa de Penedo, ele escreve:

Não tenho espaço nestas páginas para colocar os retratos do dono e da dona da casa. Só direi do primeiro, nas suas roupas de doutor de Oxford, que o seu molde diplomático está para o Brasil tão irremediavelmente perdido como para Veneza o dos seus embaixadores dos séculos XVI e XVII. Da baronesa de Penedo basta-me dar este traço: vivendo por mais de trinta anos com a corte e a sociedade inglesa, ela não pôs nunca no segundo plano as suas amizades ainda as mais humildes e exerceu sempre a hospitalidade da sua *mansão* de Londres à boa moda do nosso país, com a mais igual afabilidade para todos, o que bem mostra a altivez de raça de uma Andrada. (NABUCO, J., 2004, p. 93)

Ali conheceu Mr. Clark, famoso correspondente do *Jornal do Comércio*, cujo posto assumiria um tempo depois, conviveu com a realeza e desse convívio retirou talvez o mais marcante argumento para sua conversão monárquica:

²² Para um retrato aprofundado da figura de Francisco Inácio de Carvalho Moreira, o barão do Penedo, bem como da residência situada à 32, Grosvenor Gardens, ver *Um Diplomata na Corte de Inglaterra* (MENDONÇA, 2006)

²³ Trata-se da princesa Alexandra da Dinamarca, esposa do príncipe de Gales, futuro Eduardo VII.

A Legação do Brasil estava naquele tempo no seu maior brilho: pertencia ao número das casas que tinham o privilégio de receber a realeza, isto é, o príncipe e a princesa de Gales. Muitos argumentos me foram apresentados na mocidade em favor da monarquia; nenhum, porém, teve para mim a força persuasiva, a evidência, destes dois, um que me foi formulado no Píncio, outro que me foi formulado no Hyde Park: a princesa Margarida de Sabóia e a princesa de Gales. A repubblicanos de boa-fé estética – ponhamos tanto os bárbaros como os anacoretas de parte – eu não quisera apresentar outros. A monarquia moderna faria bem para sustentar-se em promulgar a lei sálica²⁴ em sentido contrário, isto é, neutralizar ainda mais o poder neutro, estabelecendo a realeza exclusiva das mulheres. Seria isso fazer política experimental, que não se basearia somente no esplêndido e pacífico jubileu da rainha Vitória (...), mas no profundo interesse das massas pelos dramas de que a primeira figura é uma mulher²⁵. (*ibid.*, p. 95)

Nabuco confessa a força que teve em sua “formação política a influência mundana estrangeira, a influência aristocrática, artística, suntuária”, mas afirma que sempre soube dosá-la com a “consciência de alguma coisa superior, o sofrimento humano, e foi graças a isso que não fiz mais do que passar pela sociedade que me fascinava e troquei a vida diplomática pela advocacia dos escravos.” (*ibid.*, p. 97)

Contudo, assegura que foi essa influência mundana que o afastou do republicanismo:

O fato, entretanto, é este: se eu fosse somente capaz da impressão política, social, a escravidão, a oligarquia dos partidos, e minha falsa compreensão do papel do imperador e da função monárquica, ter-me-iam talvez, depois da morte de meu pai²⁶, feito queimar o meu Bagehot e alistar-me sob a bandeira norte-americana. Se, por outro lado, no momento de que dependia a minha carreira, eu tivesse tido exclusivamente a impressão de arte, teria, quem sabe, igualmente inclinado em política para a república. (...) O que me impediu de ser republicano na mocidade, foi muito provavelmente o ter sido sensível à impressão aristocrática da vida. (*idem*)

Segundo Viana Filho, o diferencial da estada em Grosvenor Gardens – o que efetivamente colaborou para que se desse como se deu em seu espírito essa impressão aristocrática – foi que Nabuco deixava de ser mero espectador do que lhe deslumbrava, para tornar-se efetivamente partícipe naquele mundo.

Integrava aquele ambiente que, no íntimo, talvez considerasse o 'seu mundo', aquele para o qual nascera, pela beleza, pelo encanto pessoal, pelo prazer que lhe causavam as impressões aristocráticas da vida. Se, na

²⁴ O sentido em que Nabuco emprega o termo “lei sálica” refere-se às regras de sucessão do trono francês, estendidas depois em boa parte a outras monarquias, a partir das quais se excluem as mulheres do poder.

²⁵ O argumento serviria inclusive a favor de um suposto “Terceiro Reinado” brasileiro comandado pela Princesa Isabel, impossibilitado pelo golpe republicano de 1889.

²⁶ Como veremos, o Conselheiro Nabuco de Araújo morre em 1878.

infância, Massangana fora o 'seu mundo', agora tocava a Londres essa primazia. (VIANA FILHO, 1985, p. 57)

Londres foi, para Nabuco, como já dissemos, “a cidade”. Nabuco dedica à cidade e à impressão inglesa em sua formação nada menos que quatro capítulos do *Minha Formação*, sem contar as menções e comparações acerca dos ingleses espalhadas por outros capítulos. No capítulo X, intitulado *Londres*, pode-se começar a compreender o que lhe significou a passagem pelo lugar. Pode-se chamá-la verdadeiro divisor de águas. Inicia o capítulo do seguinte modo: “Talvez eu pudesse resumir o processo da minha solidificação política, dizendo somente que a monarquia faz parte da atmosfera moral da Inglaterra e que a influência inglesa foi a mais forte e mais duradoura que recebi.” (NABUCO, J., 2004, p. 84)

Chega à Inglaterra após ter passado por França, Itália e Suíça, onde pôde dar-se o tempo necessário, muitas vezes, para “receber a impressão dos lugares e dos monumentos”, embora “desprendido de tudo, na inconstância contínua da imaginação.” A chegada à Inglaterra foi distinta e a impressão causada o fez desejar quedar-se ali de uma vez por todas:

Quando avistei, porém, da janela do vagão, por uma tarde de verão, o tapete de relva que cobre o chão limpo e as colinas macias de Kent, e no dia seguinte, partindo do pequeno *apartment* que me tinham guardado perto de Grosvenor Gardens, fui descortinando uma a uma as fileiras de palácios do West End, atravessando os grandes parques, encontrando em St. James' Street, Pall Mall, Piccadilly, a maré cheia de *season*, essa multidão aristocrática que a pé, a cavalo, em carruagem descoberta, se dirige duas vezes por dia para o *rendez-vous* de Hyde Park, e, dias seguidos, penetrei em outras regiões da cidade sem fim, conhecendo a população, a fisionomia inglesa toda, raça, caráter, costumes, maneiras – posso dizer que senti minha imaginação excedida e vencida. A curiosidade de peregrinar estava satisfeita, trocada em desejo de parar ali para sempre. (*Ibid.*, pp. 84, 85)

Diante do fascínio desse ambiente à imaginação estética de Nabuco, não é de estranhar que o comparasse primeiro à França, a fonte de civilização por excelência de sua época. Como o próprio Nabuco afirma, o francês foi a língua de sua educação. Lia mais o francês que o próprio português e, quando da necessidade de escrever, “coagido pela espontaneidade própria do pensamento, [era-lhe mais fácil] escrever em francês.” (p. 66) Daí que as impressões que lhe causava a Inglaterra, pesava-as em relação às que lhe causava a França.

Num desses esforços de comparação, Nabuco questiona-se se escolheria a França ou a Inglaterra, caso estivesse a humanidade obrigada a reduzir-se a uma só.

Julgando que “o gênio francês tem todos os raios do espírito humano, principalmente os raios estéticos”, enquanto o “gênio inglês não os tem todos, (...) [tendo] até uma opacidade singular nos focos do espírito”, além do fato de que os ingleses teriam muito mais dificuldade em “tomar a fisionomia comum” do restante da Europa, afirma que “a França, só, representaria melhor a humanidade do que a Inglaterra; há nela mais atributos universais, maior número de faculdades criadoras...” (*ibid.*, p. 85) Por outro lado, não pode deixar de reconhecer que os ingleses parecem ser uma “raça mais sã, mais elástica” e têm “maior vigor mesmo de gênio e de criação”. (*idem*)

E continua afirmando a predileção por Londres:

Qualquer que seja a explicação, o fato é que nunca experimentei esse prazer de viver em Paris, que foi e é a paixão cosmopolita dominante em redor de nós. A grande impressão que recebi não foi Paris, foi Londres. Londres foi para mim o que teria sido Roma, se eu vivesse entre o século II e o século IV e um dia, transportado da minha aldeia transalpina ou do fundo da África romana para o alto do Palatino, visse desenrolar-se aos meus pés o mar de ouro e bronze dos telhados das basílicas, circos, teatros, termas e palácios; isto é, para mim, provinciano do século XIX, foi, como Roma para os provincianos do tempo de Adriano ou Severo: *a Cidade*. (*ibid.*, p. 86)

Impressionava-o a grandeza da cidade. Tudo era majestoso, as perspectivas pareciam infundáveis, a cidade toda, aos seus olhos, tinha uma solidez incomparável. A multidão apressada, de um lado a outro da cidade, caminhando sem dar fé uns dos outros, “e que transporta debaixo do braço, em suas carteiras, massas de capital que seriam precisos vagões para carregar em dinheiro...” (*ibid.*, p. 87), ajudava a compor uma impressão de “império ilimitado”.

Por outro lado, o que dá a Londres

o seu tom de majestade e soberania é a dignidade, o silêncio que a envolve; a calma, (...) o repouso, a confiança que ela respira; é o ar concentrado, recolhido, severo por vezes, da sua fisionomia, e, ao mesmo tempo, a urbanidade das suas maneiras; (*ibid.*, p. 88)

Ao mesmo tempo, esse “traço de seriedade e de reserva” tipicamente londrino

define, segundo Nabuco, (...) uma raça imperial, enérgica e responsável, consciência da sua força, viril e magnânima. Além disso, há uma feição notável, característica, expressão suprema de força e de domínio; não é uma cidade cosmopolita essa metrópole do mundo: é uma cidade inglesa. (*idem*)

Interessante notar que a grandeza da metrópole está em aliar o seu império à sua especificidade de cidade inglesa. Em relação a Paris, é incomparavelmente menos bela.

É em certo sentido apática, sisuda, enquanto Paris, obra-prima da arte francesa, reflete o “gênio francês alegre e festivo”.

O que torna mais interessante a caracterização de Londres por parte de Nabuco é o fato de que ele a faz tendo em vista outra caracterização, a do gênio inglês, do espírito do povo inglês e, mais especificamente, londrino. Quando compara a cidade a Paris, ele na verdade compara, além de arquitetura e traços urbanos, os gênios das duas “civilizações”. Compara os espíritos inglês e francês, parisiense e londrino.

Ricardo Benzaquen de Araújo (2004) propõe uma interpretação interessante acerca do significado da viagem a Londres para Nabuco, tomando-a como seu ponto de passagem à maturidade²⁷. Seu foco direciona-se à impressão que Nabuco tem de Londres como um lugar de calma e repouso, que lhe desperta o desejo de permanecer, de cessar de viajar, onde teria encontrado a satisfação da “curiosidade de peregrinar”, em oposição ao que sentira em outros sítios, por onde passara “procurando ver o máximo possível em um mínimo de tempo”, lugares pelos quais “passa velozmente, com o coração aos pulos, de uma cidade para a outra, de uma atração para a outra, terminando por converter o seu primeiro contato direto com alguns dos mais consagrados monumentos da cultura ocidental em uma infernal sucessão de impactos.” (2004, p. 7)

A serenidade, típica da maturidade, Nabuco vai encontrar em Londres, como demonstram os trechos citados acima, em que abundam as menções à tranqüilidade da alma londrina. A sensação predominante na cidade é a de ordem, de tradição. Segundo Benzaquen de Araújo,

Transformada em um cenário bucólico, Londres converte-se em uma espécie de *Arcádia* moderna, na qual a extensão espacial e a profundidade histórica – 'solidez eterna, egípcia' – aliam-se ao silêncio e à tranqüilidade para compor esta imperturbável ordem que leva Nabuco a abandonar aquela errática caminhada que marcou a sua mocidade. (*ibid.*, p. 10)

²⁷ Benzaquen de Araújo, nesse mesmo artigo, chama a atenção a um aspecto muito importante do *Minha Formação*, o de que seu narrador é o Nabuco da maturidade, que se distingue de modo explícito do Nabuco da mocidade, convertendo essa dissociação numa espécie de perspectiva, a partir da qual o maduro se dirige e muitas vezes critica o moço. Em se tratando da viagem de 1873, “o modo pelo qual Nabuco dá conta da sua personalidade aos 24 anos (...) acentua sobremaneira seu caráter eminentemente pendular e inconstante, apontando para uma espécie de oscilação permanente...” (2004, p. 6) O movimento entre esses “dois Nabucos” podemos perceber durante toda a leitura do *Minha Formação* e deixa sua marca no próprio relato que fazemos. Nesse sentido, por exemplo, é nossa preocupação constante mostrar as diferentes impressões que tem Nabuco acerca de um mesmo tema ou, às vezes, um mesmo fato.

Mas não se encontram apenas ordem e serenidade entre os ingleses. Benzaquen de Araújo lembra que Nabuco também chama a atenção ao fato de que ao inglês “a liberdade é o grande atributo do homem”. Nesse sentido, a partir de Nabuco, pode-se dizer que, em se tratando do espírito inglês, “quanto maior for a autoridade da tradição, maior será o estímulo para que cada um possa expandir a sua personalidade” (*ibid.*, p. 11) E, lembrando a comparação de Nabuco entre Londres e Roma, cita Simmel, o qual assinala que “Roma, em função mesmo daquela sua natureza soberana e universal, termina por promover uma espécie de aprofundamento da individualidade daqueles que com ela entram em contato”. (*idem*) Tal qual Roma, Londres promove esse desenvolvimento à subjetividade e à individualidade. Em outro artigo, Benzaquen (2009) afirma, a esse respeito:

(...) [Nabuco] salienta que o caráter monumental da capital inglesa, longe de esmagar os visitantes com o seu peso, dá, ao contrário, a impressão de liberá-los dos seus constrangimentos cotidianos, das suas preocupações com os assuntos menores e mais comezinhos, permitindo que cada um, à vista do fundamental, nela condensado, ganhasse condições para remodelar e aprofundar a sua subjetividade, tornando-a mais rica, complexa e cheia de matizes. (p. 12)

A própria comparação entre Londres e Paris feita por Nabuco, como vimos, passa pela questão da liberdade. Benzaquen de Araújo também nos lembra desse fato ao afirmar que é “pelo vínculo entre o 'espírito inglês' e a sua liberdade interior, que Nabuco, apesar da notória influência que a cultura francesa sempre exerceu sobre ele, afirma de maneira categórica preferir Londres à Paris.” (2004, p. 11) Paris é enquadrada o tempo todo sob rígidas regras de etiqueta, o que elimina a espontaneidade. A “sociedade” o tempo todo observa, recrimina, tutela, deixando pouco espaço à autonomia. Segundo Nabuco,

O que há em Londres como prazer da vida, não é a arte, é o conforto; não é a regra, a medida, o tom das maneiras, é a liberdade, a individualidade; não é a decoração, é o espaço, a solidez. Paris é um teatro em que todos, de todas as profissões, de todas as idades, de todos os países, vivem representando para a multidão de curiosos que os cercam; Londres é um convento, em forma de clube, em que os que se encontram no silêncio da grande biblioteca ou das salas de jantar não dão fé uns dos outros, e cada um se sente indiferente a todos. Em Paris, a vida é uma limitação; em Londres uma expansão; em Paris um cativo, cativo da arte, do espírito, da etiqueta, da sociedade, cativo agradável como seja, mas sempre um cativo, exigindo uma vigilância constante do ator sobre si mesmo diante do público que repara em tudo, que nota tudo; Em Londres é a independência, a naturalidade, a despreocupação. *Ceci tuera cela*. (NABUCO, J., 2004, p.89)

De acordo com Benzaquen de Araújo, Nabuco demonstra, nesse trecho, um relacionamento com Paris muito diferente do que nutria na juventude, quando andava sofregamente por suas ruas, querendo tudo ver. A ideia da cidade que tem o Nabuco maduro é a de “uma espécie de vitrine, onde os homens, irremediavelmente metamorfoseados em manequins, seguem uma linha de conduta que lhes foi imposta pelos códigos de etiqueta, do espírito e da polidez.” (BENZAQUEN DE ARAÚJO, 2004, p. 12) Desse modo, o indivíduo não tem lugar, não há livre-arbítrio.

O autor termina o artigo estabelecendo que

(...) na Inglaterra, [Nabuco] não só incorpora a tranquilidade à sua subjetividade, superando a sua melancólica mocidade, como também encontra condições para expandir e enriquecer a sua vida interior. É como se, entre aquela desorientada mobilidade (...) e a 'paralisia' francesa, ele tivesse desenvolvido uma espécie de assertividade individual, e de tal modo, (...) distinguindo com toda a nitidez aquilo que lhe parece certo do que seria errado, incluindo por fim uma orientação ética ao seu juízo (...).
(*idem*)

É nesse sentido que é a partir da viagem de 1873 e, especialmente, a partir da viagem à Inglaterra, que se dá a fixação monárquica de Nabuco. A seguirmos a argumentação de Benzaquen de Araújo, nessa viagem fixa-se não apenas seu monarquismo, mas a sua própria subjetividade amadurecida, estabelecida na superação da instabilidade da juventude.

Iniciamos esse capítulo com o trecho de *Minha Formação* citado acima, mas focando especialmente o significado do termo “ceci tuera cela” (“isso matará aquilo”) tomado a Victor Hugo, ênfase que não foi feita por Benzaquen de Araújo no artigo tratado aqui. Propomos que Nabuco parece supor a existência de uma mudança relativa de importância entre os modos de vida francês e inglês, entre os caracteres parisiense e londrino. O que Nabuco parece antecipar é a crescente importância histórica desse modo de vida que para ele era predileção pessoal.

De todo modo, “conforto”, “liberdade”, “individualidade” e “independência”, entre outros caracteres destacados por Nabuco no trecho a que nos referimos, são atributos que não se relacionam exclusivamente à monarquia inglesa, podendo ser encontrados alhures, sendo inclusive frequentemente associados também aos norte-americanos. Devem se relacionar, então, como o próprio Nabuco estabelece, com o “espírito anglo-saxônio”, do qual trataremos a seguir. Nesse sentido, a conversão inglesa de Nabuco é mais ampla que a que se dá com sua fixação monárquica. Além da conversão à forma de governo, dá-se uma conversão a esse espírito e, seguindo o

caminho aberto por Benzaquen de Araújo, tal conversão é mesmo uma conformação da personalidade. Deve-se destacar que Nabuco antecipa, em sua escolha aparentemente pessoal, uma mudança histórica, no sentido da preeminência dos caracteres mencionados acima, sob a égide do poder norte-americano. Finalmente, a conversão tem um aspecto de temperamento, que não devemos negligenciar. De acordo com Nabuco, ainda tendo em mente o excesso de estímulos de arte que encontra em Paris em comparação com Londres, onde tem, sobretudo, a faculdade e a possibilidade da escolha:

Foi, talvez, este lado da vida inglesa o que me seduziu. A impressão artística é, por sua natureza, fatigante, exclusiva, e, além de certo diapasão, inconfortável, como toda vibração demasiado forte. Eu não quisera ser condenado a passar uma hora por dia diante da *Gioconda*, nem mesmo diante de *Vênus de Milo*. Para renovar a minha curta faculdade de admirar e de gozar da obra de arte, preciso de longos intervalos de repouso, para dizer a verdade, de obtusão. Londres era essa penumbra que quadra admiravelmente à minha fraca pupila estética; ali tinha à minha disposição, *excusez du peu*, os mármore de Fídias; não havia época artística ou literária que, querendo viver nela meia hora – de mais não me sentiria capaz – eu não achasse representada no British Museum (...) e nas outras grandes coleções nacionais. Essa proximidade bastava-me; quanto a tudo mais que faz o prazer da vida, eu preferia, como disse, a naturalidade, a calma, o descanso, as grandes perspectivas, o isolamento, o esquecimento de Londres à constante vibração de Paris, vibração cosmopolita de espírito, de prazer, de arte, através de uma atmosfera de luxo, de combate e de teatro²⁸. (*ibid.*, p. 89)

A “influência inglesa”, título de outro capítulo de *Minha Formação* dedicado à Inglaterra, é ainda mais significativa a Nabuco. Tal influência foi a responsável por impedir, definitivamente, que ele sucumbisse ao impulso radical de sua personalidade, o qual fatalmente o levaria ao republicanismo. Nabuco inicia esse capítulo do seguinte modo:

A impressão mundana, aristocrática, era para mim uma influência política puramente negativa, como o tinha sido a impressão artística da Itália ou a impressão literária de Paris. O efeito da sociedade, como o das artes e das letras, não era outro senão o de impedir o desenvolvimento do germen

²⁸ É interessante contrastarmos a impressão de Nabuco acerca de Londres com a impressão de Jules Vallès, jornalista e escritor francês, condenado à morte à revelia por sua participação na Comuna de Paris de 1871. Exilado na Inglaterra até 1880, quando é anistiado, ele escreve crônicas, publicadas entre 1876 e 1877 em *L'Évenement*, nas quais compara as ruas de Londres às de Paris: “Ah! Não é como a rua francesa, essa rua tagarela e alegre, onde todos se falam, onde se pára a qualquer pretexto (...)! A rua de Londres é enorme e vazia – é tão muda como uma fileira de túmulos – ou, então, repleta de carne humana, entulhada de veículos, cheia a ponto de forçar os muros, barulhenta como um levantar de acampamento e a debandada de um exército derrotado. Mas são ruídos surdos, um barulho constante de usina, um tumulto animal – não uma explosão de vida e paixão.” (VALLÈS, Jules *apud* CHARLOT, M. & MARX, Roland, 1993, p. 41) Vallès e Nabuco dizem muito de semelhante, mas têm juízos e preferências opostos.

revolucionário que as leituras francesas dos vinte anos tinham deixado em meu espírito. Sem aquelas influências, entregue a meus próprios impulsos, do mesmo modo que o meu liberalismo inato degenerou em radicalismo – o qual foi em mim um puro fenômeno de estagnação em um espaço político fechado – o radicalismo teria degenerado em republicanismo. (*ibid.*, p. 98)

De um lado, a impressão aristocrática, cosmopolita e mundana, que se fixa no espírito de Nabuco especialmente por ocasião de sua estada inglesa, represa o desenvolvimento de certo extremismo existente no jovem a partir de suas leituras francesas. Esse represamento se dá pelo desvio da atenção de Nabuco da política para a sociedade, no sentido de que sua integração à vida de corte – tanto inglesa como a da corte imperial brasileira – impede o crescimento de certo ressentimento característico das posições radicais.

No entanto, era de se esperar que a política voltasse a interessar a Nabuco. Ciente disso, ele reconhece que

(...) só uma influência positiva, que criasse em mim uma segunda natureza e modificasse o meu temperamento em suas tendências absolutas, radicais, podia tornar-me monárquico de razão e de sentimento, como fiquei. Essa influência foi o contágio do espírito inglês, o que pude apropriar-me dele. (p. 99)

Desse modo, foi-lhe necessária uma verdadeira mudança de temperamento – de personalidade, diria Benzaquen – que, modificando-o todo, em seus fundamentos existenciais, conformasse também a sua política.

2.5. A civilização anglo-saxã: liberdade e tradição

A influência positiva inglesa, que passa a lhe compor o espírito, dá-lhe a convicção que precisa para tomar a sociedade inglesa como seu ideal de civilização. A comparação, daí em diante, é constituída não só com a França, mas principalmente com os Estados Unidos. Num parágrafo revelador, ele estabelece:

A minha passagem pela Inglaterra deixou-me a convicção, que depois se confirmou nos Estados Unidos²⁹, de que só há, inabalável e permanente, um *grande* país livre no mundo. A Suíça é um país livre, mas é um pequeno país; os Estados Unidos são um grande país, mas há nele, sem falar de sua justiça, da lei de Lynch³⁰, que lhe está no sangue, das abstenções em massa da melhor gente, do desconceito em que caiu a

²⁹ Nabuco refere-se à sua passagem pelos Estados Unidos entre os anos 1876-1878, como adido da legação brasileira em Washington. Trataremos adiante desse período.

³⁰ Por lei de Lynch, entenda-se linchamento.

política, uma população de sete milhões, toda a raça de cor, para qual a igualdade civil, a proteção da lei, os direitos constitucionais, são contínuas e perigosas ciladas. A França é um grande país e um país livre, mas sem espírito de liberdade arraigado, sujeito sempre às crises das revoluções e da glória. (*idem*)

Se os Estados Unidos são um grande país, têm, contudo, na segregação a que é submetida a sua população negra o seu grande revés civilizacional. A França, por outro lado, apesar de livre, sofre o problema da inconstância. Só a Inglaterra reúne liberdade e respeito à tradição. Movimento e permanência são as características, só aparentemente conflitantes, da Câmara dos Comuns: ela é sensível às mais “ligeiras oscilações do sentimento público”, embora concentre, em repouso, grande força e reserva. (*idem*)

Além de liberdade e tradição, a igualdade de direitos, mesmo entre indivíduos em grande distinção de condições, é “o fundo da dignidade anglo-saxônia”. (*Ibid.*, p. 100) Todas essas características, sendo como são as de um país monárquico, constituíam-se em um poderoso ímã para a inclinação de Nabuco. Mas ele tinha consciência de que:

Ainda assim um estrangeiro inteligente não seria no seu país inabalavelmente monarquista somente porque o governo chegou na Inglaterra a um grau maior de perfeição do que nos Estados Unidos, que tomaram a forma republicana. Desde que não tínhamos no Brasil os elementos históricos que a liberdade inglesa supõe, a não querer eu cometer o maior erro que se pode cometer em política – o de copiar de sociedades diferentes instituições que *cresceram* – eu não podia repelir a república no Brasil somente por admirar a monarquia inglesa de preferência à constituição americana. Era preciso alguma coisa mais, no que respeita à forma de governo, para eu não me deixar arrastar. (*Ibid.*, pp. 100, 101)

O que seria essa “coisa a mais”? Era a compreensão da importância da existência de uma figura fixa no sistema político, de um eixo em torno do qual se equilibram as forças de poder e se mantém a tradição. Desse modo,

A monarquia constitucional ficava sendo para mim a mais elevada das formas de governo: a ausência da unidade, de permanência, de continuidade no governo, que é a superioridade para muitos da forma republicana, convertia-se em sinal de inferioridade. Esse ideal republicano, de um estado em que todos pudessem competir desde o colégio para a primeira dignidade, passava a ser a meus olhos uma utopia sem atrativo, o paraíso dos ambiciosos, espécie de hospício em que só se conhecesse a loucura das grandezas. (*Ibid.*, p. 102)

Mas a fidelidade dos ingleses à dinastia não supera a fidelidade à Câmara dos Comuns. A “*loyalty*” não é servilismo. O sucesso inglês está no fato de que no sentimento monárquico há um republicanismo latente, de fundo, o qual, “longe de ser incompatível com o monarquismo, é que o tem conservado, restringindo, reduzindo o

poder real à função que é, hoje, puramente moderadora e, só raras vezes, puramente arbitral.” (*Ibid.*, pp. 102, 103) Não podemos deixar de lembrar da campanha do jovem Nabuco em favor da extinção, no Brasil, do Poder Moderador, em nada semelhante à “função moderadora” do monarca inglês.

Ainda assim, é questionável que tais convicções acerca das vantagens do sistema inglês fossem suficientes para tornar Nabuco anti-republicano no Brasil, o que ele próprio reconhece. Assim,

(...) podia ser monarquista de ideal e julgar a república, em um momento dado, o melhor governo praticável, como se pode ser republicano de ideal – e muitos o são na própria Inglaterra – e fazer da monarquia o seu *noli me tangere*. (...) É preciso, para sustentar a fé política, mais do que a lucidez da inteligência; a não haver um sentimento que interesse o coração, ou uma espécie de ponto de honra que se imponha ao caráter, é indispensável um espírito uniforme de conduta, uma regra certa de direção. No meu caso particular, o que me poupou da ilusão republicana foi um toque apenas do espírito inglês. (*Ibid.*, p. 103)

Por “espírito inglês” Nabuco entende certa “norma tácita de conduta a que a Inglaterra toda parece obedecer, o centro de inspiração moral que governa todos os seus movimentos.” (p. 104) Esse espírito, segundo Nabuco, especificamente em sua feição política,

(...) pode decompor-se em espírito de tradição, em espírito de realidade, em espírito de ganho, em espírito de força e generosidade, em espírito de progresso e melhoramento, em espírito de ideal: supremacia anglo-saxônica e supremacia cristã no mundo. (p. 105)

É interessante notar que esse “espírito” é composto, ao mesmo tempo, por tradição e progresso, realidade e ideal. Como nos mostra Benzaquen (2004; 2009) acerca do significado de Londres para Nabuco, grandiosidade e tradição não submetem o indivíduo, ao contrário, deixam-no livre para progredir. Mas o progresso não se pode dar em meio ao caos. O melhoramento, tal é a chave inglesa, dá-se sob regras bem definidas:

Para o inglês, se a liberdade é o grande atributo do homem, se ele a sente como o desenvolvimento de personalidade, a ordem é a verdadeira arquitetura social. Ele compreende e penetra a grandeza do sistema que se perpetua mais do que a das revoluções, ao contrário do latino, que pode viver e ser feliz em um solo político oscilante, sujeito a terremotos contínuos. (...) Se numa organização assim formada existe, ao lado dessa quase superstição do costume, o espírito de aperfeiçoamento e de progresso, o que resulta é que as reformas, as modificações serão governadas por algumas regras elementares. Uma destas será conservar do existente tudo o que não seja obstáculo invencível ao melhoramento indispensável; outra, que o melhoramento justifique – e para justificar não basta só compensar – o sacrifício da tradição, ou mesmo do preconceito que o embarga; outra regra é respeitar o inútil que tenha o cunho de uma

época, só demolir o prejudicial; outra, substituir tanto quanto possível provisoriamente, deixando ao tempo a incumbência de experimentar o novo material ou a nova forma, para consagrá-lo ou rejeitá-lo; uma última, esta rara e extrema, será reformar, no sentido originário da instituição, o mais antigo, procurando o traçado primitivo. Dessas regras resulta o dever de demolir com o mesmo amor e cuidado com que outras épocas edificaram. Nenhum explosivo é legítimo, porque a ação não pode ser de antemão conhecida; é preciso demolir a nível e compasso, retirando pedra por pedra, como foram colocadas. (NABUCO, 2004, p. 106)

Tem-se aí verdadeira teoria da reforma, um manual de como progredir à maneira inglesa, influência incontestada sobre a “teoria da mudança” de Nabuco. Esse, certamente, desejaria que o tivesse seguido a dinastia no Brasil, tantas vezes alertada por ele próprio da necessidade de fazer reformas, antes que elas se dessem à sua revelia. Se a dinastia e os próprios monarquistas no parlamento nacional tivessem sido tocados como ele próprio foi pelo “espírito inglês”, quem sabe o Império tivesse tido apoio suficiente para resistir aos republicanos no Brasil...

As reformas são sempre direcionadas não pela tentativa irresponsável, mas por um “espírito de realidade”, por um pragmatismo utilitário que rejeita o teórico. A reforma é conduzida desde que afim às instituições. O ideal, para além do utilitarismo, fica por conta de uma “corrente imaginativa”, moral, nacional, religiosa. (*Ibid.*, pp. 106, 107) Segundo Nabuco,

A inspiração da vida pública na Inglaterra vem em grande parte da Bíblia. A política e a religião sentem que terão sempre muito que fazer em comum, que uma e outra têm o mesmo objetivo prático – elevar a condição moral do homem, e o efeito desse último e, talvez, principal elemento do espírito inglês, em relação às reformas, é fazer o argumento moral prevalecer sobre o argumento utilitário. (*Ibid.*, p. 107)

Desse modo, se a reforma não for conforme à moral e à religião, mesmo que útil, ela não tem lugar.

Em relação à sua atuação pública no Brasil, Nabuco trata de como se deu a influência inglesa. Na campanha pela abolição, ele diz que sempre se direcionou pelo espírito inglês.

Em relação à monarquia do Brasil aquele toque do espírito inglês bastou para traçar-me uma linha de que eu não poderia afastar-me, mesmo querendo. Era um ponto de honra intelectual, um caso de consciência patriótico definitivamente resolvido em meu espírito, aos vinte e três anos. Suprimir a monarquia que tínhamos, ficou claro para mim desde então, era uma política a que eu não poderia nunca associar-me; eu poderia tanto banir, deportar o imperador, como atirar ao mar uma criança ou deitar fogo à Santa Casa. (...) Minha coragem recuava diante da linha misteriosa do Inconsciente Nacional. O Brasil tinha tomado a forma monárquica, eu não a alteraria. (*Ibid.*, p. 109)

A influência do “espírito inglês” é também responsável, a partir justamente do que lemos acima, levando em conta obviamente seus desdobramentos, pelo estabelecimento de um caráter específico ao “projeto” de Nabuco de formação no Brasil de um povo verdadeiro e maduro, projeto esse que vinha desde os primeiros escritos de Nabuco que analisamos, como *O Povo e o Trono* e *A Invasão Ultramontana*. A matriz civilizacional anglo-saxônica, liberal, inspira fundamentalmente a vida pública de Joaquim Nabuco daí em diante, seja na campanha abolicionista, na campanha pela federação, ou no pan-americanismo.

No que se refere aos Estados Unidos, como veremos adiante, ao tratarmos de sua primeira viagem ao país e, principalmente, de sua atuação, posteriormente, como embaixador, sustentamos que Nabuco vê ali muito mais similaridades do que divergências em relação à Inglaterra, afora, obviamente, a forma de governo. No que se refere ao “espírito”, há uma quase continuidade, garantida pela mesma origem civilizacional. Assim,

O que vi dos Estados Unidos não fez senão calcar mais profundamente a impressão monárquica que eu levava da Inglaterra. Foi uma segunda chave, de segurança, que fechou em meu pensamento a porta que nunca mais se devia abrir. O espírito político americano, com certas modalidades que não quero amesquinhar, mas que me parecem secundárias, é uma variedade do espírito inglês, o qual merece antes ser chamado espírito anglo-saxônio, porque é um espírito comum de raça, de grande família humana, superior a formas e acidentes de instituições. (*idem*)

De todo modo, após esse um mês de Londres, Nabuco regressa a Paris, mas partindo logo em seguida a Fontainebleau, onde passa outro mês, “tocado de um começo de anglomania”, lendo, sem a ajuda de dicionário, adivinhando o que não conseguia traduzir, as obras de William Makepiece Thackeray, *Vanity Fair*, *Pendennis*, *The New Comes*, absorvendo o que podia daqueles retratos aristocráticos, dando início para si a “conquista anglo-saxônia” (NABUCO, J. 2004, p. 77)

Após o mês de Fontainebleau, está pronta a impressão de *Amour et Dieu*. Nabuco, então, envia-a a seus ídolos, Scherer, Renan, George Sand. Da última recebe a acolhida mais afetuosa. De todo modo, é hora de voltar ao Brasil.

Vira belas coisas, conhecera grandes homens, gastara o dinheiro da herança, e deixara escapar um casamento, que muitos invejariam. E, sempre dominado pela dúvida que, no fundo, era o reflexo dum coração tímido e inquieto, o rapaz talvez não pudesse dizer se o seu desejo mais forte era o de partir ou de ficar. 'De um lado do mar, dirá mais tarde, sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do País'. Assim, embora satisfeito pelo que ia rever, sentia saudade do que ia ficar. (VIANA FILHO, 1985, p. 58)

Ao fim e ao cabo, retorna indubitavelmente monarquista. “Como quer que fosse, a viagem de 1873 destruiu no gérmen toda e qualquer inclinação republicana, todo indício de fanatismo que eu pudesse ter no segredo de minha natureza.” Durante e em consequência da viagem, Nabuco vê desenvolvido seu espírito *cosmopolita* e sua “tendência anti-sistemática”. Repudia a intolerância e aprecia, antes de quaisquer partidos, a “boa sociedade”. (NABUCO, J., 2004, p. 53) Além disso, confessa que nesse ano de Europa, suspende-se nele a “faculdade política”, a qual, depois disso, cessa de ser “a mola principal do espírito” (*ibid.*, p. 57) Diz, ainda, tratando de sua “crise poética”:

Como se vê, bem pouco do político dominante restava depois dessa primeira viagem à Europa; eu trocara em Paris e na Itália a ambição política pela literária: voltava cheio de ideias de poesia, arte, história, literatura, crítica, isto é, com uma espessa camada *européia* na imaginação, camada impermeável à política local, a ideias, preconceitos e paixões de partido, isoladora de tudo o que em política não pertencesse à estética, portanto também do republicanismo – porque a minha estética política tinha começado a tornar-se exclusivamente monárquica. (*ibid.*, p.78)

Retorna ao Brasil em setembro de 1874, “com a memória enriquecida e o horizonte dilatado.” Após o retorno, como o próprio Nabuco confessa acima, a política assume lugar secundário. Via, contudo, cristalizada sua predileção monárquica, orientada por seu “juízo estético”. Tendo-se, ao longo da vida, sempre movido por “algum magneto moral”, necessitava que o “signo monárquico” se lhe associasse à consciência estética. Desse modo:

Esse processo de idealização pelo qual a forma monárquica se incorporou à minha consciência estética se associou à minha ideia de arte, é o principal trabalho político que se opera em mim desde o ano de 1873 até o ano de 1879, em que tomei assento na Câmara. Nesse intervalo, eu tinha voltado à Europa e vivido um ano nos Estados Unidos. Entram neste período as influências da Inglaterra e da sociedade inglesa, da América do Norte e da carreira diplomática, além do desenvolvimento da influência literária, sob a qual voltei de Paris em 1874. (*ibid.*, p. 80)

Essa última influência foi significativa, tanto que se interessa mais, na volta, pela literatura do que pela política. Funda um periódico, com Machado de Assis e outros, intitulado *A Epocha*. “Machado de Assis assina os seus *Manassés*, Nabuco conduz a parte política sob o pseudônimo de *Ninguém*, sem se afastar do tom picante e espirituoso que o jornal exige.” (NABUCO, C., 1928, p.51) Mesmo que secundária no momento, a política não o deixa de interessar. Fala também de letras e sociedade no *Globo*, onde escreve aos domingos em 1875. Polemiza com José de Alencar, o grande

romancista de então. Em resposta, Alencar ridiculariza, entre outras coisas, sua excessiva “formosura”, crítica que vai lhe perseguir por toda a vida³¹.

Por ser belo e elegante, os adversários supõem que é forçosamente vaidoso. A alcunha de Narciso surgiu espontaneamente e manteve-se em circulação por muitos anos, aproveitada repetidamente pelos inimigos políticos, com um enxame de boatos absurdos que o queriam amesquinhar. Acusavam-no os que não o conheciam, de usar pulseiras e ondular os cabelos a ferro. Esses boatos baseavam-se no cuidado excessivo que em certo tempo dedicou a seu vestir. (*ibid.*, p.52)

Segundo Luís Viana Filho,

Retraída, enquanto durou a guerra do Paraguai, a sociedade da Corte, feita a paz, assistiu ao início de um faustoso e alegre período. E, morto Maciel Monteiro, de quem se contavam tantos episódios galantes com as damas de seu tempo, o seu lugar foi tomado por Nabuco, 'o novo Adônis' dos salões. Diz um historiador, Wanderley Pinho, que, 'quando surgia, afastando um reposteiro blasonado dos Viscondes de Silva, alto, ereto, o olhar meio terno, o bigode artisticamente cofiado, ostentando os requintes da última moda nos exageros de um *incroyable*, Quincas, o Belo, parecia um avatar'. Era irresistível. (VIANA FILHO, 1985, p. 61)

Irresistível às mulheres, intragável aos despeitados rivais.

A *Epocha*, pensado para ser uma espécie de *Vie Parisienne*, não dura mais do que quatro números. Nabuco atribui o fracasso “à deficiência do meio”. O país ainda não estaria pronto. O insucesso, somado à dificuldade geral em se colocar após o retorno ao país, o entrega a certo desencanto. Devia realizar algo. Inicia, em fins de 1875, um drama em francês, que lhe custará dois anos para terminá-lo. Ainda, “para fugir ao tédio da inatividade, (...) embora contrariando o pai, lançou as vistas para a diplomacia.” (*ibid.*, p. 63) A carreira lhe parecia bastante propícia e atraente. A ele e a outros jovens promissores em dificuldades de colocação.

Na ocasião, outro rapaz boêmio, jornalista e historiador, lutava para obter um posto na representação consular do País: José Maria da Silva Paranhos, ou simplesmente Juca Paranhos, filho do Visconde do Rio Branco. A isso se opusera o Imperador, sempre contrário às nomeações desses jovens conhecidos pelas suas estroinices. Mas, em março de 1876, d. Pedro II embarcou para os Estados Unidos, e a Regência passou às mãos da Princesa Isabel, mais tolerante, e que em Abril e Maio, respectivamente, assinou as nomeações de Nabuco, para adido nos Estados Unidos, e de Paranhos, para cônsul em Liverpool. (*idem*)

Segundo Carolina Nabuco, a diplomacia não era o que o Nabuco desejava verdadeiramente, mas era o possível na ocasião.

³¹ Para mais detalhes sobre a polêmica entre José de Alencar e Joaquim Nabuco, ver “A Polêmica Alencar-Nabuco”, de Afrânio Coutinho (1965)

A vida que Nabuco sonhava era a política, mas não podia desprezar uma carreira como a diplomacia, que lhe garantia um futuro agradável e o atraía por muitos motivos. (...) Sua nomeação de adido de legação tem data de 26 de abril de 1876. Partia logo via Europa, para assumir seu posto, dos Estados Unidos. (NABUCO, C., 1928, p.55)

Na Europa, em Paris, reencontra Renan, que partia aos funerais de George Sand em Nohant, e também Eufrásia. Tentaria mais uma vez reatar o romance, tentativa novamente malograda. Triste, pessimista, parte para Nova Iorque.

2.6. Relações Internacionais entre Brasil, Inglaterra e Estados Unidos

Antes de tratarmos do primeiro contato de Nabuco com os Estados Unidos e, também, com a diplomacia, é importante atentarmos para as relações internacionais do Brasil nesse momento, especificamente com Inglaterra e Estados Unidos. Segundo Richard Graham, tratando das relações Brasil-Inglaterra entre 1831 e 1889, “os interesses britânicos no Brasil giraram em torno de três assuntos estreitamente inter-relacionados: a escravatura, o comércio e os investimentos.” (GRAHAM, 1971, p. 141) No entanto, a importância dos britânicos em outras áreas da vida brasileira não deve ser negligenciada.

Sua influência sobre os intelectuais brasileiros – spencerianos ou poetas byronianos dos meados do século XIX, por exemplo – não recebeu ainda dos historiadores a merecida atenção. Também não devemos esquecer que diversos liberais do século passado, tais como Francisco Otaviano de Almeida Rosa, Zacarias de Góis e Vasconcelos, Joaquim Nabuco e, naturalmente, Rui Barbosa, deixaram-se atingir profundamente pelo modelo político britânico. (*idem*)

Como vimos acima, o caso da influência britânica sobre Nabuco é exemplar.

De todo modo, Graham divide as relações entre os dois países nesse período em duas fases distintas: uma, que vai até meados da década de 1860, diz respeito primordialmente à escravidão e ao comércio; a outra tem como foco os investimentos diretos, especialmente investimentos industriais, em estradas de ferro e serviços urbanos. O início da segunda fase relaciona-se com modificações internas por que passa o Brasil, transformações que têm na eclosão da Guerra do Paraguai em 1865 um importante ponto de precipitação. Devido ao período de nosso interesse, focaremos principalmente a segunda fase.

A chamada “Questão Christie” pode ser considerada o ponto de transição entre essas fases. William Dougal Christie foi ministro britânico no Rio de Janeiro entre 1859

e 1863, e manifestava com frequência a convicção da necessidade de se acabar com a escravidão no país. Balizava-se por uma série de leis e tratados não cumpridos pelo governo brasileiro, entre os quais uma lei de novembro de 1831, assinada a partir de um tratado entre o Brasil e a Grã-Bretanha, segundo a qual estariam livres os escravos importados da África a partir desse ano. Como forma de aumentar a pressão,

baseando-se em assuntos irrelevantes, exigia (...) desculpas e reparações por parte do Brasil e, como tais exigências não fossem satisfeitas, ordenou represálias contra a navegação brasileira. O governo brasileiro, entretanto, desafiou-o a por em prática as ameaças. Mesmo cedendo 'sob protesto' a algumas exigências britânicas, passou a fazer contra-exigências e, finalmente, rompeu as relações diplomáticas. (*ibid.*, p. 144)

O Brasil temia o incremento das pressões britânicas e, apesar do “rompimento” das relações diplomáticas, começou a adotar medidas na direção do fim da escravidão. Além de temor, havia a necessidade do apoio britânico quando estourou a guerra do Paraguai. “A Lei do Ventre Livre, de 1871, muito deve à pressão britânica.” (*Ibid.*, p. 145) Contudo, Graham chama a atenção à maneira brasileira de conduzir sua diplomacia com a Inglaterra. Segundo ele,

os brasileiros, na aparência e para uso externo, faziam concessões com prazenteira boa vontade, (...) [mas] adiavam, procrastinavam e tornavam insignificante grande parte da substância objetivada pelos britânicos. Somente quando não restava mais qualquer alternativa, ou quando a pressão doméstica se acrescentava às exigências britânicas, só então o governo brasileiro cedia na realidade. (*idem*)

No que se refere ao consumo de produtos manufaturados no Brasil, a importância dos produtos britânicos entre os importados é notória. Na década de 1840, cerca de metade dos produtos que aportam no Rio de Janeiro é de procedência britânica e, dentre esses, em meados do século XIX, três quartos são têxteis, “(...) responsáveis por mais de 65 por cento das importações brasileiras da Grã-Bretanha até 1870.” (*idem*). Quando começaram a produzir, as manufaturas têxteis brasileiras encontraram grande concorrência, e não eram raros os desentendimentos entre esses manufatureiros e os agentes importadores.

Fazer uma lista dos bens de consumo importados da Grã-Bretanha corresponde a catalogar o que Gilberto Freyre denominou 'europeização' da população urbana brasileira. E também nos leva a refletir acerca do malogro dos brasileiros em produzir para cobrir suas próprias necessidades. Assim, manteiga, queijo, cerveja, remédios, artigos de beleza, roupas (especialmente para homens), pianos, relógios, louças, selas, chapéus de palha, capas de chuva, armas de fogo, caixões de defunto, tinta de escrever e garrafas vazias, tudo isto constava das listas apresentadas aos funcionários da alfândega que transportavam carga da Inglaterra. (*Ibid.*, p. 146)

Além desses, bens de produção como maquinaria, carvão, cimento e ferro, indispensáveis para a criação da base industrial do país, também vinham da Grã-Bretanha, especialmente a partir de 1850. A Inglaterra, por seu turno, importava pouco do Brasil. O açúcar era o principal produto de importação, pelo menos até sua substituição pelo açúcar de beterraba europeu.

Quando o café substituiu o açúcar como principal artigo de exportação do Brasil, os Estados Unidos tornaram-se o mais importante cliente brasileiro. Somente no fim do período imperial, quando a borracha começou a adquirir importância no mecanismo exportador brasileiro, foi que a Grã-Bretanha voltou a tornar-se grande compradora de produtos do Brasil. (*idem*)

Fato importante era que parte considerável do comércio internacional brasileiro era levado a cabo por firmas britânicas. Segundo Graham, por exemplo, em meados da década de 1870, “a sociedade de Philipps Brothers & Co. exportava anualmente cerca de meio milhão de sacas de café, avaliadas em 2 milhões de libras esterlinas.” (p. 147) Além disso, os britânicos controlavam o transporte das mercadorias, especialmente a partir da introdução do uso de embarcações a vapor, dominado pelos ingleses. “Entre 1866 e 1889, quando a navegação de cabotagem brasileira esteve aberta a estrangeiros, coube também aos britânicos monopolizá-la.” (*idem*)

O crédito às atividades de importação e exportação era, por sua vez, também fornecido por bancos britânicos, os quais atuaram no país mesmo durante a República, quando forneceram importantes empréstimos ao “elemento manufatureiro”. (p. 148) A construção de estradas de ferro no Brasil, cujo objetivo era facilitar o escoamento da produção brasileira até os portos, foi possível mediante investimentos diretos ou empréstimos contraídos em Londres. Os britânicos, ainda, “forneceram os materiais, os trabalhadores especializados para a construção, os engenheiros, o material rodante e o carvão”. (*idem*)

Havia dinheiro britânico também nos serviços urbanos. Tais investimentos justificavam-se pelo crescimento das cidades, estimulado pelo desenvolvimento econômico. Criou-se em Londres, por exemplo, em 1862, a “Rio de Janeiro City Improvement Company, Ltd., destinada a construir e operar um sistema de água e esgotos na capital brasileira” (*Ibid.*, p. 150), exemplo seguido por outras cidades do país. “A iluminação a gás era outro elemento simbólico de vida européia exigido pelas cidades brasileiras. Por volta de 1876, já havia companhias de gás de propriedade

britânica no Rio de Janeiro, Niterói, São Paulo, Santos, Salvador, Fortaleza, Belém e Rio Grande do Sul.” (*idem*)

Além dos serviços, os britânicos dedicavam-se a importantes investimentos industriais, em específico a fabricação de máquinas para processamento de produtos agrícolas, mais uma vez com vistas à exportação. Contudo, como mostra Graham, nem todo envolvimento britânico nos negócios do país tinham a intenção de promover ou beneficiar-se da exportação. “A participação britânica na indústria têxtil [nacional], por exemplo, fez com que alguns ingleses tomassem posição contrária à de seus próprios compatriotas” (*Ibid.*, p. 151)

Outro aspecto importante da presença do capital britânico no Brasil refere-se aos empréstimos públicos. “Durante a totalidade do período imperial, todos os empréstimos externos brasileiros foram contraídos em Londres. Entre 1831 e 1889, houve quatorze importantes lançamentos de títulos brasileiros naquele mercado” (*idem*), em sua maioria necessários para equilibrar déficits do orçamento. Tais títulos tinham boa aceitação no mercado devido a serem afiançados pela casa Rothschild, “agente única para as transações financeiras do Brasil em Londres, após 1855”. Os membros dessa família de banqueiros tornaram-se íntimos do ministro brasileiro em Londres, Barão de Penedo, sobre o qual falamos acima. Segundo Graham, os líderes do Império, na gestão da política econômica brasileira, não podiam deixar de levar em conta a opinião dessa casa bancária.

Desejamos chamar a atenção, finalmente, para certo aspecto da análise de Graham: o fato de o consumo brasileiro dos produtos britânicos, como mostrou a partir de Gilberto Freyre, ser causa e reflexo da crescente “europeização” da população do país. Além disso, a própria ênfase britânica na premência do fim da escravidão no Brasil, afora as óbvias motivações e implicações econômicas, tem um importante caráter civilizacional, no sentido de integrar o Brasil ao mundo livre, o qual não será negligenciado pelo movimento abolicionista. A “europeização” desejada pelo país jamais seria completa sem a abolição da escravidão e a integração do elemento negro.

No que se refere aos Estados Unidos, além das relações com o Brasil, trataremos brevemente da situação interna do país, a fim de compreender que realidade Nabuco encontra quando de sua chegada em 1876. De acordo com Antônia Wright,

As relações entre os Estados Unidos da América do Norte e o Brasil monárquico, apesar de variarem em seus estágios e matizes, conservam uma característica fundamental que as tornava completamente distintas das relações com outros países – elas se desenvolveram entre a primeira

República americana e a primeira monarquia europeia na América. É sobretudo importante o fato de essas relações envolverem dois países americanos de expressão em seus respectivos hemisférios. Seus sistemas políticos emprestavam-lhes diferenças, porém, nos dois casos, propiciavam também a ambos certa estabilidade política não conhecida pela maioria de seus vizinhos. (1971, p. 171)

As diferenças em relação aos sistemas políticos, porém, geravam desconfiança, especialmente por parte dos norte-americanos, sobre os quais pesava, segundo Wright, certo pendor proselitista. Esse pendor – não reconhecido, em grande parte, pelos próprios norte-americanos – convivia com um isolacionismo que, afirmando-se, manifestava o medo de que a Europa viesse a “contaminar” os Estados Unidos. O isolamento permitiria o crescimento do país, além de possibilitar a realização da “experiência liberal perfeita”.

Para Wright, contudo,

Ainda que levadas em conta todas estas transformações, não é possível ignorar-se o proselitismo contido na mente de homens que sonharam republicanizar o Canadá em 1815 ou consolidar a ideia de unir, sob os mesmos ideais americanistas, o continente americano em 1823, contra as investidas da Europa. (*ibid.*, p. 172)

O Brasil monárquico, portanto, seria campo de luta privilegiado contra essa influência europeia, especialmente diante do importante vínculo brasileiro com a Inglaterra.

Do lado do governo brasileiro, havia a desconfiança de que os americanos fossem agentes da revolução republicana. No entanto, a imagem foi aos poucos se modificando, à medida que se percebia as possibilidades de contato e cooperação. Segundo Wright,

Não apenas se foi modificando aos poucos a imagem norte-americana em vários setores da política brasileira, como principalmente ela haveria de transformar-se em um ponto de referência de grande interesse na senda trabalhada pelo liberalismo no Brasil. Acima de tudo, os Estados Unidos constituíam um paradigma de inegável impacto no desejo de auto-afirmação política e sucesso material entre a geração da Independência, prosseguindo durante a Minoridade e o Segundo Império³² para chegar ao auge durante a República. (*Ibid.*, p. 177)

O simbolismo norte-americano em torno das imagens de liberalismo e progresso serviu, inclusive, de inspiração a algumas revoltas brasileiras, como a pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador, de 1824. Embora os norte-americanos não tenham

³² Como vimos, Joaquim Nabuco é um dos que partilham esse paradigma. Ver, por exemplo, o uso que ele faz do modelo norte-americano em *O Povo e o Trono* (1990) e *n' A Invasão Ultramontana* (1873).

oficialmente tomado o partido dos revoltosos, Wright demonstra que ao menos um de seus cônsules, Joseph Ray – o qual era também sócio da firma Ray & Bryan de Baltimore e seu representante no Recife – agiu abertamente em seu favor.

Tais suspeitas teriam melindrado as relações diplomáticas entre os dois países e o caso Joseph Ray resistiria como o de uma interferência de um diplomata americano nos assuntos internos do país. Segundo Wright, “o incidente com Joseph Ray, tendo-se dado entre 1817 e 1824, e o processo a ele ligado, tendo-se arrastado durante tanto tempo, permite uma certa testagem dos sentimentos e da posição do governo imperial em relação aos Estados Unidos.” (*ibid.*, p. 180) A questão diplomática é resolvida sob a Regência e, em 1836, Ray é readmitido em seu posto no Recife. A ascensão de brasileiros ao poder é bem vista pelos diplomatas norte-americanos, os quais previam a partir daí maiores afinidades entre os governos³³.

O golpe da maioria, que faz Pedro II subir ao trono da monarquia brasileira aos 15 anos de idade incompletos, é visto por William Hunter, encarregado de Negócios americanos no Brasil, como uma “revolução sem sangue”. Em carta ao secretário de Estado americano datada de 31 de julho de 1840, Hunter pinta um interessante retrato do significado da monarquia para os brasileiros. Segundo Hunter,

‘Sem pejo de qualquer espécie, eles [os brasileiros] admitem a inviolabilidade da sagrada pessoa do monarca e discursam sobretudo à respeito da *ineficiência de executivos irresponsáveis*. Tais refrões, embora sejam talvez em essência refinadas *desculpas* para justificar o regime monárquico ao qual se apegam, vêm sendo insinuados na mentalidade brasileira por acontecimentos mundiais, tais como o estabelecimento de monarquias parlamentares na França e na Bélgica e a adoção, em Portugal e Espanha, de sistemas políticos cujas teorias se assemelham de muitas maneiras ao *cansado sistema da Inglaterra*. Além disso, eles vêm caprichos, extravagâncias e derramamento de sangue entre os seus vizinhos hispano-americanos e não ambicionam imitá-los, sobretudo por se considerarem muito mais civilizados que os espanhóis’.
(*Ibid.*, pp. 183, 184)

Se até a primeira metade do século XIX, não era possível aos Estados Unidos competir com a Inglaterra por um papel de maior destaque nas exportações ao Brasil, a

³³ Wright ressalta a atuação de Miguel Calmon Du Pin e Almeida, o Marquês de Abrantes, o qual, embora deixasse claro sua lealdade à monarquia, tinha bons relacionamentos entre os americanos. O marquês conhecia a política americana, sabia inglês e, por isso, livrava-se de cometer equívocos devidos à falta de informação. Além desse, havia também Paulino Limpo de Abreu, mais afeito ainda ao sistema político norte-americano. Não eram os únicos: “Basta correr os olhos nos debates registrados nos Anais do Parlamento brasileiro, para perceber-se que os homens que liam Dickens ou Tocqueville poderiam criticar os Estados Unidos, como, aliás, estes pensadores o fizeram, mas não poderiam ignorá-lo.” (WRIGHT, 1971, p. 182) Não deve ser por acaso, por exemplo, que a primeira edição aos brasileiros dos *The Federalist*, de Madison, Hamilton e Jay, seja datada de 1839.

situação começa a se alterar à medida do aperfeiçoamento de sua indústria, quando podem ofertar bons produtos manufaturados e, especialmente, quando passam à posição de maiores compradores do principal produto de exportação brasileiro, o café.

Além disso, segundo Wright, “a influência britânica foi decrescendo paralelamente à afirmação da ascendência, de fato, de brasileiros ao mando e ao governo do país.” (p. 187) No embate com os britânicos, os norte-americanos alegavam, até, que o cerceamento da influência inglesa sobre os destinos políticos do Brasil seria “o único meio de preservar a escravidão tão necessária à economia brasileira quanto à americana”. (*idem*)

No que se refere ao tráfico de escravos, este era proibido nos Estados Unidos desde 1807. No entanto, a lei não impediu que americanos se engajassem no tráfico a outros países, como Cuba e Brasil. No caso brasileiro, a participação americana tornou-se mais significativa na década de 40. De acordo com Wright,

Apaniguados pela bandeira norte-americana, navios equipados para o tráfico, na grande maioria dos casos construídos em estaleiros norte-americanos, passavam através de uma venda *bona-fide* para propriedade de negreiros brasileiros e portugueses, com o conhecimento, senão participação, de cônsules americanos, os quais eram obrigados, por praxe, a visar a transação. Assim, acobertados por uma bandeira que possuía o privilégio de não conceder o direito de busca aos britânicos, os negreiros desafiavam as patrulhas engajadas na repressão ao tráfico, bem como seus tribunais e suas leis arrogantes. (*Ibid.*, p. 188)

Diante da prerrogativa americana em relação aos patrulhadores britânicos, alguns brasileiros – ministros do Império, inclusive, como Ernesto Ferreira França – chegaram a sondar os norte-americanos acerca da possibilidade de evitarem a intervenção europeia nos negócios do continente. O ministro americano no Rio, Henry Wise, orientado pelo secretário de Estado John Calhoun, afirmou a Ferreira França, em 1844, que “os Estados Unidos estavam sempre prontos a proteger americanos contra europeus”, além de entender que “as nações americanas deveriam favorecer-se mutuamente” (*Ibid.*, p. 190)

Wright chama a atenção para a descoberta do ouro na Califórnia e a inflamação dos ânimos em torno da escravidão, as quais marcam a década de 1850 nos Estados Unidos. As dissidências em torno da escravidão, além da mudança do balanço de poder econômico e político entre o Norte e o Sul, culminam na Guerra de Secessão. Logo no início do governo de Abraham Lincoln (1861-1865), James Watson Webb é designado como ministro junto ao Império brasileiro. Webb chega ao Rio em outubro de 1861 e

não demora a perceber quão delicado era o assunto da escravidão junto ao governo Imperial.

De todo modo, a Guerra de Secessão tem importantes implicações no Brasil. Além do fato conhecido do aumento das exportações nacionais de algodão para a Inglaterra, as águas brasileiras foram palco de operações de guerra, tendo os navios unionistas perseguido navios sulistas até dentro dos portos nacionais. Os confederados eram auxiliados pelos britânicos, alvos da hostilidade brasileira devido à questão Christie, o que encorajava Webb na busca de apoio mais explícito do Império à causa da União. No entanto, como afirma Wright, “o Brasil não tinha (...) maior interesse em tomar partido em uma guerra civil que não lhe dizia respeito.” (p. 199)

Com a proximidade do fim da guerra e vislumbrando-se já a vitória unionista, Webb dedicou-se a fomentar o americanismo no Brasil mediante propostas econômicas potencialmente lucrativas a ambos os governos. Buscava o convencimento da parte brasileira pela possibilidade de redimir, pela economia, o atraso sul-americano. Ciente, como já se disse, da má vontade brasileira em relação aos britânicos, propõe uma “linha direta de transporte a vapor, que também levaria correio grátis, entre Nova Iorque e o Rio de Janeiro” (p. 200), a qual poderia acabar com a dependência brasileira de Londres, por um lado, e, por outro, eliminar a mediação britânica no comércio do café. A linha é estabelecida em 1865, mas Watson Webb é alijado do negócio, sob acusação de nepotismo, uma vez que seu filho, Robert Webb, fora nomeado para concessionário da firma que exploraria o serviço (*idem*)

James Watson Webb deixa o Brasil em 1869, substituído por Henry Blow, mais hábil “aparador de arestas” que o antecessor. De todo modo, o interesse em relação aos Estados Unidos era crescente no Brasil, especialmente diante do flagrante progresso da grande república do Norte. Segundo Wright,

O sucesso, o progresso técnico e a pujança da nação americana, revelada especialmente durante o período conhecido como o da 'Reconstrução' após a guerra de Secessão, eram fatos que por si só refletiam aquela imagem favorável que diplomatas às vezes comprometiam, mas não destruíam. Nem mesmo o Imperador Pedro II resistiu a tentação de ver de perto a exposição desse progresso. Viajou para os Estados Unidos em visita à Exposição do Centenário em 1876, pagando o seu ingresso como outro qualquer. (p. 201)

A atmosfera favorável aos Estados Unidos no ambiente brasileiro foi percebida pelo ministro Blow. Firmas americanas aproveitaram as oportunidades de fazerem negócios no país, como o estabelecimento do telégrafo submarino entre a Argentina, o

Rio e as cidades do norte do Brasil, levado a cabo pela empresa Bright & Companhia. Segundo Wright, o crescimento da campanha abolicionista, bem como a própria Abolição, que fez diminuir o apego à monarquia de parte da elite brasileira, além do aumento da importância dos setores militares e urbanos no país, colaborariam para a diminuição das divergências.

Em 1881, o país aceita participar da primeira Conferência Pan-americana, a tomar lugar em Washington, em 1889. Seus delegados recebem lá a notícia do golpe republicano no Brasil. Embora, inicialmente, o governo americano se mostrasse reticente em reconhecer o governo provisório, ditadura militar declarada sem qualquer consulta popular, a maioria dos americanos concordava que era necessário ajudar a república brasileira a resistir às tentativas de restabelecimento da monarquia e da influência europeia. Sendo assim, o novo regime é reconhecido em 29 de janeiro de 1890.

2.7. A Grande República

Joaquim Nabuco, como vimos, parte para Nova York no ano do centenário da independência norte-americana, 1876, pouco depois de Pedro II³⁴. É o ano de início de sua “aprendizagem diplomática”. Fora nomeado adido de legação, em abril, por um ministério conservador. Nabuco atribui a opção pela diplomacia à “indiferença política” em que se achava na época, além de certa “predisposição literária” - como vimos, Nabuco voltara da Europa sob verdadeira “crise poética”. Em suas palavras:

Eu tinha perdido cinco anos desde a formatura, mas nesses cinco anos não me teria ocorrido aceitar qualquer posto das mãos de um ministro conservador, eu liberal. O preconceito, o extremo partidário, impediam essa *apostasia*. Nesse intervalo, porém, a intransigência se tinha gastado toda e agora me parecia plausível a ideia, que nunca antes me viera, de que os cargos públicos não são monopólio do partido que está no poder e devem ser confiados a quem melhor os pode desempenhar. (NABUCO, 2004, p. 82)

Ciente de seus atributos para a carreira, Nabuco podia, pela primeira vez, aos 27 anos de idade, trabalhar, não como um diletante, mas profissionalmente. Cheio de

³⁴ De acordo com Paulo Sérgio Pinheiro *et al.* (2006), “na visita que faz aos Estados Unidos em 1876, o Imperador Pedro II descobriu o vizinho setentrional do Brasil, e vice-versa. Norte-americanos curiosos receberam com agrado o imperador-filósofo dos trópicos. Um imperador, igualmente curioso, examinou o florescente colosso norte-americano. Ambos gostaram do que viram, e a visita de Dom Pedro foi um grande sucesso. Tomando maior consciência um do outro, os dois países fizeram vistas grossas para as dificuldades passadas.” (p. 407)

orgulho, escreve a Salvador de Mendonça, em 7 de agosto de 1876: “Hoje é o maior dia da minha vida: copiei o meu primeiro despacho'. (...) E, como se estivesse orgulhoso das funções, assinava-se: '*Joaquim Nabuco, attaché*'.” (VIANA FILHO, 1985, p. 65) Além do orgulho, a ocupação vinha a calhar. Não se podia demorar mais à espera de um lugar na Câmara dominada pelos conservadores, e já se mostrara pouco afeito ao trabalho de advogado.

O primeiro contato com os Estados Unidos não lhe agradou. Não lhe agradava especialmente Washington, cidade ainda pequena e sem atrativos, além de bastante quente e insalubre. Podia, contudo, passar a maior parte do tempo em Nova York. Contava com um chefe bondoso, o Barão Carvalho Borges, o qual também residia principalmente em Nova York e que não lhe cobrava muito trabalho. Contava ali com alguns amigos, que o auxiliavam a passar os dias.

O cônsul, Salvador Mendonça, havia sido, em São Paulo, seu companheiro na redação do *Ipiranga*. Saldanha da Gama, jovem oficial da marinha, que conhecera em Filadélfia, morava no mesmo hotel, o Buckingham, e um jornalista, José Carlos Rodrigues, proprietário de modesta publicação editada em português – *O Novo Mundo* –, completava o círculo, que tornava agradável a existência em Nova Iorque. Mas estava longe de ser o que ele aspirava: a imaginação andava por Londres, onde pretendia servir³⁵. (*Ibid.*, p. 66)

Se a imaginação andava longe, Nabuco não se furtava a consumir o tempo com festas, banquetes e recepções aos quais era convidado pela importância de seu posto de diplomata. Guardava as memórias e impressões de suas peripécias em seu diário, ao qual passou a se dedicar mais, segundo Carolina Nabuco, “talvez pela maior necessidade de expansão, vivendo entre estrangeiros” (NABUCO, C., 1928, p. 57) Tinha também mais tempo e, além de preencher o diário com observações dos costumes americanos, dedicava-se, ainda, desde 1875, a *L'Option*, sua tragédia em francês sobre a guerra franco-prussiana. Mas os Estados Unidos eram país totalmente novo a Nabuco e, embora preferisse a Europa, não podia deixar de se impressionar. Espantava-lhe

desde um conforto material de que a Europa não sonhava sequer, até a sociedade hospitaleira e característica onde se estava formando um tipo novo de mulher, que ele procura definir em seu diário. É curioso, escreve um dia, que o que há de mais perfeito nesta democracia seja a mulher,

³⁵ Viana Filho narra episódio em que até a mãe de Nabuco, D. Ana, intercede pela transferência do filho para Londres junto ao ministro dos Estrangeiros, Barão de Cotegipe, sem sucesso. “Inúmeros concorrentes também pleiteavam servir em Londres, a mais importante das legações do Brasil, e o próprio conselheiro [Nabuco] informara ao filho: 'Ouço dizer que quanto a Londres a maior oposição que sofres é do Penedo, que naturalmente quer o filho'. Artur, o amigo dileto, que então servia em Roma, cruzava o caminho de Nabuco.” (1985, p. 67)

que é aqui o ente mais aristocrático do mundo'. Estuda-a com fina psicologia e esboça o perfil de algumas com um buril de romancista. (*idem*)

Mas não só do convívio de mulheres se ocupava Nabuco. Após terminado *L'Option*, planejava outra obra, sob o título *Spartacus*, donde se via a “velha tendência pelo problema da libertação dos escravos, ideia que sempre tinha presente.” (*Ibid.*, p. 68) Os Estados Unidos, por sua vez, viviam a chamada “Era da Reconstrução”, pós-Guerra Civil, momento importante de sua história, ao qual Nabuco não se mostrava alheio. Ia, às vezes, ao Congresso. Vira a proclamação da vitória de Hayes contra Tilden, por um voto, e acreditara, erroneamente, que o país estivesse à beira de uma guerra civil. No diário, embora tenha feito – segundo escreve no *Minha Formação* em um dos capítulos dedicados à passagem pelos Estados Unidos – “antes um registro de pensamentos do que de impressões americanas” (NABUCO, 2004, p. 111), não faltam comentários sobre a vida política, econômica e social do país.

A primeira nota no diário após a chegada aos Estados Unidos é de 22 de outubro de 1876, alguns dias antes do pleito entre Hayes e Tilden. Embora recém-chegado, Nabuco parece já inteirado da situação, e demonstra excelente capacidade de síntese das questões que servem de fundo à eleição presidencial. Ele diz:

O principal elemento da presente campanha começa a ser a questão do Sul. Com a aproximação do dia 7 de novembro, esse ponto de vista tornar-se-á mais importante do que todos os outros. A *bloody shirt*³⁶ está perfeitamente desacreditada, mas o fato de que um Sul unido, composto dos antigos estados rebeldes, em que os candidatos são todos antigos soldados da Confederação, pode dominar o Norte tão cedo depois da guerra, e que o governo americano pode passar sob a preponderância dos antigos separatistas, é de natureza a assustar os que querem a União, mesmo devendo se reduzir os estados do Sul mais impertinentes a territórios sujeitos ao despotismo militar e à corrupção dos *carpet-baggers*³⁷ e dos negros associados. A situação do Sul desonra a política americana dos últimos anos. Esse elemento decidirá provavelmente em favor de Hayes uma luta que, de outra forma, seria fácil de ganhar para Tilden. (NABUCO, 2006, p. 78)

Não se pode dizer o quanto o resultado da eleição estava no ar, o quanto se dava à previsão, mas o fato é que Nabuco acerta em cheio, embora, como vimos, tenha errado quanto aos seus desdobramentos. A eleição presidencial de 1876, disputada entre Rutherford Hayes, republicano, e Samuel Tilden, democrata, foi extremamente

³⁶ Nota de Cabral de Mello: “*Bloody Shirt*: alusão à tática dos republicanos de identificar o Partido Democrata com o separatismo sulista e a Guerra Civil (1861-1865)

³⁷ Idem: “*Carpet-baggers* eram aventureiros políticos dos EUA que, aproveitando-se da vitória do Norte na guerra civil, deslocavam-se para os Estados do Sul para fazer carreira política ou bons negócios.”

controversa. Embora Tilden tenha sido eleito pelo voto popular, houve contestação de cerca de 20 votos no colégio eleitoral que, após intensa batalha legal – e política –, foram atribuídos a Hayes, dando-lhe a vitória. O pano de fundo eram precisamente as feridas ainda não cicatrizadas da guerra civil americana (1861-1865).

Do fim da guerra até a eleição de Hayes, vive-se, como dissemos, a “reconstrução”. A mais importante questão do período era a dos negros. Cabia ao sucessor de Abraham Lincoln, Andrew Johnson, lidar com o problema. Embora a escravidão estivesse abolida desde 1863, não se havia dado aos libertos a verdadeira chance de cuidar de seu próprio destino, conforme o próprio Nabuco desejava que acontecesse no Brasil. Mesmo os nortistas e, entre esses, os abolicionistas, acreditavam na inferioridade da “raça negra”. Não lhes foi concedida a posse efetiva de terras e eram obrigados a trabalhar em regime de arrendamento, sob péssimas condições. Os negros eram segregados no Sul e muito pouco se fez para o cumprimento das leis que visavam garantir a igualdade.

Menos habilidoso e flexível que Lincoln, Johnson – o qual não nutria ele mesmo simpatias pela causa abolicionista – deixou aos sulistas a prerrogativa de determinar o estatuto civil dos libertos, mediante a aprovação dos “Códigos Negros”, restritivos das liberdades dos ex-cativos em inúmeros aspectos. Recrudesceram os desentendimentos entre a presidência e o Congresso, o qual recusava-se a dar posse à delegação sulista recém-eleita. Nas eleições legislativas de 1866, Johnson sofreu importante derrota diante dos republicanos radicais, os quais obtiveram dois terços das duas Casas. Essa maioria aprovou,

em junho de 1866, a Décima Quarta Emenda Constitucional, que, em sua seção principal, estendia a cidadania a 'todas as pessoas nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos'. (...) Para ser ratificada por três quartos dos estados, essa nova emenda deveria contar com algum apoio sulista. Mas Johnson, pessoalmente, endossou a decisão de todos os estados sulistas, à exceção do Tennessee, de rejeitarem-na. Em 1867, o Congresso contra-atacou com a implementação de seu próprio plano: era o início da chamada 'reconstrução radical'. (...) A primeira Lei de Reconstrução, promulgada apesar do veto de Johnson em 2 de março de 1867, colocou, por um período curto, o Sul sob governo militar, dividindo a região em cinco distritos. (...) A reconstrução radical, ou Congressional, duraria até 1870, quando se ratificou a Décima Quinta Emenda, que proibia, de uma vez por todas, a discriminação do sufrágio por motivo de 'raça, cor, ou anterior condição de servidão'. (KARNAL *et al.*, pp. 143, 144)

A época foi marcada por um patente desacordo entre os poderes, com a peculiaridade de a esfera legislativa ter feito pender para seu lado a balança de poder,

com vistas a garantir a reconstrução radical. No que se refere à Décima Quinta Emenda, na prática, criaram-se limites à universalidade do voto, com critérios que excluía os negros do pleito. Leis de segregação reapareceram no governo de Ulysses Grant (1869-1877). No Tennessee, por exemplo, aprovou-se uma lei proibindo o casamento inter-racial. Mais tarde, o estado aprovaria a primeira “Lei Jim Crow”³⁸, tendo sido seguido pelo restante do Sul. Da postura segregacionista, surgiriam grupos radicais como a Ku Klux Klan, criada em Nashville, em 1867, que defendia o extermínio da “população inferior” e teve nos linchamentos uma de suas principais práticas.

Os dois governos de Ulysses Grant ficaram marcados pela corrupção. Durante o primeiro mandato, por exemplo, o vice-presidente foi acusado de participar no desvio de divisas em contratos de construção de estradas de ferro. Uma crescente dívida pública e a criação de impostos ajudaram a minar a economia. Em 1873, os estados sulistas foram levados à beira da bancarrota. Embora sempre tivessem pouco participado dos governos de seus estados, os políticos negros levaram a maior parte da culpa pelo desastre econômico, político e social. Os “críticos democratas da reconstrução radical conseguiram convencer, em vista do preconceito racial enraizado na cultura americana, que 'bom governo' deveria ser sinônimo de 'supremacia branca'.” (*Ibid.*, p. 148)

Sob esse pano de fundo pouco alentador, trava-se a disputa eleitoral de 1876. Como Nabuco escreveu em seu diário, a “situação do Sul”, ainda não equacionada, chegava assim a ser a principal questão da eleição. Como também apontou Nabuco, a época passou à história como período de corrupção e despotismo militar, conforme inclusive sustentou por um bom tempo a historiografia norte-americana³⁹. De todo modo, o resultado da eleição ficou em suspenso por meses.

Uma barganha informal, o 'Compromisso de 1877', cujos detalhes ainda são nebulosos, assegurou a eleição de [Rutherford] Hayes em troca da evacuação das últimas tropas federais do Sul. Com a posse de Hayes (1877-1881), caiu o último dos governos radicais e todo o Sul passou para o controle dos democratas brancos, os 'redentores'. (*idem*)

³⁸ “O termo 'Jim Crow', nascido de uma música popular, referia-se a toda lei (foram dezenas) que seguisse o princípio 'separados, mas iguais', estabelecendo afastamento entre negros e brancos nos trens, estações ferroviárias, cais, hotéis, barbearias, restaurantes, teatros, entre outros. (...) Apenas nas décadas de 1950 e 1960 a Suprema Corte derrubaria a ideia de 'separados, mas iguais'.” (KARNAL *et al.*, p. 145)

³⁹ Karnal *et al.* aponta como veem o período as “abordagens mais tradicionais” da historiografia norte-americana. A “corrupção”, os “excessos”, a “depravação” e a “ganância dos sulistas” teriam caracterizado a época da reconstrução radical. O próprio termo com que se refere aos que derrubaram a reconstrução, “redentores”, revelaria certo preconceito da vertente mais conservadora da historiografia. Para isso, ver Karnal *et al.* (2011, pp. 144, 145, notas 1 e 2)

A “usurpação” contra Tilden, bem como a atmosfera de instabilidade e corrupção, além do regime de segregação imposto aos negros, vinham ilustrar a impressão de Nabuco de inferioridade do regime republicano norte-americano diante da monarquia constitucional inglesa. Além disso, deixava claro a ele que o Brasil enfrentaria as mesmas dificuldades – senão dificuldades maiores – no caso de adoção da República. Embora Nabuco mantivesse ainda a atenção voltada à Europa – devido, especialmente, à experiência recente que trazia de lá⁴⁰ – e apesar de pouco ter se locomovido pelo país⁴¹, encontramos em seu diário observações interessantíssimas sobre os Estados Unidos e os norte-americanos, com a preocupação quase sempre presente de compará-los aos ingleses.

Como veremos adiante, Nabuco divide-se entre a admiração ao colossal desenvolvimento daquela jovem nação e uma série de reservas em relação a seu modo de governo e a algumas características que conformavam seu povo. Se o tom das notas do diário de 1876 e 1877 trazem mais visíveis seus sentimentos de ocasião – os personagens e a ação da campanha eleitoral daquele ano, como vimos, apresentavam-se a ele como um evento crítico e, por isso, extremamente representativo –, o tempo transcorrido desde essa primeira estada na república norte-americana e o momento em que escreve *Minha Formação* deu a Nabuco certa perspectiva acerca do país. Se voltarmos a um dos trechos da obra de 1900 em que compara os Estados Unidos à Inglaterra, vemos que as semelhanças entre os países podem ser tomadas como mais significativas que as diferenças. Vale a pena reler:

O que vi dos Estados Unidos não fez senão calcar mais profundamente a impressão monárquica que eu levava da Inglaterra. Foi uma segunda chave, de segurança, que fechou em meu pensamento a porta que nunca mais se devia abrir. O espírito político americano, com certas modalidades que não quero amesquinhar, mas que me parecem

⁴⁰ Segundo Evaldo Cabral de Mello, “o olhar de Nabuco está (...) menos deformado pela sua origem brasileira do que pela sua experiência europeia, como reconhecerá em *Minha Formação*. Assim sua atitude diante do mau gosto das galerias de arte de New York e da vulgaridade que transpirava das manifestações políticas do país, mau gosto e vulgaridade que, acrescente-se, não seriam inexistentes no Brasil do Segundo Reinado. (...) Outras das reações de Nabuco podem ser atribuídas aos estereótipos que vigiam na Europa sobre a vida americana: materialismo (inclusive das mulheres, em que até mesmo a castidade tornara-se um valor 'puramente material'), pragmatismo, massificação. Para o europeu do século XIX, os Estados Unidos eram o que a Holanda havia sido no XVII: nações que, ao extremarem certas qualidades europeias, as haviam convertido em defeitos.” (2006, pp. 73, 74)

⁴¹ Durante sua estada, passou pela Filadélfia, Saratoga e Boston, além de Washington e Nova Iorque, e fez um passeio a Niagara Falls. Em seu diário, ressentia-se de não ter tido mais cuidado em conhecer a república americana: “Eu cometi um grande erro vindo a este país, em vez de estudá-lo, de visitar suas instituições de caridade e de letras, de conhecer os seus homens. Quis divertir-me com as mulheres; o resultado é uma impressão de tempo perdido. Posso, porém, ainda reparar o meu erro quando voltar e só então poderei dizer que estive nos Estados Unidos.” (NABUCO, 2006, p.206)

secundárias, é uma variedade do espírito inglês, o qual merece antes ser chamado espírito anglo-saxônio, porque é um espírito comum de raça, de grande família humana, superior a formas e acidentes de instituições. (NABUCO, 2004, p. 109)

Nabuco abre o capítulo XIV do *Minha Formação*, intitulado *Nova York (1876-1877)*, tratando do momento em que chega aos Estados Unidos:

Ceguei pouco tempo depois da visita do Imperador; pude assim recolher o eco da impressão deixada por ele. O ano que passei na grande república foi um dos seus momentos políticos mais interessantes, porque foi o da eleição de Tilden. Como se sabe, os democratas ganharam as eleições de 1876, mas as juntas apuradoras republicanas de alguns estados do Sul manipularam as atas de forma a dar maioria aos eleitores do seu partido. Ambos os lados reclamavam a vitória, e, como a Câmara dos Representantes era democrata e o Senado republicano, a perspectiva era que o Congresso não chegaria a acordo até março, e que os Estados Unidos teriam dois presidentes com todas as probabilidades de uma guerra civil. (NABUCO, 2004, p. 110)

Chama atenção ao espírito prático que caracterizaria tanto norte-americanos quanto ingleses, e que teria ficado patente no modo como se buscou resolver a questão. Ele diz: “O espírito prático, o espírito de transação da raça anglo-saxônia interveio, e as duas casas do Congresso concordaram em entregar o julgamento a uma comissão especial, tirada de cada uma delas e do Supremo Tribunal.” (*idem*) Mas aponta, em seguida, uma diferença:

A diferença entre a Inglaterra e os Estados Unidos não pode ser melhor apresentada do que nesse caso: a resolução americana foi como a inglesa, o acordo em vez da guerra civil dos países latinos⁴², mas nos Estados Unidos, ao contrário do que aconteceria na Inglaterra, a comissão não se elevou acima do espírito de facção, as votações foram todas estritamente partidárias, o que quer dizer, figurando nela cinco membros da Corte Suprema, que o mais alto tribunal da União era composto de *politicians*. (*Ibid.*, pp. 110, 111)

Segundo Nabuco,

nenhum estudo comparativo da educação, da seriedade e dos costumes políticos dos dois países podia ser mais proveitoso (...) do que foi essa campanha eleitoral de 1876-1877 e o desenlace que ela teve. As qualidades e as deficiências da política americana estavam todas visíveis e patentes nessa lição de coisas. (p. 111)

Um dos efeitos da lição de política americana foi desinteressar-se dela. Ao revelar que em seu diário desse ano havia muito pouca política, atribui o fato a que “(...) o meio

⁴² Poder-se-ia discordar de Nabuco aqui, atribuindo a tentativa de evitar uma guerra civil muito mais à memória recentíssima de um conflito longo e sangrento do que à atuação de um “espírito de acordo” anglo-saxão.

norte-americano teve sobre (...) [ele] o efeito que muita vez tem sobre os próprios americanos, de desinteressá-los da política, exceto como espectadores.” (*idem*)

Não podia, no entanto, deixar de se interessar em compreender “como um tão grande país era governado e dirigido, as forças sociais e influências morais que presidiam ao seu colossal desenvolvimento.” (p. 112) A impressão que tem do país ao chegar, no entanto, não é das melhores. Chamam-lhe a atenção as diferenças entre os estados da União. Em uma das notas do diário, ainda de 1876, ele afirma:

Os Estados Unidos atravessam hoje uma grande crise, da qual pelo menos a sua reputação não sairá ileso. A União é uma aglomeração de corpos heterogêneos. Como se pode comparar uma comunhão tão adiantada como Massachusetts com os infelizes estados entregues ao infame governo dos *carpet-baggers*⁴³ apoiados sobre os mais desonestos dos negros? (NABUCO, 2006, p. 82)

As diferenças entre Norte e Sul ainda são profundas.

No primeiro dia de 1877, dirige-se à Casa Branca, a fim de se apresentar ao presidente Grant. Em companhia de Saldanha da Gama, visita também os membros da Corte Suprema. No dia 11 de janeiro, relata no diário uma visita a Mr. John Hamilton, filho de Alexander Hamilton, um dos “pais fundadores” da nação americana e um dos autores do *The Federalist*. No diário, escreve: “Diz-me [John Hamilton] que o Brasil deve conservar o mais tempo possível a sua forma monárquica. Este *whig* não acredita que países como os nossos possam durar unidos sob outra forma de governo.” (NABUCO, 2004, p. 113)

Em outra nota, do dia 22 de fevereiro, Nabuco relata participação em um almoço comemorativo do aniversário de George Washington. Em tom humorado, teria dito, como resposta ao brinde feito a Pedro II:

Disse que nós tínhamos tido receio de que os americanos o guardassem, lembrando-se de que uma grande autoridade para eles, o general Lafayette, dissera da monarquia constitucional: 'Aqui está a melhor das repúblicas'. Mas, desde que eles tinham deixado o imperador partir, eu fazia votos para que os dois países conservassem suas instituições como uma aposta de liberdade perpétua entre a monarquia e a república. (*idem*)

Referindo-se ao presidente eleito e recém-empossado, Rutherford Hayes, e tendo, ainda, como fundo as eleições de 1876, Nabuco afirma, em nota de 8 de março de 1877:

O presidente propõe uma emenda constitucional, tornando o prazo da presidência de seis anos, sem reeleição. Essa emenda provém do medo

⁴³ Ver nota 37, p. 68.

que se tem de que as eleições presidenciais sejam tão disputadas pelos dois partidos, que dividem em duas metades o país, como foram as do outono passado, e que os negócios de três em três anos tenham um quarto ano de interrupção e paralisia, como se tudo perigasse e a anarquia ou a guerra civil, talvez a separação, pudesse seguir-se a uma eleição duvidosa. Os interesses do comércio e os da propriedade conseguirão um dia alongar o prazo até seis anos, e como com a maior escassez de eleições elas tendem a tornar-se mais renhidas, não há razão para o país correr todos os seis anos um risco, que não quer correr todos os quatro. Assim, a eleição crítica do chefe de estado irá sendo o mais possível espaçada, e não é impossível que a república americana se aproxime tão de perto das monarquias eletivas, que, vendo o perigo desta forma, ela prefira a tranquilidade das longas dinastias... (*Ibid.*, p. 114)

Na proposta de Hayes, Nabuco vê colocado um problema de todos os regimes republicanos: a instabilidade provocada pela troca periódica do chefe de estado. Como vimos acima, quando Nabuco tratava das vantagens da monarquia inglesa, a permanência do chefe de estado – no caso, do monarca – é fonte de ordem e estabilidade. De acordo com Nabuco, passando a emenda e aprovando-se a extensão do período de governo, a tendência era a de que o país percebesse tais vantagens e abolisse de vez a troca do chefe de estado. Embora devamos assumir que Nabuco mesmo não acreditasse na atualização dessa tendência, não deixa de ser interessante a sua leitura do evento.

Referindo-se à revolta de Tilden diante da injusta inauguração de Hayes, Nabuco compara, em nota de 13 de junho, a realidade norte-americana com a de outras repúblicas americanas. Se a situação é desanimadora nos Estados Unidos, imagine-se a situação abaixo do Rio Grande. Segundo ele:

Tilden falou pela primeira vez depois da inauguração de Hayes, à qual chamou o ‘mais portentoso acontecimento na história da América’. *América* quer dizer os Estados Unidos, porque no México e no Peru há, cada dia, acontecimentos desses muito mais *portentosos*. (*Ibid.*, p. 115)

E aproveitou para tratar do Brasil, comparando-o à república norte-americana, no que se refere à moral na política, a partir das seguintes palavras de Tilden:

‘Os males no governo crescem com o êxito e com a impunidade. Não se restringem a si mesmos voluntariamente. Não podem ser nunca limitados senão por forças externas. Uma grande e nobre nação não separa a sua vida política da sua vida moral’. Tudo isso é muito exato. O Brasil é a prova. Deve o povo, ou não, fazer política? O adiantamento de um país prova-se pela extensão da ideia de que a política é inseparável dos mais vitais interesses da sociedade, e por aí, dos de cada um. No Brasil, essa ideia não se derramou, pelas condições especiais em que nos achamos, de território, de população, trabalho escravo, etc. Aqui ela está em cada cabeça. (pp. 115, 116)

Nota-se aí a perene preocupação de Nabuco com a educação política do povo, com a constituição de verdadeiros cidadãos. Tal preocupação, como se percebe nessa mesma nota, está na base do credo abolicionista de Nabuco.

E congratulou, nos Estados Unidos, a liberdade de expressão. Refere-se ao fato de que, nesse mesmo evento em que falou Tilden, o governador de Nova York tenha chamado em público ao presidente Hayes de “presidente fraudulento”, além de supor sua queda antecipada:

A alocução do governador do principal estado da União proclamando a rebelião, *legal* ou ilegal, é característico do regímen político americano, e do *laissez-faire, laissez-passer* de que goza neste país a palavra. As revoluções de língua e pena não são nunca um delito; são um desabafo. A boca do *politician* é a válvula de segurança das instituições. É o país das válvulas automáticas. (*Ibid.*, p. 116)

No capítulo XV do *Minha Formação*, de nome *O meu diário de 1877*, Nabuco continua a retratar as suas impressões ou, melhor dizendo, seu “modo de sentir naquela época”. (*Ibid.*, p.118) Como se sentisse ainda atraído pelos acontecimentos da Europa, não deixava de comentar no diário acerca da realidade do velho continente⁴⁴. Em uma das várias notas em que trata da política europeia, refere-se à situação francesa, mostrando o quanto associava aquela realidade à sua “imaginação literária”, enriquecida, como vimos, pela estada europeia de alguns anos antes. A nota é de 26 de julho:

A França parece-me a casa de Ulisses cheia de *pretendentes* a consumirem entre si a fortuna de Telêmaco, à espera que Penélope se decida por um deles. Cada um está certo de ser o preferido e, enquanto ela pede a Minerva que acabe com os seus insuportáveis perseguidores, eles continuam a devorar os bois e os carneiros, repetindo: *Não há dúvida que ela se está preparando para o casamento*. Infelizmente não parece provável que Ulisses volte para exterminá-los e tomar conta da casa. (*Ibid.*, pp. 118, 119)

No *Minha Formação*, trata dessa nota. Ulisses é o conde de Chambord que, como vimos, recusa-se a assumir o trono francês por causa da “bandeira branca.” Disse desejar, à época, escrever um drama sobre os “pretendentes”, um exemplo, segundo ele, “da falta de coincidência (...) entre a imaginação literária e a simpatia política”. (p. 119)

Voltando-se à realidade norte-americana, Nabuco continua a comentar os desdobramentos da eleição de 1876. Acerca do presidente Rutherford Hayes, aponta a

⁴⁴ Nota-se no diário de Nabuco escrito a essa época, afora os comentários íntimos, a preocupação sempre pulverizada entre a realidade norte-americana, o Brasil e a Europa. Comparava as distintas sociedades e suas características específicas.

singularidade de sua atuação, em vista do modo como chegou ao poder. Eleito de modo fraudulento, contando com o apoio tanto de “fabricadores de atas” quanto dos “juizes da Corte Suprema, que as apuraram”, Hayes tornou-se exemplo

da pureza administrativa e eleitoral. (...) Os politiquistas são enxotados, os senadores *snubbed* [esnobados]; os empregados públicos, senhores da máquina eleitoral e que se cotizavam para a eleição solidária, intimados a mudar de vida e a não subscrever mais um *cent*. De tudo isso se conclui que Hayes, assim como não quer outra vez ser eleito, entende que ninguém mais deve ser eleito presidente como ele foi. Poucos homens teriam feito tão bom uso de um poder tão mal adquirido. Isto resgata, quase, a falta de coragem cívica que o levou a aceitá-lo. (*Ibid.*, p. 120)

Ao reconhecimento à postura de Hayes, segue-se nota interessantíssima, espécie de síntese do país. O trecho demonstra, além de uma grande capacidade de observação, ainda certo preconceito “europeu” ao que se vê no país americano, especialmente em se tratando do “materialismo”:

Não se pode dizer deste país que tenha ideal. É o país prático por excelência, e que tem a admirável qualidade de, bem ou mal, governar-se a si mesmo. Não lhe falta *manhood* [virilidade], mas tudo nele preenche um fim material. O americano é, acima de tudo, um homem positivo, em cuja vida a metafísica tem pequena parte; reconhece a cada instante que a vida é um *business*, que é preciso um lastro para não afundar nela; põe a arte, a ciência, a cultura, a *polity* [comunidade], depois do que é essencial, isto é, do dólar, indo sempre *ahead* [à frente] como a locomotiva, tratando a mulher com o maior respeito, mas na vida prática como uma *obstruction* [obstrução], por isso entregando-a a ela mesma, ambicionando, acima de tudo, a riqueza de um grande *operator* de Wall Street, depois a influência de um *boss*, insensível à inveja, à má-vontade, ao comentário, a tudo o que em outros países emaranha, complica e, às vezes, inutiliza grandes carreiras; nunca procurando o prazer para si, dando-se aos hóspedes em sua casa, como se dão brinquedos às crianças, superior às contrariedades, sóbrio de dor, calmo na morte dos seus, e tratando a própria apenas como uma questão de seguro... A *vida privada* aqui é apenas uma expressão conservada do inglês. Todo homem é um homem público, e ele todo. (*Ibid.*, pp. 120, 121)

No *Minha Formação* (2004), de onde a retiramos, a nota aparece como a edição de duas outras, de 19 de julho e 9 de agosto de 1877. No *Diário* (2006), a primeira parte aparece em nota do dia 17 de julho, mas bem diferente; a segunda, também modificada, aparece no dia 9 de agosto, junto com comparação dos americanos a franceses e ingleses. O quadro pintado acima não é, porém, de todo ruim. O tom da “edição” feita por Nabuco e publicada na obra de 1900, embora mantenha o caráter geral das observações, é mais brando e menos direto do que aquele das notas do diário. Se são materialistas os americanos, são também independentes, viris, sóbrios e, mesmo, hospitaleiros. Nabuco, ao comentar a nota, demonstra preocupação em relativizar suas

afirmações, qualificando suas impressões como as “de simples transeunte”. (p. 121)

Acrescenta:

Eu hoje não escreveria dos Estados Unidos que é uma nação *sem ideal*; diria que é uma nação cujo ideal se está formando. Assim como o inglês trata de adquirir fortuna e independência antes de entrar para a Câmara dos Comuns, dir-se-ia que a nação americana trata de crescer, de povoar o seu imenso território, de chegar ao seu completo desenvolvimento, *her full size*, para depois fazer falar de si e pensar no nome que deve deixar. Até hoje os Estados Unidos têm feito vida à parte e se têm ocupado de si só; mas um país que caminha para ser, se já não é, o mais rico, o mais forte, o mais bem aparelhado do mundo, tem, pela força das coisas, que ligar a sua história com a das outras nações, que se associar e lutar com elas. (NABUCO, J., 2004, p. 121)

No comentário, inclusive, pode-se notar a admiração de Nabuco pela riqueza e pelo poderio material dos Estados Unidos, bem como a percepção de que o país deve, no futuro próximo, “fazer falar de si”. Vale a pena, de todo modo, comparar a nota acima com as duas que lhe deram origem. A primeira é a seguinte⁴⁵:

Não se pode dizer deste país que ele tem ideal. É o país prático por excelência, que tem a admirável qualidade de bem ou mal governar-se a si mesmo. Não lhe falta *manhood*, mas tudo nele serve a fins materiais. A instrução pública, que está tão desenvolvida, só tem tido esse desenvolvimento por ser um elemento do *business*. Ganhar dinheiro é o fim real da sociedade americana. Outrora, e, como o tempo voa aqui, não há muito ganhava-se dinheiro alegremente, com esse espírito cavalheiresco de aventura e de negócio que se encontrava em todos os lugares em que a fortuna faz-se depressa, como há anos na Califórnia, e, diz-se, na Diamantina⁴⁶. Hoje, porém, a fraude, a esperteza, a fineza substituíram essa ousadia brilhante e essa coragem despreziosa dos exploradores. Hoje há especuladores. Cada um quer viver à custa do outro e como os serviços são recíprocos furtam-se à grande. As fortunas arruinadas ou estremecidas dão um ar triste ao negócio que se agita mas que não anda mais. Quanto ao ideal, discute-se hoje a ocupação do México como se fora território americano. Cuba, que tem acreditado nas simpatias americanas, esvai-se em sangue, enquanto eles discutem se devem tomar ações, ser *shareholders* [acionistas] da independência da ilha, que é uma companhia apenas que não tem acionistas, por não prometer dividendos. Um jornal que governa um partido, *si et in quantum* [sob condições], admira-se de que o governo do México ponha obstáculos à invasão armada de seu território, acha que as suas perguntas são impertinentes e aconselha o governo que não se explique. Invadir um país sem explicar-se, e quando se é vizinho, e se está em paz! O tratado com a Inglaterra, que resultou no Congresso de Genebra⁴⁷, levaria a crer que os Estados

⁴⁵ Pode-se perceber nessa primeira nota o referido preconceito “europeu” de Nabuco, muito mais pronunciado que na nota “editada” do *Minha Formação*. Na realidade, como se vai perceber, Nabuco mostra-se aí quase “anti-americanista”, especialmente no que se refere à política externa dos Estados Unidos em relação à América espanhola.

⁴⁶ Nota de Evaldo Cabral de Mello: “*Entenda-se, no Arraial do Tejuco (Minas), no século XVIII*”.

⁴⁷ Nota de Evaldo Cabral de Mello: “*Pelo tratado de Washington (1871), os Estados Unidos e a Inglaterra concordaram em submeter à arbitragem internacional as questões relativas à fixação de fronteiras com o Canadá e aos litígios decorrentes da Guerra Civil, o que permitiu uma solução*

Unidos são o país do direito internacional. A política estrangeira americana, porém, resume-se em um princípio: o interesse americano. Esse procedimento com o México descobre a verdade sobre o auxílio prestado pelo governo de Washington a Juárez e o fuzilamento de Maximiliano I. O México pertence aos Estados Unidos. O que é extraordinário, porém, é que uma fração do país tão adiantada como o Norte deseje ainda aos *returning boards* os *pronunciamentos* [golpes militares], e fazer um mosaico ainda maior de fraude, de anarquia, de militarismo e de revolução, do que a história do Sul já nos parece. (NABUCO, 2006, pp. 168, 169)

A segunda, de 9 de agosto⁴⁸:

O homem tende a uniformizar-se. Seria no fundo muito difícil traçar a linha entre um inglês e um francês, se se uniformizar a educação dos dois, por exemplo. Pode-se realmente fazer um retrato nacional, e as nuances serão reconhecíveis como pertencentes a este ou aquele povo. Individualmente a precisão é quase impossível. Mas se isso é assim hoje, no futuro os característicos estarão ainda mais apagados, o comércio, o casamento, as comunicações internacionais – e o caráter de unidade da civilização ocidental – terão confundido na aparência pelo menos os diversos tipos europeus. Será o americano o tipo geral do futuro ou um dos que ele há de desdiferenciar? O americano, em geral, é antes de tudo um homem prático, em cuja vida a metafísica tem pouca parte, que realiza perfeitamente que a vida é um *business* e que é preciso o dólar para não falir nela, que põe a arte e a ciência, e o cultivo, atrás do que é essencial – que é tudo o que se refere à fortuna pessoal e depois à *polity* [comunidade], que submete os seus sentimentos ao seu interesse bem compreendido, que vai sempre *ahead* [à frente] como a locomotiva, sem olhar para o fumo que deixa atrás, que considera 'praticamente' a mulher como uma *obstruction* [obstrução] e tira dela o melhor partido, que é deixá-la entregue a si mesma, e que deseja como ideal para si a riqueza primeiro, a influência *secundo*, não tendo desdém por nada, não olhando para os lados quando anda, desprezando a *gossip* [mexerico] e a *commeráge* [bisbilhotice], querendo tirar o maior proveito possível de suas circunstâncias, indiferente às pequenas coisas que gastam a vida dos outros homens, nunca procurando o prazer, mas achando-o, algumas vezes, sóbrio, calmo, indiferente às contrariedades e antes de tudo americano. (*Ibid.*, p. 185)

A diferença de tom, no *Minha Formação* – especialmente em relação à primeira nota original, de 17 de julho –, pode ser atribuída a alguns fatores. Em primeiro lugar, como dissemos, o diário, por ser íntimo, permite um discurso sem amarras e “despreocupado” do leitor, diferentemente de uma obra dada à publicação. Em segundo lugar, Nabuco está mais distante dos eventos, temporal e espacialmente, e pode censurar

satisfatória do contencioso anglo-norte-americano”.

⁴⁸ Nela, Nabuco faz um retrato ainda mais interessante do americano, além de mostrar verdadeiro talento sociológico: é quase um teórico da massificação no mundo moderno! Como comentou Evaldo Cabral de Mello, algumas passagens do diário, sendo essa um exemplo extremamente feliz, “denotam (...) a intuição sociológica que foi o forte de Nabuco.” (2006, p. 71) Além disso, Nabuco já vislumbra, embora não consiga ainda antecipar de todo, o papel de destaque dos Estados Unidos – e do “tipo geral americano” - no futuro.

um pouco mais a pena. Mais maduro, já pode relativizar o efeito da passagem pela Europa em sua personalidade, o qual, em 1876-1877, é extremamente significativo. Finalmente, a imagem de um país que se desenvolve, atinge o máximo de seu poderio material, ocupa devidamente o seu território para em seguida “pensar no nome que deve deixar” mostra que Nabuco, em 1900, tem outra impressão dos Estados Unidos, em boa parte devido ao próprio desenvolvimento do país nesses mais de vinte anos. Como escreveu acima, um país que caminha a ser o mais rico do mundo estaria fadado a ligar-se aos outros e, obviamente, figurar em destaque entre eles. É pensando nisso, e também na necessidade de o Brasil proteger-se da ameaça externa, que Nabuco vai empreender a sua defesa da aproximação do Brasil aos Estados Unidos, sobre a qual falaremos adiante. Já agora, no *Minha Formação*, pode-se perceber o papel que Nabuco atribui ao país no futuro. Além disso, aproximar-se da república norte-americana poderia dar ao Brasil a chance de percorrer caminho parecido ao do irmão de hemisfério.

Voltando aos Estados Unidos de 1877, contudo, a questão-base ainda são os desentendimentos entre o Norte e o Sul e, politicamente, os desdobramentos da eleição do ano anterior. Nabuco espanta-se com a aparente calma dos americanos em vista da constante ameaça de “*riot*” [rebelião]. Habitado à história europeia – e, como disse ele próprio, ao pendor dos latinos para a guerra civil –, afirma: “(...) Que povo calmo, o americano! A grande excitação de que se fala não passa de uma conversa particular no *bar-room* de um hotel.” (NABUCO, 2004, p. 122) E acostumado ele mesmo a culpar o Brasil – para ser mais exato, os conservadores –, sempre despreparado para as reformas, acha notável que os americanos não culpem senão a si próprios pelos problemas e dificuldades: “(...) O pessimista francês não existe neste país de otimistas que dizem sempre: *não haverá nada*, e se há: *isto passa logo*, e se dura: *podia ser pior*. (...) Os próprios que perdem tudo não acham meio de queixar-se senão de si mesmos.” (*idem*)

Olhando uma vez mais à Europa, em nota de 4 de setembro, lamenta-se pelo destino da França, que acabara de perder Thiers:

Thiers morreu ontem. Por toda a parte a notícia vai produzindo a mesma impressão. Pobre França! é o que se exclama. A perda é irreparável. O leme fica sem homem. A confiança que a Europa toda tinha no velho conselheiro da França não acha a quem se entregar... O último em França dos grandes homens do passado não nomeou sucessor... (*idem*)

Provavelmente tocado pela morte de Thiers, Nabuco, uma semana depois, escreve sobre o estadista em seu diário. Interessante e rico balanço da obra política do francês, antecipa a postura tomada por ele próprio, mais de vinte anos depois, quando aceita o

convite do Presidente Campos Sales para trabalhar na questão da Guiana Inglesa⁴⁹. Se não antecipa, contudo, a defesa que faria em seguida do pan-americanismo, dá a conhecer já os motivos pelos quais pôde, sem prejuízo de suas crenças e de sua personalidade pública, fazer o que acreditava ser a defesa do melhor a seu país. Sobre Thiers escreveu, em 11 de setembro de 1877:

Muito se tem dito sobre as mudanças de Thiers. (...) Quando tantos homens de talento, caráter, fortuna e prestígio social representavam o seu papel em um regímen e desapareciam, Thiers era sempre contado como um poder político. Foi seu destino fundar e destruir governos, mas não se pode acusá-lo de se ter divorciado da França em nenhum desses momentos. Mudou sempre com o país. A sua grande mudança final de monarquista para republicano coincidiu com o seu interesse pessoal como primeiro presidente da república, mas coincidiu também com a conversão das classes médias, não ao princípio republicano, mas à ideia de que só a república era possível. Sempre a França, nos seus movimentos liberais, o encontrou ao seu lado. (...). (*Ibid.*, pp. 123, 124)

Como fizera Thiers, caberia a Nabuco reconciliar-se com o país para continuar trabalhando por ele⁵⁰. Mas deixemos os detalhes dessa reconciliação para depois e voltemos a 1877. Para sermos mais precisos, voltemos ao olhar do Nabuco de *Minha Formação* sobre o ano de Estados Unidos. Revendo os escritos de seu diário, Nabuco reflete:

Esses trechos mostram que em Nova York eu não me achava sob a influência americana, mas que continuava em mim a influência europeia e eu era o espectador, que tinha sido em Londres, quase desinteressado da política, desinteressado pelo menos de toda a política que não pudesse converter em assunto literário, ou em nota crítica e observação. (p. 125)

Ciente de como se encontrava seu espírito em 1877, ligado à Europa pelo calor das impressões recentes, Nabuco, no capítulo seguinte de *Minha Formação*, passa ao que “(...) é hoje a minha ideia da democracia na América.” A ideia de Nabuco acerca

⁴⁹ Como veremos adiante, Nabuco retorna à diplomacia em 1899, para trabalhar na questão da Guiana Inglesa, após cerca de dez anos de afastamento da vida pública. Embora *Minha Formação* tenha sido publicada em 1900, Nabuco afirma no Prefácio que a obra reúne artigos escritos entre 1893 e, precisamente, 1899. No que se refere aos capítulos sobre os Estados Unidos, contudo, deve-se tomar como limite o ano de 1898. Ver Prefácio a *Minha Formação* (2004, p. 19) Se o balanço sobre Thiers, escrito em 1877, é interessante por si só, ganha relevância o fato de Nabuco o ter selecionado a compor o *Minha Formação*. Tal fato talvez possa indicar que Nabuco já trazia no espírito a inclinação à conciliação.

⁵⁰ Ricardo Salles (2000) mostra-nos como Nabuco, em *Um Estadista do Império*, revela acreditar que também o pai, o conselheiro Nabuco de Araújo, por motivos semelhantes aos dele próprio e aos de Thiers, “aceitaria a conciliação com o novo regime, '(...) sobretudo se adivinhasse o interesse da independência nacional, pela nova feição do monroísmo, na desistência da forma monárquica, como via na sua substância o interesse da nossa unidade moral. Uma coisa é certa: sob a República, a compreensão dos seus deveres de cidadão, de sua lealdade para com a pátria, não mudaria, nem tão pouco o seu caráter (v. IV: p.153)’. (p. 46)

dos Estados Unidos, em 1900, deve ser formada pelas impressões que guardou de sua curta estada, mas também do que pôde ler e acompanhar do desenvolvimento da grande república do Norte nesses pouco mais de vinte anos.⁵¹ Em capítulo posterior, Nabuco trata precisamente da influência da estada norte-americana sobre seu espírito.

Nabuco inicia o capítulo XVI, intitulado *Traços Americanos*, dizendo:

Dos Estados Unidos não vi senão muito pouco, como da Inglaterra, por isso as impressões que reproduzo devem ser entendidas como impressões de Nova York e Washington, quase exclusivamente. (...) A ideia, porém, que tenho é que quem viu Nova York e Washington viu tudo que há que ver nos Estados Unidos, excetuando as poucas cidades a que se podem chamar cidades históricas, que têm o cunho de suas tradições próprias. (*Ibid.*, p. 126)

Partindo, então, das impressões que lhe deram, principalmente, Washington e Nova York, Nabuco afirma, de modo categórico:

Para o engenheiro, para o inventor, para o arquiteto, para todo economizador de tempo e trabalho, para quem admira acima de todos o gênio industrial deste século, os melhoramentos que ele tem introduzido na ferramenta humana, os Estados Unidos são de uma extremidade a outra um país para se visitar e conhecer. É ele, talvez, o país onde melhor se pode estudar a civilização material, onde o poder dinâmico ao serviço do homem parece maior e ao alcance de cada um. Em certo sentido, pode-se dizer dele que é uma torre de Babel bem sucedida. Na ordem intelectual e moral, porém compreendendo a arte, os Estados Unidos não têm o que mostrar, e certa ordem de cultura, toda cultura superior quase, não precisa para ser perfeita e completa de adquirir nenhum contingente americano. (pp. 126, 127)

Principal exemplar do “gênio industrial” e do desenvolvimento material do século, os Estados Unidos não tinham o que oferecer “na ordem intelectual e moral”, incluindo aí a arte e toda cultura superior. Nabuco continuava devotado ao gênio europeu. Mesmo na política, a vantagem era europeia, mais especificamente, inglesa⁵²:

⁵¹ A questão das leituras de Nabuco, sua formação literária e filosófica, pediria trabalho à parte. É interessante, contudo, supor que autores e obras Nabuco conhecia acerca dos Estados Unidos. Evaldo Cabral de Mello (2006) afirma, por exemplo, que Nabuco não tivera ainda contato, em 1876-1877, com *A Democracia na América*, de Tocqueville. Ele faz essa afirmação por acreditar que, diante do que se lê no diário, não seria possível que Nabuco conhecesse a obra. (p. 71) Pudemos ver, contudo, menção explícita à obra do francês em *A Invasão Ultramontana*, publicada em 1873, com uma citação, inclusive, sobre a afinidade entre a liberdade e a religião na América (Ver p. 15). Tal menção, na obra de 1873, parece escapar também a Vamireh Chacon (2000), o qual afirma que só aparecem referências a Tocqueville em *Um Estadista do Império* (p. 51). De todo modo, parece ser ponto pacífico que Nabuco conhecia Tocqueville – e *A Democracia na América* – à altura em que escreve e publica o capítulo XVI de *Minha Formação*, sobre os “traços americanos”, embora não se possa precisar que influência teve sobre ele.

⁵² Vamireh Chacon (2000) aponta que, além dos escritos de Bagehot, ajudou a conformar no espírito de Nabuco a admiração pela política inglesa a impressão fortíssima da atuação dos grandes estadistas da época vitoriana, como Lord Salisbury, Gladstone e Disraeli.

Da política, a impressão geral que tive e conservo é a de uma luta sem o desinteresse, a elevação de patriotismo, a delicadeza de maneiras e a honestidade de processos que tornam na Inglaterra, por exemplo, a carreira política aceitável e mesmo simpática aos espíritos mais distintos. O que caracteriza essa luta é a crueza da publicidade a que todos que entram nela estão expostos. Como antes eu disse, não há vida particular nos Estados Unidos. (*Ibid.*, p. 127)

Se a falta de privacidade tem como efeito a moralização da vida privada, o mesmo não acontece com a vida política, ainda marcada pela corrupção. Embora os roubos públicos sejam investigados como não o seriam talvez em nenhum outro lugar, como a sujeira reina em ambos os partidos, as campanhas por “pureza administrativa” têm muito de insinceras e a “consciência em voga entre os *politicians* tem a sua casuística especial.” (p. 128) Isso não significa, Nabuco diz, que não haja políticos honestos nos Estados Unidos. Certamente os há. Mas mesmo esses acobertarão o malfeito, se necessário ao bem do partido. Daí, a vantagem é toda inglesa. Segundo Nabuco,

Não havia nada que me desse na América do Norte idéia da superioridade de suas instituições sobre as inglesas. A atmosfera moral em roda da política era seguramente muito mais viciada; a classe de homens a quem a política atraía, inferior, isto é, não era a melhor classe da sociedade, como na Inglaterra; pelo contrário, o que a sociedade tem de mais escrupuloso afasta-se naturalmente da política. (...) Com semelhante regímen, sujeitos às execuções sumárias da calúnia e aos linchamentos no alto das colunas dos jornais, é natural que evitem a política todos os que se sentem impróprios para o pugilato na praça pública, ou para figurar em um *big show*. (*Ibid.*, pp. 128, 129)

Nabuco acredita que esse estado de coisas na política é mantido no país justamente pelo afastamento de sua melhor gente. Além disso, a fiscalização necessária ao bom funcionamento administrativo, se levada a cabo, desviaria o foco do que realmente importa à população, o sucesso dos negócios:

A degradação dos costumes públicos do país, coincidindo com o seu desenvolvimento e cultura, com a sua acumulação de riqueza e de energia, com os seus recursos ilimitados, não quer dizer senão que a nação americana não se importa que administrem mal os seus negócios, porque não tem tempo para tomar contas. (p. 129)

Mas qual seria o prejuízo dessa delegação quase irresponsável? O que poderia acontecer no caso de entregar a direção do país aos partidos? “Uma agraviação de impostos? Que importa ao americano pagar mais alguns *cents* no dólar e não se incomodar com a política?” (*idem*) De todo modo, o país contaria com uma força capaz de livrá-lo de quaisquer partidos, legislaturas ou presidentes, caso necessário: a opinião pública. Além disso, nos Estados Unidos, o governo é uma “pura gestão de negócios”,

sendo a corrupção, diferentemente do que é em outros lugares, “simples erupção na pele”. (*Ibid.*, p. 130)

Mais uma vez afirma sua predileção pela Inglaterra, comparando os caracteres ingleses aos norte-americanos, especialmente em torno da questão da liberdade:

O fato é que nenhuma impressão guardei dos Estados Unidos de ordem equivalente à impressão inglesa, nem mesmo a de liberdade individual. É certo que o americano, comparado com o inglês, tem o sentimento de altivez individual mais forte, porque não há classe, nem hierarquia a que ele se curve. O inglês tem reverência pela posição, pela classe, pelo nascimento; o americano não tem, e isto faz naturalmente que este se considere mais independente no seu modo de sentir do que o inglês. É incontestável que a democracia, introduzindo na educação a ideia da mais perfeita igualdade, levanta no homem o sentimento do orgulho próprio. A questão é saber, tomando o conjunto dos resultados, se as sociedades antigas onde as influências tradicionais não se apagaram de todo, como a inglesa, antes são por assim dizer artificialmente mantidas, não produzem com as limitações de classe uma dignidade pessoal moralmente superior a essa altivez da igualdade. (*Ibid.*, pp. 130, 131)

No que se refere à altivez individual e ao orgulho próprio, Nabuco reconhece que os sentiria mais o americano, devido à democracia, que introduz na educação a ideia de igualdade. A inexistência de classes, por assim dizer, produziria no americano uma sensação de maior independência em relação ao inglês. Este, contudo, com sua reverência à posição e ao nascimento, sentiria, por outro lado, uma “dignidade pessoal moralmente superior” à “altivez da igualdade”. Tal dignidade, para Nabuco, é a dignidade da sociedade aristocrática, de cuja preferência ele próprio partilha. Lembrando a discussão que fizemos a partir de Ricardo Benzaquen de Araújo (2004; 2009), Nabuco acredita que tradição e ordem – atributos da sociedade monárquica inglesa –, em vez de cercearem a liberdade, servem de estímulo à individualidade, uma vez que, pelo peso de sua autoridade, fariam o indivíduo entregar-se à sua subjetividade.

Nabuco realça, por outro lado, o pendor dos cidadãos da América a hierarquizações em termos de raça:

É preciso não esquecer, tratando-se do norte-americano, que a igualdade humana para ele fica dentro dos limites da raça; já não falando do chinês [chinês] ou do negro – que seria classificado, se vencesse o instinto americano, em uma ordem diferente da do homem – nunca ninguém convenceria o livre cidadão dos Estados Unidos, como ele se chama, de que seu vizinho do México ou de Cuba, ou os emigrantes analfabetos e os indigentes que ele repele dos seus portos, são seus iguais. Para com estes o seu sentimento de altivez converte-se no mais fundo desdém que ente humano possa sentir por outro. (*Ibid.*, pp. 130, 131)

Para não parecer ele próprio refratário à igualdade – como princípio – ou injusto, Nabuco reconhece, por evidente, “(...) que nesse caminho é a Inglaterra que avança na

direção dos Estados Unidos e não os Estados Unidos que retrocedem a encontrar a Inglaterra.” (*Ibid.*, p. 131)

O sentimento, entretanto, da igualdade perante a lei, e perante a justiça, qualquer que possa ser o sentimento da igualdade de condição, é maior, é mais seguro na Inglaterra do que nos Estados Unidos. É mais provável que o *groom* do marquês de Salisbury obtenha justiça contra seu amo do que o caixeiro de um grande estabelecimento de Nova York contra o patrão, se este tiver qualquer influência no City Hall. (*Ibid.*, p. 132)

Além disso, não se deve enganar, há uma aristocracia em franco desenvolvimento nos Estados Unidos. É de nascimento, de beleza, de fortuna ou inteligência, distinta de todas as outras pelo mundo não só por não ter títulos ou nobreza, mas por “(...) não ser política, ser mesmo o resultado da abstenção política.” (*idem*) Distingue-se também pelo modo como suas mulheres reputam o estrangeiro, especialmente o nobre. Segundo Nabuco, isso é um traço ao qual se deve atentar, principalmente se se supor que “não é senão justo apreciar as sociedades pela sua flor, sua elite, isto é, pelo que elas mais profundamente admiram em si mesmas e o mundo mais admira nelas.” (*Ibid.*, p. 133) Apesar do “gênio protecionista” que há no país, seu quase isolacionismo, os títulos ingleses, franceses e romanos exercem verdadeiro fascínio.

É importante saber, acima de tudo, que influência exerceram sobre Nabuco esses “traços” norte-americanos. No capítulo de *Minha Formação* dedicado ao assunto, o pano de fundo é ainda a comparação com a Inglaterra. Mas Nabuco, em vez de distinguir, começa apontando a origem anglo-saxônia comum:

Eu não podia, entretanto, ter vivido quase dois anos nos Estados Unidos sem em algum ponto ser modificado pela influência norte-americana. Uma coisa é a Europa, outra a América do Norte. Entre os americanos, o metal do caráter, o fundo de experiência humana, o tato da vida é, falando do país como uma só pessoa moral, anglo-saxônio. Os Estados Unidos, como a Austrália e o Canadá, não podem esconder a sua procedência. O fundo anglo-saxônio revela-se, aumentado ou diminuído na coragem e na tenacidade, na dureza e na impenetrabilidade, no espírito de empresa e de independência da raça, também na brutalidade e crueldade do instinto popular, nas rixas de sangue, na bebida, nos linchamentos, na sede insaciável de dinheiro, e também, outros traços, na necessidade de limpeza física e moral, no espírito de conservação, na emulação e amor-próprio nacionais, na religião, no respeito à mulher, na capacidade para o governo livre. (*ibid.*, p. 134)

Apesar do mesmo “fundo” de civilização, as diferenças entre americanos e ingleses seriam extremamente significativas. A comparação entre esses tipos produziu passagens interessantíssimas, de fina argúcia. Ao fim e ao cabo, como vamos perceber, Nabuco mantém a predileção pela Inglaterra, sem, contudo, deixar de reconhecer a

grandeza do espetáculo oferecido ao mundo pela república americana. Não fosse sua “imaginação histórica” - nele, toda europeia e, acima de tudo, a essa altura, inglesa - teria, talvez, se rendido. De todo modo, não se deve negligenciar a importância dada por Nabuco a essa origem civilizacional comum. Para explicar as diferenças, ele vê-se obrigado a supor mesmo uma “influência de região”:

Que homem diferente, porém, é o americano do inglês! Os moldes são tão diversos que, para explicar a diferença, é preciso admitir uma influência modificadora mais forte do que a de instituições sociais, uma influência de região - cada grande região do globo produzindo com o tempo uma raça sua, diferente das outras. As instituições modificam o caráter de um povo, mas não se provou ainda que lhe modificassem o tipo e o temperamento físico. (*idem*)

Se a diferença de região tem mais força explicativa que as instituições, pelo menos para dar conta da especificidade do “tipo americano” em relação ao inglês, Nabuco não deixa de mostrar as dessemelhanças institucionais. De modo que

A comparação do maquinismo político-social entre a América do Norte e a Inglaterra é, em quase tudo, favorável a esta. As instituições inglesas, tanto as políticas como as judiciárias, tanto as públicas como as privadas, têm mais dignidade, mais seriedade, mais respeitabilidade. Na Câmara dos Comuns não se imagina o processo do *lobbying*, não há na administração inglesa o *spoils system*⁵³, (...) não há na Inglaterra um trecho do território em que os cidadãos só tenham confiança na justiça que fazem por suas mãos, como nos *lynchings* [linchamentos] americanos. A todos os que têm que tratar com a administração, que estão na dependência da justiça, a organização americana oferece muito menos garantias de equidade e menor proteção do que a inglesa. (*Ibid.*, p. 135)

Além de o sistema inglês dar mais garantias ao homem comum do que dá o americano, além de mais respeitáveis e sérias as instituições, na Inglaterra a política é feita pela intervenção de grandes homens, “do grande intelectual, do grande escritor” (*idem*). Nos Estados Unidos, a política, para interessar às massas, não passa por qualquer elaboração mental. O indivíduo, na América, para se inserir na política, deve se matricular em um partido e precisa renunciar à sua própria personalidade. Os próprios partidos são distintos nesses países: na Inglaterra, são partidos de opinião, enquanto nos Estados Unidos são verdadeiras *machines*, governadas por *bosses* que dirigem todos os seus movimentos.

Fora da política, no entanto, longe da administração e da justiça,

⁵³ *Spoils System*, ou *patronage system*, é uma prática na qual o partido vencedor de uma eleição recompensa seus apoiadores com cargos no governo e outras prebendas. É a versão americana de nosso velho clientelismo.

os Estados Unidos são o país livre por excelência. Os americanos são uma nação que quisera viver sem governo e agradece aos seus governantes suspeitarem-lhe a intenção. Daí, a popularidade de seus presidentes: eles não fazem sombra ao país, não pesam sobre a nação. (...) A coluna da autoridade é menor sobre os ombros do americano do que sobre os de qualquer outro povo; a sua respiração é a mais franca, a mais larga, a mais profunda de todas. (*Ibid.*, p. 136)

Ao americano, portanto, pouco importava o caráter de seu governo, desde que ele mal se fizesse notar. Mas Nabuco tem dúvida de que a liberdade encontrada na sociedade americana, sem a preocupação com a cidadania, se sustente com o passar do tempo.

A questão é saber se a coluna de autoridade, que é hoje tão leve nos Estados Unidos, não virá um dia a ser a mais pesada de todas. O sistema americano pode bem corresponder, dada a diferença de época e adiantamento, à liberdade pessoal de que gozaram sempre mais ou menos as raças que tinham espaço ilimitado para se estenderem e escassa vizinhança em país novo. No fundo, essa extrema liberdade é uma forma de individualismo, de isolamento, de vida à parte, de responsabilidade ainda não formada, do homem na sociedade. *Isoladamente, o americano será, como eu disse, o mais livre de todos os homens; como cidadão, porém, não se pode dizer que o seu contrato de sociedade esteja revestido das mesmas garantias que o do inglês, por exemplo. A autoridade é menor sobre os seus ombros, mas a responsabilidade humana é também mais frouxa em sua consciência.* (grifo nosso) (*idem*)

É interessante notar que Nabuco, ao falar de responsabilidade frouxa e não formada, da falta de garantias com as quais se revestiria o contrato norte-americano de sociedade, ao mencionar, ainda, o desinteresse de seus melhores homens em ocuparem os postos diretivos da nação, deixa clara sua suspeita diante de uma sociedade despreocupada de si mesma e de seu governo, de um lado e, de outro, de um governo despreocupado de sua sociedade⁵⁴.

A nação americana, contudo, dispensaria quaisquer tipos de tutores, rejeitaria o que quer que se assemelhasse a proteção ou condescendência. Acredita possuir o

⁵⁴ Tais suspeitas relacionam-se ao modo como Nabuco supõe os movimentos e mudanças sociais. Chacon (2000) ajuda-nos a lembrar que “na visão de Joaquim Nabuco e do seu tempo, influenciados pela ascendente hegemonia mundial do modelo anglo-americano (no caso de Nabuco mais o britânico que o estadunidense), a mudança social tinha de permanecer sob flexível, porém firme, controle social por iluminada classe dirigente capaz de assim impor-se à classe dominante, para incorporação gradativa de cada vez mais grupos canalizados institucionalmente, mesmo sob pressão de baixo para cima. É a Revolução Conservadora: acomodações sucessivas menos ou mais dirigidas, sem perda de estabilidade do conjunto.” (pp. 76, 77) Nabuco verá malograr sua “teoria da mudança bem-orientada”, como veremos, na incapacidade de a monarquia brasileira – dinastia e parlamento – levar a cabo as reformas necessárias à modernização do país, o que, entre outros motivos, contribui, a seu ver, para sua ruína.

governo mais forte do mundo e orgulha-se desse fato, bem como de ser a mais bem-sucedida em escondê-lo. Segundo Nabuco,

o que se pode dizer é que os Estados Unidos não tiveram ainda os mesmos perigos de que se acautelar que a Europa. Esse governo que muda todos os quatro anos pode ser o mais forte do mundo, mas não foi experimentado nas mesmas condições que os outros (...). (*Ibid.*, p. 137)

Além disso, essa rejeição a tudo que se assemelhe à “*patronizing*” é também devida ao fato de que, se

o passado pesa sobre o presente na Inglaterra e o limita, na América, não há vista retrospectiva. De tudo isto resulta para o americano um sentimento de independência, que o faria, como fazia o grego, sentir-se metade escravo, se lhe dessem um rei, mesmo quando o efeito da realeza fosse aumentar a sua parte efetiva de direitos e de influência na comunhão. É nisto que consiste a maior 'liberdade' americana: no sentimento da igualdade hierárquica entre governantes e governados. (*Ibid.*, pp. 137, 138)

A Nabuco, discípulo de Walter Bagehot e admirador da escola de estadistas britânica, não se lhe falava essa “*idiosincrasia americana*”. A ele,

era evidente (...) que ela era o resultado das condições em que o país crescera e que, se a independência tivesse sido feita por um príncipe inglês, como a nossa foi feita com o herdeiro do trono, os Estados Unidos, em um século de progresso e adiantamento, teriam desenvolvido para com a sua casa reinante o mesmo sentimento de *loyalty* dos ingleses. Se a realeza, na Inglaterra, passou, no nosso tempo, pela metamorfose que se observa do reinado de Jorge IV para o reinado de Vitória, teria passado na América do Norte por uma transformação ainda maior. (p. 138)

Que bem, acreditava Nabuco, não teria feito aos Estados Unidos o regime monárquico! “Mr. King ou Mrs. Queen seria uma pessoa muito mais popular do que Mr. President, e diariamente receberia mais esmagadores *shake-hands* ou mais familiares cartões-postais.” (*idem*) E que bem ao mundo, igualmente, teria feito a dinastia norte-americana:

No Brasil a monarquia foi o que vimos, uma pura magistratura popular; como não seria nos Estados Unidos, onde o princípio ativo, a força corrosiva da democracia é ainda mais enérgica? A monarquia, na Nova Inglaterra, teria, provavelmente, exercido maior influência sobre as velhas monarquias europeias do que exerceu a grande república, e outra espécie de influência sobre o resto da América. (*idem*)

A recepção dada a Pedro II, em 1876, pela inteligência culta do país, deixava evidente que a monarquia brasileira era reputada como muito superior às repúblicas latino-americanas.

Sobre ele mesmo, pondera Nabuco, “o efeito do republicanismo norte-americano só podia ser (...) o de corrigir o que houvesse de supersticioso no meu monarquismo,

tirar-lhe tudo o que parecesse direito divino, consagração super-humana.” (*Ibid.*, pp. 138, 139) E ressalta, novamente, as semelhanças entre ingleses e norte-americanos, o que nos dá, uma vez mais, a medida de certa continuidade vista por Nabuco entre essas duas variantes da mesma civilização:

Entre os dois espíritos, o inglês e o norte-americano, eu não via oposição, como não há oposição entre as duas raças e as duas sociedades; não havia nada mais fácil de compreender e conciliar do que a admiração com que Gladstone fala dos Estados Unidos e a admiração dos escritores mais respeitáveis da América pela constituição inglesa. (p. 139)

No que se refere ao credo político, porém, em nada havia mudado, mesmo tendo aspirado, no ar americano, certa “irreverência de espírito”, impressão inapagável:

Nenhuma das minhas ideias políticas se alterou nos Estados Unidos, mas ninguém aspira o ar americano sem achá-lo mais vivo, mais leve, mais elástico do que os outros saturados de tradição e autoridade, de convencionalismo e cerimonial. Essa impressão não se apaga na vida. Aquele ar, quem o aspirou uma vez, prolongadamente, não o confundirá com o de nenhuma outra parte; sua composição é diferente da de todos. (*idem*)

E demonstrando, novamente, o tino sociológico de que falamos:

A impressão geral que me deixou o que vi na América do Norte é uma impressão de nitidez; tudo é nítido de contorno perfeito e incisivo, como uma medalha antiga. O inglês fará tudo sólido; o francês, elegante; o americano procura fazer nítido, *clean cut*. Isso reconhece-se logo em qualquer estampa americana. Há uma perfeição à parte, que é a perfeição americana, distinta do último toque que o inglês ou o francês dá às coisas, perfeição real, incontestável, como é a japonesa.(...) O que o distingue [o traço americano] é que ele não exprime, como os outros, um estado de espírito ou aspiração de ordem puramente estética; que exprime uma resolução, uma vontade, um caráter. (p. 139)

Do homem americano comum, porém, não tem imagem muito lisonjeira⁵⁵. Faltam-lhe maneiras, “os toques ou sinais, desconhecidos dos profanos, pelos quais os iniciados nos segredos mundanos se reconhecem entre si.” (p. 140) Isso se deve ao fato de que “a americana é uma raça que ainda está crescendo na mais perfeita igualdade e ganhando a vida em desenfreada competição”. (*idem*) A aparente “desvantagem” é, na realidade, diante do mundo que se projeta, importante vantagem.

Não há (...) no mundo uma escola igual a essa para aprender o que, de ora em diante pelo menos, é o mais importante dos preparatórios da vida – a arte de contar consigo só. (...) É que o jogo da vida nos tempos modernos – muito mais nos séculos que vão vir, em que a concorrência será ainda mais numerosa e implacável – não se parece com figuras de minúete ou com divertimentos campestres do século passado, como os

⁵⁵ Como não tinha, como veremos, a aristocracia monárquica brasileira do tipo que ascendia na República recém-proclamada. Para isso, ver Taunay, 1971.

vemos em um Boucher ou um Goya; parece-se com as chamadas *montanhas-russas*: é um incessante despenhar a toda a velocidade, montanha abaixo, de trens que com o impulso da descida transpõem as escarpas fronteiras para se precipitarem de novo e de novo reaparecerem mais longe, e para essa contínua sensação de vertigem é principalmente o coração que precisa ser robustecido. (*idem*)

Embora, portanto, esse novo homem americano desagradasse a Nabuco e a seus escrúpulos aristocráticos europeus, ele reconhece seu maior preparo para enfrentar o futuro. Mais um motivo, talvez, a explicar por que acreditava ser melhor para o Brasil republicano ligar seu destino ao desse povo. Ainda mais se se levar em consideração que, depois de robustecido, esse homem americano, ou ainda,

os Estados Unidos não de um dia parar, e então terão tempo para produzir a sua sociedade culta, como os velhos países da Europa. Já há nos Estados Unidos porções de sociedade que pararam e querem permanecer em repouso: essas formam o primeiro indício de uma aristocracia, que um dia será um grande poder da União (...). (*Ibid.*, pp. 140, 141)

Nabuco fecha o capítulo sobre a influência norte-americana com uma interessante menção a Herbert Spencer e a algumas considerações a respeito do futuro dos Estados Unidos. Segundo Spencer, em trecho citado por Nabuco, seria possível inferir de “verdades biológicas” que a “mistura eventual das variedades aliadas da raça ariana que formam a população não de produzir um mais poderoso tipo de homem do que tem existido até hoje”, de modo que, a despeito das dificuldades, “eles podem razoavelmente contar com uma época em que não de produzir uma civilização mais grandiosa do que qualquer que o mundo tenha visto’.” (p. 141)

Afora a discussão acerca das afirmações de Spencer, bem como do significado que tem o fato de Nabuco o ter citado acerca desse assunto, o interessante é o que Nabuco diz em seguida. Embora aceite a possibilidade de que a civilização americana “venha um dia a ser a mais grandiosa do que qualquer que o mundo conheceu” - e embora, como vimos, afirme até que o homem americano seja o mais preparado para o futuro -, ele afirma (vale a pena abusar da citação):

É possível que seja aquela a lei biológica da mistura ariana, mas até hoje ainda nenhum galho americano de tronco europeu mostrou poder dar a mesma flor de civilização que a da velha estirpe. É possível que a civilização americana venha um dia a ser mais grandiosa do que qualquer que o mundo conheceu, mas eu consideraria perigoso, por enquanto, renunciar a Europa nos Estados Unidos a tarefa de levar a cabo a obra da humanidade. Reduzida esta aos atuais elementos americanos, muita nobre inspiração talvez nunca mais se pudesse renovar e o gênio da raça humana não viesse nunca a reflorir. A educação americana parece ser a única que não é convencional, que não é uma pura galvanização de estados de espírito de outras épocas, de ideais clássicos e literários, que

homens que vivem entre livros insinuam aos que não têm tempo para ler. A ideia tem na América do Norte muito menor papel na vida do que nos outros países, onde tudo está escrito e convertido em regra, e dos quais se pode dizer, invertendo a célebre frase, que nada lhes cai sob os sentidos que não tenha estado primeiro na inteligência. Os americanos, em grande escala, estão inventando a vida, como se nada existisse feito até hoje. Tudo isto sugere grandes inovações futuras, mas não existe ainda o menor sinal de que a elaboração do destino humano ou a revelação superior feita ao homem tenha um dia que passar para os Estados Unidos. A sua missão na história é ainda a mais absoluta incógnita. Se ele desaparecesse de repente, não se pode dizer o que é que a humanidade perderia de essencial, que raio se apagaria do espírito humano; não é ainda como se tivesse desaparecido a França, a Alemanha, a Inglaterra, a Itália, a Espanha. (*Ibid.*, pp. 141, 142)

Se, ao apagar das luzes do século XIX, Nabuco afirma que ainda não é o momento de a Europa passar o leme da civilização aos Estados Unidos; se ele afirma que não vê ainda sinal de que no futuro a elaboração do destino humano deva passar aos norte-americanos, dos quais, igualmente, não se possa dizer que têm os meios de colaborar ao gênio humano, por que motivos, menos de uma década depois, ele colaborará à mudança do eixo diplomático nacional de Londres para Washington? Por que se devotará à campanha do pan-americanismo? Podemos supor que, se não parece plausível que se tenha modificado radicalmente, em tão pouco tempo, seu apreço pela Europa, deve ter pesado a capacidade de leitura e adequação à realidade – já demonstrada na reconciliação com o país republicano –, a partir de nova percepção acerca do cenário internacional e do papel do Brasil diante do novo imperialismo europeu. De todo modo, trataremos mais detidamente dessas questões nos próximos capítulos.

2.8. 1878

Nabuco parte dos Estados Unidos em 1877 sem que a estada lhe modificasse a predileção pelo “espírito europeu”. Após algumas tentativas frustradas de remoção para Londres, como vimos, Nabuco precipita-se e solicita licença do cargo, em fins de junho. Aproveitou para viajar ao Niágara e ao Canadá, antes de partir para a Europa. Viaja em outubro, para Londres, “o posto ideal.” (NABUCO, C., 1928, p.58) “Em Grosvenor Gardens, 32, a antiga residência de uma esposa morganática de George IV, ele encontrou o mundo pelo qual suspirara durante a ausência na América.” (VIANA FILHO, 1985, p. 72) A “cidade universal” lhe é caríssima e, ali, uma vez mais, pode assistir às festas apoteóticas na residência do Barão de Penedo, o ministro chefe da

legaço. Reencontra Artur, filho de Penedo. “Outro companheiro, por ocasião das repetidas viagens que fazia entre Liverpool, onde era cônsul, e Paris, onde morava, era Juca Paranhos. Em pouco tempo todos eram íntimos, e a amizade tornara-se moeda corrente naquele bando boêmio.” (*Ibid.*, p. 73)

Fica pouco tempo em Londres. 1878 lhe guarda importantes acontecimentos: “um é público e feliz, a subida do partido liberal⁵⁶; outro particular e muito doloroso, a morte de seu pai.” (NABUCO, C., p.60) A satisfação de Nabuco com a subida liberal é ainda maior, ao ver o desejo de remoção finalmente concedido, com a ajuda inestimável do pai e de Vila Bela, que passa a dirigir o ministério dos Estrangeiros.

Não foi longa essa sensação de euforia. Em 23 de Março, isto é, poucos dias após a chegada do ofício de Vila Bela sobre a remoção de Nabuco para Londres, Sousa Correia transmitiu a este uma nova esmagadora: o velho Nabuco falecera. Ruíam todos os castelos. E no primeiro vapor, coberto de luto, sem saber o que seria da sua vida, o rapaz embarcou para o Brasil. (VIANA FILHO, p. 75)

Volta ao Brasil em abril de 1878. Ficara acertado, entre o pai e Vila Bela, o principal chefe liberal de Pernambuco, a candidatura de Nabuco à Câmara que se ia eleger. “Havia muito que seus amigos lhe aconselhavam a mudança de carreira. As cartas de seus jovens contemporâneos, dos seus íntimos reclamam-no de todos os modos, cheias de uma extraordinária confiança no futuro que lhe estava reservado.” (NABUCO, C., 1928, p. 60) Entra para a Câmara

no último lugar da lista pernambucana e com apenas 58 votos no Recife. Não é sem alguma tristeza que ele agora abandona de vez a diplomacia, à qual já tomara gosto, em troca das incógnitas da política. A carreira diplomática para quem a iniciava com dotes e aptidões tão completas, prometia uma vida de êxitos fáceis e brilhantes. A política aparece-lhe, ao contrário, cheia de lutas e incertezas para atingir uma glória problemática⁵⁷. (*Ibid.*, p. 61)

Termina, então, seu período de formação intelectual. Pôde dedicar-se a alargar o espírito, mediante livros, viagens, encontros pessoais⁵⁸. Deve dedicar-se agora à ação

⁵⁶ Esperava-se que caberia ao Conselheiro Nabuco assumir o ministério quando da subida liberal. No entanto, “(...) entre Nabuco, muito comprometido com as ideias reformistas, e Sinimbu, homem de aparência glacial, maleável, despido de convicções ideológicas, D. Pedro preferia este. Não era a primeira vez, aliás, que o Imperador preterira o Conselheiro Nabuco, que por isso mesmo se dizia hostilizado pelo rei. (...) Era, contudo, a almejada ascensão dos liberais. Ignorando os pormenores que haviam magoado o pai, o jovem diplomata, ao ter a notícia, ficou satisfeito.” (VIANA FILHO, 1985, p. 75)

⁵⁷ Nabuco escreve ao Barão de Penedo: “Ao entrar na vida política, sinto-me antes triste e desanimado do que alegre e cheio de esperança. Preferia achar-me descansando em Half Moon Street, perto de Grosvenor Gardens, gozando da excelente companhia de sua casa!” (NABUCO, C., 1928, p. 61)

⁵⁸ Nabuco refere-se a essa fase como de “lazarismo intelectual”. Segundo ele próprio, “Uma vida

política. É hora de assumir o “destino”, a “vocação”. Embora preferisse seguir a carreira diplomática naquele momento, sabia da importância de assumir o lugar do pai na política nacional, dever cobrado, inclusive, pela mãe, “(...) autoritária, preocupada com as glórias da família (...)” (VIANA FILHO, 1985, p. 79) Sua grande causa é agora a escravidão e a ela dedica sua carreira parlamentar⁵⁹.

Inspirado por sua própria experiência pessoal em relação à escravidão quando era criança em Pernambuco, por diversas leituras do romance *A cabana do pai Tomás*, de Harrier Beecher Stowe, e pelo exemplo dos abolicionistas ingleses e norte-americanos, sobretudo o inglês William Wilberforce, dedicou boa parte dos dez anos seguintes à campanha parlamentar pela abolição da escravidão no Brasil. (BETHELL, 2010, p.75)

invejável para mim teria sido então o assistir dos bastidores aos grandes fatos contemporâneos, conviver com os personagens, e, como distração do presente, ter direito de entrada nas escavações de Atenas ou de Roma.” (NABUCO, 2004, p. 154) Ao fim dessa fase, necessitava de “outra provisão de sol interior”, a qual encontra na luta pela abolição.

⁵⁹ Em carta a José Maria da Silva Paranhos, de 3 de abril de 1886, Nabuco faz um “balanço” de sua trajetória até ali. Nesse balanço, situa a política, a diplomacia e o abolicionismo. Ele diz: “Em 1878 eu estava na diplomacia, e hoje estaria muito adiantado nela se tivesse ficado fora da política. Mas a política me arrastou, e uma vez no Parlamento, irresistivelmente, o abolicionismo me atirou fora dessa outra carreira, a política, fazendo de mim um como que semeador de idéias. Nada mais. Em todos os casos, pus de lado os meus interesses materiais completamente, e acredite que eram grandes, e, pior ainda, fortes afeições. (...)” (NABUCO, 1949b, vol. 1, p. 144) É interessante notar que Nabuco coloca, de um lado, a política e, de outro, a diplomacia e o abolicionismo. A dedicação à abolição não é, para Nabuco, “fazer política”, como não o é a carreira diplomática. É, antes, semear uma ideia, defender uma causa. É nesse sentido que se pode compreender a frase com que Nabuco se lança a pleitear uma vaga nas eleições de setembro de 1878: “A grande questão para a democracia brasileira não é a monarquia, é a escravidão”. A frase, embora tenha causado uma maré de desacordo no palco em que a proferira, o teatro Santa Isabel, no Recife, dá bem o caráter de sua atuação nos dez anos seguintes. Nesse sentido, também, como veremos, ao aceitar o posto na diplomacia republicana em 1899, Nabuco não se compromete politicamente com o novo regime. O compromisso, assim como no abolicionismo, é com uma causa, externa e superior à própria política.

3. A CAMPANHA PELA ABOLIÇÃO: A CONSAGRAÇÃO DO LUTADOR

3.1. Um abolicionista inglês no parlamento brasileiro

Os anos de campanha abolicionista celebrizaram a carreira e a vida de Nabuco. Os discursos no parlamento e fora dele, as obras escritas em favor da causa – como *O Abolicionismo* – passaram à história como a sua grande contribuição ao país. Se é evidente a importância histórica da contribuição de Nabuco e, claro, da própria abolição dos escravos no Brasil, é nosso intuito compreender de que modo essa década pode ser inserida num projeto maior de construção do país – que vinha desde os primeiros escritos do jovem Nabuco, dos quais tratamos –, para o qual culminará a atuação de Nabuco como diplomata da República, a partir de 1899, com destaque à campanha pan-americanista a partir de 1905. Focaremos, portanto, menos os pormenores da atuação do Nabuco abolicionista e mais suas repercussões ao referido projeto.

Antes de assumir o cargo de deputado no parlamento, Nabuco adoece gravemente. Tem de se afastar dos trabalhos por mais de três meses.

Na Câmara, a primeira eleita sob um governo liberal após dez anos de domínio conservador, figurava uma plêiade de moços, há muito desejosos de terem o seu posto na trincheira do parlamento. (...) Alguns, como Sancho, eleito por Sergipe, eram antigos colegas de Nabuco, e entre eles podiam contar-se Rui Barbosa, já aureolado pela fama, e Afonso Pena, que continuava o mesmo estudioso da academia. Havia também velhos mestres, como Homem de Melo e José Bonifácio, ambos muito afeiçoados ao antigo discípulo. (...) Nesse ambiente, sentindo-se 'sob a influência do liberalismo inglês, como se militasse às ordens de Gladstone'⁶⁰, Nabuco estava à vontade. (VIANA FILHO, 1985, p. 82)

Os liberais, tão unidos nos momentos de infortúnio, não se entendiam no poder. Sinimbu, chefe do gabinete, não era, como vimos, nada comprometido com as reformas defendidas sob a bandeira do partido. É sob o desacordo em torno da questão da elegibilidade dos acatólicos, que causou a saída de Vila Bela e Silveira Martins do

⁶⁰ Segundo Nabuco: “Com efeito, quando entro para a Câmara, estou tão inteiramente sob a influência do liberalismo inglês, como se militasse às ordens de Gladstone; esse é em substância o resultado de minha educação política: sou um liberal inglês – com afinidades radicais, mas com aderências *whigs* – no parlamento brasileiro; esse modo de definir-me será exato até o fim, porque o liberalismo inglês, gladstoniano, macaulayiano, perdurará sempre, será a vassalagem irredutível do meu temperamento ou sensibilidade política; no entanto, depois do primeiro ensaio, a feição política tornar-se-á secundária, subalterna, será substituída pela identificação humana com os escravos e esta é que ficará sendo a característica pessoal, tudo se fundirá nela e por ela.” (NABUCO, 2004, p. 158)

ministério, que, recuperado, dá-se a estreia de Nabuco. Não tinha mais que se preocupar com o que pensaria o responsável por sua eleição e,

imbuído das ideias recebidas do pai⁶¹, ficara desencantado ao ver o partido dividir-se em torno de um princípio, que acreditava indiscutível. Como compreender-se que os liberais não cerrassem fileiras, unânimes, na defesa da eleição dos acatólicos? (...) Que sabia daquele mundo de intrigas, maldades e ambições? (...) Inexperiente, idealista, ele conhecia melhor o palco do que os bastidores da política. No entanto, ao mesmo tempo que muitas das suas ilusões se esboroavam, percebeu que, se pretendesse assegurar-se uma próspera carreira política, a primeira condição seria tratar os princípios e o direito como entidades metafísicas, simples motivos para ressaltar aparências, e nunca como bases para agir. Para o idealista desejoso de cumprir o 'seu dever', a conclusão era desalentadora. (*ibid.*, p. 83)

Entre a “próspera carreira política”, a ser garantida pela atenção aos jogos de bastidores, e o cumprimento de “seu dever”, Nabuco faz a opção pelo segundo. Para a surpresa de boa parte dos que o viam como “apenas um herdeiro feliz, elegante, cortejador de damas” (*idem*), Nabuco faz-se um dos líderes do grupo que passou a ser conhecido como os “abolicionistas”, os partidários da liberdade dos escravos⁶²,

⁶¹ Nabuco dedica o capítulo XVIII de *Minha Formação* à influência que teve a figura do pai em sua formação moral, intelectual e política. Segundo ele, tal influência, “(...) sempre presente por mais longe que eu me achasse dela, domina e modifica todas as outras, que invariavelmente lhe ficam subordinadas. É aqui o momento de falar dela, porque não foi uma influência propriamente da infância nem do primeiro verdor da mocidade, mas do crescimento e amadurecimento do espírito, e destinada a aumentar cada vez mais com o tempo e a não atingir todo o seu desenvolvimento senão quando póstuma.” (NABUCO, J., 2004, p. 143) Do pai, vai dizer: “Essa era a sua qualidade principal de político: adaptar os meios aos fins e não deixar periclitarem o interesse social maior por causa de uma doutrina ou de uma aspiração.” (*idem*) Como vimos, o conselheiro Nabuco de Araújo foi, ainda, uma das principais vozes de apoio à lei de 28 de setembro de 1871, a lei do “ventre livre”. O filho, Joaquim Nabuco, desde moço viu o pai como uma das principais vozes de sua época a abraçar a emancipação dos escravos, e desejou-lhe a glória de tornar-se o “Lincoln brasileiro” (*ibid.*, p. 148) Desse modo, Nabuco afirma: “(...) se ao entrar eu para a Câmara em 1879 ele vivesse ainda, ao passo que sua presença no Senado modificaria em muita coisa a minha liberdade de ação, em um ponto, tenho a mais completa certeza, o meu papel teria sido o mesmo, ainda mais acentuado: na questão dos escravos.” (*idem*)

⁶² Em outro capítulo de *Minha Formação*, o célebre *Massangana*, Nabuco dá a conhecer que a impressão da escravidão, a qual o fará empreender a luta pela abolição, lhe surge ainda na infância: “Estive envolvido na campanha da abolição e durante dez anos procurei extrair de tudo, da história, da ciência, da religião, da vida, um filtro que seduzisse a dinastia; vi os escravos em todas as condições imagináveis; mil vezes li *A Cabana do Pai Tomás*, no original da dor vivida e sangrando; no entanto a escravidão para mim cabe toda em um quadro inesquecido da infância, em uma primeira impressão, que decidi, estou certo, do emprego ulterior de minha vida. Eu estava uma tarde sentado no patamar da escada exterior da casa, quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido, de cerca de dezoito anos, o qual se abraça aos meus pés suplicando-me pelo amor de Deus que o fizesse comprar por minha madrinha para me servir. Ele vinha das vizinhanças, procurando mudar de senhor, porque o dele, dizia-me, o castigava, e ele tinha fugido com risco de vida... Foi este o traço inesperado que me descobriu a natureza da instituição com a qual eu vivera até então familiarmente, sem suspeitar a dor que ela ocultava.” (NABUCO, 2004, p. 162) Mas o desenho nítido do “problema moral da escravidão” se lhe aparece aos vinte anos, quando volta pela primeira vez, desde a infância, ao *Massangana*. Nessa ocasião, ao adentrar o cercado onde eram enterrados os escravos, foi colhido por

independente de indenização; mais radicais, portanto, que os “emancipadores” de vários matizes, que concordavam na contrariedade a soluções “mais extremas”.

Fundou-se a “sociedade brasileira contra a escravidão”, presidida por Nabuco, onde se redigia um jornal, *o Abolicionista*. José do Patrocínio apoiava o movimento na *Gazeta de Notícias* e Ferreira Meneses, famoso jornalista, na *Gazeta da Tarde*. Segundo Viana Filho, Nabuco começara tímido, mais inclinado a incorporar-se aos emancipadores. Auxiliado, porém, pela agitação do grupo ao qual se juntara, de que faziam parte, além de Sancho, Joaquim Serra, José Mariano, Marcolino Moura e, fora da Câmara, André Rebouças e Gusmão Lobo (1985, pp. 84, 85), acaba “radicalizando-se”.

O início na Câmara não foi fácil. Pediu a palavra, após a demissão de Vila Bela, para falar sobre a eleição dos acatólicos. Censurou o gabinete de Sinimbu, acusando-o de portar-se como conservador. Ao final, conclamou o partido liberal a escolher entre um caminho fácil e de prazeres e outro, de deveres e sacrifícios. A estreia, embora tenha lhe custado o desagrado de muitos, que o acusavam de não conhecer o país em que habitava – referência às viagens que o teriam tornado um sonhador –, foi-lhe benéfica. Sancho, depois, lembraria o evento:

'O Sr. Joaquim Nabuco excedeu, se não os desejos, a expectativa dos que o ouviram. Não fez o que é em geral um discurso de estreia, isto é, uma oração preparada, estudada, sem vida, em que o orador escravizado à sua memória e sem confiança nos recursos da ocasião nada deixa às emoções que recebe do debate; falou como quem tinha a consciência ou o pressentimento de que ali estava a sua vocação'. (*Ibid.*, pp. 85, 86)

Sílvio Romero, iniciando-se então como repórter, foi duro. Escreveu: “É uma nova sereia mentirosa e falaz'.” E ainda: “(...) ele é mais um ornamento do salão político, um perigoso enganador das turbas, que está se ali criando, aéreo, retumbante, bombástico, e nada mais'.” (p. 86) Vila Bela, por outro lado, impressionou-se favoravelmente, receoso, contudo, dos arroubos de oposição por parte do jovem orador. À Nabuco faltava a aptidão para o jogo partidário. O egoísmo, as ambições, tudo lhe desgostava. Em carta de 8 de julho de 1879⁶³ ao Barão de Penedo, Nabuco diz: “A

reminiscências. Ali, forma a resolução de votar a vida à causa e ao “serviço [daquela] raça generosa”.
⁶³ Carolina Nabuco, ao coligir e comentar as cartas de Nabuco, escreve acerca da correspondência entre Joaquim Nabuco e Penedo: “Desde que deixou em 1878 seu cargo de adido em Londres, nunca Nabuco falhou ao que ele considerava o dever de prestar contas ao velho amigo de todas as suas atividades e projetos. Escrevia quase como um filho a seu pai. Em casa dos Penedos, em Londres, esse 32, Grosvenor Gardens que deu título a um capítulo de Minha Formação, Nabuco teve, graças, inicialmente, à sua amizade fraternal com Artur de Carvalho Moreira, a intimidade de um segundo

experiência que fiz da política desgostou-me profundamente desta vida; só tenho um desejo, apenas entrado, é o de sair” (NABUCO, 1949b, vol. 1, p. 34) Em outra carta a Penedo, datada de 31 de outubro de 1879, após queixar-se de Sinimbu, diz:

Não é preciso porém ficar muito tempo na política para conceber por ela um profundo desgosto e um invencível aborrecimento. Apesar da posição que tenho no país não equivaler à de adido no Corpo Diplomático, estou tão necessitado de ter um pé fora da política, em terreno menos pantanoso; que sou obrigado, — por não ter fortuna, e não ter nada de mercantil (a profissão de advogado hoje é um comércio) —, a ir pôr-me no último degrau da escala diplomática, de novo. As compensações porém são grandes. Entre elas está a de fugir do verão, que tão fatal me ia sendo o ano passado; a de tomar um banho de Inglaterra, tão necessário depois de algum tempo de ausência; a de retemperar-me nessa vida, muito maior, muito mais vasta, que se tem na capital do mundo —; a de assistir às eleições, ao *Derby*, à «*Oxford e Cambridge*», que nunca vi, e sobretudo a de conversarmos sobre tanta coisa e a de viver perto de Grosvenor Gardens e Hyde Park. Tudo isso é no caso do sr. Moreira de Barros não fazer-me voltar aos Estados Unidos. Então o meu programa seria outro. (*Ibid.*, pp. 35, 36)

Desejava, acima de tudo, sair da política, ainda mais com a perspectiva de rever Londres e a residência do amigo tão caro. Mas Nabuco não o faz. Pouco tempo depois, cai o ministério Sinimbu. “Combalido, por não haver logrado realizar a eleição direta, conforme se propusera, tombou diante dos motins provocados por um aumento nas passagens dos bondes.” (VIANA FILHO, 1985, p. 87)

Assume Saraiva, que organiza o novo governo em 28 de março de 1880. Nabuco mostra-se verdadeiramente satisfeito com a queda de Sinimbu e apoia o ministério Saraiva, com exceção das ressalvas à questão da libertação dos escravos. No parlamento, Nabuco é a voz da questão do escravo desde os primeiros discursos. Em 22 de março de 1879, por exemplo, ao tratar do orçamento da agricultura, cuja pasta era dirigida pelo próprio presidente do Conselho, ministro Sinimbu, defendeu a importância da lei de 28 de setembro de 1871, a lei do ventre livre, referida por Nabuco como a “reforma do elemento servil”⁶⁴. Em discurso do dia 29 de abril do mesmo ano, voltou a

filho da casa. A gratidão por esse acolhimento e a saudade do tempo de Londres transparecem, através dos anos, nessa correspondência iniciada sem demora, ainda de bordo do navio que levava de Londres ao Brasil o jovem diplomata, que seria nesse ano eleito deputado.” (NABUCO., 1949b, vol. 1, p. 22)

⁶⁴ Segundo Nabuco: “O partido Conservador foi acusado por ter feito essa reforma que, no dizer do sr. presidente do Conselho [Sinimbu], deu um golpe profundo na grande propriedade: e chegado ao poder, o partido Liberal devia ter, em relação a essa lei, uma linguagem mais digna dos seus sentimentos, dos princípios que tinha sempre sustentado e da conduta que tinha sempre seguido em relação à grande reforma. Senhores, estou numa posição muito desvantajosa nesse momento. Tenho de responder de um lado a oradores que entendem que a lei não satisfaz todas as exigências de partido, de outro lado a oradores que entendem que a lei transtorna ou perturba as relações da grande propriedade.

lembrar a importância dessa lei, relacionando o direito de liberdade ao direito de todo cidadão de tomar parte no governo de seu país. Em outro, de 3 de setembro, em resposta ao Ministro do Estrangeiro sobre a imigração chinesa, Nabuco reputa como da maior importância a questão da imigração, relacionando-a à questão da escravidão⁶⁵, deixando clara sua preocupação com a liberdade do trabalho no país.

Sob Saraiva, com a popularidade mais bem estabelecida, Nabuco pôde deixar-se “radicalizar”. Tímido, a princípio,

(...) não tardara a pregar a abolição pura e simples, e outras vezes, poucas, aliás, se haviam reunido à dele. (...) E, enquanto Saraiva se engolfava no problema da Reforma, eles iam tecendo a liberdade dos escravos. À frente deles, Nabuco batia em cheio nos interesses de uma classe poderosa, e esta reagiu com vivacidade, atirando-se contra o perigoso idealista. Acusavam-no de ambicioso e arguíam-no de ter traído os próprios eleitores. (...) [A] disparidade social, entre ele e os clientes, fazia avultar [porém] a atitude abnegada. Compreendia-se que Patrocínio, negro e pobre, ou mesmo Rebouças, saíssem a campo para defender a raça de que descendiam. Mas, quanto a Nabuco, filho do terceiro senador desse nome e dum Pais Barreto, era surpreendente e inexplicável. (*Ibid.*, pp. 88, 89)

Chegou, inclusive, a apresentar um projeto, em discurso no dia 30 de agosto de 1880, fixando a data da abolição em 1890. O projeto previa, ainda, além do prazo de dez anos para a abolição, indenização aos proprietários. Mesmo assim, não encontrou apoio na Câmara liberal. Nesse discurso, com particular eloquência, disse:

Na questão da emancipação, (...) na convicção de que é preciso caminhar além da lei de 28 de setembro [de 1871], eu me separaria não só do

O que quero dizer é que a posição tomada por parte da Câmara, em relação à questão da emancipação, não me parece a posição de um grande partido de iniciativa e de progresso. (...) Sou daqueles que pensam que a escravidão, depois da lei da emancipação, (...) é um fato que é preciso de alguma forma modificar, e que depende exatamente da iniciativa do governo apresentar as medidas que apremem o dia da emancipação. A escravidão é um fato que foi ferido, que não pode subsistir indefinidamente depois da lei da emancipação.” (NABUCO, 1949c, pp. 8, 9)

⁶⁵ Nabuco é contrário à imigração chinesa por entender que não se resolveria o problema da escravidão, uma vez que se visava simplesmente substituir o negro pelo chinês. Além disso, pesam preconceitos de ordem racial e um credo civilizacional específico: “Vim defender uma causa grande, a causa da liberdade do trabalho, do futuro da nossa raça, do progresso e prosperidade desta nação (...). Vou expor à Câmara (...) quais foram os pontos de vista em que me coloquei para combater a imigração chinesa. Perguntei, em primeiro lugar, se os chins eram reclamados pela lavoura, e provei que não; a lavoura do Norte não os quer, a lavoura do Sul não os pediu. Mas, sendo os chins reclamados pela lavoura, serão eles convenientes? Não, por muitos motivos; etnologicamente, porque vêm criar um conflito de raças e degradar as existentes no país; economicamente, porque não resolvem o problema da falta de braços; moralmente, porque vêm introduzir na nossa sociedade essa lepra de vícios que infesta todas as cidades onde a imigração chinesa se estabelece; politicamente, afinal, porque em vez de ser a libertação do trabalho, não é senão o prolongamento (...) do triste nível moral que o caracteriza e a continuação ao mesmo tempo da escravidão.” (NABUCO, 1949c, p. 60) Nabuco constrói seu argumento, ainda, dando exemplos de países do origem saxônica, como Austrália e Estados Unidos (Califórnia), os quais proibem, apesar de abertos à imigração em geral, especificamente a “imigração amarela” proveniente da China. Teme-se que as “raças superiores” sucumbam às “inferiores”.

gabinete, não só do partido Liberal, não só da opinião pública e da conspiração geral do país, mas de tudo e de todos! Neste ponto faço uma aliança com o futuro⁶⁶. (NABUCO, J., 1949c, p. 128)

Nesse momento, em que tudo conspirava para que recrudescesse a ação, decide embarcar para a Europa. Conforme dissera a Penedo na carta de outubro de 1879, desejava rever Londres. Parte em dezembro de 1880, sem, contudo, deixar de levar consigo a “ideia”⁶⁷. Além de rever a amada Londres, tinha outros motivos. Intencionava articular-se com associações abolicionistas estrangeiras. Em Lisboa, por escritores e no Parlamento, foi reconhecido como o grande defensor da ideia humanitária no Brasil. Seguiu para Madri, onde recebeu o título de sócio da Sociedade Abolicionista local, depois a Paris e, finalmente, Londres.

Londres representava o paraíso. As árvores nuas esperavam a primavera, o parlamento funcionava, e os teatros estavam cheios. Era a *season*, com tudo o que havia de elegante, de bom gosto, de encantador. Depois duma longa ausência, ainda fatigado das lutas travadas durante dois anos, Nabuco sentia-se feliz naquele mundo, que adorava. A alma do angustiado refloria, aquecida pelo Inverno de Piccadilly. (VIANA FILHO, 1985, p. 91)

Reencontrara os amigos e, por isso, sentia-se bem. Frequentou, novamente, badaladas festas e, em uma delas, na casa dos Rothschild, foi apresentado ao Príncipe de Gales. Além da dedicação a festas, deu-se também à “causa”. Encontrou-se com Samuel Gurney, presidente da Anti-Slavery Society⁶⁸ e Tomás Buxton, herdeiro de um

⁶⁶ E continua: “Cada ano será uma vitória das nossas idéias, e daqui a 10 anos a sessão de hoje há de aparecer como um desses exemplos históricos das divisões, dos temores e receios dos homens que recuam sempre diante das grandes medidas salvadoras que transformam a face do seu país. Digo-o com toda a franqueza: não está no poder do nobre presidente do Conselho impedir que essa medida se realize; não está no poder de nenhum gabinete, sombra transitória que não tem realidade, criação da fantasia do Imperador, opor-se à decretação de uma medida desta ordem, quando esse mesmo soberano entender que chegou a hora de conferir a milhão e meio de escravos que trabalham no seu país o benefício da liberdade. (*idem*)

⁶⁷ Ao partir, Nabuco delega o comando da Sociedade Contra a Escravidão a Adolfo de Barros e o envia carta na qual se vê o desenvolvimento da “ideia”. Viana Filho (1985) transcreve uma de suas partes mais expressivas, na qual se lê: “O fato de serem os nossos adversários os homens ricos do País, os representantes do feudalismo que os cobre, os donos da terra, em suma, faz que eles pareçam a maioria, quando são apenas uma fração cuja força provém exatamente do monopólio do trabalho que adquiriram por meio da escravidão. A prova está em que senhores dos bancos e dos capitais disponíveis do país, possuidores do solo, contando com a magistratura, que é uma classe conservadora, com a cumplicidade do comércio e com todos os recursos que dá o dinheiro num país pobre, e onde as classes educadas são as mais dependentes de todas, eles não podem abafar a voz da opinião, não podem impedir que aos olhos do País, assim como do mundo inteiro, essa escravidão, que os enriquece, seja considerada como realmente é: o mais monstruoso agregado de crimes e de crueldades que jamais existiu no mundo, uma forma apenas mais civilizada do canibalismo selvagem.”(VIANA FILHO, 1985, pp. 89, 90)

⁶⁸ Nabuco estabelece correspondência com militantes do abolicionismo britânico por boa parte de sua vida pública. Leslie Bethell e José Murilo de Carvalho organizaram a correspondência trocada por

sobrenome ligado à luta anti-escravidão – o pai foi Thomas Fowell Buxton, reconhecido sucessor de Wilberforce na luta anti-escravidão no parlamento britânico. Foi-lhe oferecido um banquete no Charing Cross Hotel. “Ainda nisso, diz Viana Filho, Londres era admirável. Sem escândalo, livre de comentários, ele podia, ao mesmo tempo, ser amigo dos negros e frequentar os salões com a impecável casaca do Poole” (1985, p. 92)

A aprovação da reforma eleitoral⁶⁹, habilmente realizada por Saraiva, antecipa a volta de Nabuco. O país deveria em breve eleger nova Câmara e, morto Vila Bela, não havia nenhuma garantia de que Nabuco pudesse eleger-se por sua província. Além disso, suas posturas radicais geraram desagrado no partido. Candidata-se, mesmo assim, mas pela corte. “Certamente, não seria eleito. Mas um tanto romântico, prelibando o efeito de uma ruidosa campanha eleitoral, comprazia-se em imaginar-se tombando com fragor.” (*Ibid.*, p. 93)

Nabuco e essa militância entre 1880 e 1905. Embora não possamos nos dedicar ao estudo minucioso dessas cartas, deve-se registrar que, ao contrário do que se estabeleceu, a relação de Nabuco com os abolicionistas britânicos não foi coisa secundária, “como um recurso para cobrir os intervalos em que [Nabuco] era excluído da Câmara. (...) O contato entre eles significou uma parceria buscada conscientemente por Nabuco com a finalidade de expandir a arena da luta para o cenário internacional. Melhor dito, para o centro da economia e do poder mundial da época.” (BETHELL & CARVALHO, 2008, p. 13) A primeira das cartas, de 8 de janeiro de 1880, partiu de Charles H. Allen, secretário da “British and Foreign Anti-Slavery Society”, na qual cumprimenta Nabuco por um discurso realizado na Câmara no dia 30 de setembro de 1879, denunciando uma companhia inglesa que mantinha em cativeiro, ilegalmente, em sua mina de ouro, escravos comprados em 1845, “(...) com cláusula contratual de os libertar após 14 anos de serviço.” (*ibid.*, p. 22) O discurso repercutiu na França e, principalmente, na Grã-Bretanha. De modo geral, as cartas deixam entrever “(...) a importância da conexão britânica para a luta abolicionista de Nabuco. A exposição da escravidão brasileira aos olhos do mundo deu nova dimensão e nova eficácia à luta. Num país em que o grosso da elite política defendia os interesses dos proprietários, mas também se preocupava com a imagem externa e era imbuída de valores ocidentais, a exposição não podia deixar de causar constrangimento e apressar a decisão final. As cartas permitem também, para além do aspecto tático, conhecer melhor o núcleo da argumentação abolicionista de Nabuco. Tratava-se, para ele, de uma luta pela civilização, pela incorporação do país aos valores básicos da civilização ocidental, de uma luta contra uma concepção de nacionalismo estreito que se afirmava ao custo de valores universais.” (p. 43) Sobre a formação, a partir da atuação de Nabuco, de uma “rede abolicionista transnacional” e sua importância ao movimento abolicionista brasileiro, ver também Angela Alonso (2010).

⁶⁹ Segundo José Murilo de Carvalho (2011), “Em 1881, a Câmara dos Deputados aprovou lei que introduzia o voto direto, eliminando o primeiro turno das eleições. Não haveria mais, daí em diante, votantes, haveria apenas eleitores. Ao mesmo tempo, a lei passava pra 200 mil-réis a exigência de renda, proibia o voto dos analfabetos e tornava o voto facultativo. (...) Foram poucas as vozes que protestaram contra a mudança. Entre elas, a do deputado Joaquim Nabuco, que atribuiu a culpa da corrupção eleitoral não aos votantes, mas aos candidatos, (...) às classes superiores.” (p. 38) Para Carvalho, a lei de 1881 significou um retrocesso, especialmente em comparação com outros países, onde se caminhava para a ampliação dos direitos políticos. A exclusão dos analfabetos, principalmente, representou a queda de 90% do eleitorado comparando-se a eleição de 1886 com a de 1872.

A campanha de Nabuco é a de uma ideia só. Ele próprio diz, em artigo no *Jornal do Comércio*, que sua candidatura não é a de uma individualidade, mas a de uma política. Acusado de, durante a viagem à Europa, “ter procurado a intervenção estrangeira nos negócios internos do Brasil”, defende-se dizendo que o que recebeu no estrangeiro não foi nada além de apoio e simpatia ao Brasil, “votos generosos e liberais em favor de seu progresso”, manifestação de “apreço pelos esforços que (...) está fazendo [o país] por libertar-se da escravidão”.⁷⁰ Nabuco orgulha-se de ter feito “nascera uma grande propaganda, que concorrera em grande parte para fazer cair um ministério (...)” (NABUCO, C., 1928, p. 131)

As eleições de 31 de outubro de 1881 não foram favoráveis aos liberais, tendo os conservadores conseguido eleger um bom número de deputados. Aos abolicionistas, foram verdadeiro desastre. Malograram Sancho, Marcolino Moura, Jerônimo Sodré e Silveira da Mota. Era evidente a rejeição do eleitorado às ideias abolicionistas. “Quanto a Nabuco, também submergira na maré montante do escravismo. E, por mais que tivesse preparado o espírito para o insucesso, o 'príncipezinho' de Massangana amargava a injustiça da derrota.” (VIANA FILHO, 1985, p. 97) Desapontado, escreve a Penedo, em 3 de novembro:

Quando penso nos meios que empreguei para ser eleito, como se me dirigisse a um eleitorado composto de homens de convicção, de ideal e de grandes motivos, suponho que tudo isso foi um sonho. Não pedi um só voto, mas poucos são os que se podem obter sem pedir. (NABUCO, 1949b, vol. 1, p. 59)

Nabuco, mais uma vez, defronta-se com o descompasso entre o que espera do país e o que se lhe apresenta em realidade. O único alento é a perspectiva de ir a Londres e lá viver, independente. E escreve a Sancho de Barros Pimentel, em 8 de novembro de 1881:

Fomos companheiros de infortúnio, com essa diferença, tu não aprendeste nada, eu aprendi tudo. A votação que tive ensinou-me o que tenho a esperar dos meus compatriotas e o ideal do meu País. Tu já sabias tudo isso pela tua parte. A minha estrela, porém, não se apagou ainda. A minha única aspiração pessoal, ir viver em Londres independente, por uma longa série de anos, vai ser realizada em breve. (...) Dizem que serei o correspondente do *Jornal do Comércio*. (...) Sem dependência do Governo – livre quanto posso sê-lo –, viverei feliz e esquecido na sociedade que mais aprecio, na cidade que é o centro político do mundo com os meus melhores amigos – tu só ausente – no estudo da marcha dos

⁷⁰ A acusação referida foi comum em vista de ter Nabuco denunciado a situação da escravidão no país e ter pleiteado o apoio estrangeiro, sem dar fé a certo “nacionalismo estreito”, conforme se pode ver na nota 75 do presente trabalho.

povos e da circulação dos capitais, como ofício, e das letras e artes como distração. (*Ibid.*, pp. 60, 61)

E conclui:

Decididamente não fui feito para o que chamam entre nós política. A palavra, a pena, as idéias são armas que de nada servem, e ai de quem não tem outras. O caráter, o escrúpulo, a independência, o patriotismo, tudo isso não vale nada, não tem curso entre os eleitores. Felizmente não é mais o Imperador que está em causa, não é dele mais que nos podemos queixar — é de nós mesmos. Triste e infeliz nação — onde a escravidão tem triunfos aos quais todo o mundo se associa com alegria selvagem! (*idem*)

Uma vez mais, ameaça deixar a política. Novamente, vê-se confrontado com uma injustiça. Mas agora, diferentemente do que ocorrera em 1868, quando o partido Liberal fora “usurpado” pelo Imperador, não vinha do trono a atitude injusta, mas da nação, do próprio povo. Se em 1868, como vimos, o Imperador convocou um conservador para frear as reformas, agora era o eleitorado que as impediam, auxiliado pelos próprios liberais, que tudo fizeram para atrapalhar a emancipação. Não podia culpar a monarquia. Não era a dinastia que ignorava os tempos, mas o país.

Nabuco deseja, de fato, fugir à triste realidade. Atribui a partida ao clima carioca no verão, que não lhe fazia bem, além de se dizer incapaz de aceitar qualquer posto de um governo “escravista”. A morte de Mr. Clark, correspondente do *Jornal do Comércio* em Londres, vem a calhar. Nabuco é convidado a o substituir. Parte em fevereiro de 1882 e ali permanece até 1884. Embora sempre afeito aos encantos londrinos, sabe que não pode deixar de trabalhar. Pensa ainda em sua “política”, embora apartado dela. E se, para o intelectual, “a ação política é esterilizante”, como diz Evaldo Cabral de Mello ao justificar a pouca dedicação de Nabuco aos seus diários entre 1879 e 1888 (2006, p. 213), *O Abolicionismo* é uma ruidosa exceção.

3.2. O Abolicionismo

Entre as mais famosas obras de Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo* é publicado em agosto de 1883. Fruto de pesquisa criteriosa e profunda levada a cabo especialmente na biblioteca do Museu Britânico⁷¹, a publicação da obra custou as economias de

⁷¹ Nabuco começa a escrita d'*O Abolicionismo*, segundo Viana Filho (1985), em fins de 1882. Estudou pacientemente tudo que podia sobre o tema, especialmente na biblioteca do Museu Britânico e, também, na biblioteca de Cobden, “o famoso reformador”, em Brighton, Inglaterra. Nessa última recebeu a visita, em setembro de 1882, de André Rebouças, que o inteirou da situação no Brasil. “Em

Nabuco, além de contribuir para o desgaste de sua saúde que, diante da variedade de atividades e compromissos, acabou lhe faltando⁷². Pronto o livro, remeteu exemplares aos companheiros de causa, que lhe saudaram com festa.

Em um dos discursos feitos no teatro Santa Isabel, durante as eleições de 1884, coligidos na *Campanha Abolicionista no Recife* (1885), Nabuco refere-se ao livro, tratando do período que passara fora do país: “Na Europa, eu não ia ficar inativo. O meu meio de ação era a palavra e a pena. Não podendo falar, (...) eu escreveria, e aí está o meu livro *O Abolicionismo*, o serviço maior que eu pessoalmente podia prestar à nossa propaganda.” (NABUCO, 1885, p. 104)

Um dos textos obrigatórios em qualquer brasileira, *O Abolicionismo*, além de obra devotada à propaganda e, portanto, atrelada às questões da época e da “causa”, logra revelar o significado social da escravidão, o grande problema nacional. É n'*O Abolicionismo* que Nabuco estabelece, como diria no *Minha Formação* (2004), que “a escravidão permanecerá muito tempo como a característica nacional do Brasil.” (p. 163)

Segundo Carolina Nabuco, *O Abolicionismo* é o “evangelho de seu partido” e logra apresentar as “falhas legais, sociais, humanas [da escravidão], assim como suas influências sobre o país, a sociedade, a política.”⁷³ (NABUCO, C., 1928, p. 144)

Como mostra Angela Alonso (2007), *O Abolicionismo* devia

(...) ser um panfleto, ao estilo dos libelos da Regência, com justificativa lógica e histórica da abolição. Mas o contato com novas ideias (...) fez [Nabuco] descer ao plano estrutural. Quis explicar a escravidão. Educado no mundo aristocrático, ocupou um ângulo invejável para analisar a sociedade tradicional: o de dentro. *O Abolicionismo* deve muito aos vários aprendizados de Nabuco ao longo de suas incursões europeias. (...) Nesse sentido, o livro é uma condensação de todas as suas experiências intelectuais até esse tempo. Nele se combinam, numa teoria

pouco tempo, muita coisa acontecera (...). O ministério chefiado por Martinho Campos, que se intitulava 'escravocrata da gema', e que sucedera ao de Saraiva, cedera o lugar a outro presidido pelo velho Visconde de Paranaguá, emigrado das hostes conservadoras para as liberais, o homem pouco propenso ao ruído e à agitação das reformas.” (pp. 101, 102) O problema do escravo permanecia fora da pauta do governo, para decepção dos abolicionistas e, em específico, de Nabuco, que ainda não se via em condições de retornar.

⁷² “Apesar da aparência, [Nabuco] não possuía um desses organismos feitos para grandes fadigas (...). Surgiram, então, 'fenômenos vertiginosos', que, de certo modo, o alarmaram. Seria o coração? (...) Disseram-lhe ser a falta de sol do Brasil. (...) Por fim, chegou-se a um diagnóstico: esfaldado pelo trabalho, abalado pelas atribulações, o exilado sofria de esgotamento nervoso, e uma terrível dispepsia era a causa imediata das perturbações que o atormentavam. O remédio? Repouso.” (VIANA FILHO, 1985, p. 105)

⁷³ É interessante notarmos a percepção de Viana Filho e Carolina Nabuco acerca do significado d'*O Abolicionismo*. Para os dois biógrafos de Nabuco, a obra tem a relevância restrita à propaganda abolicionista. Viana Filho, inclusive, a considera “quase medíocre” (1985, p. 104), enquanto Carolina Nabuco diz: “*O Abolicionismo* pertence, infelizmente, à literatura efêmera dos livros de propaganda.” (1928, p. 146)

antiescravista, argumentos do repertório político-intelectual europeu e da tradição brasileira. (...) Essa variedade ora corrobora, ora ilustra a argumentação ancorada nas teorias sócio-históricas, a coqueluche do XIX. O livro de Nabuco, como todos os da geração brasileira de 1870⁷⁴, interpreta a história brasileira como uma progressão de estágios civilizatórios. Amparado em Oliveira Martins, reconstrói o processo de formação do Estado nacional. Nervosamente investiga cada traço da colonização – o regime econômico, o povoamento, a composição do povo, a sociabilidade – para identificar em tudo a marca deletéria de uma metrópole decadente. *O fulcro da herança colonial estaria no tripé grande propriedade, Estado centralizado, mão-de-obra escrava. Aí se localiza a gênese de todos os problemas nacionais, o fundamento obstando a formação de uma sociedade genuinamente nova.* A conjuntura é vista como crise de decadência das bases coloniais, incompatíveis com a civilização moderna. *Para avançar, na economia como na política, o Brasil precisaria removê-las, abolindo a escravidão, fonte de todo o resto. Sua utopia, como a de todos os novos liberais, era a generalização da pequena propriedade e a atração de imigrantes europeus de classe média, reproduzindo o modelo norte-americano.* Abandonara a ideia paterna de transformar os escravos em servos de gleba e apostava em reformas socioeconômicas profundas, que alterassem toda a base produtiva, não apenas a força de trabalho. (grifo nosso) (pp. 160-162)

A obra de Nabuco, sendo fruto de toda sua experiência intelectual até ali, logra condensar e revelar o seu projeto de reformas sociais, das quais, pode-se dizer, a abolição da escravidão era a mais premente, à qual se seguiria o fomento à pequena propriedade e à imigração europeia de classe média – cujo modelo é o norte-americano, realidade conhecida por Nabuco – elemento de civilização. A descentralização do Estado, como veremos, está na base da campanha de Nabuco pela federação.

Acreditando, como vimos, que a resistência às reformas vinham, agora, mais da sociedade que da dinastia, diferentemente da maioria dos reformistas, Nabuco não colocava a monarquia no pacote de mudanças. Cria, inclusive, tendo perdido o elo com os liberais, que o próprio Imperador deveria fazer a reforma. Nabuco “pensava para o Brasil o que via na Inglaterra: a monarquia reformando-se a si mesma.” (*Ibid.*, p. 162)

O Abolicionismo deveria ser o primeiro livro da série “Reformas Nacionais”. O autor designou até um assunto da agenda liberal a cada um dos novos liberais. “A Sancho, em 31 de agosto de 1883, pedia 'que escrevesse sobre a descentralização administrativa ou sobre a reforma da representação e que o Rui fizesse o volume sobre a liberdade religiosa e o Rodolfo, o da instrução'.” (*Ibid.*, p. 163) A série de trabalhos, contudo, nunca foi realizada.

⁷⁴ Ver Angela Alonso (2002)

Evaldo Cabral de Mello (2006) enfatiza que *O Abolicionismo*, “juntamente com as conferências que Nabuco pronunciará no Recife na campanha de 1884, contém a mais brilhante análise feita até então do papel desempenhado pela escravidão na formação social e política do Brasil.” (p. 217) Em outra ocasião, Cabral de Mello (2000) afirmara que o trabalho de 1883 “(...) possui bons títulos para ser considerado um dos textos fundadores da sociologia brasileira. Ele foi, com efeito, o primeiro a articular uma visão totalizadora da nossa formação histórica, fazendo-a a partir do regime servil.” (p. 6) Desinformado teoricamente, em termos do que se passava na sociologia europeia da virada do XIX para o XX, o livro de Nabuco pôde, justamente por isso, livrar-se da quase instantânea desatualização, como ocorreria com inúmeras obras da época. “Como sugere o caso de *O Abolicionismo*, nas artes como nas ciências humanas, um certo grau, não diria de arcaísmo, mas de desatualização, pode ser recomendável.” (*Ibid.*, p. 8)

No que se refere ao projeto de reformas de Nabuco, a abolição da escravidão é medida essencial. Devido à miscigenação que ocorrera no Brasil, a instituição escravista entranhou-se no “meio social do nosso povo” e, por isso, formou a nação.

Daí que, do ponto de vista da engenharia política, o problema fosse duplamente complicado para nós, na medida em que a cidadania devia ser dada não apenas ao escravo mas ao próprio senhor. Ao contrário do que ocorrera na Antiguidade clássica e nos estados escravistas da América do norte, 'entre nós a escravidão não exerceu toda a sua influência apenas abaixo da linha romana da *libertas*; exerceu-a também dentro e acima da esfera da *civitas*; nivelou, exceção feita dos escravos [...] todas as classes, mas nivelou-as, degradando-as'. (*Ibid.*, pp. 10, 11)

Mais virulenta aqui que alhures, justamente pela contaminação de toda a nação e, em específico, da “cidadania” de modo geral, a escravidão criara uma cultura comum, sem linhas divisórias, como a que dividia, por exemplo, os Estados do Norte e do Sul nos Estados Unidos. A imigração europeia, uma das propostas reformadoras de Nabuco, não se justifica, para ele, a partir das doutrinas de desigualdade inata entre as raças de Buckle e Gobineau, as quais fizeram bem a cabeça da elite imperial brasileira. Segundo Cabral de Mello, apesar do que se pode pensar a partir da oposição de Nabuco à imigração chinesa, “(...) tanto em *O Abolicionismo* quanto nos discursos abolicionistas do Recife, o essencial para ele não era a raça, mas a organização social.” (*Ibid.*, p. 15) Desse modo, a reforma auxiliada pela imigração europeia não consistia em “embranquecer” o Brasil, mas garantir a influência de nova organização social, nova sociabilidade, nova e verdadeira cidadania.

No que se refere à cidadania,

ao impedir que houvesse povo, a escravidão inibiu o aparecimento da vontade e da consciência nacionais, condenando-nos a instituições sem raízes e à existência de um 'único poder independente', a monarquia, com o que a ordem política tornara-se 'a vindita da nêmesis africana'. Por conseguinte, o sistema escravocrata permeou a formação inteira do Brasil, desde as relações entre o homem e o meio físico até às atitudes mentais de senhores, de escravos e de homens livres. (*idem*)

O Estado tinha importantíssima função no sistema escravocrata. Acolhia, pelo empreguismo, os herdeiros empobrecidos da lavoura. “Esta relação funcional entre a escravidão e o Estado, Nabuco a resumiu em página das mais esclarecedoras que já se escreveram sobre o Segundo Reinado – e a qual nos vemos obrigados a aqui transcrever:

'A lavoura, porém, não sustenta somente os que lhe emprestam dinheiro a altos juros, sustenta diretamente a sua clientela, que a serve nas capitais. Isso não é tudo e é normal. Mas o Estado tem um aparelho especial chamado apólice, do qual os bancos são as ventosas, para sugar o que reste à lavoura de lucro líquido. Essas sobras, ele as distribui pelo seu exército de funcionários, os quais por sua vez sustentam uma numerosa dependência de todas as classes. Temos assim que a lavoura, pelo pagamento de juros, pelo pagamento de serviços e pelos empréstimos incessantes que faz ao Estado, sustenta todo esse número imenso de famílias que absorvem a nossa importação e pagam os impostos indiretos. [...] Se o Estado amanhã fizesse ponto, ver-se-ia que ele tem estado a tomar os lucros da escravidão aos que produzem para distribuir entre os que ela impede de produzir'. (*Ibid.*, p. 18)

O próprio sistema representativo brasileiro, tantas vezes combatido por Nabuco, como vimos, pelo menos desde *O Povo e o Trono*, seria “um enxerto de formas parlamentares num governo patriarcal!”. (p. 19) Refém também o governo do sistema escravista, Nabuco desconfiou sempre das meras reformas políticas, como a lei eleitoral de 1881, a lei Saraiva, cujo resultado foi apenas o aumento da participação escravista no parlamento. “A experiência do Império demonstrava sobejamente a inutilidade de se fazerem reformas políticas antes de realizar as reformas sociais, como a abolição e o estatuto da terra.” (p. 20)

Ricardo Salles (2000), partindo do pressuposto de que Nabuco, tendo sido o principal pensador do movimento abolicionista, acabou por exprimir determinada concepção de nação, diz acerca d'*O Abolicionismo* que a obra “(...) expressa a exacerbação de uma perspectiva reformista no encaminhamento da tensão (...) entre construção da nação enquanto ordenamento territorial e reforma social e ampliação da cidadania.” (p. 35) A construção nacional “(...) estaria incompleta, ou, no mínimo,

necessitando de uma reforma estrutural: a abolição da escravidão e a incorporação dos antigos escravos e libertos à cidadania.” (*idem*)

O pensamento de Nabuco acerca da nação passaria pela questão da ocupação do território. Se ocupado de outra maneira o território, por africanos livres ou, de preferência, europeus, o resultado certamente seria diferente. A preferência de Nabuco pela ocupação europeia, segundo Salles, “indica claramente o parâmetro civilizacional europeu que inspirava sua ideia de nação.” (*Ibid.*, p. 38)

Em suma,

o fato é que, até 1888, do ponto de vista político, (...) o objetivo [de Nabuco] era o da realização de uma grande reforma redentora da nacionalidade, através da constituição de uma cidadania que superasse a 'obra da escravidão' e incorporasse o conjunto da população (...). (p. 39)

O foco do abolicionismo de Nabuco – e o de companheiros de causa como Rebouças e Patrocínio – deve-se, Salles (2002) afirmará, “(...) a uma posição radical moralmente contrária à escravidão e firmemente favorável à conquista de uma cidadania plena por parte dos antigos escravos e seus descendentes.” (nota 125, pp. 119, 120)

Para Marco Aurélio Nogueira (2000a), *O Abolicionismo* é, também, um reflexo de “um esforço pessoal de Nabuco para dar a si próprio e ao movimento uma melhor fundamentação teórica, algo que pudesse passar em revista os estragos da escravidão (...).” (p. 171) No que se refere ao contexto imediato da luta abolicionista, o livro dá a Nabuco “(...) um instrumento com que voltar à vida política. Fornecerá a ele a base de todas as intervenções nos anos seguintes, e, acima de tudo, o programa com que fará a campanha eleitoral de 1884 no Recife, memorável pelo radicalismo e pelo entusiasmo popular que despertou.” (*Ibid.*, p. 172)

3.3. A vitória da Abolição

Nabuco, na Inglaterra há dois anos, devia retornar. Doente, já se demorara em demasia. O gabinete do Conselheiro Lafaiete, que se seguiu ao de Paranaguá, dava mostras de que não duraria e, diante da perspectiva de eleições, Nabuco precisava apresentar-se como opção ao eleitorado. O próprio desterrado desejava viajar, mas não tinha os meios. É salvo por Rebouças, que lhe envia cem libras para as despesas. Parte de Southampton em 24 de abril de 1884. Chega em 17 de maio, “em extrema debilidade nervosa”, como escreve Rebouças em seu diário. “O sol da pátria e algum descanso

efetuam-lhe a cura em poucos dias. Verifica com alegria que seus dois anos de ausência não o haviam feito esquecer.” (NABUCO, C., 1928, p. 151) O exílio do idealista havia, ao contrário, aumentado-lhe o prestígio. Os tempos eram outros. Desejava, tão logo se sentisse totalmente estabelecido, iniciar a campanha ou, como ele mesmo se refere em carta a Penedo, a “agitação”.

Os discursos da campanha de 1884 no Recife celebrizaram-se, como apontou Nogueira (2000a), pelo radicalismo e pelo apelo popular e dão o tom da profundidade das reformas desejadas por Nabuco e pelos correligionários da Confederação Abolicionista⁷⁵. “A campanha abolicionista entrara, graças à nova organização, na sua fase verdadeiramente popular.” (NABUCO, C., 1928, p. 152) Os discursos inflamados de José do Patrocínio, os quais atacavam com violência o governo e a dinastia, contudo, não agradavam a Nabuco. Não eram afins ao seu temperamento.

Este, nos seus discursos mais apaixonados, sempre respeitava os inimigos, e não poderia, como o *leader* negro, lançar mão da arma formidável da invectiva. Julgava mesmo – e com ele seus amigos mais chegados – que havia um preço alto demais para pagar pela emancipação. Era a destruição irremediável da ordem. 'Não é por certo', escreve-lhe um dos adeptos desta teoria, 'pelos meios de excitação ao ódio e perseguição aos senhores, empregados pelos diretores da *Gazeta da Tarde*, que se há de ganhar a causa da abolição, assim como pelos ataques pessoais e torpes ao Imperador. A causa há de ser ganha no parlamento'. (*idem*)

Com isso certamente concordavam as convicções à inglesa de Nabuco. Como vimos, ele imaginava que a abolição deveria ser feita, preferencialmente, de cima, pelo Imperador e pelo parlamento. A monarquia é que devia tomar as rédeas das reformas e, com isso, reformar-se a si mesma.

De todo modo, a coligação dos abolicionistas, com membros tão distintos, funcionava a contento⁷⁶, sendo que a Nabuco cabia, justamente, o retorno ao parlamento. Cai o ministério Lafaiete em junho de 1884 e o Imperador convida Saraiva a assumir o governo. Saraiva recusa, alegando a seguinte causa: “não podia formar gabinete sem tratar da questão dos escravos, e não julgava possível organizar forte ministério, se aventasse tal problema. Espécie de círculo vicioso, no qual não desejava enredar-se.” (VIANA FILHO, 1985, p. 113)

⁷⁵ “Fundada em 12 de maio de 1883, dera nova vida ao partido e novo ânimo às sociedades abolicionistas, unindo-os num centro único. Filiaram-se, desde o princípio, doze sociedades.” (NABUCO, C., 1928, pp. 151, 152)

⁷⁶ André Rebouças era outro membro ilustre da Confederação. Para a compreensão de seu papel na campanha, bem como de sua figura intelectual e de seu projeto de construção nacional, ver *O Quinto Século – André Rebouças e a Construção do País*, de Maria Alice Rezende de Carvalho (1998)

Pedro II, então, escolheu Dantas, de quem ouviu a disposição em tomar medidas favoráveis aos escravos. Embora Nabuco o considerasse como “adversário”, tomou a iniciativa de apoiar o governo, mesmo considerando a solução proposta pelo ministério insuficiente. “E, ao ouvir o tímido programa, Nabuco tivera 'vontade de rir'. Mas que fazer, se o combate ao ministério seria atirá-lo nos braços dos escravistas e, portanto, facilitar o jogo dos adversários?” (*Ibid.*, p. 114) Pragmático, a Nabuco restava a conciliação. A medida deu bons frutos. Em pouco tempo, os abolicionistas, aliados ao governo, viram crescerem-lhe as fileiras:

no parlamento, Rui Barbosa, que 'valia por uma Câmara inteira', tornara-se o líder do movimento; e na imprensa, ocupando dia a dia a seção paga do *Jornal do Comércio*, que relutara na publicação, surgiu, ágil e impetuosa a falange d'os ingleses do senhor Dantas', nome pelo qual Martinho de Campos designara os jornalistas embuçados sob os nomes de Garrison, Grey, John Bull, e Clarkson, e que eram, respectivamente, Nabuco, Rui, Sancho e Gusmão Lobo⁷⁷. O abolicionismo fortalecia-se. (*idem*)

Tendo apresentado o programa do governo sobre os escravos, Dantas viu recrudescer a oposição dos escravistas que, entre conservadores e liberais, eram maioria na Câmara. Após votar pela derrubada do ministério – 59 votos contra 52 –, a Casa viu-se dissolvida, a maneira usual com que o Imperador fazia impor sua vontade. Dar-se-iam novas eleições. “O País ia falar. Nabuco, ainda não restabelecido da 'extrema debilidade nervosa', em que chegara de Londres, comunicou a Penedo: 'A minha candidatura subiu muito com a dissolução. Apresento-me pela Corte e por Pernambuco e talvez ainda pelo Ceará'.” (*Ibid.*, p. 115) Como Sancho fora nomeado presidente de Pernambuco, Nabuco decide-se pela província natal, onde teria o apoio do amigo. A chefia liberal da província, no entanto, que considerava Nabuco ainda um intruso, não concordava com sua indicação. Somente após levarem em conta as ameaças de Sancho, decidiram indicar Nabuco pelo 1º distrito do Recife, onde ele teria poucas chances de sucesso.

A batalha se vislumbrava acirradíssima. Nabuco, orador carismático e envolvente, conseguiria logo um grupo de admiradores. “Nas sucessivas conferências, que então pronunciou, e posteriormente reuniu sob o título de *Campanha Abolicionista no Recife*, ele se lançou à pugna com bravura.” (*Ibid.*, p. 117) Publicado em 1885, a *Campanha* traz conferências nas quais Nabuco trata das reformas sociais que julga

⁷⁷ Alguns desses artigos publicados na seção “A Pedidos” do *Jornal do Comércio* foram publicados no livro *Campanhas de Imprensa 1884-1887* (NABUCO, 1949a).

indispensáveis ao país. “(...) além da libertação dos escravos, desfraldava a bandeira da pequena propriedade, do aumento dos impostos para os ricos e da diminuição das tarifas protecionistas. Sinal de que pretendia ferir fundo.” (*idem*)

Na primeira das conferências, proferida a 12 de outubro, Nabuco expõe breve e brilhantemente as suas “ideias políticas”. É um interessante resumo de suas ideias de reforma, entre as quais a federação, da qual trataremos adiante:

Partidário do governo parlamentar, entendo que ele pode robustecer-se entre nós por uma tríplice reforma, não da lei, mas da nossa educação constitucional. A primeira é que os ministérios representem os partidos e não como até hoje as ambições que esfacelam os partidos, e assim o nosso governo seja de gabinete e não de presidente do Conselho. A segunda é que os grandes negócios do Estado, e com maior razão os menores, sejam em regra decididos em conferência de ministros e não em despacho imperial, isto é, que a responsabilidade ministerial seja respeitada. A terceira é que o eixo parlamentar passe, pela Câmara responsável e não pelo Senado vitalício. Entendo que a maior de todas as reformas políticas, aquela a que pretendo dedicar-me, como hoje à emancipação, quando esta se achar concluída, é uma descentralização quase federal das províncias, que as torne senhoras da sua sorte e dê satisfação ao legítimo desejo que elas têm de governar-se por si mesmas em tudo que não afete a integridade nacional. Inclino-me a uma lei eleitoral que seja o sufrágio dos que souberem ler e escrever, ao mesmo tempo [em] que sou contrário a qualquer reforma que tenha por fim estabelecer a eleição das províncias sem dar representação própria e elevada às grandes cidades. Com efeito, senhores, penso que a deputação das cidades deve ser aumentada em tais proporções que a parte esclarecida do país predomine sobre a que está privada, pelo monopólio escravista, de instrução, de propriedade, de independência. Sou pela honestidade nas transações do tesouro e, portanto, contra o *déficit* permanente que nos institui em falência adiada de exercício em exercício, e que impõe sacrifícios cada vez maiores à nação extenuada. Em matéria de política exterior sou resolutamente pelo arbitramento internacional e faço votos por uma aproximação para esse fim entre as nações deste continente, o que é neste momento uma das inscrições dos dois partidos Norte-Americanos na luta presidencial⁷⁸. Penso, entretanto, senhores, que nenhuma reforma *política* produzirá o efeito desejado enquanto não tivermos extinguido de todo a escravidão, isto é, a escravidão e as suas instituições auxiliares, antes de termos purificado o nosso ambiente do vapor pestífero que mata nele tudo que é espontâneo e livre, tudo que aspira a subir e ousa levantar a cabeça. (NABUCO, 1885, pp. 13, 14)

Nabuco conquistou a cidade. A gente simples o adorava. Os “senhores”, nem tanto. João Alfredo, entre outros, organizaram verdadeira peregrinação de porta em

⁷⁸ A menção à política norte-americana demonstra que Nabuco não deixa de acompanhar o que se passa naquele país, embora mantenha a predileção pelo sistema inglês. O contexto específico dessa menção – *política exterior* – é bastante interessante e permite inferir que, em se tratando da colocação internacional do Brasil, a referência mantém-se no continente e, sendo assim, não pode deixar de levar em conta a posição da grande república do hemisfério. Podemos supor que, embora não haja clara alusão ao monroísmo na passagem, Nabuco a tenha em mente. Tudo isso pode indicar a defesa futura, por parte de Nabuco, da aproximação da república brasileira aos Estados Unidos.

porta, espalhando promessas e ameaças, num jogo quase sempre sujo. Apesar do apoio de Dantas, na Corte, e de Sancho na província, a situação no distrito em que Nabuco concorria era incerta. Suspeitou-se de fraude na apuração e, raivosa, uma multidão correu à Matriz de S. José, onde se reuniram os apuradores. Do conflito, entre mortos e feridos, os papéis da eleição foram destruídos. Não se podia saber quem havia vencido. “Triturado pela dúvida, amargurado pela ideia da derrota, o candidato liberal viu-se rapidamente envolvido pela maré dos boatos e em pouco aconteceu o que parecia impossível: irrefletidamente, rompeu com Sancho.” (VIANA FILHO, 1985, p. 120) Nabuco julgava, sem motivo plausível, que o amigo concorria para dar a vitória ao candidato conservador. Era a depressão nervosa. O procedimento de Nabuco feriu profundamente Sancho. Dizia-se injustiçado e decepcionava-se de vez com a política.

Decidiu-se por novo escrutínio. Nesse, Nabuco obteve a maioria absoluta dos votos. Antes de partir para a Corte, mandou uma palavra de reconciliação a Sancho. Arrependido, não desejava perder o amigo de vinte anos.

Na Corte, Nabuco teve recepção triunfal. O mito crescia. As sociedades abolicionistas, levando os seus estandartes, desfilaram pela cidade, e os estudantes, com o entusiasmo da mocidade, tentaram desatrelar os cavalos do carro que o conduzia. Em frente à redação do *O País*, Quintino Bocaiúva, o famoso líder republicano, aguardara-o com um punhado de flores, enquanto José do Patrocínio (...) o saudou como o 'redentor de sua raça'. A glória recompensava o sonhador. (*Ibid.*, p. 122)

Na Câmara, no entanto, a aliança entre os conservadores e os liberais dissidentes deixava dúvidas sobre a situação política de Dantas, ameaçado, e de Nabuco, receoso de não conseguir o reconhecimento. A agitação era tanta que um deputado contrário ao gabinete se viu agredido ao sair do parlamento. Era a gota d'água.

Em 4 de maio, 52 votos contra 50 derrubaram o ministério. (...) o velho Dantas sucumbia entre o estrondo das aclamações populares, e para Nabuco também chegara a hora fatal, pois, em 12 de maio, as portas do parlamento abriram-se para o conselheiro Portela. (...) '*Consumatum est*'; comunicou Nabuco a Penedo. 'Foi-se Dantas e logo depois eu fui degolado'. (p. 123)

A morte de Epaminondas Melo, porém, pouco depois de ser eleito, abriu uma vaga entre os liberais. Hermínio Coutinho, que vinha sendo hostilizado por alguns correligionários, renunciou e cedeu o lugar a Nabuco. Quando tudo parecia perdido, a sorte lhe sorria novamente. O ministério, após a saída de Dantas, fora assumido por Saraiva, cujo intuito era suavizar o projeto de reforma de Dantas, a fim de agradar a todos. Fez aprovar a lei dos sexagenários, em 28 de setembro de 1885, elevando para 65 anos a liberdade dos velhos escravos. A Nabuco, obviamente, tudo que fosse

abrandamento da reforma dos cativos o desagradava. Chegou a pedir a Pedro II a demissão do ministério. À Saraiva substituiu o Barão de Cotegipe, em nada diferente do antecessor. A causa dos escravizados parecia não ter toda a simpatia do Imperador. Nabuco pouco compreendia.

No começo da vida – como vimos –, ele não fora afeiçoado àquele rei, sempre infenso ao Conselheiro Nabuco. Depois, mudara de sentimentos, e chegara a acalantar a esperança de vê-lo como protetor dos escravos. Agora, angustiado pelo horizonte que se fechava às suas aspirações, ele sentia-se iludido e irritado. E, impetuoso, (...) investiu contra o monarca. (...) Nabuco acusou o Imperador de estar conluiado com os escravistas, aos quais salvara com a ascensão de Saraiva. (*Ibid.*, p. 126)

A indicação de Cotegipe fez com que a Câmara fosse dissolvida e, novas eleições, convocadas. Pouco depois de empossado, Nabuco deveria enfrentar outra batalha eleitoral. “Antes, porém, ávido de reformar aquele mundo adverso, apresentara um projeto que devia transformar o país numa federação – como antecipara, conforme vimos, na primeira das conferências no Recife –, acreditando muitos que ele avançasse até a República.” (*Ibid.*, p. 131) Penedo não o compreendia, tampouco o entendia Juca Paranhos. O último estava entre os que o julgavam republicano. Não era exato, contudo. Como acontecia muitas vezes, não era devidamente entendido. Apresenta o projeto em 14 de setembro de 1885 e trata dele em 28 de maio de 1886, em artigo intitulado “A Federação”, publicado n’*O País*, jornal de Quintino Bocaiúva onde passou a escrever nesse mesmo ano.

Segundo Nabuco, o projeto da federação “(...) contém a única possibilidade de vida e levantamento” para o país. (1949a, p. 169) Apresentou ao menos quatro razões para que

a independência das províncias se imponha ao espírito de todos os brasileiros. Há, em primeiro lugar, só por si suficiente, a razão das distâncias enormes que as separam. Há, em segundo lugar, a diversidade dos interesses, (...) porque é tão absurdo sustentar-se a identidade dos interesses do povo que habita as margens do Amazonas com os do que habita as margens do Paraná, como afirmar-se que não são diferentes os interesses da costa da Grã-Bretanha e os da costa do Mar Negro. Há ainda uma terceira razão, e é que enquanto o governo das províncias for uma delegação do centro, não poderá ser verdadeiramente *provincial*. Há ainda uma quarta razão, que é a impossibilidade de impedir, sem a autonomia absoluta, a absorção das províncias pelo Estado, absorção que será cada dia maior, porque, quanto mais o organismo central se depauperar, - e ele depauperar-se exatamente na razão do esgotamento das províncias – tanto mais os recursos provinciais serão absorvidos pelo eu coletivo chamado – Estado. (*Ibid.*, p. 170)

Para Nabuco, o projeto da efetiva independência das províncias tem em vista os seguintes pontos: a organização da “responsabilidade efetiva da administração” no país, uma vez que ela seria “eletiva e responsável para com os governados”; a preocupação em “deixar onde forem produzidos os recursos nacionais” – reivindicação principalmente das províncias produtoras de café, especialmente São Paulo; a extinção do que ele chama “beduinismo político”, a partir do qual o país é visto como um deserto onde quem quer que seja pode “levantar a sua tenda”, bem como a extinção do “enorme tributo” a que o Estado submete os recursos provinciais. Nabuco acreditava que, a fim de erigir-se o verdadeiro patriotismo, a população devia sentir-se ligada à terra que habitava. Tal ligação era impedida, em grande parte, pela massa de grandes propriedades exploradas pelo trabalho escravo, além da submissão da população local a um poder central distante e explorador. (*Ibid.*, p. 171)

Percebendo que o modelo centralizador imperial desagradava crescentemente o país, que cada vez mais exigia autonomia, Nabuco conclama o regime a que, antecipando a reforma, impeça que a revolta tome de assalto a monarquia. Segundo ele:

A nossa atual forma de governo centralizado é uma forma grosseira de sociedade política, uma democracia dando em resultado uma falsa independência. Essa burocracia que só serve para falsificar, na transmissão para o centro, as impressões da nossa vasta superfície; essa organização forasteira e espoliadora que, em vez de ajudar a viver, esgota, em nome e com a força do Estado, a atividade de cada uma das províncias não iludirá por muito tempo a inteligência de nossa época. As províncias hão de compreender, dentro de pouco tempo, que o que constitui o governo colonial, não é a falta de representação parlamentar, nem a constituição, nem o nome de colônia, nem a diferença de nacionalidade. O que constitui o governo colonial é a administração em sentido, e com espírito, contrário ao espírito de desenvolvimento local. O que os países, que se rebelam por sua independência, querem, não é desde logo representação nem democracia, é sim autonomia, isto é, que cesse a administração de fora. (*Ibid.*, p. 172)

A federação impediria, ainda, a criação de “um patriotismo local separatista”. A constituição efetiva da nação não poderia se dar com o controle exclusivo de um Estado abstrato, mas pelo crescimento independente e autônomo. Como não podia deixar de ser, o exemplo é a monarquia inglesa. Cita o pedido de Gladstone à rainha para que se criasse, na Irlanda, um parlamento irlandês, porque ciente do naufrágio de um “sistema de governo de fora”. Isso significaria que

(...) onde a monarquia chegou ao seu amadurecimento como forma de governo livre, as instituições federais, ou outras quaisquer que o povo escolha para o seu governo, são tão compatíveis com ela como são com a república. Talvez ainda mais, porque não houve república que tivesse a elasticidade que tem a monarquia inglesa e reunisse sob a autoridade

aparente do seu primeiro magistrado tantas formas diversas de governos independentes. Onde, porém, a monarquia é ainda não uma forma exterior de governo, mas o governo mesmo; onde o parlamento é apenas a estrutura e ela a alma, a força, o poder, como entre nós, aí, se as instituições federais são incompatíveis com ela, não o são menos a independência das câmaras, a liberdade das eleições, e a responsabilidade dos ministros. No Brasil se disse que a federação das províncias sob a monarquia era uma utopia: do mesmo modo se pode dizer que é uma utopia o governo parlamentar. (*Ibid.*, p. 173)

Da franqueza das críticas à monarquia brasileira vinha a suspeita de republicanismo de Nabuco. Pelo contrário, o que se dava era o apelo para que mudassem dinastia e parlamento nacionais, como sempre fizera – com grande sucesso – a monarquia inglesa. E completa, chamando atenção ao atraso de nossas reformas:

Entre nós as reformas parecem prematuras, quando já são tardias. A escravidão já nos tinha completamente arruinado, quando apareceu o abolicionismo; as províncias estão quase mortas, e ainda o partido federal parece uma ideia do futuro. As soluções patrióticas de nossos estadistas só têm o defeito de serem póstumas. O que há de resultar do domínio ferrenho da centralização política e da escravidão, que juntas reduziram algumas das nossas províncias à condição social da Irlanda, não é duvidoso. (*Ibid.*, p. 174)

O futuro não é nada lisonjeiro. Referindo-se ao quadro pintado por Gladstone na Irlanda, em que teria havido o casamento entre “a miséria e a opressão”, o que dizer do quadro brasileiro, “se a centralização tiver tempo para completar a obra da escravidão?” (*idem*) De todo modo, o sistema federativo só é implantado com a República, tendo sido inclusive, como vimos, uma das bandeiras empunhadas pelos republicanos.⁷⁹

Nas eleições de janeiro de 1886, Nabuco via-se com poucas chances de sucesso. “Narcotizado pela lei de Saraiva, o abolicionismo adormecera e nada, salvo o tempo, podia despertá-lo.” (VIANA FILHO, 1985, p. 134) Não se reelege. Desalentado, sem saber como agir⁸⁰, Nabuco sucumbia. Sentia-se solitário, uma vez que a mãe e a irmã

⁷⁹ Segundo Miriam Dolnikoff (2005), ao contrário do que propõe a historiografia consagrada acerca do federalismo no Brasil, não se deve supor a existência da oposição entre monarquia centralizadora e república descentralizada. Nesse sentido, o Segundo Reinado não teria representado uma espécie de retrocesso em relação às conquistas das elites regionais com o Ato Adicional de 1834. O fato de a elite paulista, por exemplo, pleitear maior representação, segundo a autora, é indício de que “(...) os atores políticos no governo central representavam interesses provinciais, a ponto de províncias menos representadas se sentirem prejudicadas, como era o caso de São Paulo.” (p. 296) Supomos, contudo, que a proposta de Nabuco, levada ao parlamento em 1885, demonstra que, se é verdade que havia certa representação provincial no governo central (serve para isso o parlamento), os mecanismos de centralização prevaleciam, especialmente a partir das prerrogativas do Imperador.

⁸⁰ Ao mesmo tempo em que lidava com a decepção da derrota nas eleições de 1886, Nabuco vivia o momento crucial do longo relacionamento com Eufrásia Teixeira Leite – foram 13 anos de indas e vindas. Em 18 de abril de 1886, ele a escreve, rompendo definitivamente após mais um desentendimento. Ver *Cartas a Amigos*, vol. 1, p. 146 (NABUCO, 1949b.)

solteira, que então ainda viviam no Flamengo, mudaram-se para uma chácara, propriedade de Hilário, genro dileto de D. Ana. Sentia-se, ainda, “enfraquecido quanto aos nervos”, mais uma vez em dúvida entre esse e o outro lado do Atlântico. É nessa época que começa a escrever *O Erro do Imperador*, um dos opúsculos saídos sob o título “Propaganda Liberal”⁸¹.

Como em 1868, por ocasião da queda dos liberais, quando se consolara investindo contra D. Pedro II (...), censurava o monarca por haver apressadamente, mal a Câmara derrotara o ministério por ínfima diferença, entregue o poder a Saraiva, que segundo dizia, representara a reação no momento mais aceso da luta. (*Ibid.*, p. 138)

Acreditando ter ao Imperador bastado uma palavra para por fim à escravidão, e tendo ele se recusado a dá-la, Nabuco vingava-se, prevendo a breve vitória da República. Irrefletidamente, Nabuco fazia os republicanos acreditarem numa conversão próxima, uma vez que, com eles, já tinha em comum a abolição e a federação. Mas Nabuco permanecia monarquista. Desejava apenas lutar por “sua ideia”. Para isso, aconselhado por Rebouças, ingressa n'*O País*, de Bocaiúva. Aí, intenciona fazer um ajuste de contas com todos os adversários, Cotegipe, Belisário, Antônio Prado (p. 140), os quais, obviamente, retrucavam.

O Rio News, pequeno jornal americano editado na Corte, assim resumiu a posição de Nabuco: 'Se um estrangeiro deitasse os olhos sobre os jornais dessa cidade, no momento atual, seria inquestionavelmente levado a concluir que o homem mais influente e simultaneamente mais odiado de todo o Brasil é o Sr. Joaquim Nabuco'. (*idem*)

A notoriedade de Nabuco crescia. Em outubro de 1886, a Câmara entra em recesso. O ministério Cotegipe dava os primeiros sinais de cansaço. Na Câmara vitalícia, os velhos haviam tomado o lugar dos moços na hoste abolicionista. “Francisco Otaviano, Dantas, Silveira Martins e, por vezes, o próprio Saraiva, revezavam-se nos ataques ao governo.” (*Ibid.*, p. 142) Destacava-se o Conselheiro José Bonifácio Ribeiro de Andrada Machado e Silva, o qual, poucos dias após o fim dos trabalhos parlamentares, faleceria em São Paulo.

Nabuco, no início de 1887, parte para Londres. Antes, para em Pernambuco, para reanimar “a ideia”, apagada por aquele tempo na província. Fundou, com José Mariano, a “Sociedade Pernambucana Contra a Escravidão” e excursionou por algumas cidades do interior. Na Europa, com o auxílio de Paranhos e Penedo, Nabuco conseguiu

⁸¹ Além de *O Erro do Imperador*, saíram sob o título de “Propaganda Liberal” *O eclipse do Abolicionismo e Eleições liberais e eleições conservadoras*.

as mesmas colocações que deixara em 1884. Em Londres, Nabuco encontra-se com um de seus ídolos, o reformador inglês William Gladstone, que o apresenta a Morley, outro estadista liberal por quem nutria grande admiração. Em Paris, podia gozar da companhia de Paranhos e de Eduardo Prado. O último, de quem falaremos adiante, “rico, livre de qualquer preocupação financeira, gastava largamente, e possuía um espírito boêmio, meio insatisfeito, que a curiosidade transformara na alma de um viajante impenitente.” (p. 146) Diz-se que o Jacinto de *As cidades e as serras*, de Eça de Queirós, não é senão Eduardo Prado.

Quando menos esperava, uma notícia transformou todos os planos sobre o exílio voluntário. O Conselheiro Portela fora nomeado ministro e, de acordo com a lei, devia pleitear a confirmação do mandato parlamentar. Nabuco não hesitou: novamente ele ia terçar armas com o graduado escravista. (*idem*)

De volta ao Recife no fim de agosto, inicia a campanha, que selaria a sorte abolicionista. Nabuco derrota Portela e define, por inquestionáveis 137 votos, o retorno ao parlamento. Na Corte, desde fevereiro, Pedro II encontrava-se enfermo. Em junho, aconselhado pelos médicos, parte para Europa, consultar-se com as “sumidades”. Assim, a regência passa às mãos da Princesa Isabel. A época não podia ser mais delicada. O exército ameaçava com a sedição dos quartéis, o abolicionismo crescia. Nabuco vivia o auge da celebridade. “As galerias [do parlamento] o aclamavam. Mal o presidente proferia a frase regimental: 'Tem a palavra o Sr. Joaquim Nabuco – corria um calafrio pela assistência excitada; eletrizava-se a atmosfera'.” (*Ibid.*, p. 152) A Câmara logo entraria em recesso, mas no curto prazo em que estava aberta, Nabuco solapou o escravismo. A vitória abolicionista era questão de tempo e não tardou a que aparecessem os velhos oportunistas, os “cristãos-novos”. João Alfredo, o conservador a quem Nabuco já havia chamado “o Alabama brasileiro”, por ser escravista até nos Estados Unidos, se apressou na conversão, a fim de recolher os despojos de Cotegipe, cujo ministério se mostrava já bastante frágil.

Nabuco, aproveitando as férias, volta a Londres. Desejava “um final de repercussão universal” e intentava buscar apoio à causa nos Estados Unidos, em Cuba, na Jamaica, Haiti, Antilhas. Consegue uma audiência com o Papa Leão XIII, “bem mais importante que o Novo Mundo.” (*Ibid.*, p. 154) Encontra-se com Leão XIII em 1º de fevereiro de 1888. Nabuco lhe pediu uma palavra em defesa dos escravos do Brasil, e que essa chegasse antes de maio, quando reabriria o parlamento, a que aquiescera o Sumo Pontífice. Restava apenas aguardar a encíclica papal, a qual os católicos do Brasil

não poderiam negligenciar. Cotegipe, no entanto, cartada final de seu ministério, ante a notícia de que o Papa faria o pronunciamento pedido por Nabuco, escreveu um memorial, que enviou a Roma, dizendo que a encíclica interferiria em assuntos nacionais da maior relevância. A disposição do Papa em considerar o memorial atrasava a publicação da encíclica e frustrava os planos de Nabuco.

Cotegipe exonera-se em março e, com o ato, satisfaz a Princesa Isabel, que não lhe tinha simpatia, os abolicionistas e os republicanos. (*Ibid.*, p. 157) A regente, sem consultar o ministro caído, como de praxe, entregou o gabinete a João Alfredo, a quem, todos já esperavam, caberia a abolição. Nabuco, contra os liberais, olhando acima das questões políticas, deixava prevalecer o idealista. Apoiaria quem quer que se convertesse e João Alfredo não tardou em fazê-lo. “Nessas condições, quando, em Maio, o parlamento começou os trabalhos, a abolição estava praticamente feita. Restava apenas a formalidade duma lei: a avalanche tornara-se irresistível.” (p. 159)

Nabuco, tendo o ministério comparecido à Câmara no dia 7, pediu a palavra e disse, referindo-se a João Alfredo: “Pudeste ser meu inimigo ontem, hás-de com certeza voltar a ser meu inimigo amanhã; mas, por enquanto, és o pontífice de uma religião sublime...!” (*idem*) O apoio estava garantido. O projeto que abolia a escravidão foi apresentado pelo ministro da Agricultura, Rodrigo Silva. Nabuco, que não podia esperar, tem pressa e logra vencer os obstáculos regimentais.

O povo aplaudia o lutador. Patrocínio, ao descrever a sessão histórica, debuxou a figura do companheiro: 'Chega à janela Joaquim Nabuco, e o povo o vitoria com esse entusiasmo que só a fidelidade aos princípios sabe inspirar. É ele o triunfador. Tem os cabelos ainda empastados de suor e de pétalas. Ereto, imóvel, estático, ali está, grande e solene, como há-de ser guardado na memória da gratidão nacional'. (*Ibid.*, p. 160)

O Senado aprova o projeto no dia 13. No mesmo dia, chamada de Petrópolis, a Princesa Isabel promulgou a lei. Em meio à aclamação popular, não havia mais escravos no Brasil. No diário de Nabuco, à data de 13 de maio de 1888, lê-se:

No Senado. Paulino saúda-me com um 'Ave, César'; pazes com Afonso Celso; o povo em delírio no recinto; meu nome muito aclamado. Pelo Campo [de Santana] até o *Paiz* com Celso Júnior, cercado de povo. Ao Paço [da cidade]. À sanção e assinatura. Falo de uma das janelas do Paço. Pelas ruas, com Dantas, Patrocínio, Clapp, Jaceguai, etc. No *Paiz*. Jantamos todos no Globo. Depois aos espetáculos de gala em nossa honra. 'Viva a pátria livre!'. (NABUCO, J., 2006, p. 262)

4. EXÍLIO E MEDITAÇÃO: O RETRAIMENTO DO MONARQUISTA

4.1. O pós-abolição: o saldo do 13 de Maio

Terminadas as festas da abolição, era necessário lidar com o saldo do 13 de Maio. A Nabuco, passado o calor da glória, coube lidar com a inveja e os ressentimentos. Àquele que sacrificara “duas carreiras – a diplomacia e a política” na luta pelos escravos, da qual não retirara qualquer proveito pessoal além da “tranquilidade de consciência”, não cabia sequer “a gratidão dos próprios negros”. Sentia-se amargurado. (VIANA FILHO, 1985, p. 161)

Na realidade, naquele mundo subvertido pelo 13 de Maio, cada qual procurava atingir novos caminhos, fazendo tábula rasa do passado, e bem depressa se esqueciam os serviços da campanha. Os republicanos, indiferentes ao gesto da Princesa, acham o momento azado para dobrarem o vigor dos ataques ao trono, que sentem enfraquecido, e investem contra os próprios aliados da véspera. Sobre Patrocínio, agradecido à dinastia que libertou os escravos, eles atiram a pecha de ser 'o último negro vendido'. E n'*O País*, conta Rebouças, sucedem-se os incidentes entre Quintino e Nabuco, que, 'por não poder mais suportar a hipocrisia' daquele, acaba abandonando o jornal. Rebouças, aliás, foi outro que o 13 de Maio transformou inteiramente: desapareceram as suas ideias sobre o 'parasita máximo', e, agora, como súdito reverente de D. Pedro II, é um defensor da Coroa. (*idem*)

Nabuco, como Rebouças, via-se obrigado a nova luta. Devia defender a dinastia e, com isso, julgava defender o povo. Embora ciente das dificuldades, não podia furtar-se à tarefa. Em carta a Penedo, de 25 de maio de 1888, pode-se ler:

Eu vejo a monarquia em sério perigo e quase *doomed* [condenada]. A Princesa tornou-se muito popular, mas as classes fogem dela e a lavoura está republicana. Em tais condições, eu, que hei de ser o último dos monarquistas, estou decidido a seguir uma política que não prejudique o trono do qual precisamos tanto para levantar o povo e torná-lo independente da oligarquia despeitada. É por isso que apoio ainda o governo e o apoiarei não sei até quando. (NABUCO, 1949b, pp. 171, 172)

Pela defesa do povo, Nabuco, em carta a José Mariano de julho de 1888, diz-se colocado na Câmara em posição solitária, contrário a todos os partidos, uma vez que “(...) ambos são exploradores e, mal começa, o republicano já está adorando o bezerro de ouro. Eu (...) quero a pequena propriedade, a dignidade do lavrador, do morador, do liberto – a formação do povo que está ainda abaixo do nível dos partidos⁸².” (*Ibid.*, pp.

⁸² Segundo Angela Alonso, “Nabuco imaginou o aprofundamento da agenda reformista pós-abolição.

174, 175) Embora cansado do jogo partidário e dizendo-se gasto pela causa da abolição – uma vez que “um homem em geral não leva a efeito mais de uma ideia” (*idem*), Nabuco, a fim de reanimar as instituições combalidas, dedica-se à causa da federação. Não vai, contudo, ocupar a posição de destaque e comando que ocupara no abolicionismo, como ressalta Viana Filho. (1985, p. 163)

Como vimos, Nabuco bate-se pela federação desde, pelo menos, o projeto de 1885. Na ocasião, sua proposta foi ouvida como “a eloquente exposição de um ideal inexequível” (NABUCO, C., 1928, p. 251) e a ela não se deu qualquer importância na Câmara. A partir de então, contudo, a ideia tomou vulto, especialmente nas províncias⁸³. Após a abolição, Nabuco toma a federação como forma de garantir a sustentação da monarquia, julgando-a capaz de dividir a popularidade com a ideia republicana. “Julgava que o trono, tendo já satisfeito as exigências do povo sobre a escravidão e indo ao encontro delas com a federação, se firmaria definitivamente.” (*Ibid.*, p. 250) Após a libertação dos escravos, cumpria libertarem-se as províncias.

O partido liberal, contudo, não cerra fileiras em torno da questão, como faz o partido republicano. Nabuco não conta com o apoio nem mesmo dos mais chegados correligionários, como Dantas, Rebouças e Juca Paranhos, recém-tornado Barão do Rio Branco. A divisão o condenava novamente à “independência”. Mantinha, além disso, o apoio a João Alfredo, justificando-se pela lealdade ao verdadeiro abolicionismo. Acreditava que combatê-lo seria apoiar a desforra da lavoura, cujos despeitos “(...) se cristalizariam (...) irremediavelmente sob a forma republicana.” (*Ibid.*, p. 254) Além disso, a desestabilização do gabinete, nesse momento delicado, impediria a continuação das reformas sociais, muito mais importantes que as veleidades partidárias.

Diante das ameaças da lavoura, em crise especialmente na província do Rio, o governo propõe a criação de “bancos de crédito real”, um disfarce para a indenização. O gabinete de João Alfredo buscava conciliar os fazendeiros e, para tanto, propunha “(...) a fundação, em diversos pontos do país, de bancos cujo fim especial seria emprestar aos proprietários, com hipoteca de suas terras, os meios de restabelecerem o equilíbrio e o trabalho, perturbados pela lei de 13 de Maio.” (*Ibid.*, p. 256) Nabuco, então, diverge.

Com Rebouças e Patrocínio, via a reforma agrária como passo complementar, que daria oportunidade aos ex-escravos. Mas era, em larga medida, imigrantista. Queria promover o afluxo de famílias portadoras da civilização europeia.” (2007, p. 234)

⁸³ Em discurso na Câmara em agosto de 1888, Nabuco menciona indicações no sentido da federação em algumas assembleias provinciais, como nas de Minas, São Paulo, Bahia, Goiás e Pernambuco.

Ataca a medida em discursos no parlamento, nos quais busca apontar as desvantagens financeiras da indenização, mantendo, no entanto, o apoio à permanência do gabinete.

Embora o projeto tenha sido aprovado nos últimos dias da sessão legislativa de 1888, quando da reabertura da Câmara no ano seguinte⁸⁴, a situação era outra. João Alfredo era acusado, pela imprensa, de favorecer empresários ligados por casamento à sua família em concorrências e contratos dos mais importantes do governo. As investigações, levadas a cabo por uma comissão da qual fez parte o próprio Nabuco⁸⁵, nunca foram concluídas, não tendo sido, portanto, confirmadas as suspeitas. Independentemente da veracidade das acusações, formou-se verdadeira legião oposicionista. Nabuco, solitário, defendia João Alfredo. Dizia-se incapaz de, por motivos partidários, concorrer para manchar nome tão importante na história nacional. O movimento de oposição, contudo, tornou-se irresistível e causou o pedido de demissão do chefe do gabinete. O Imperador, após recorrer a três estadistas conservadores, todos incapazes de formar o ministério, convidou o chefe do partido liberal, Conselheiro Saraiva, que declinou⁸⁶. Indicou-se o Visconde de Ouro Preto, Affonso Celso de Assis Figueiredo, que formou o que seria o último gabinete da monarquia.

Voltavam ao poder os liberais. Nabuco, antes de declarar apoio ao novo governo, desejava ouvi-lo acerca do ponto que julgava o principal no momento: a federação. Como anteriormente, o projeto não foi julgado objeto de deliberação pela Câmara. Se no parlamento a ideia não andava, fora dali a propaganda crescia, especialmente pela atuação de Rui Barbosa.

Começou, em 7 de março de 1889, a escrever quotidianamente no *Diário de Notícias*, artigos inspirados de utopista, artigos destruidores de lutador,

⁸⁴ Em carta de 6 de janeiro de 1889 a Penedo, na qual lhe deseja um bom ano novo, Nabuco constrói um breve retrato de como se encontra no momento: “Não sou hoje senão deputado, amanhã talvez nem isso seja. Estamos num momento de muita incerteza para quem, sem ter uma conta corrente do banco, tem uma coisa que se chama convicção. Eu sou um monarquista convicto e recomeço com a monarquia a vida de sacrifício que tive com a abolição. Minha única esperança de descanso é perder um dia o fogo sagrado, e achar que já fiz bastante. Quando virá esse dia?” (NABUCO, 1949b, vol. I, pp. 180, 181)

⁸⁵ Além dele, compunham a comissão: Andrade Figueira, Mac Dowell, Duarte de Azevedo e Affonso Celso.

⁸⁶ Segundo José Murilo de Carvalho (2007), Saraiva era o político liberal em quem Pedro II mais confiava. Em conversa franca, Saraiva teria dito ao Imperador que a República não tardava e que o país devia preparar-se. Diante da ameaça de anarquia, deviam-se fazer reformas. Teria perguntado ao Imperador se poderia ter carta branca para “aplainar o terreno para a república, inclusive com a adoção do federalismo” (p. 204), tendo ouvido que sim. Não via outra saída. Contudo, Saraiva muda de ideia e prefere não enfrentar a tarefa. “Sabia que não seria bem aceito por Isabel, por motivos óbvios: queria tirar dela o terceiro reinado. Além disso, constava que a princesa já estava negociando o ministério com o visconde de Ouro Preto. O fato indicava a perda de poder do Imperador (...)” (*idem*)

alternando a vibração dos ideais patrióticos com a violência dos embates pessoais, com um êxito quiçá sem igual no jornalismo brasileiro. (...) Reclamando reformas liberais e investindo, primeiro contra o ministério João Alfredo e, depois, contra o de Ouro Preto, deu à denúncia veemente uma admirável forma literária, única no Brasil, que lhe garantiam uma procura sensacional e um eco multiplicado. (...) Repercutia com imensa autoridade. Entre os ideais, de que se fizera paladino, a federação foi tomando gradualmente o primeiro lugar. (*Ibid.*, p. 261)

Embora defendessem a mesma ideia, Nabuco e Rui Barbosa discordavam quanto à “fórmula”. O primeiro defendia a federação com a monarquia, enquanto o segundo queria a federação, com ou sem a monarquia, como viesse. “Tinha por lema *federação ou revolução*, e essa fórmula, que o monarquismo de Nabuco não podia aceitar, ia angariando a grande maioria dos sufrágios.” (*Ibid.*, p. 262) Na tentativa de frear os ímpetus revolucionários e restituir sua importância, o partido liberal formou e reuniu no Rio, em 1º de maio de 1889, o “Congresso Liberal”. Propunha, no lugar da federação, uma “autonomia relativa” às províncias. O Visconde de Ouro Preto, a partir das deliberações desse Congresso, advogava ainda a “liberdade de culto, a reforma do Conselho de Estado e a temporariedade do Senado.” (*idem*) As medidas desagradaram a Câmara conservadora.

Em 11 de junho, por ocasião da apresentação do ministério, Nabuco profere um discurso, o último do dia. Nele, diz-se obrigado a falar pela “responsabilidade (...) de iniciador da ideia federalista”. Reconhece que a bandeira federalista havia passado de suas mãos às de Rui Barbosa, afirmando, no entanto, seu pesar em vê-lo republicano. Continua:

Para mim a posição é de grande dificuldade por se ter de tornar a ideia federal a arma de combate dos republicanos desde que o partido Liberal a repele. Em tais condições não creio que eu me apresente novamente ao eleitorado do Recife: não quero fazer a república e, sem o partido Liberal, é impossível fazer a monarquia federativa. Monarquista continuarei a ser firme como um rochedo. O grosso das forças republicanas vem do descontentamento causado pela abolição. Foram as leis de 28 de Setembro de 1871 e de 13 de Maio de 1888 que fizeram surgir do solo as legiões que hoje avançam contra a monarquia. Com semelhante origem não creio num república popular. (NABUCO, 1949c, p. 373)

Uma vez, portanto, que a federação não poderia encampar-se sob os liberais e não podendo propor-se a monarquia federativa, declara não mais poder candidatar-se. Continuará, contudo, monarquista, tendo em mente que, dada a origem do republicanismo – atrelado, julgava, aos descontentes da abolição –, não haveria governo popular. Para justificar-se, cita Tocqueville:

Foi Tocqueville quem disse: que as origens de um povo afetam toda a sua história. Assim as dos movimentos. É possível que a nação tenha concebido a ideia republicana a 13 de Maio. Isso é, porém, uma razão para não forçar o parto prematuro. *É preciso respeitar o período necessário a toda gestação viável.* Perguntado uma vez quando devia começar a educação das crianças, respondeu um pensador americano que com amor, antes de ela nascer⁸⁷. *Isso quer dizer que uma instituição não se pode preparar num dia, quando são precisas quatro gerações para o preparo moral dos cidadãos que as devem praticar.* (grifo nosso) (*idem*)

Se o movimento em favor da República no Brasil era fruto dos descontentamentos do 13 de Maio, o regime nascente, se precipitado, traria a marca da vingança irresponsável. Uma mudança de tamanha importância ao país não poderia ser feita sem que estivesse amadurecida a população, sem que tivesse se formado o corpo de cidadãos encarregados de sua direção. A constituição efetiva de um corpo de cidadãos autônomo e responsável esteve sempre na origem da atuação pública de Nabuco, como vimos até aqui. Além disso, ele mantinha-se um reformador à inglesa, para quem o peso da tradição não devia ser jamais negligenciado. Nabuco cria, como escreverá no capítulo XIII do *Minha Formação, O Espírito Inglês*, do qual já tratamos, que, no que se refere às reformas, deve-se “(...) conservar do existente tudo que não seja obstáculo invencível ao melhoramento indispensável”, procurando-se sempre demolir “com o mesmo amor e cuidado com que outras épocas edificaram” (NABUCO, 2004, p. 106) Nesse sentido, importava conservar as instituições nas quais se encontrava o caráter da nação, modificando o estritamente necessário ao prosseguimento das reformas.

Precipitando-se o país em direção à República, Nabuco diz que aguardará, em seu posto, “(...) que volte para ele a opinião desenganada e desiludida⁸⁸.” (NABUCO, 1949c, p. 373) Ele se diz certo de que, defendendo a monarquia, está a defender o povo, uma vez que “não há na república lugar para os analfabetos, para os pequenos, para os pobres.” (*idem*) E, mais uma vez, afirma: “Há uma razão ainda para não ter chegado a hora da república, é que ainda não temos povo, e as oligarquias republicanas, em toda a

⁸⁷ Carolina Nabuco (1928), ao transcrever essa passagem do discurso, escreve: “Perguntado uma vez quando devia começar a educação da criança, respondeu um pensador americano que cem anos antes de ela nascer.” (p. 263)

⁸⁸ Postura diferente da que Nabuco congratula em Thiers em nota no diário, por ocasião de sua morte em 1877, quando aponta o fato de o estadista francês jamais ter deixado de estar com seu país, mudando sempre com ele, servindo à monarquia e também à república. Ver páginas 85 e 86 do presente trabalho.

América, têm mostrado ser um terrível impedimento à aparição política e social do povo⁸⁹.” (*idem*)

A monarquia, contudo, não poderia sustentar-se pela força. Sua permanência dependia do prosseguimento das reformas, donde a importância da federação. Nabuco diz-se surpreso com o fato de que os liberais a rejeitavam no momento em que a aceitava o Imperador. Pondera que o futuro da monarquia está nas mãos do ministério, a depender do modo como dará vazão ao anseio de autonomia das províncias. E conclui, quase premonitoriamente:

É uma obra para todos os monarquistas sinceros. Feito este protesto, deixo a questão nas mãos do sr. presidente do Conselho. S. Ex. disse que sabe bem o que quer, e estimo que S. Ex. saiba o que quer o partido Liberal e o país. Dadas certas circunstâncias, e intervindo a ação do imprevisto, não seria impossível que a monarquia se visse condenada por elementos de opinião que ainda aderem a ela. Tenho grande responsabilidade no azar que a instituição está correndo, mas tenho firme convicção de que a abolição deu a força popular à monarquia e que a federação, aceita com a mesma sinceridade, garantiria sua estabilidade. Simulações de autonomia, porém, em nada aproveitam. Em tais circunstâncias o honrado presidente do Conselho deve inspirar-se no seu patriotismo para que o seu ministério não possa ser, em caso algum, o último da monarquia. (*Ibid.*, p. 374)

Não seria ouvido, porém. A Câmara, conservadora, aprovou uma “moção de desconfiança” ao ministério, por julgá-lo excessivamente liberal, “quase revolucionário”. O Imperador concedeu a Ouro Preto sua dissolução, convocando outra para 20 de novembro, a qual nunca chegaria a se reunir. Aquele discurso, “o último da sessão”, era o último de Nabuco como parlamentar do Império.

4.2. O advento da República

Conforme pudemos ver até aqui, e segundo atesta Carolina Nabuco na biografia do pai, Joaquim Nabuco nunca fora contra a república, “como sistema de governo. Era contra a República no Brasil.” (NABUCO, C., 1928, p. 269) Em carta de novembro de 1888, pode-se ler:

Preciso me bater pela Princeza, a nossa Lincoln, como me bati pela Abolição. Parece-me muito curioso ver-me neste papel e à testa da coalizão monarquista, pois apesar de não ter fé na república no Brasil, nessa fase de feudalismo e quase de vassalagem das classes trabalhadoras,

⁸⁹ A situação política e social das repúblicas americanas é, do ponto de vista de Nabuco, desencorajadora. Não é possível atestar se aí ele inclui a república norte-americana ou se se refere exclusivamente às repúblicas do Sul.

não quisera sustentar a monarquia contra a democracia. Todo meu esforço é fazer da monarquia a criadora e a protetora da única democracia que podemos ter no Brasil – a do próprio povo. (*idem*)

No mesmo mês, escreveu n'*O País*:

Se alguém me perguntar se sou monarquista ou republicano em princípio, eu mesmo não saberei responder... a monarquia ou a república não me fala à imaginação senão onde ela está identificada com a tradição nacional ou onde encarna a aspiração popular... Para ser bom monarquista, é preciso ter o ideal republicano, mas a confusão está em supor que o ideal republicano se realiza melhor sob a forma republicana da América, do que sob a forma monarquista da Inglaterra. (*idem*)

Mantinha a duradoura predileção pela monarquia inglesa e, no Brasil, permanecia fiel ao regime e ao Imperador. A propaganda republicana crescia e acirrava os ânimos. Silva Jardim, que conferenciava pelo país contra a monarquia, atacava Nabuco, ridicularizava-o. Uma das conferências descambou para o confronto entre a polícia e os republicanos. O Imperador, como fazia usualmente, mostrara-se contrário à repressão e, tolerante, teria sustentado o “não matar” e o “deixar discutir”. (*Ibid.*, p. 272)

Nabuco, em meados de junho, pouco depois, portanto, de seu último discurso no parlamento, viaja ao Prata. Ele havia se casado, em fins de abril, com Dona Evelina Torres Soares Ribeiro⁹⁰, filha do Barão de Inhoam, e partia em núpcias. Retorna após dois meses, às vésperas das eleições de 31 de agosto, presididas pelo novo governo. Tão desinteressado estava, e tão desiludido, como já dissera no mesmo discurso de 11 de junho, não se dera ao trabalho de fazer campanha. Apesar de pairar sobre ele, em sua província natal, “uma atmosfera pesada de intransigência e de incompreensão recíproca” (*Ibid.*, p. 273), sem que o esperasse, Nabuco é eleito, vencendo uma vez mais o eterno contendor, Machado Portela.

⁹⁰ Evelina, a quem Nabuco conhecera nos idos de 1884, tendo, inclusive, a indicado como pretendente de Artur, filho do Barão de Penedo, “era uma morena tímida de 23 anos, à beira da idade de encalhar. Num tempo em que a elegância do porte e a desenvoltura do andar formavam o âmago dos atrativos de uma mulher, Evelina carregava uma desvantagem de nascença: arrastava uma perna. (...) O charme de Nabuco logo seduziu Evelina. Mas os casamentos oitocentistas eram acordos familiares, como ele bem sabia depois dos malogros com Eufrásia. As incompatibilidades econômicas e políticas com a primeira noiva inexistiam com a segunda. (...) A diferença de idade não era problema, sendo comuns casamentos entre mocinhas mal formadas e velhotes viúvos. O que incomodava a sensibilidade oitocentista, com a ascensão do individualismo, era o casamento por interesse, sem amor. Não era o caso. (...) O obstáculo dizia respeito à esfera caríssima ao mundo tradicional: os valores. Evelina frequentava a missa e o confessionário (...) [e] implicava modular o vago espiritualismo de Nabuco. O anticlerical ferrenho ficara no passado. O recuo à tradição se evidenciara na visita ao papa (...). Uma esposa católica completava esse movimento, trazendo respeitabilidade para quem fizera reputação no mundanismo.” (ALONSO, 2007, pp. 241-243.)

Enquanto não começavam os trabalhos parlamentares, Nabuco recolheu-se à sua nova residência, em Paquetá. O país, contudo, agitava-se e os republicanos fortaleciam-se. De modo geral, os militares, outrora apaziguados por Cotegipe, movimentavam-se diante do

(...) áspero autoritarismo de Ouro Preto; a lavoura, desorganizada e empobrecida pela abolição, atribuía a sua desgraça à coroa; a enfermidade do Imperador, deixando entrever o terceiro Reinado sob o domínio do Conde d'Eu, arrefecia a fidelidade de muitos monarquistas; e, na imprensa, Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva, aquele a título de pregar a federação, completavam a obra destruidora. (VIANA FILHO, 1985, p. 179)

Os conspiradores pretendiam envolver os quartéis. Ouro Preto, contudo, mantinha-se confiante. Otimista, esperava levar a cabo as reformas que salvariam o regime –

as políticas (Senado temporário, reforma do conselho de Estado, ampliação do direito de voto), as civis (casamento laico, liberdade de cultos, código civil), as econômicas (incentivo à imigração, crédito à lavoura e ao comércio, desenvolvimento de meios de comunicação), 'melhoramentos' do ensino, diminuição do déficit público e crédito aos fazendeiros. Negligenciava, contudo, a grita federativa. (ALONSO, 2007, p. 246)

Não percebia, ainda, que os próprios conflitos entre os partidos imperiais, que impediram o bom andamento dessas e de outras reformas, contribuía para o fim. Como afirmara Nabuco em “A Federação”⁹¹, “as soluções patrióticas de nossos estadistas só têm o defeito de serem póstumas.”

Das várias insubordinações ocorridas no período, uma vingou. Reuniu

(...) Bocaiúva, Francisco Glicério e Aristides Lobo, pelo Partido Republicano, o liberal dissidente Rui Barbosa, o positivista Benjamin Constant, em nome dos jovens oficiais militares, e Deodoro da Fonseca, pelos de alta patente. Foi dele a ordem de prisão a Ouro Preto. Para fazer-se, a República não precisava mais que isso. A cavalaria formou o cortejo em torno do marechal. Os reformistas civis os seguiram – já subordinados – a pé. Silva Jardim proclamou solenemente o novo regime na prefeitura, de par com o mais uma vez convertido Patrocínio. (*idem*)

Não houve resistências. Embora se soubesse que a república não tardaria, o golpe foi uma surpresa.

Esperava-se o fim da monarquia, mas não daquele modo. Ficou famosa a expressão do republicano Aristides Lobo, presente aos acontecimentos, segundo a qual o povo teria assistido bestializado à parada militar do dia 15. O adjetivo é forte, mas descreve bem o que se passou. Só alguns republicanos, como Quintino Bocaiúva, negaram a natureza militar e

⁹¹ Artigo publicado n'O País, em 1886. Ver NABUCO, 1949a, p. 169

inesperada do movimento. Foi uma tentativa inócua de valorizar a própria atuação e retirar da proclamação o pecado original do militarismo. (CARVALHO, 2007, pp. 208, 209)

Pedro II, que não se dava conta da gravidade da situação, acreditou ser tudo “fogo de palha”. Depois, fatalista, teria dito: “Se assim for, será a minha aposentadoria. Já trabalhei muito e estou cansado. Irei então descansar’.” (*Ibid.*, p. 218) O Imperador era também responsável pelo que ocorria. Nunca escondera as simpatias republicanas. Acreditava que a monarquia era um estágio preparatório para a república mas, concordando com Nabuco, não cria o país ainda preparado. Diferentemente desse, no entanto,

considerava [a república] (...) um sistema de governo superior à monarquia (...). Já no diário de 1861, escrevera que, a ser imperador, preferiria ser presidente da República ou ministro de Estado. (...) Rebouças ouviu dele a confissão de ser republicano. A Alexandre Herculano, afirmou que uma república com presidente hereditário seria o melhor governo para o Brasil.(...) D. Pedro também não deu atenção a várias advertências no sentido de que sua ação minava as bases sociais e políticas da monarquia. (...) Mais ainda, nunca pareceu interessado em preparar um terceiro reinado, para a filha ou para d. Pedro Augusto, o filho mais velho de Leopoldina. (...) Não cortejou o povo, não cortejou os políticos, não cortejou os militares, não cortejou a Igreja, não negociou apoios. Parecia um fatalista em matéria de sucessão monárquica. É possível que não acreditasse num terceiro reinado. *Après moi, la République*, poderia ter dito, parodiando Luís XIV. (*Ibid.*, pp. 209, 210)

Na idílica residência de Paquetá⁹², Nabuco recebeu a notícia do golpe, com “espantosa serenidade”, nos dizeres de Luís Viana Filho. No dia seguinte, seguiu ao Paço Imperial, onde encontrou Dantas e outros membros da corte. O Imperador, porém, que permanecia sitiado no Paço, estava incomunicável. A família real, seguida por Rebouças e outros amigos fiéis, deixaria o país, em plena madrugada do dia 17 de novembro. Nesse dia, Nabuco escreveu no diário:

Notícias da partida do Imperador. Iaiá viu Rebouças com os príncipes. Emoção geral dos que encontro. Um ano depois de 13 de maio! Não podia ser mais pronta a desforra. Os fazendeiros exultando. E o povo? O escravo? Deus queira que a revolução purifique a monarquia tanto quanto a Abolição engrandeceu-a. (NABUCO, 2006, p. 286)

⁹² Nabuco descreve a residência de Paqueta no capítulo XXV de *Minha Formação*, dedicado ao amigo barão de Tautphoeus.

4.3. O “exílio” de Nabuco

O período posterior da vida de Nabuco, após a queda do Império e início da República, é de recolhimento. Monarquista convicto, retira-se da vida política com a subida ao poder dos republicanos. Se a década que passou foi de intensa atividade pública, a seguinte é de “meditação”. Recém-casado, pode focar a vida privada, redescobre a fé católica e dedica-se à reflexão e aos estudos. Recusa assumir qualquer posto no novo governo⁹³, embora já no dia 18 de novembro tenha sido convidado a aderir. Quatro dias depois, parte para Buenos Aires, viagem já planejada e que os eventos de véspera não o fizeram cancelar. Intenciona aplicar suas poupanças e o dote de Evelina em títulos da dívida pública argentina. Após o retorno⁹⁴, recolhe-se em Paquetá que,

durante alguns meses, (...) será o refúgio do sonhador. A monotonia dos dias tranquilos, que a presença de Evelina torna felizes, é apenas interrompida de longe em longe por algum fato extraordinário, como o nascimento da primeira filha, (...) Carolina. Às vezes, aparece um ou outro amigo, tornando-se dos mais assíduos o Barão de Tautphoeus, o antigo mestre do internato. (VIANA FILHO, 1985, pp. 181, 182)

Embora solicitado pelos eleitores do Recife e de Nazaré a participar da Assembleia Constituinte de 1890, Nabuco recusa. Não pode integrar o novo regime. Para explicar-se, publica a *Resposta às mensagens do Recife e de Nazareth* (1890), em que se diz “política e moralmente impróprio” para a tarefa.

Politicamente, porque tudo que eu disse na Câmara, perante vós, no *Paiz*, e, ainda o ano passado no Rio da Prata, em preferência da monarquia, como a fiadora idônea da autonomia das províncias e a continuadora natural da obra de 13 de Maio, foi-me ditado pela mais profunda e desassombrada convicção que um espírito sincero possa formar sobre os problemas vitais de seu país. Moralmente, pela humilde parte que tive no movimento abolicionista, na semana histórica de Maio, e na sustentação da monarquia duas vezes libertadora, depois do seu segundo *alea jacta*

⁹³ O governo provisório foi assim formado: “Bocaiúva tomou as Relações Exteriores para si e o Interior para Aristides Lobo. Os federalistas gaúchos indicaram Demétrio Ribeiro para Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Benjamin Constant ficou com a Guerra e Eduardo Wandekolk, com a Marinha. Os paulistas puseram Campos Sales na Justiça. Rui Barbosa levou a Fazenda. Era uma coalizão dos grupos reformistas da geração 1870 com uma novidade que fazia a diferença: o chefe era Deodoro, que mal os conhecia e não comungava da maioria das ideias deles.” (ALONSO, 2007, p. 247)

⁹⁴ No dia em que parte de Buenos Aires, em retorno ao Rio, Nabuco remete carta a Rio Branco, na qual se lê: “Estamos em república e você que conhece bem a história das Repúblicas sul-americanas pode avaliar a via crucis que temos agora que percorrer para recuperar a liberdade e perpetuar a união. A Federação teria ou não salvo a monarquia? Agora pode-se ver que sim. Preferiram porém os srs. Ouro Preto e Cândido de Oliveira confiar na guarda nacional e nos empréstimos à lavoura.” (NABUCO, 1949b, vol. 1, p. 184)

est, ainda mais nobre e mais generoso do que o do Ipiranga. (NABUCO, 1890b, p. 4)

Afirma que teve quatro importantes razões para a adesão à monarquia, em sucessivas fases históricas. Em primeiro lugar, antes da campanha abolicionista, era monarquista como “liberal”,

por acreditar que a monarquia parlamentar com seu sistema de partidos, que mutuamente se fiscalizam e se limitam, e de responsabilidade ministerial perante as Câmaras, permitindo a ação imediata e livre de prazos da opinião no governo, era para nós um sistema de garantias públicas e individuais superior à república presidencial, governo de um só homem, ou de um só partido, o que é talvez pior, nos povos de caráter ainda inconsistente e entre os quais a independência pessoal é uma rara exceção⁹⁵. (*Ibid.*, pp. 4, 5)

Em seguida, a partir do início da campanha abolicionista em 1879, foi “monarquista principalmente como abolicionista”. Segundo Nabuco, o foi pela razão, “negativa, que a liberdade pessoal do homem deve preceder à escolha da forma de governo”, e pela razão “positiva da abstenção sistemática do partido republicano, - precipitado político das duas leis de 1871 e 1888, - que se desinteressou da abolição declarando-a um problema exclusivamente monárquico.” (*Ibid.*, p. 5)

Com a bandeira da federação, levantada desde 1885, Nabuco sustentava a monarquia pelo fato de que,

(...) sem ela, sem um eixo nacional fixo e permanente sobre o qual girasse o sistema federal desimpedido, ver-se-ia no Brasil o perpétuo conflito que se deu em toda a América entre o unitarismo e o federalismo e do qual resultou a destruição deste último, exceto na União Americana, que pôde sobreviver à maior guerra civil da história causada por aquela luta de forças. Nesse período, a monarquia era para mim a conciliação da unidade com a autonomia. (*idem*)

A imagem da situação republicana no continente ajudava Nabuco a conformar seu monarquismo. Mesmo a realidade norte-americana, única a implantar efetivamente o federalismo – não o tendo feito, porém, sem guerra civil, serve como exemplo do que se poderia enfrentar no Brasil.

Finalmente, a última razão para a adesão monárquica o que lhe deu foi o 13 de Maio. A atitude da coroa nesse dia fez criar, segundo Nabuco, entre ela e o abolicionismo ao qual ele pertencia, “um laço de solidariedade” que a ele não cabia desfazer. Destruir tal laço, como fizeram os republicanos, seria manchar de ingratidão a

⁹⁵ Seu “liberalismo” é aí todo inglês, sua preferência é pelo sistema da monarquia inglesa, bastante distinto do que efetivamente se passava no Brasil. Devido a essa diferença, inclusive, é que, como vimos, Nabuco tantas vezes se põe contrário ao poder pessoal de Pedro II.

liberdade dos ex-escravos, impedindo o cultivo do “senso moral da raça negra.” (*Ibid.*, p. 6), além de implicar a destruição da força nacional que acabava de fazer a primeira das muitas reformas necessárias. Nos Estados Unidos, ao contrário, a raça negra mantinha-se fiel ao partido que a libertara, consciente de que “(...) a abolição não resolveu senão o primeiro problema de sua cor.” (*Ibid.*, p. 7) Nesse sentido, Nabuco afirma que, para ele, a noção de monarquia é a da “tradição nacional posta ao serviço da criação do povo, do vasto inorganismo que só em futuras gerações tomará forma e desenvolverá vida.” (*idem*).

A própria exceção brasileira no continente, sendo único país monárquico, sempre colocada como razão em favor da república, aos olhos de Nabuco havia constituído uma vantagem, para além do fato de ter evitado a fragmentação. Teria, igualmente, obrigado o país a manter uma “atmosfera de liberdade”, precisamente para poder continuar existindo em meio às diversas repúblicas. O “privilégio hereditário”, antes por ele mesmo combatido, é transmutado em superioridade – com o auxílio da escola inglesa, como vimos – ao permitir, pela permanência, a “imparcialidade da magistratura suprema; e a defesa popular contra a oligarquia política e o monarquismo espúrio, ou caudilhismo, da América.” (*Ibid.*, p. 9)

Como fizera n'*O País*, em fins de 1888, Nabuco confessa a atração pelo “ideal republicano” e reafirma a convicção de que esse pode ser mais bem realizado sob a monarquia que sob a forma das repúblicas americanas. Tal ideal, atesta, tem para ele o sentido de um “ponto fixo” para o qual deve sempre caminhar, embora, como “ideal absoluto”, não possa ser realizado. E continua, reafirmando sua imagem de reforma lenta, gradual e respeitosa das tradições, tendo por certo que a aventura republicana, antecipada, malograria:

A extensão entre a nossa condição social presente e os cimos nevados daquele ideal pareceu-me sempre grande demais para se aventurar sobre ela a ponte suspensa da república. Eu preferia que continuássemos a abrir com paciência o nosso velho caminho na rocha da tradição, do costume, e da unidade Brasileira. Toda reforma precipitada era tempo perdido, podia importar em um desvio considerável do verdadeiro rumo. De que servia fazer uma república em que o ideal republicano, desprezado pelos republicanos como pura ideologia, brilhasse menos do que na tradição liberal do Império? Serviria somente para desacreditar a república, e qual seria a posição dos próprios republicanos no dia em que a forma republicana representasse aos olhos do país não mais uma aspiração abstrata, uma aventura generosa, um lance de futuro arriscado, porém brilhante; mas sim um conjunto de erros, de violências e de abusos, um jogo estéril de ambições, uma lista de nomes vulgares, uma literatura de servilismo, a estagnação de um partido no poder, e o despotismo sem ao menos a glória, que compensa a liberdade na imaginação das raças

ambiciosas? Nada podia ser mais doloroso para mim do que a resistência que a minha razão opunha à corrente que arrastava a nova geração para a república, mas eu tinha a mais absoluta certeza de que era preciso um longo período de governo *para o povo* e de governo *com o povo* antes de ser possível o puro governo *do povo*. (*Ibid.*, pp. 10, 11)

Nabuco insiste que o país não está ainda preparado para a república. Essa seria um dia a forma de governo apropriada à perseguição do “ideal republicano”, quando escravos e senhores começassem a “formar uma só fileira democrática” (p. 11), mas não ainda. Não era necessário pressa, especialmente diante do que se via nos “governos Centro e Sul-americanos (...), [os quais] aproximam-se quase todos de algum destes tipos: do caudilhismo, da teocracia ou da oligarquia territorial (...).” (*Ibid.*, p. 13)

Justifica, ainda, a despreocupação em “ombrear-se com o continente”, mostrando-se mais preocupado com a situação brasileira do que com o “Pan-Americanismo”. É interessante atentarmos a isso, especialmente levando em consideração que, uma década e meia depois, Nabuco estará convertido à causa pan-americana⁹⁶. Antes, no entanto, da colocação internacional, o país deve procurar o desenvolvimento interno, a formação efetiva de uma democracia popular:

Havia uma razão sumária para eu atender antes ao Brasil do que ao Pan-Americanismo. Uma vez que não fôssemos mais monarquia, a América deixaria de interessar-se por nós. Tendo entrado na regra comum, não sairíamos dela. Perdendo território, cindindo-nos, ou caindo no mais abjecto servilismo, seríamos sempre república. Não me era indiferente, notai bem, aquele ponto de vista. Eu desejava que um dia completássemos a unidade exterior da forma Americana de governo, mas quando essa forma correspondendo ao nosso desenvolvimento o garantisse e ampliasse, para que não se desse conosco a disparidade que se nota em tão grande parte da América Latina entre a democracia efetiva e a nominal. Em política, nunca eu fui um *Nominalista*; não me movia a imaginação literária, muito menos a abstração filosófica, mas, sim, a compaixão *concreta* pela sorte do povo. (*Ibid.*, pp. 13, 14)

É pela apreciação das “condições individuais do povo” brasileiro que Nabuco compõe seu retrato da república fracassada. Lembrou a acusação feita por certos monarquistas – “hoje quase todos aderentes” – de ser republicano seu programa de “*Abolição, Federação, Arbitramento*”. Não discorda de que essas três reformas fossem passos ao ideal republicano, mas afirma que era papel da monarquia levá-las a bom termo:

⁹⁶ Como veremos adiante, o caminho de Nabuco em direção à defesa do pan-americanismo começa a ser trilhado a partir da preocupação com a integridade territorial do país, motivada pela crise política dos primeiros anos do novo regime.

Na geração presente, porém, esse conjunto de ideias só podia consolidar a monarquia. A abolição devia fortalecê-la com o tempo no coração do povo, mas enquanto o povo não pudesse protegê-la com a sua gratidão contra o ódio levantado, a federação a fortaleceria no ânimo das províncias livres e o arbitramento na consciência da América. As três ideias formavam uma só política⁹⁷. A monarquia foi induzida, por medo do republicanismo escravista, a seguir outra. Disto não me cabe a mínima responsabilidade. A federação entretanto não lhe fez outro mal senão o de ter servido à república ao ser proclamada de credencial para obter o reconhecimento das províncias elevadas a Estados. Não é senão, por enquanto, um título, mas esse título teria servido mais à monarquia do que os que a fizeram distribuir. Quanto á abolição, não tenho que me justificar de a ter aconselhado. No dia 13 de Maio houve republicanos, abolicionistas sinceros, que não sabiam se era maior neles a alegria por ver a escravidão acabada ou a dor de ter cabido à monarquia a glória que eles sonhavam para legitimação absoluta da república no campo mesmo da revolução. Eu não me preocupava da instituição, e sim do povo. (*Ibid.*, pp. 16, 17)

O “mau uso” da federação pelo republicanismo não era sua responsabilidade. Estava convicto de que a monarquia garantiria melhor que não fosse mero “título”, letra morta. No que se refere à abolição, embora reconheça que tenha precipitado o fim da monarquia, não se ressentia de a ter aconselhado. Pensava no povo e, amargurado, acusa os republicanos de não o fazerem. E justamente por ligar-se tão fortemente a suas convicções, desinteressadamente, é que não concebia mudar. Completa: “Se eu vos dissesse que os acontecimentos de que temos sido espectadores desde 15 de Novembro me converteram à república, dar-vos-ia o direito de duvidar da minha sinceridade no passado e, portanto, no presente.” (*Ibid.*, p. 18)

Ao mesmo tempo, afirma ter sempre sustentado a necessidade de um partido republicano, desde que “(...) partido de semeadores do futuro, não de segadores do presente, e auxiliar desinteressado da monarquia, enquanto ela fosse o melhor governo possível, ou mesmo provável, nas condições sociais do país.” (*idem*) E, espécie de mea culpa, reconhece: “Nesse partido não sei se eu não mereceria também ser classificado, ainda que o fosse como um operário inconsciente dos fins ulteriores de sua tarefa.” (*Ibid.*, pp. 18, 19) Roga, ainda, que não seja em vão o “sacrifício do trono” e que se o

⁹⁷ Aqui, pode-se perceber que, aos olhos de Nabuco, a questão internacional – o “Arbitramento” – compunha com a abolição e a federação três “etapas” de uma só política, de um só “projeto”. A convicção de Nabuco em torno dessa política, bem como a crise dos primeiros anos da república, ajuda-nos a compreender seu crescente interesse pela questão da colocação internacional do país e sua consequente adesão à diplomacia republicana, tendo o regime se consolidado. Sua atuação diplomática visaria o estabelecimento e consolidação da soberania nacional.

aceite como “expição nacional da escravidão”. Finalmente, pede “que a república, desde que ela tem a forma definitiva de governo, ficasse-o sendo desde já.” (p. 19)

Não é ingênuo, contudo. Diz temer a perda de autonomia e a supressão da liberdade, uma vez que o povo, no país, não tem condições de resistir a qualquer tipo de governo. Acredita ser impossível prever o futuro da república, resultado da “luta dos elementos heterogêneos que entraram na revolução: o ideal Americano, o espírito militar, e o ressentimento escravista”, assim como não se pode antecipar “o caráter do povo que há de sair da fusão de tantas raças.” (*idem*) No entanto, não partilha do otimismo de boa parte da nação. Não pode haver concessões em se tratando da liberdade:

Seria porém um paradoxo declarar-me eu convencido da possibilidade de uma república liberal somente pela supressão de todas as liberdades. Eu sei que elas foram suspensas com promessa de serem restituídas um ano depois mais amplas e florescentes. Mas suprimir a liberdade provisoriamente para torná-la definitiva é como a medicina que matasse o doente para ressuscitá-lo são. A liberdade uma vez confiscada não pode mais ser restituída íntegra, ainda mesmo que a aumentem; ficará sempre o medo de que ela seja suprimida outra vez e com maior facilidade. A noção da legalidade contínua recebeu um golpe de que esta geração não perderá a consciência, e nesse estado de pânico expectante quanto maiores e mais brilhantes reformas o governo fizer mais aumentará a incerteza. (*Ibid.*, p. 23)

Não deixa de mostrar certa esperança restauracionista, dizendo-se incapaz, ainda, de crer na consolidação da república. Para nela acreditar, pede “(...) que ela faça primeiro um milagre: o de governar com a mesma liberdade que a monarquia.” (*Ibid.*, p. 24) Duvida, contudo, de seus organizadores, uma vez que considera duvidosa “(...) entre as provas de caráter a de pretenderem organizar a república os mesmos homens que se ela tivesse sucumbido a 15 de Novembro estariam do lado dos vencedores.” (*Ibid.*, p. 25)

O início do regime é, de fato, bastante conturbado. Como vimos, foi nula a participação popular em sua implantação⁹⁸. Segundo Alonso (2007), os membros do

⁹⁸ Havia “povo” de quem cobrar a ação? Nabuco diria que não, ele que tantas vezes conclamou sua formação, cujo primeiro passo era justamente o fim da escravidão. Louis Couty, sábio francês residente à época no Brasil, teria dito a mesma coisa, segundo José Murilo de Carvalho: “O Brasil não tem povo.” (1987, p. 10) No que se refere à cidadania – tomando-se por índice a participação eleitoral –, a república manteve os direitos políticos ao nível da reforma eleitoral de 1881, tendo votado 2% da população na eleição presidencial de 1894. “As inovações republicanas referentes à franquia eleitoral resumiram-se em eliminar a exigência de renda, mantendo a de alfabetização. (...) A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial [de 1824]. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia

governo brigavam entre si em quase tudo. “Bocaiúva foi acusado de ceder território aos argentinos [Tratado das Missões]. Benjamin Constant, de desrespeitar a fila de promoções e privilegiar o Exército em detrimento da Marinha. Rui Barbosa e Deodoro ficaram suspeitos de corrupção, e quase todo mundo, de nepotismo.” (p. 248) Dentre as ações do governo provisório, têm grande repercussão as de Rui Barbosa e as de Campos Sales.

O primeiro, no Ministério da Fazenda, prosseguindo a ação de Ouro Preto, concede emissão a diversos bancos e, com o fracasso do plano, executa a política do Encilhamento (17.1.1890): o decreto é assinado por Deodoro da Fonseca, à revelia dos outros membros do Ministério, o que provoca a primeira grande crise governamental; (CARONE, 1971, p. 10)

O Encilhamento refere-se ao aumento vertiginoso dos negócios e transações financeiras que sucedeu os decretos de Rui Barbosa com vistas ao incremento da oferta de moeda e da criação de empresas. Expandido o crédito, “formaram-se várias empresas, algumas reais e outras fantásticas. A especulação cresceu nas bolsas de valores e o custo de vida subiu fortemente.” (FAUSTO, 2000, p. 252) A crise veio no início de 1891, derrubando o preço das ações e causando uma enxurrada de falências.

Campos Sales, titular da Justiça, seculariza casamentos – sofrendo, por isso, forte oposição do clero católico –, nascimentos, cemitérios e hospitais e propõe a separação entre Igreja e Estado. Além disso, lança decreto de criação da Justiça Federal, contra o qual se levanta a antiga magistratura imperial. Apesar das resistências, Campos Sales consegue o apoio governamental e logra fazer do decreto lei em 11 de outubro de 1890.

O governo dividia-se em torno da ideia de uma Constituinte⁹⁹. Quando finalmente marcaram-se as eleições – 15 de setembro de 1890, confusões a precederam em quase todos os estados.

Pragmáticos, os políticos imperiais se candidataram” – os “aderentes” aos quais se referiu Nabuco, “caso de Saraiva, Sinimbu e Paulino. Nabuco

fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se este direito. Era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização.” (*Ibid.*, pp. 43-45)

⁹⁹ As aspirações por conceder-se legalidade ao novo regime dão-se de imediato. “Rui Barbosa fala na base fundamental da República e na necessidade de eleição ao cargo presidencial, sufrágio e escolha de juizes; monarquistas proclamam a sua adesão ao regime, com a condição de voltar ao sistema da lei. Entretanto, os positivistas levam ao chefe do governo, dias depois, programa em que pedem, entre outras coisas, a continuação da ditadura, abolição do regime parlamentar e a substituição das juntas governativas estaduais por governadores nomeados. Predominam, no entanto, as correntes civis, como grupo de pressão: Partido Republicano Paulista, grupos mineiros etc., que exigem a instalação da futura constituinte, tendência reforçada pelo ponto de vista de Rui Barbosa, que deseja estabilidade política, para obter estabilidade financeira e créditos estrangeiros.” (CARONE, 1971, p. 13)

(...) foi das exceções altivas – como João Alfredo. Pensou numa campanha monárquica similar à abolicionista. Agora tinha capital para um jornal, mas não tinha aliados. (...) A Constituinte empossou os reformistas paulistas e gaúchos, de Santa Catarina, Bahia e Ceará. (...) Os reformistas guerrearam Deodoro, mas logo se guerrearam a si mesmos. Os federalistas paulistas e Rui conseguiram emplacar a federação liberal contra positivistas cariocas e gaúchos, que queriam uma 'ditadura positiva' (...). Ganharam só na liturgia: o slogan da bandeira, a extinção de títulos e condecorações imperiais e do juramento religioso na posse de cargos públicos. (ALONSO, 2007, pp. 248, 249)

Nabuco não viu o resultado. Em junho de 1890, veio terrível notícia: a Argentina estava quebrada. “Do dia para a noite, Nabuco via tragada na voragem duma crise, que não soubera prever, toda a fortuna de Evelina.” (VIANA FILHO, 1985, p. 182) Esmagado pela culpa, ele via ruir a perspectiva do futuro tranquilo devotado à família, às reflexões e a poucos deveres políticos¹⁰⁰. “Suportar o infortúnio político ante as perspectivas da riqueza tinha sido relativamente fácil. Agora, porém, com a necessidade a bater à porta, era intolerável.” (*Ibid.*, p. 183) Amargo, em 24 de julho escreve a Afonso Pena, ex-colega da Faculdade de Direito em São Paulo e da Câmara imperial, em resposta a carta em que o futuro presidente da República o exorta a não mais pensar em monarquia:

Não devemos mais pensar em monarquia, diz você. Não é preciso, ou melhor, é indiferente que pensemos ou não nela. A acumulação dos erros republicanos, a catástrofe financeira, o apagamento do senso moral, o abalo da unidade nacional, os conflitos da federação, a indisciplina do exército, a irresponsabilidade das ambições e a queda da civilização (em todos os seus elementos) com o aparecimento de forças novas estranhas e a que a miséria pública dará maior impulso, como o clericalismo, o fanatismo, o bairrismo, o militarismo, tudo isso junto produzirá, no fim de alguns anos, uma situação como a de 1840, e tudo o que hoje os mentecaptos políticos admiram fará horror ao país. A monarquia se reabilitará então moralmente pelo contraste, e a inteligência do país se abrirá para este simples aforismo — que povos no período em que estamos não podem dar um passo na ordem e na liberdade sem neutralizar de qualquer forma a posição suprema, por outra, que as rodas não caminharão sem um eixo forte. (NABUCO, 1949b, vol. 1, pp. 185, 186)

No mesmo diapasão, desiludido da sociedade e do governo da república, escreve a Juca Paranhos, o barão do Rio Branco, em 31 de julho:

¹⁰⁰ “Não havendo redigido os *Diários* para o ano de 1890, o leitor não se pode dar conta da tragédia doméstica que viveu o casal, ao ver dissiparem-se, da noite para o dia, as perspectivas de solidez financeira, no momento mesmo em que se fechavam as portas do emprego público, devido à recusa categórica de Nabuco em servir o novo regime republicano. Seu pessimismo pessoal e político irão alimentar-se reciprocamente nos anos seguintes; e pode-se dizer que a experiência dos 90 deixou cicatrizes morais pelo resto de sua vida, como atesta o tom frequentemente melancólico e até depressivo do restante do *Diários*.” (CABRAL DE MELLO, 2006, p. 270)

Temos hoje tal qual um El Supremo. Ser amigo dele ou parente é a única recomendação segura, como ser seu desafeto é o único anátema que não se pode levantar. (...) Nunca o Imperador recebeu a adulação que fazem ao seu « sucessor ». É uma vergonha sem nome... Quanto a eleições ninguém pensa nisso. Todos sabem que vai ser uma farsa e a representação será a de toda peça que não foi ensaiada. Não restará dúvida. O serviço da Intendência e o das juntas será ingenuamente feito, não se esconderá a escamoteação e por isso ninguém irá às urnas senão para levar a chapa do governo. (...) A reunião das Câmaras deixará ver em que abismos caímos e os que nos empurram – conosco. Entramos na série dos governos pessoais militares e daí virá a degradação do exército, a bancarrota pela ladroeira e pela especulação, como nas demais repúblicas do mesmo tipo, o governo nos «Estados» de verdadeiros caudilhos, cercados de uma *quadrilha* de analfabetos, e por fim o desmembramento, se o sentimento nacional não reagir à última hora. (...) Esse espetáculo me nauseia e não tenho vontade de assistir a ele até o fim. Nada posso fazer aqui. Tudo o que eu diga parecerá eivado de prevenção monárquica (...) e nada mais. (*Ibid.*, pp. 187, 188)

Decepcionado, “exilado da política, desastroso nas finanças, órfão da vida cortesã” (ALONSO, 2007, p. 251), a fim de fugir àquela realidade que lhe agastava, concebeu o plano de ir advogar em Londres. “Ainda uma vez, num duro exílio, iria encontrar na Inglaterra os meios para sobreviver sem transigir.” (VIANA FILHO, 1985, p. 183) Partiu em setembro de 1890, deixando carta a ser publicada no *Diário do Comércio*, sob o título *Porque continuo a ser monarquista*¹⁰¹.

Em Paris, encontrou os exilados da corte, liberais e conservadores irmanados no infortúnio, entre eles o próprio d. Pedro. Seguiu para Londres, onde Correia, substituto de Penedo, conduziu-lhe por clubes e residências de diplomatas. Sentia falta de Grosvenor Gardens, porém. Instalou-se a família em casa simples mas confortável, situada à Park Street, em Westminster. Mesmo após a chegada do segundo filho, Maurício – nomeado em honra do Recife e de Nassau –, podia manter bom padrão de vida. Os ganhos eventuais, contudo, não tardariam a mostrarem-se insuficientes, especialmente com o terceiro filho a caminho. Em Londres, vive importante redescoberta. Nabuco vai a pouco e pouco se reencontrando com a fé católica. Levado por Evelina, assiste, aos domingos, à missa na capela de Farm Street. “Deus, a providência, os santos e sacramentos invadiram seu diário e suas cartas, em tom de

¹⁰¹ Na carta, trata de seu “modo de pensar sobre o novo regime” (NABUCO, 1890a, p. 3), ressaltando a distância existente entre a república ideal e a real. Segundo Nabuco, a instituição do novo regime fez com que desaparecesse “(...) o ascendente que a república exercia no tempo em que ela tinha por si o prestígio da abnegação e a virgindade do desconhecido” (p. 6) O fracasso da república real explicaria-se pela ausência de princípios em sua fundação, marcada pelo revanchismo escravocrata e pelo militarismo. Termina afirmando: “Não idealizo a monarquia que tínhamos; digo somente que ela era, ao contrário das repúblicas que podemos ter, um governo que se podia pensar em melhorar progressivamente, e aceitar como digno de homens livres.” (pp. 21, 22)

dúvida.” (ALONSO, 2007, p. 253) Com o tempo, contagiara-se. Não esquecia o país natal e as causas do mundo, porém. À guisa de agradecimento pela votação recebida na Constituinte, para a qual sequer se candidatara, Nabuco remete aos “comprovincianos” o *Agradecimento aos Pernambucanos*¹⁰², datado de 1º de janeiro de 1891.

De janeiro de 1891 é também uma carta a Rio Branco, na qual Nabuco mostra-se angustiado pela inatividade, imposta justamente pela recusa em transigir. O antigo lutador não sabe a que dedicar seu espírito tão acostumado às pelejas:

Eu sinto-me no ar, sem saber o que fazer, sem interesse por nada, como quem perdesse todo o capital que acumulou. Que vamos fazer nós todos que não nos reconciliamos? A mim não podia acontecer nada pior do que essa paralisia do entusiasmo com que eu estava trabalhando pelo nosso pobre país. Que é que se pode hoje fazer a bem dele? Que é que pode produzir efeito e não parecer o escárnio impotente dos subjugados, que talvez até seja um dos gozos das ditaduras sujas que vamos tendo? (NABUCO, 1949b, p. 193)

Em pouco tempo, porém, sobreviria certo alento. No dia 8 do mesmo mês, Nabuco escreve a Rodolfo Dantas aceitando o convite a colaborar no que seria o *Jornal do Brasil*¹⁰³. O jornal dará a Nabuco a possibilidade de reintroduzir-se na seara política brasileira, escrevendo primeiro de Londres. A “redação” do jornal seria composta por Sancho de Barros Pimentel, Gusmão Lobo e Ulisses Viana, além de Dantas e Nabuco:

Não me forcerei porém para escrever sobre motivos que eu não possa assinar. Escreverei uma correspondência pessoal (em política bem

¹⁰² É seu intuito expor os motivos pelos quais não pode aceitar o cargo indicado pela província natal, por que não poderia “partilhar a ilusão” dos que creem na república, mera “alucinação verbal (...) desacreditada perante o mundo inteiro quando acompanhada do qualificativo – Sul-Americana.” (NABUCO, 1891, p. 3) No panfleto, reitera as críticas ao militarismo do novo regime, bem como a seu americanismo. Além disso, como fizera na *Resposta às Mensagens* e em *Porque continuo a ser monarquista*, trata do “traço escravista” na feição social do regime. Não acredita que militarismo e ressentimento escravista, vícios de origem, possam ser eliminados do solo sul-americano: “Eu espero ver primeiro alguma república da América do Sul livre da sua gangrena para então começar a ter esperança na virtude curativa do ideal republicano. O que me parece é que esse ideal é o primeiro a sofrer a ação deletéria do ambiente, em vez de purificá-lo. (...) Quando vier, a reforma só encontrará um esqueleto para melhorar.” (p. 7) Diante do quadro, pede aos comprovincianos que não abandonem a “tradição orgânica” do país e não deixem de alimentar a esperança da restauração, como fizeram muitos dos antigos monarquistas. Pede, ainda, que desconsiderem a “irmandade republicana” da América como empecilho à restauração, uma vez que “os Estados Unidos com o seu senso prático proclamariam amanhã a monarquia se tivessem o mais leve receio de que a corrupção republicana os reduziria ao tipo de qualquer outra república do continente.” (p. 9) Defende o Segundo Reinado e a personalidade moral do Imperador, para ressaltar a vileza do novo regime, empenhado na destruição de sua memória. Termina dizendo: “Eu receio muito, meus caros comprovincianos, que um dia, no futuro distante, quando se descobrir no estrangeiro o túmulo emprestado ao último representante da nossa monarquia, se reconheça que ele foi sepultado, à moda dos heróis antigos, com o que mais caro lhe fora em vida: a liberdade e a unidade do seu país. Uma vez mais vos renovo meus profundos e humildes agradecimentos. Joaquim Nabuco.” (p. 12)

¹⁰³ Em artigo intitulado “Um Perfil de Jornal”, Nabuco trata da figura de Dantas e de seu jornal. Ver NABUCO, 1901, pp. 79-88

entendido) que tanto poderá ser datada de Londres num dia como de Roma ou de Jerusalém no outro. (...) *Je ferai de mon mieux* para que você não ache o meu o lado fraco do seu jornal; (...). Como eu entendo porém a correspondência de Londres não é o que eu fazia para o *Jornal do Commercio*. A política inglesa perdeu o interesse que tinha para o parlamentarismo monárquico que a imitava e seguia, e quanto às singularidades inglesas sempre tão curiosas para o estrangeiro inteligente quase não se pode escrever nada daqui verdadeiramente ao alcance da nossa massa de leitores. (*Ibid.*, p. 195)

Nabuco revela o desejo de manter tom moderado em sua escrita. Diz-se ciente da mudança a ser impressa na correspondência de Londres, em relação ao que fazia sob o Império. Mudado o regime, teria diminuído o interesse pela sociedade monárquica inglesa. Além disso, fazia-se necessário atentar à capacidade de compreensão da “massa de leitores”. Por outro lado, o país, sob a República, necessitava saber o que dele pensa o mercado londrino, ainda desconfiado das mudanças. Segundo Nabuco, um jornal que desse ao comércio e aos investidores do Brasil um relato fundamentado dos humores da *City* teria posição superior a qualquer outro. Mas, ainda angustiado pelo desterro e pela impossibilidade de agir, ele encerra a carta dizendo: “...a não curvar a cabeça a esses déspotas presentes e futuros o que resta ao brasileiro? Morrer de nostalgia? Aqui nos falta a pátria, lá nos falta a liberdade, *comment faire?*” (*Ibid.*, p. 197)

No Brasil, a República ganha sua primeira Constituição em 24 de fevereiro de 1891. Na Assembleia Constituinte, instalada em 15 de novembro de 1890, catalizaram-se “(...) as contradições entre as diversas alas das forças armadas (exército versus marinha e jacobinismo militarista versus forças civis) – e civis – predomínio dos paulistas, oposições estaduais e outras.” (CARONE, 1971, p. 30) A maioria civil logra, por exemplo, a redução do período presidencial de 6 para 4 anos, como forma de diminuir a permanência do grupo que ocupa o poder. Deodoro da Fonseca é escolhido como primeiro presidente constitucional da República, no dia 25 de fevereiro, não sem significativa oposição. Floriano Peixoto é escolhido vice-presidente¹⁰⁴.

A partir de 23 de abril, Nabuco transforma-se em

um correspondente político entusiasmado. Comentou mudanças na geopolítica inglesa, com a perspectiva da formação da 'Australásia', e se

¹⁰⁴ “Os choques violentos de facção conduzem, aparentemente, a vitória dos grupos militares. Antes, o incidente do Porto das Torres levava Rui Barbosa a se demitir, no que fora acompanhado pelos seus colegas (21.1.1891); a Constituição restringe parte dos poderes do governo, mas a candidatura de Deodoro à presidência é a vencedora. Deodoro e o Barão de Lucena recuam na intenção de dar um golpe e dissolver a Assembleia, desde que esta o elegera presidente. Mas as vitórias do momento não representam a consolidação do grupo no poder: a crise vai continuar, aprofundando-se ainda mais.” (CARONE, 1971, pp. 34, 35)

dedicou à sua nova obsessão: a desmoralização política e financeira da América Latina, sobretudo da Argentina. O jornalismo ressuscitou a política¹⁰⁵. (ALONSO, 2007, p. 258)

Da Argentina, veio a notícia de que o governo honraria seus títulos e Nabuco, ansioso em reaver a fortuna perdida, da qual, contudo, só recuperará a décima parte, decide retornar ao Brasil. Parte em 2 de julho, com a família. No fim do mês, Deodoro cai enfermo, a que se instala uma crise no governo motivada pela tentativa de bloqueio da suposta posse de Floriano. Deodoro recupera-se e reassume, sem, no entanto, conseguir desarticular os grupos radicalizados. O *Jornal do Brasil*, que se tornara “a trincheira dos sebastianistas, que sonhavam com a restauração” (VIANA FILHO, 1985, p. 185) já é hostilizado quando da chegada de Nabuco ao Rio de Janeiro. Esse, enquanto esteve na cidade, “tomou um lugar na primeira fila dos combatentes.” (*idem*) O ambiente parecia propício a todas as conjecturas. Em setembro, em carta a Rio Branco, reitera a crença na restauração:

De política, meu caro, não há que dizer. Uns são pessimistas, outros otimistas (falo dos *nossos*), mas é preciso dar tempo ao tempo, não querer que tudo se revele num dia e saber esperar. Eu acredito firmemente que *tudo* está crescendo no sentido das nossas esperanças e que o próprio ceticismo dos que aceitam tudo e só acreditam na possibilidade do que está, trabalha sem o saber em nosso favor. Atualmente a República está sem oposição — mas a verdade também é que ainda o povo não aceitou e que, apesar do sentimento nacional achar-se tão debilitado que nem pode expressar-se, não se deve considerar fundado, somente porque ninguém o combate, um regime a que o país se mantém estranho e considera estrangeiro. (NABUCO, 1949b, vol. 1, p. 205)

Nabuco, contudo, não desejava a mera restauração. Pretendia, antes, regenerar os costumes. Decepcionava-lhe o espetáculo dos que, à primeira hora, precipitaram-se a aderir ao novo regime. Repugnava-lhe a corrupção dos velhos e dos novos e, para a campanha,

(...) descobrira em Rodolfo um aliado magnífico. Este sentia-se satisfeito com o êxito do jornal, que se transformara na trincheira da nova cruzada,

¹⁰⁵ Em 11 de maio, relata a Penedo sua impressão da política nacional, mostrando-se relativamente esperançoso de que se restabeleça a monarquia, apesar da apatia da população. “De política brasileira nada senão que tudo aquilo é uma anarquia degradante à qual os homens políticos do antigo regime que se têm associado não levam nenhum prestígio, perdendo apenas o que tinham. Do Rio me escrevem caracteristicamente que com a partida do Imperador desapareceu o freio moral que continha os nossos homens e que por isso eles atiraram-se vergonhosamente na especulação a mais desmoralizadora entrando para companhias fraudulentamente formadas e sustentadas na praça, tudo que em outros países leva os *promoters*, diretores etc. à cadeia. (...) O povo continua monárquico — cada vez mais convencido de que tudo mais é uma orgia governamental — mas não se mexe por sua natureza paraguaia de sofredor inesgotável. Quem sabe, porém, de um momento para outro! O bom é que a república é uma ideia hoje gasta e desacreditada. Não será o Floriano que a reabilitará.” (NABUCO, 1949b, vol. 1, p. 204)

e aquele pôs-se em campo, mais disposto a converter os 'infiéis', do que combatê-los. (...) E, numa hora em que os remanescentes do Império desejavam derrubar a República de qualquer modo, era extraordinário vê-lo emitir conceitos como este: 'Seria um desgraça para nosso País a restauração da monarquia por virtude de uma conspiração ou de uma guerra civil, nem ela viria melhor por um 15 de Novembro às avessas'. Que pretendia, então? Apenas 'um movimento nacional unânime', 'quando o liberalismo republicano confessasse a esterilidade de sua obra'. (VIANA FILHO, 1985, p. 194)

Nada mais distante do que estava por vir. Os desentendimentos e hostilidades que sempre marcaram a relação entre os vários setores do governo¹⁰⁶ e entre esses e o legislativo culminam no fechamento do Congresso, em 3 de novembro, e em estado de sítio. Trama-se contragolpe.

Marinha e Exército lideram o movimento armado; Aníbal Falcão, deputado por Pernambuco, Gonçalves Ramos, deputado por Minas, Quintino Bocaiúva etc., ficam no Rio de Janeiro e unem-se à conspiração. Ao grupo dos militares, que é a principal força rebelde, conjuga-se o civil, de menor extensão, pois as maiores articulações dos paisanos se fazem nos Estados. (CARONE, 1971, pp. 49, 50)

Vendo-se sozinho, com a saúde extremamente debilitada, Deodoro, diante da proximidade de guerra civil, renuncia a favor de Floriano Peixoto, em 23 de novembro de 1891.

Floriano reabriu o Congresso, suspendeu o estado de sítio, liberou a imprensa e administrou o rescaldo do Encilhamento. Seguiu a aposta na industrialização, mas com olho na vida da baixa classe média, que era, estimou Steven Topik, mais ou menos um quarto da população da capital federal. Como Nabuco bem diagnosticou, tentava inverter a hierarquia social do Império. Agora sim, o 'populacho' de fato tomava o poder¹⁰⁷. (ALONSO, 2007, p. 258)

O novo governo e os seus adeptos, os “florianistas”, também conhecidos como “jacobinos”, em referência à ala mais radical da Revolução Francesa, promoveram verdadeira escalada na violência. Em 5 de dezembro morre o Imperador, em Paris. Os

¹⁰⁶ “O caso de Floriano Peixoto é o mais sintomático: já antes da proclamação da República, sua atitude fora de expectativa, nunca de posições definidas ou de comprometimentos definitivos. Deodoro percebia perfeitamente o comportamento dúbio do companheiro (...). Na verdade, apesar de Deodoro considerá-lo 'manhoso', sua ação subterrânea, suas críticas veladas, suas tentativas de minar os quartéis etc., aglutinam considerável número de oficiais, que formam uma facção contra o governo;” (CARONE, 1971, pp. 41, 42)

¹⁰⁷ “O que vai ser surpreendente neste momento é o nascimento de um processo, que se inicia com a queda de Deodoro e, que a partir de então, se amplia: a participação do povo, tanto a favor do governo como do deodorismo, agora sinônimo de oposição; naturalmente, no decorrer do tempo, a primeira tendência ascende e a segunda declina. Inicia-se esse processo no próprio dia 23 de novembro: a notícia da deposição de Deodoro se espalha, de manhã, no Rio de Janeiro e, ao meio dia, realizam-se comícios na rua do Ouvidor; elementos mais exaltados dirigem-se depois às oficinas dos jornais *Novidades* e *Diário do Comércio*, órgãos que mais apoiaram a ditadura, depredando-as.” (CARONE, 1971, p. 53)

monarquistas, em meio às manifestações de luto que correram o país – bandeiras a meio pau, missas, fechamento do comércio –, renderam homenagens ao monarca. Na ocasião, Nabuco escreveu *O Enterro do Imperador* (NABUCO, 1901, pp. 89-101), ácido com a República, que lhe negara o túmulo. Espalharam-se boatos de que “elementos exaltados” pretendiam assassinar Nabuco e João Alfredo. “O certo é que daí a pouco o *Jornal do Brasil* foi apedrejado por soldados à paisana, e, aos que lhe foram pedir garantias, respondeu o ministro da Justiça não poder responsabilizar-se pela vida dos jornalistas ameaçados. Era a alvorada do terror.” (VIANA FILHO, 1985, p. 195) A perseguição estendia-se até a republicanos moderados. Diante da nova realidade, diminuídas ainda mais as liberdades, Rodolfo Dantas vê-se obrigado a vender o jornal e deixar o país. Nabuco faz o mesmo. Embarca, com a família, nos fins de dezembro. Em 17 de janeiro de 1892, já em Lisboa, escreve a Paranhos:

Infelizmente o país não é habitável nesta quadra de terror, de clubes tiradentes e de juramentos secretos. Não há garantia alguma para os homens que eles julgam capazes de fazer mal à República. Os jacobinos estão dentro da polícia e em aliança íntima com a tropa. (...) A época é de perfeita anarquia, e os mais ousados são os que mais conseguem. O governo não faz senão satisfazê-los, ou pelo menos não descontentá-los. (NABUCO, 1949b, vol. 1, p. 210)

Os Nabuco só em abril chegam a Londres. Antes, em companhia de Rodolfo Dantas e da esposa, fizeram breve passeio pela Península Ibérica e, em seguida, por Paris, onde se encontraram com Paranhos e Eduardo Prado. Em março, Nabuco perdera o irmão, Sizenando, falecido no Rio. A dor da perda e a preocupação com a mãe, D. Ana, que parecia não suportar o baque, vinham somar-se às angústias do desterro. Acalentava desde os 1880 escrever a vida do pai e, a fim de fugir à triste realidade, pensa em recolher-se no Minho, onde teria a tranquilidade para o trabalho. Escreve em junho a Penedo:

Confesso que me seduziria mais que tudo a idéia de ficar em um lugar barato editando de Paris uma Revista, onde os nossos homens, como não os há mais, pudessem contar a história do seu tempo. Em tal publicação o seu lugar seria constante, quero crê-lo. Mas dessa esperança creio também que não verei o começo de realização, ainda que me sinta com forças para dar-lhe grande vitalidade. (*Ibid.*, p. 211)

Para auxiliar na fuga, serve-lhe a religião. “(...) [No] estado em que se encontrava a alma, lacerada por grandes tormentos, ter-se-ia talhado um desesperado, se a religião não fizesse emergir um místico.” (VIANA FILHO, 1985, p. 197) Segundo Alonso (2007), nesses tempos jacobinos, Nabuco completou a metamorfose de dândi em homem tradicional, refugiado na família e na religião (p. 260). O reencontro com Deus

dá-se em Londres, nesse seu isolamento, onde pode meditar sobre o “enigma do destino humano”¹⁰⁸ e onde, aos domingos, ia à missa acompanhar Evelina. A conversão, contudo, não lhe é fácil. Vive a angústia do conflito entre imaginação e espírito. Até que, após longa conversa com um padre também converso, em 28 de maio de 1892, escreve no diário:

Nove décimos de mim mesmo querem crer, somente um décimo, todo intelectual e sem raízes no coração opõe dúvidas. A vontade submissa, somente rebelde uma parte da inteligência, aliás também desejosa. Levantei-me alegre, contente de mim mesmo, e a vida parecendo-me digna de se viver, e o verde da folhagem do parque radiante de simpatia comigo. A impressão divina pode apagar-se (mas está em mim renová-la sempre), mas, enquanto dura, a alma sente-se alada. (NABUCO, 2006, p. 302)

Reconciliado com o eterno, tudo que é terreno perde valor. “À medida que a fé aplacava a tormenta, também a paixão política amortecia.” (VIANA FILHO, 1985, pp. 198, 199) Amortecia, mas sem cessar. Acalmado, porém, decide voltar ao Brasil. Não conseguia ganhar a vida em Londres e Evelina, saudosa do filho – Maurício – que deixara no Rio, não queria mais ficar. Em julho, escreve a Rebouças, o qual se encontra em África:

Ao menos estaremos vendo as mesmas estrelas. Quer isto dizer que breve, a 25 de agosto, voltamos para o Brasil e desta vez para não sair mais voluntariamente. Vou assim assistir da própria cena ao descalabro progressivo de nosso país. Não terei os meios materiais de ausentar-me e talvez não tenha mais o desejo. Apesar das viagens produzirem sempre em mim a mesma renovação física e moral, a mola da locomoção está quase quebrada no centro. No Brasil conservar-me-ei afastado de tudo como no estrangeiro. Minha ambição neste mundo resume-se hoje na esperança de poder criar os meus filhos para viverem do seu trabalho. Preciso eu mesmo até o fim trabalhar para viver, e é este o homem que eles vão conhecer, se Deus me der vida para gozar da intimidade de meus filhos em idade de já poderem diferenciar as diversas estradas da vida. No século XX eu prevejo que o naufrágio moral será muito mais difícil de evitar para todo o que tiver o sangue brasileiro do que mesmo no nosso. Até um dia, pois, meu caro Rebouças. Onde? Quando? Deixemos a Deus essas grandes incógnitas. (NABUCO, 1949b, vol. 1, pp. 214, 215)

Apesar de os tempos de Floriano seguirem temíveis, Nabuco e a família tomaram o vapor para o Brasil em 25 de agosto de 1892.

¹⁰⁸ Londres mais uma vez era o lugar onde se fixava um novo traço na personalidade de Nabuco. Como vimos no capítulo anterior, a cidade teve um papel importantíssimo na formação de sua maturidade. Para isso, ver também Ricardo Benzaquen de Araújo (2004; 2009)

4.4. Sociedade de *Parvenus*

Do que vimos até aqui, o “exílio” de Nabuco é bastante relativo. Não participa, por certo, no novo regime, mas foi um dos importantes articuladores da propaganda monarquista contrária. Como afirma Salles (2000), derrubado o Império, ele logra produzir “(...) uma narrativa consagradora da época monárquica e imperial como modelo e base da Nação da década de 90, e, assim, manter viva a narrativa imperial do ponto de vista de seu papel formador de tradições para o futuro da nacionalidade.” (p. 35) A recusa em constituir o novo governo garantiu a Nabuco, em certo sentido, a independência para dar livre vazão às suas convicções, como já fizera, por exemplo, entre 1882 e 1884 quando, de Londres, batia-se pela abolição contra o parlamento escravista. Diferentemente, no entanto, daquela ocasião, a lida monarquista pós-1889 ganha contornos de contragolpe. A reação do regime recém-estabelecido, como vimos, é truculenta. Nesse sentido, a produção intelectual de Nabuco estabelece-se sob uma clivagem eminentemente política, como mostra Angela Alonso (2009), a qual dá origem

(...) [a] duas identidades relacionais: 'monarquistas de pena', isto é, ex-aristocratas de corte, convertidos em defensores do regime deposto, e jacobinos, membros de grupos sociais ascendentes com a República, que trabalham na demolição dos símbolos da velha ordem e na legitimação da nova. (p. 131)

Segundo Alonso, oriundos de um mesmo grupo sob o Império, o dos “reformistas” - “letrados marginalizados pelas instituições políticas do Segundo Reinado, que buscaram no repertório político-intelectual europeu armas para criticar o estado de coisas que bloqueava seus projetos e demandas”¹⁰⁹ -, monarquistas e republicanos foram precipitados em grupos opostos após o 13 de maio, quando a sua heterogeneidade social teria ganhado maior relevância. Os oriundos da “nova sociedade” lutaram pela mudança de regime, enquanto parte dos aristocratas teria resistido. Desse modo, com o advento da República, dissolveram-se as afinidades e “o movimento reformista bifurcou-se em diversas facções republicanas e minguados monarquistas militantes”¹¹⁰.” (*Ibid.*, p. 133) Daí a referida clivagem entre os

¹⁰⁹ Para mais detalhes, ver Alonso (2002). No caso de Joaquim Nabuco, a nosso ver, cabe relativizar sua marginalização política. Se, como abolicionista, ele se apartou de certo jogo partidário estabelecido, o próprio abolicionismo lhe garantiu colocação política e simbólica.

¹¹⁰ Nabuco tratou dos antigos companheiros de abolicionismo que, após 1888, lutaram pela mudança de regime em carta a Rebouças de 1º de janeiro de 1893: “Com que gente andamos metidos! Hoje estou convencido de que não havia uma parcela de amor do escravo, de desinteresse e de abnegação em três

“monarquistas-aristocratas” e “republicanos-ascendentes”. Os primeiros, dentre os quais Nabuco – como temos visto, puseram-se a resgatar as tradições do Império¹¹¹; os segundos lançaram-se à edificação de uma nova tradição, republicana¹¹². (*Ibid.*, p. 134) De modo geral, é a posição em relação à “nova sociedade” republicana que define as identidades. A sociedade que emergia na década de 1890 no Brasil chocou Nabuco. Sua feição militarizada e cada vez mais “aburguesada” lhe desagradava. “Viu no novo regime a junção do primado da força com o culto ao dinheiro.” (ALONSO, 2007, p. 253) A obsessão pelos negócios ascendente com a nova ordem agrícola dos cafeicultores paulistas causava-lhe espanto.

Na capital federal, os reformistas positivistas ganharam a burocracia de Estado e altos postos militares. Nabuco não suportava vê-los na rua do Ouvidor, rindo alto, cuspidando no chão, numa arrogante exibição de poder. Misturavam-se aos empregados e pequenos comerciantes, em maioria portugueses em mangas de camisa, à maneira de João Romão, de *O Cortiço*. Pareciam-lhe todos broncos (...). (*Ibid.*, p. 254)

Registraria em seu diário, em 17 de outubro de 1893:

Cada vez me convenço mais de que a civilização no Brasil acabou com a monarquia. O que há são restos dela. O que se vê é extraordinário. Não há mais princípio que detenha ninguém, nem pressão social que impossibilite os piores atentados. Que o país se desfaça em pedaços e depois de se desfazer caia cada um deles na mais completa miséria e abjeção, que importa. (...) A classe de homens que governam é inverossímil, os processos de governo uns torpes, outros indignos, outros ridículos. (...) A adulação dos jornais ao ditador é tão grosseira como a dos guaranis do Paraguai. É uma boêmia política de ceroulas e chinelas,

quartas partes dos que se diziam abolicionistas. Foi uma especulação a mais! A prova é que fizeram esta República e depois dela só advogaram a causa dos bolsistas, dos ladrões da finança, piorando infinitamente a condição dos pobres. É certo que os negros estão morrendo e pelo alcoolismo se degradando ainda mais do que quando escravos, porque são hoje livres, isto é, responsáveis, e antes eram puras máquinas, cuja sorte Deus tinha posto em outras mãos (se Deus *consentiu* na escravidão); mas onde estariam os propagandistas da nova cruzada? Desta vez nenhum seria sequer acreditado. O cinismo é tal que ninguém admite que haja um homem de bem. Fazes tu bem em estar longe de tudo ainda que tenhamos pela nossa parte que aceitar a responsabilidade que nos toca na bancarrota moral da abolição, no abandono das raças de cor à destruição da época. Estávamos metidos com *financeiros*, e não com puritanos, com fâmulos de banqueiros falidos, mercenários de agiotas, etc; tínhamos de tudo, menos sinceridade e amor pelo oprimido. A transformação do abolicionismo em republicanismo bolsista é tão vergonhosa pelo menos como a do escravagismo. Basta de torpezas.” (NABUCO, 1949b, vol. 1, p. 219)

¹¹¹ Os monarquistas-aristocratas ou monarquistas de pena “(...) dedicaram-se, pois, à contraposição entre a República jacobina e o Segundo Reinado, ao enaltecimento de símbolos, feitos e líderes da história imperial e ao combate à ordem e aos símbolos da tradição republicana em constituição. (...) O monarquismo de pena foi um decadentismo. Mais do que projetar novo estado de coisas, exibiu atitude *blasé* com respeito ao presente, ancorada na nostálgica idealização do passado e num catastrofismo quanto ao futuro.” (ALONSO, 2009, p. 143) Ver também Janotti (1986)

¹¹² Ver Carvalho (1990) e Lessa (1988). Segundo Alonso (2009), “a invenção de uma tradição republicana valeu-se de símbolos que espelhavam a França de 1789, filtrada pelo positivismo, e das rebeliões coloniais e regenciais abafadas pelo Segundo Reinado. Assim surgiram bandeira, hinos, heróis *nacionais*, como Tiradentes, em alternativa aos anteriores, *imperiais*.” (p. 135)

como não se viu nunca mais desprezível, que nos governa. (...) Os agentes principais do governo são os *déclassés* [desclassificados] de todas as classes. (...) Desde 15 de novembro, a política neste país é um mercado de prostituição – tudo pelo dinheiro. (...) É o jogo em toda a sua força, mas o jogo do emprego, da venalidade, da dilapidação, ao lado do jogo do estelionato, que floresce na bolsa e no comércio. Tudo que é honesto, sério, normal, em outros países, está atrofiado – tudo que é instinto torpe, cobiça, podridão interior, isso sim desenvolve-se e domina a sociedade. (...) Nada resistiu, nada ficou limpo, e dessa sociedade assim mexida são as fezes só que se veem hoje; o caráter, o pudor, o respeito próprio, a religião dos sentimentos nobres, a altivez da honra, não têm mais representantes públicos e parecem mesmo não existir. (...) (NABUCO, 2006, pp. 326, 327)

O retrato não podia ser mais colorido e revelador do que sente Nabuco, nem mais exemplar de como os aristocratas da sociedade imperial enxergavam o ambiente agitado dos negócios levados a cabo pelos *parvenus*. Esses não possuíam qualquer noção de etiqueta, não se davam à liturgia dinástica. Por oposição é que se reuniram os antigos liberais e conservadores num mesmo grupo, o dos monarquistas. Os últimos não sabiam como se colocar na nova conjuntura, não eram familiarizados com o capitalismo financeiro que construía e destruía fortunas, do dia para a noite, nas bolsas de valores. Nabuco tentou, mas o fiasco da bolsa argentina provavelmente aprofundou o desgosto com a sociedade ascendente.

Foi esse monarquista algo perdido que aportou no Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1892. Instalou-se com a família à Rua Marquês de Olinda, Botafogo, na casa do avô paterno de Evelina, José Joaquim Soares Ribeiro, uma vez que Nabuco não tinha meios para sustentar casa própria. Tinha como vizinhos, de um lado, Soares Brandão, ex-ministro e Senador do Império e, de outro, o Conselheiro João Alfredo.

Assim, aproximados pelo acaso, os três náufragos da monarquia costumavam-se reunir à noite na casa de Soares Brandão, cuja mulher, a simpática e hospitaleira D. Marocas, nunca se conformara com a catástrofe. Disfarçavam as próprias mágoas, recordando as grandezas do Império e falando mal do novo regime. (VIANA FILHO, 1985, p. 199)

Nabuco, porém, necessitava trabalhar. Poucos dias após a chegada, vai a São Paulo, a convite de Eduardo Prado, ser sua testemunha de casamento. Aproveita para excursionar pelo interior, a fim de ver os majestosos cafezais. Acalentou a ideia de instalar-se por lá, plantar café. Fora instado por Jaceguai, a quem encontrara prosperamente fixado em Mogi das Cruzes. Logo após retornar, escreve a Penedo:

Acabo de voltar de São Paulo onde fui a convite do Eduardo Prado, que me chamou para padrinho do seu casamento. Voltei maravilhado da imensa riqueza daquelas terras. É provável que vamos passar o verão por lá, ainda que riqueza não pegue em quem está vizinho, como a varíola.

Parece-me porém que é melhor estar onde tudo se está valorizando e tomando incremento, sobretudo com as boas amizades que eu lá tenho. (NABUCO, 1949b, vol. 1, p. 217)

Além disso, agradava-lhe o clima e a distância da atmosfera política da capital federal¹¹³. Nada realizou, porém. Na verdade, o campo não o atraía. Além disso, receava perder, noutra investimento imprudente, o pouco que restara da aventura na bolsa argentina. Algum tempo depois, estabeleceu-se como advogado no Rio de Janeiro, em sociedade com João Alfredo. Os clientes, no entanto, raramente apareciam.

Vinham os amigos para conversar, e os dois associados, ao fim de um ano, fecharam o escritório que, sobre não render, começava a se tornar o ponto de reunião dos monarquistas e a transformar-se em centro de conspirações. A vigilância do governo era igual à sua violência. Na rua, toda palestra que tocasse em política era suspeita. Os monarquistas não podiam conversar. 'O olhar brasileiro está mudando com receio da espionagem, observava Nabuco em seu diário. A única conversa lícita é: que tempo! Quem dissesse que tempos! seria preso'. (NABUCO, C., 1928, pp. 295, 296)

De fato, como vimos, e como observa Alonso (2009),

o combate à tradição imperial ficou acirrado e violento no segundo governo da República. (...) O florianismo ficou próximo do que Vovelle¹¹⁴ chamou de 'jacobinismo transhistórico': 'uma atitude, um comportamento e até uma visão de mundo', nascidos com a Revolução Francesa, mas que adquiriram caráter plástico, plasmando-se a diferentes realidades históricas. Essa 'maneira' condensa a ideia de regime de salvação pública, baseado na vontade popular; no centralismo político, no Estado laico, no nacionalismo; (...) na crença na ascensão social e na crítica à sociedade aristocrática. Programa a ser implementado pela pedagogia política e pela força. (p. 137)

Segundo Alonso, o “florianismo” como “*ethos* antiaristocrático” buscava preferencialmente três canais de legitimação, quais sejam “a força, a religião, a literatura”. (*idem*) Da força cuida o próprio Floriano Peixoto. O presidente era o perfeito inverso do homem imperial. Era seco no trato, pouco erudito e de temperamento estoico. Tendo protegido as baixas camadas urbanas dos estragos do Encilhamento,

¹¹³ Em carta a um amigo inglês, Youle, transcrita em seu diário no dia 05 de outubro de 1892, Nabuco escreve: “São Paulo muito me atrai devido a seu clima e distância da atmosfera política do Rio; e como disponho de excelentes relações ali, poderei talvez ir para lá e permanecer um bom tempo na capital, suficiente ao menos para formar uma ideia completa dos recursos do Estado e sua capacidade como um campo para o capital estrangeiro. (...) Eles estão agora concentrando suas esperanças nos chineses. A terra é prodigiosamente rica, mas a mão-de-obra é ainda escassa e inconstante, segundo eles, de parte dos nativos, enquanto obtê-la (ideias de proprietários) do lado dos italianos e da lenda chinesa de um mercado de trabalho contínuo, inexaurível, dócil e quase gratuito, está saindo da moda entre os donos do solo talvez mais fértil do mundo, as terras roxas de Moji-Guaçu.” (NABUCO, 2006, p. 307)

¹¹⁴ Alonso refere-se a Vovelle (2000).

tinha grande apoio popular. Da religião quem cuida é Raimundo Teixeira Mendes, em pregações dominicais na igreja positivista do Rio, a qual se apresenta como alternativa ao catolicismo do Império, com número considerável de adeptos. Era o candidato a líder moral dos republicanos. Da última, a figura emblemática é Raul Pompéia.

Era o entusiasmo revolucionário em pessoa. Seu civismo exacerbado preenchia artigos de jornal enaltecendo líderes republicanos, com devoção a Floriano. (...) Professava um nacionalismo, que desabrochou em antilusitanismo e que ia de braços com uma atitude de 'ódio vivificante' contra os monarquistas-aristocratas. (*Ibid.*, p. 138)

Eram os antípodas dos cortesões do Império. Dentre esses, Nabuco, em fins de 1892, permanecia às voltas com sua incapacidade de ganhar a vida. Não fosse o catolicismo, para o qual caminhava cada vez mais decidido, talvez sucumbisse. Mas, pelo contrário, alcançava a tranquilidade interior. Por essa época, vai para Petrópolis, hospedar-se no antigo solar do Barão de Itambi. Passa meses agradáveis ali. Recebe a visita frequente de Taunay, com quem conversa sobre os tempos idos e os amigos ausentes. “Na quietude do gabinete de trabalho, livre das preocupações de quem escreve para o público, Nabuco começou a compor as páginas (...) em que descreve o longo caminho percorrido pelo cético, até voltar ao seio da Igreja¹¹⁵.” (VIANA FILHO, 1985, p. 202)

A dedicação ao livro juntou-se ao gosto pela família e, ambos, tornavam Nabuco mais retraído, mais afeito à quietude do lar. Em carta a Rebouças, de 28 de janeiro de 1893, dá a conhecer como se sentia no momento:

Ainda não achei um trabalho. Sou incompatível com tudo que é do governo pela engrenagem moral em que me meti desde 1879 — e os negócios estão em mãos quase todos de mercenários. Não sirvo a ninguém para nada, porque o trabalho honesto e inteligente, nas posições em que eu podia conscienciosamente servir, não compete com a maleabilidade e o servilismo. Nada sei portanto do dia de amanhã. Até hoje Deus me tem dado, felizmente, o pão quotidiano. Minha mulher e meus filhos vão bem e formam o círculo mágico dentro do qual sou intangível. Nestes últimos anos fez-se em mim uma perfeita evolução católica e a estou escrevendo, ainda que não para o público. A melhor divisa é ainda a do velho filósofo Alexandrino: « Viver oculto. » Tenho a mais viva fé em Deus que ainda teremos juntos um *espaço desta breve vida mortal*. (NABUCO, 1949b, vol. 1, p. 221)

Deseja “viver oculto”. Ser-lhe-ia possível? A verdade é que, de fato, recolhia-se. Na casa de Marquês de Olinda, tornada própria em inícios de 1894, com a morte do avô de

¹¹⁵ No diário, em 18 de janeiro de 1893, Nabuco escreve: “[...] Sob as magnólias, conversa com Taunay e Catete. Hoje comecei a escrever o livro.” (2006, p. 313) O livro é *Foi voulue* (Fé Desejada). A obra só será publicada em 1977, na França.

Evelina, Nabuco “(...) fixou seu sentido pessoal de monarquia, como tradicionalismo.” (ALONSO, 2007, p. 265) “Voluntariamente, enclausurava-se entre os seus livros, os seus alfarrábios e os seus pensamentos. Dir-se-ia aspirar apenas a um suave crepúsculo.” (VIANA FILHO, 1985, p. 207) Como encheria as horas, porém? Era a oportunidade para retornar às letras, deixadas de lado pela campanha abolicionista.

Assim, quando acredita não servir 'a ninguém para nada', irá compor algumas de suas páginas mais belas, e que imprimirão um traço de imortalidade à obra do escritor. Desse fecundo período, no qual a solidão tira do historiador e do artista tudo quanto pode dar, são *Um Estadista do Império* e a *Minha Formação*. (*idem*)

O desejo de escrever a vida do pai era antigo, como vimos. As circunstâncias, agora, eram-lhe ideais. Nabuco se entrega totalmente ao arquivo do Conselheiro Nabuco de Araújo, a livros de história, anais parlamentares, depoimentos de contemporâneos ainda vivos. “De algum modo, evadia-se para se refugiar no passado.” (*Ibid.*, p. 208)

4.5. Revolução Federalista e Revolta da Armada

Enquanto isso, no presente, o radicalismo de Floriano causava reação. O governo já enfrentara revoltas deodoristas – ou revanchistas – desde fins de 1891. Afirmava-se que a posse de Floriano fora contrária à Constituição, tendo ocorrido antes de Deodoro ter completado dois anos de governo. Pediam-se novas eleições para presidente. Floriano respondia com força, demitindo e mandando reformar militares descontentes. Em meados de 1892, eclodiam os primeiros combates do que viria a ser, a partir do ano seguinte e até 1895, a “revolução federalista” no Rio Grande do Sul, em que elementos oposicionistas, encabeçados pelo Partido Federalista de Silveira Martins, antigo parlamentar do Império, levantaram-se contra o governo centralista de Júlio de Castilhos, apoiado por Floriano. Segundo Carone (1971),

Ideologicamente, a luta é de caráter anticastilhista apenas. Apesar de Floriano e outros denunciarem o monarquismo dos oposicionistas, na verdade a revolução federalista procura impor princípios expostos no programa federalista, defendidos durante as diversas tentativas de acordo e, posteriormente, impostos pelas armas, quando desaparecem as probabilidades de coexistência entre as partes; somente depois de iniciadas as hostilidades, quando emissários gaúchos procuram entrar em contato com os elementos que preparam a revolução da Armada – Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Goiás – é que se aceita o auxílio de monarquistas declarados. (p. 88)

O estouro da revolução federalista e, pouco tempo depois, da revolta da Armada, por colocar em perigo a própria unidade do país, potencializa em Nabuco uma mudança de foco, em curso a partir da troca de regime. Como veremos em mais detalhes adiante, ele preocupa-se crescentemente com a integridade nacional, bem como com a soberania do país e sua colocação internacional. Por outro lado, olha menos à construção do povo e de sua cidadania.

Nabuco, cujo refúgio não o impede de tomar conhecimento dos eventos, “torcia meio cético”, segundo Alonso (2007, p. 266). Quebra o silêncio. No *Discurso na quermesse organizada pela Cruz Vermelha a favor dos feridos da guerra civil do Rio Grande do Sul*, pronunciado a 2 de julho de 1893, para o qual fora convidado a falar sobre a “caridade”, ele afirma, sem se esquecer das imposições do “retraimento político”:

Brasileiros que recolhem brasileiros feridos no campo de batalha não fazem o papel do bom Samaritano; praticam um ato de solidariedade nacional. Eu julgo assim poder ocupar-me do assunto que está em todos os pensamentos, sem esquecer, sobretudo nesta tribuna neutra, o que devo ao meu próprio retraimento político. Não chegou, com efeito, o dia em que os políticos do antigo regime que não repudiaram o seu passado possam manifestar-se em nenhuma questão, sem prejudicar o lado que abraçarem. (p. 3)

Sente-se apto a falar porque, a seu ver, não caberia na ocasião, tendo já sido deflagrada a batalha, receio de suspeitas ou intrigas. Falaria não dos aspectos políticos da revolução mas das “causas da simpatia que ela inspira.” Para tanto, era preciso “afastar as prevenções que se levantam contra ela.” (*Ibid.*, p. 4) A primeira das prevenções a derrubar era a de que a revolta comprometeria a paz pública. Segundo Nabuco, não havia no Rio Grande do Sul paz ou ordem públicas, senão aquelas garantidas pela ditadura, como se dá em tantos governos republicanos.

Que espécie de ordem brotará neste solo da semente enxertada que lhe confiaram? Será a ordem que alastra a América Latina? Eu tenho ouvido por vezes, na Europa e em países americanos, o que o estrangeiro deseja para eles. É muito pouco: saber que o homem forte que uma vez aí surgiu não desapareça mais. É assim que o México inspira maior confiança do que as outras repúblicas, por causa de Porfírio Díaz. Esse homem nem sempre aparece; a sociedade debilitada não os pode às vezes produzir, mas onde ele se mostra forma-se uma ditadura espontânea em seu favor, provocada de fora pelo crédito, de dentro pela ordem pública. Ninguém mesmo pode fazer-se juiz das condições que eles impõem para se responsabilizarem pela paz pública, é um pacto tácito entre eles e a comunhão que renuncia a liberdade para ter a ordem. (*Ibid.*, p. 5)

Não é de estranhar, portanto, a recusa dos gaúchos em se contentarem com tão pouco. Segundo Nabuco,

A ordem que o torrão brasileiro deve querer produzir não pode ser a planta que cresce estéril na América Latina, e sim a que na América Saxônia dá a liberdade como fruto. Renan figura uma hipótese: Suponhamos as laranjeiras afetadas de uma doença que só se possa curar impedindo-as de produzir laranjas. Valeria acaso a pena? Eu direi também: Suponha-se a ordem afetada de um mal que só seja curável impedindo-se-a de produzir a liberdade, valeria a pena? Para mim haveria muito pouco interesse, falando como brasileiro, não como estrangeiro, em salvar a ordem que não pudesse dar a liberdade senão como seu fruto, ao menos como a sua flor. (grifo nosso) (*Ibid.*, p. 6)

É extremamente interessante a menção à “América Saxônia”. Sob o Império, Nabuco lançara mão da imagem norte-americana a fim de contrapô-la a manifestações de conservadorismo, como vimos em obras como *O Povo e o Trono* (1869) e *A Invasão Ultramontana* (1873) e, depois, à guisa de comparação durante a campanha abolicionista. Por outro lado, no que se refere às instituições políticas, a imagem preferencial fora a inglesa, segundo vimos nas várias proposições de reforma à monarquia, como na campanha pela federação. Agora, Nabuco eleva a imagem norte-americana a um novo status, o de constituir a encarnação do ideal de ordem conjugada à liberdade. Pode-se suspeitar que Nabuco tenha se valido da imagem da “república ideal” desejando escapar à acusação de incitação restauradora, mas o fato é revelador ao menos de uma transigência, um começo de mudança de foco.

Outro ponto digno de nota é o fato de que, ao atribuir aos Estados Unidos o modelo de ordem conjugada à liberdade, Nabuco o faz em oposição ao modelo da América Latina, onde a ordem cresce como “planta estéril”. Como temos visto, Nabuco demonstra o descontentamento pelo novo regime no Brasil fazendo uso, muitas vezes, da comparação com as repúblicas latino-americanas¹¹⁶.

Assim, nem toda ordem é desejável, especialmente se vem consolidar uma realidade cerceadora da liberdade. Nesse sentido,

O papel que o Rio-Grande parece querer representar no processo difícil da fundação republicana é talvez o de impedir que o metal fundido corra todo de um jato para um molde definitivo insuficiente para recebê-lo

¹¹⁶ Ver, por exemplo, o uso reiterado desse expediente na argumentação de *Porque continuo a ser monarquista* (1890a) e *Agradecimento aos Pernambucanos* (1891). Outro exemplo é a carta de Nabuco a Rebouças, datada de 22 de agosto de 1893: “Por aqui nada de novo. Continua a cristalização da República em um despotismo militar de última classe, a única forma que ela podia assumir (...). Essa gênese ignóbil ainda não deu tudo que pode dar. Devemos esperar um servilismo nacional que exceda o do Paraguai de Lopez, numa sociedade política mais corrupta que a argentina.” A situação lhe parece tão crítica que a única saída talvez seja emigrar: “(...) Não vejo em que empregar atividade e esforço, estando tudo moralmente tão apodrecido, homens e interesses. Seria o caso de emigrar se tivesse meios, mas não os tendo só me resta aceitar o castigo de Deus, muito brando ainda para a geração de que somos parte.” (NABUCO, 1949b, vol. 1, pp. 222, 223)

todo, porque nele não vai somente a ordem extremamente contrátil, vão instintos e tradições de liberdade que nunca deixarão de expandir-se entre nós. (*idem*)

A segunda das prevenções contra a revolta é a de que “as vitórias são ganhas contra o exército.” Segundo Nabuco, nas guerras civis muitas vezes o soldado luta, por obrigação, contra uma causa que, como cidadão, desejaria abraçar. Além disso, numa federação, “o cidadão, e portanto, o soldado, tem duas pátrias, a menor que é seu Estado, a maior que é a União, e tendo um só coração ele o dá todo ao torrão natal. Foi assim nos Estados Unidos, seria assim na Suíça. Onde esse sentimento não existe, a federação ainda não criou raízes.” (*Ibid.*, p. 7) Desse modo, os sulistas, ao honrar seus soldados, honram apenas o patriotismo.

Outra das prevenções é a de que a revolução viria do estrangeiro, em específico do “Estado Oriental”, o Uruguai. Nabuco argumenta que a zona fronteiriça é povoada por brasileiros e que a “invasão” foi feita por brasileiros que haviam cruzado a fronteira. Segundo ele, “(...) é muitas vezes nas fronteiras que se abriga a liberdade foragida de um povo.” (*idem*) Finalmente, “diz-se (...) que do lado da revolução não se batem somente republicanos indiscutíveis, mas republicanos suspeitos e até monarquistas.” (*Ibid.*, pp. 7, 8) Tal prevenção é “puramente política” e não “afeta o sentimento geral do país.” Para Nabuco, “nos movimentos nacionais obliteram-se as divisões partidárias.” (p. 8) A revolução não é, portanto, movimento monarquista, embora haja apoio de monarquistas, é um movimento nacional pela liberdade, acima de questões de partido.

Como explicar, então, a simpatia pelo movimento? Essa se explica pelo sentimento que se levanta quando da intervenção do centro em uma disputa local. Ao governo central apresentara-se o seguinte dilema: assumir no Rio Grande “(...) a ditadura da pacificação” ou deixar a “sociedade Rio-Grandense, que afinal tem que viver junta na mesma casa, desafrontar a sua civilização de qualquer modo.” (*idem*) Escolheu a primeira e, daí, a nação passou a testemunhar a imensa desigualdade da luta. É da natureza humana, afirma Nabuco, admirar o fraco que se lança à batalha contra o mais forte.

Quem deixará de admirar, por exemplo, o modo por que o Paraguai sacrificou até a última criança, lutando contra três nações unidas? A chamada invasão Rio-Grandense é um desses movimentos que os povos fazem sem uma só contingência a seu favor para salvar o que vale mais que a vida de uma geração inteira, essa fibra sagrada, que é o verdadeiro talismã de um país, porque é dela exclusivamente que pode nascer a independência, a liberdade e a altivez nacional. (*Ibid.*, p. 9)

Além da admiração pelo heroísmo gaúcho, a simpatia pública pela revolta advinha de um “duplo receio”. O primeiro deles é:

o de ver afrouxar por uma reminiscência ingrata o sentimento que une o Brasil inteiro. A federação é a forma natural de governo em um país que é quase um hemisfério, como o Brasil, mas a federação, se é a mais perfeita, é também a mais frágil de todas as coesões nacionais. Desde que o centro exorbite, o Estado autônomo tende a escapar pela tangente. Se os astros rolam serenamente no espaço é porque há grandes distâncias entre eles. Um Rio Grande do Sul abafado, subjugado como uma colônia política, seria uma porta aberta, a porta da desolação, a qualquer tentativa contra o Brasil; um Rio Grande, separado, seria o Brasil desfeito de sul a norte¹¹⁷. (*idem*)

O segundo é de “ordem internacional”. Segundo Nabuco, a guerra no Sul dá aos países estrangeiros uma “lição” sobre as táticas, a mobilização e os recursos nacionais a serem empregados numa guerra entre nações. Com uma exceção, no entanto: “a diferença entre o que poderia uma nação sob um impulso unânime e o que ela deixa de poder sob um constrangimento também unânime.” (*Ibid.*, p. 10) De todo modo, uma possível derrota dos revoltosos deixaria uma “lesão incurável” no coração da pátria, que, segundo Nabuco, é a fronteira. Nota-se já aí a preocupação com a soberania do país, com sua situação internacional, especialmente, nesse caso, em relação aos demais países da América do Sul.

A partir daí, Nabuco continua o discurso, esquecido da necessidade de comedimento, e passa a tratar das dificuldades da economia, dizendo até que, à medida que se acumulam os problemas financeiros, os mais pobres ficam entregues à mais profunda carestia, enfrentando inclusive a fome. A situação econômica, difícil de enfrentar mesmo em situações de máxima liberdade e patriotismo, seria piorada pela situação política, produzindo “dias verdadeiramente sombrios.” Diante desse quadro é que se tem a medida da importância da Cruz Vermelha, levantada por Nabuco à condição de símbolo nacional mais apropriado ao momento.

Ele encerra o discurso com uma nota de reclamação, acenando quase com o desejo e a possibilidade de conciliação com uma república distinta, de “causas liberais”. Vítimas de suspeitas infundadas,

os que temos a mesma convicção estamos tolhidos de cooperar com os republicanos nas causas liberais, como outrora republicanos cooperavam conosco, pelo exclusivismo da suspeita. Não há acusação que não nos

¹¹⁷ Daí, diria Nabuco, a federação quadra melhor à monarquia que à república, precisamente pela tradição de respeito às liberdades que tem a primeira, por sua capacidade de manter naturalmente, pela força simbólica da figura do soberano, a coesão nacional, sem se deixar exorbitar.

tenha sido feita! Acusaram-nos de deprimir o câmbio, jogando na baixa, como se jogadores tivessem dúvida por escrúpulos monárquicos de especular na alta, se vissem tendência do mercado para subir. Acusaram-nos de desacreditar o Brasil na Europa, como se houvesse exemplo de uma dinastia caída que tenha respeitado com maior escrúpulo no exílio a situação aflitiva de seu país. (...) Acusaram-nos de explorar as exéquias do Imperador, e elas não tiveram lugar, e até hoje nenhuma voz se levantou para pedir que os restos de Pedro II fossem removidos do depósito mortuário dos reis portugueses. De nada nos defendemos, porque compreendemos que somos uma necessidade da administração republicana, como os primeiros cristãos o eram da Roma imperial. Não há nada mais útil para um governo do que ter à mão um grupo de homens sobre quem lançar todo ressentimento público. Eu pela minha parte me resigno a viver nesse círculo de desconfiança: há porém um extremo a que nenhum poder humano pode chegar, é o de exigir, como segundo a Divina Comédia o exige a justiça divina, dos que assistem à execução dos seus atos, que não sintam compaixão pelas vítimas. O direito da simpatia, da compaixão, não o renunciamos, e foi esse o que exerci esta noite. (*Ibid.*, pp. 12, 13)

Não se pode deixar de perceber a diminuição de tom da crítica ao regime republicano, em comparação ao que vimos nos opúsculos de 1890 e 1891. Deve ter pesado, é verdade, a tentativa de não ferir as suscetibilidades do governo jacobino de Floriano, conflagrado pela revolta. O tom das cartas e do diário, como temos podido ver, é bem menos contemporizador¹¹⁸.

O discurso foi em julho. Em 6 de setembro, eclode a Revolta da Armada. No diário, escreve: “Revolta da esquadra com Custódio de Melo. Vou à cidade com os filhos do Brandão¹¹⁹. Movimento dos navios ao longe.” (NABUCO, 2006, p. 315) Segundo Evaldo Cabral de Mello (2006),

A revolta da Armada na baía da Guanabara foi uma tentativa do almirante Custódio de Melo de reeditar contra Floriano Peixoto a insurreição da esquadra que em novembro de 1891 levava à demissão de Deodoro. As circunstâncias políticas eram, aliás, mais promissoras, em vista da insatisfação da Marinha com Floriano, a suspeita de ela estar fazendo o jogo dos monarquistas, a guerra civil no Rio Grande do Sul entre os federalistas e os castilhistas. No seu manifesto de 6 de setembro de 1893, Custódio propõe-se a 'restaurar o império da Constituição [de 1891]', que Floriano violara repetidamente. (p. 315)

A população podia acompanhar os combates do alto dos morros cariocas. Custódio de Melo comandava os ataques às fortalezas da cidade; o governo respondia de terra. No diário, Nabuco passou a registrar em detalhes o prosseguimento do

¹¹⁸ Ver exemplo na nota 119.

¹¹⁹ Francisco de Carvalho Soares Brandão, senador do Império, vizinho de Nabuco na rua Marquês de Olinda.

conflito¹²⁰. No dia seguinte à eclosão da Revolta, dá notícia da publicação, no *Jornal do Brasil*, do manifesto de Custódio. Julga o documento “sem sopro e sem princípios”. O almirante “não justifica a revolta nem pelas indignidades sofridas pela esquadra, nem pela necessidade de auxiliar o Rio Grande.” (NABUCO, 2006, p. 315) No dia 24 de setembro, lê-se:

Há três governos hoje – o do Itamaraty, o do *Aquidabã* e o da ilha das Cobras¹²¹. Chamaram o Saldanha *rei das ilhas*. Sem dar um tiro, ele conseguiu a posição culminante dos três. É ele que representa a massa da opinião que é neutra e simpática antes à Marinha, por causa [da] vaga esperança de que ela faça alguma coisa. O jogo da Marinha teria que ser leve. Ela não pesa. O olhar brasileiro está mudando com receio da espionagem¹²². (*Ibid.*, pp. 315, 316)

Em 26 de setembro¹²³, registra a prisão de Hilário de Gouvêa, marido de sua irmã Iaiá, sob a suspeita de dar auxílio aos rebeldes, uma vez que era membro da diretoria da Cruz Vermelha no Rio de Janeiro. Hilário conseguirá eventualmente fugir a bordo de um navio francês e viverá em Paris por vários anos. Em 1º de outubro, Nabuco demonstra preocupação com a imagem internacional do país e do continente:

Hoje o *Paiz* traz os avisos do Ministro inglês e Encarregado dos Negócios francês aos seus nacionais de que se reúnam em caso de anarquia e saque da cidade, no largo do Paço, que serão protegidos pelas forças unidas das esquadras. Grande humilhação é essa com efeito para o Rio de Janeiro. E o governo? Isso ainda não é, porém, o pior – temos que amargar muito mais no curso da anarquia e da ladroagem em que vamos desde 15 de novembro [de 1889]. Não seria impossível que os estrangeiros tivessem que desembarcar, e então! Quando, porém, a esquadra é qualificada nos jornais oficiosos de corja de piratas e eles não chamam menos do que bandidos os tiradentes¹²⁴ do Floriano, a perspectiva é essa mesma, da anarquia, e a anarquia é uma obra de misericórdia das potências salvarem os seus nacionais da pilhagem, e nunca nenhuma nação levou a mal o

¹²⁰ A primeira fase da revolta, iniciada em 06 de setembro de 1893, “(...) durará até 9 de dezembro do mesmo ano, quando Saldanha da Gama resolve participar da revolta; a segunda fase, que começa nesse momento, vai até 13 de março de 1894, quando os revoltosos pedem asilo ao comandante do navio português *Mindelo*; a terceira fase vai até 24 de junho de 1895 e termina com a morte de Saldanha da Gama nos pagos gaúchos, após a união entre a revolta da Armada e a revolução federalista.” (CARONE, 1971, p. 105) As duas revoltas correm, inicialmente, sem qualquer ligação. A partir de certo momento, contudo, “(...) a união torna-se necessária e o processo se desenrola com a junção integral dos dois movimentos, necessária à sobrevivência de ambos.” (*Ibid.*, p. 101)

¹²¹ Nota de Evaldo Cabral de Mello: *Isto é, o de Floriano Peixoto na presidência, cuja sede era então o palácio do Itamaraty; o de Custódio de Melo, no encouraçado Aquidabã; e o do almirante Saldanha da Gama, que se declarou neutro.* (NABUCO, 2006, p. 315)

¹²² O governo de Floriano, como vimos, representa um acirramento da intolerância com os dissidentes do regime, em relação ao de Deodoro. Com o estourar da revolta da Armada, a piora é significativa. Em 8 de setembro, Nabuco escreve a Rodolfo Dantas: “Aqui vieram dizer-me que você, eu e outros estamos na lista das proscricções. Eu não creio nisso e não me acautelo de modo algum. Quem não deve, não teme.” (NABUCO, 1949b, vol. 1, p. 223)

¹²³ *Ibidem*, p. 316

¹²⁴ Nota de Evaldo Cabral de Mello: *Eram assim chamados os radicais florianistas.*

auxílio estrangeiro à ordem pública e à civilização ameaçada! Pobre América Latina! Que sorte a tua! (*Ibid.*, pp. 318, 319)

Dois dias depois, em 3 de outubro: “O *Paiz* vem contentíssimo hoje com a intervenção insinuada da esquadra estrangeira em favor da cidade.” (*Ibid.*, p. 320) No dia 5 do mesmo mês, dá nota da publicação de uma declaração dos ministros do Peru, Chile, Uruguai e Argentina

(...) de que não têm tido parte em nenhum dos atos do corpo diplomático com relação à situação da cidade. (...) O fim da declaração é ressaltar o princípio da não-intervenção diplomática na anarquia sul-americana. O dos Estados Unidos, que é a única grande potência americana, não assinou. (p. 321)

No dia seguinte, demonstra não concordar com a gestão governamental do conflito, que culminou no pedido de proteção ao estrangeiro:

Consta que o governo está desartilhando os morros porque só assim o corpo diplomático fica fiador da esquadra. É um apelo à proteção estrangeira. Antes não tivessem artilhado os morros e deixado a cidade entregue a si só. Não seria talvez bombardeada. Tanto arregar, tanta certeza de meter a pique os piratas, para depois resultar tudo na proteção dos estrangeiros, o que não valia a pena. Os gerentes da República não têm o sentimento da dignidade nacional, tudo o que querem é ficar de posse da caixa (...). (*Ibid.*, p. 321)

Embora discorde da intervenção militar estrangeira no conflito, Nabuco acredita que seja necessário mobilizar o elemento de fora a fim de auxiliar na formação de uma opinião contrária ao que se passa nas repúblicas sul-americanas. A nota é do dia 09 de outubro:

Simultaneamente com a nossa, há a revolução argentina e quantas outras! Dessas revoluções resultam proscricções, confiscos, desconfianças e rivalidades entre os vencedores: fermentos de guerra social sufocada e gérmenes de futuras revoluções. Essa é a sorte da América do Sul. Não será o caso das vítimas desse sistema, que são milhões, unirem-se para combatê-lo definitivamente de onde ele pode ser combatido – do estrangeiro, procurando formar no mundo uma opinião verdadeira sobre todas essas crueldades, isto é, criando a pressão moral, que falta nos próprios países (e que é o meio necessário, por ser o único, de modificar esse estado de coisas), e doutrinando esses governos nos *Dez mandamentos*? Essa foi a ideia da minha revista, que eu ainda não desisti de fundar em Paris e que talvez seja o trabalho final de minha vida, se Deus me ajudar. (*Ibid.*, pp. 322, 323)

O modelo é o mesmo da campanha abolicionista, na qual Nabuco buscou mobilizar, especialmente em Londres, a opinião internacional contra a escravidão no Brasil. Ele ainda tem em mente a importância de se buscar à Europa – no caso, Paris – o lastro civilizacional com o qual reformar não só o país, mas o continente. Essa reforma, contudo, é distinta daquela. Conforme antecipamos, começa a haver um deslocamento

no centro da reflexão intelectual de Nabuco, embora dentro do mesmo “projeto” de construção nacional. Não se trata mais de libertar uma parcela da população dentro do país, mas de “doutrinar” o governo estatal.

As atitudes do governo no desenrolar do conflito dão origem a notas diárias. A visão do regime sob o qual sofre o continente sul-americano é a pior possível. Em 14 de outubro, devido ao restabelecimento do estado de sítio – suspenso devido a uma “formalidade eleitoral”, lê-se a seguinte manifestação:

Publica também o *Diário Oficial* um decreto regulando a liberdade de imprensa, isto é, suprimindo-a (...). Os legistas deste governo são verdadeiros sul-americanos. Saquearam o arquivo argentino para encontrar as fórmulas de que precisam. (*Ibid.*, p. 324)

No dia 16 de outubro:

Como o Brasil se sul-americanizou depressa, e com que fúria! Foram logo, no princípio, as enxurradas financeiras da Argentina, que enriqueceram esses pobres diabos de republicanos (...). Agora as guerras civis de todo gênero! E quem se salvará deste mergulho? Os que tiverem o fôlego de escafandro! Neste mês de sítio quanto embrutecimento já! (...) Como isto é sul-americano, como se vê a degradação típica deste infeliz hemisfério – ao lado do despotismo bestial, o republicanismo imbecil do paraguaio! (*Ibid.*, pp. 325, 326)

Em 17 de outubro, após um retrato implacável da sociedade republicana¹²⁵, Nabuco trata do que a revolução pode fazer ao país, e revela o temor da fragmentação:

Esta revolução veio revelar a gravidade do perigo que estamos correndo como nação, de nos dissolvermos, mas de nos dissolvermos de um modo muito pior do que seria, fragmentando-nos somente em estados diversos, de nos dissolvermos em um grupo de nações cuja consciência moral se vendeu à primeira tentação, e humilhada se escondeu para sempre, deixando os seus piores instintos levá-las para o destino certo das raças que as abandonam. (*Ibid.*, pp. 327, 328)

Nabuco reclama da imprensa, em que não há “uma voz que pregue a conciliação”, o termo da guerra, e demonstra preocupação, mais uma vez, com a imagem do país aos olhos estrangeiros. Além disso, o país furta-se a exercer a própria soberania. A nota é do dia 19:

Aviltam o país aos olhos dos estrangeiros, propõe-lhes transações indecorosas à custa de interesses nacionais permanentes, tanto em Montevideu quanto em Buenos Aires, e aqui suplicam-lhes que castiguem a esquadra; já lhes entregaram mesmo os nossos navios e, como se não fosse território brasileiro, as fortificações todas que venham auxiliar a revolução. Todo dia há pela imprensa um apelo ao corpo diplomático para atirar sobre os navios (...). (*Ibid.*, pp. 328, 329)

¹²⁵ Ver p. 151 deste trabalho.

E, diante da falta de “sentimento da pátria” por parte dos republicanos, desabafa:

Os povos bárbaros são os únicos que têm paixões intransigentes, trágicas, suicidas, eliminadoras, que chegaram a constituir como fundo social. Que imprensa infame a que lemos todos os dias! Como ela sopra essa terrível guerra por todo o país, na esperança de fazer dele um Paraguai às ordens de um Solano López! (...) Na República não há noção de honra nacional, nem tradições internacionais, nem sentimento de pátria. É a guerra civil em permanência, e só se atende ao que pode dar o triunfo passageiro. (...) O esfacelamento não (...) assusta [os republicanos], nem mesmo a ocupação estrangeira os afeta. (*Ibid.*, p. 329)

Em carta a Rebouças, transcrita no diário sob o 20 de outubro, Nabuco expõe a decepção com o destino do país, assemelhado pelo governo e pela guerra civil ao das repúblicas sul-americanas. Ele não deixa de reconhecer a culpa que sua própria geração tem por esse estado de coisas. Demonstra, mais uma vez, a preocupação com a “consolidação do país”:

Ao Rebouças. 'Nossos pais sabiam criar e conservar, nós só soubemos destruir e dissolver. Acabamos com tudo, até com a memória deles. Em que é que esta nossa guerra civil se diferencia das outras guerras civis da América? Os que se batem de um e outro lado julgam ter uma bandeira clara, o direito por si, exatamente como acontece em todas as guerras sul-americanas. Cada lado está certo de ter razão, (...) e assim as gerações passam, vertendo o seu sangue por uma série de causas nacionais, que todas impedem o país de consolidar-se e de caminhar um passo. (*Ibid.*, p. 331)

No dia 22 de outubro, diante dos bombardeios constantes à baía carioca, Nabuco reflete:

E que horríveis detalhes os deste bombardeio. No entanto, só nos afligimos tanto por causa de estarmos vendo e de ser conosco. No Rio Grande o Floriano tem autorizado e praticado por sua gente barbaridades cem vezes, mil vezes, maiores. *Pobres países da América Latina! São os escravos que eu trataria de resgatar, se dispusesse dos elementos todos da civilização!* (grifo nosso) (*Ibid.*, p. 333)

É interessante a menção de Nabuco, nesse contexto, à abolição. Como dissemos, a situação dos “pobres países da América Latina” passa a ter em suas preocupações o lugar antes ocupado pela condição dos negros. Nabuco vai retirando o olhar da sociedade e o transferindo ao Estado; ocupa-se cada vez mais do drama das nações e cada vez menos do drama dos egressos de uma abolição não completada.¹²⁶

¹²⁶ Segundo Salles (2000), o desencanto de Nabuco com as elites sociais e políticas do país, supostamente responsáveis por completar a obra da emancipação, faz com que veja esvair-se a possibilidade de construção de uma nação mais cidadã. Concomitantemente, os agitados primeiros anos de governo republicano, como já ressaltamos, direcionam sua atenção para a crise política interna e para as suas repercussões externas.

Nabuco reflete também acerca da inconstância das repúblicas sul-americanas, onde a vida está sempre sujeita a insuspeitadas mudanças de curso. Pensa na separação a que se obrigam as famílias de perseguidos políticos, como seu cunhado, Hilário de Gouvêa. E pensa em si próprio, precipitado que foi em um novo regime:

No fim da vida acho-me ligado vivendo sob um teto que nunca imaginei havia de habitar, ao passo que dos primeiros grupos todos se dispersaram. Em outros países, a família e a sociedade têm mais coesão e mais permanência. (*Ibid.*, pp. 335, 336)

O conflito, além de tudo, prestes a completar dois meses, piora o quadro: “Não se trabalha, não se pensa, não se dá atenção a nada; todos vivem distraídos. É a vida parada.” (*Ibid.*, p. 336)

No dia 29 de outubro, Nabuco dá nota da intervenção americana no conflito e comenta sua repercussão na imprensa florianista: “Boatos de bombardeio, alegria dos florianistas pela demissão do almirante americano¹²⁷ (hoje o *Paiz* traz um artigo de desabafo contra a Europa monárquica, o sebastianismo, e de adoração a Monroe-Cleveland¹²⁸).” (*idem*)

Entregava-se, quando possível, ao passado. De 30 de outubro em diante, aparecem no diário referências a consultas ao arquivo do pai, José Thomaz Nabuco de Araújo: “Catalogando o arquivo.”¹²⁹ (*Ibid.*, p. 337) Em outro momento, escreve: “Classificando e ordenando o arquivo de meu Pai. Tenho gasto quatro horas todos os dias nesse trabalho. Que consolação encontro!” (*Ibid.*, p. 340)

Em novembro, as notas trazem críticas frequentes à intervenção estrangeira na revolta, especialmente à atuação norte-americana. No dia 04, Nabuco critica abertamente a diplomacia nacional republicana, especificamente a atuação de Salvador de Mendonça, chefe da legação brasileira em Washington: “Acabam a guerra cedendo o

¹²⁷ Nota de Evaldo Cabral de Mello: *Temeroso das possibilidades de restauração monárquica, o presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, resolvera intervir no conflito, demitindo o comandante do Newark por haver salvado a armada de Custódio e enviando ao Rio o almirante Benham, cuja força cooperou decisivamente com Floriano*. Nabuco trata da intervenção estrangeira no conflito no livro *A Intervenção Estrangeira na Revolta da Armada*, publicado em 1896 e o qual analisaremos adiante.

¹²⁸ Nota de Evaldo Cabral de Mello: *James Monroe, presidente dos Estados Unidos (1816-1824), que enunciou a doutrina que leva seu nome contra a intervenção de potências europeias nas questões do hemisfério americano*.

¹²⁹ Nota de Evaldo Cabral de Mello: *É a primeira indicação que consta no Diário do projeto de escrever Um Estadista do Império, esforço a que Nabuco dedicará a melhor parte dos seus anos de ostracismo. Em setembro de 1894, ele informava a Hilário de Gouvêa haver concluído o rascunho da obra, “um imenso manuscrito que dá para três grossos tomos”, restando ainda dar-lhe a forma definitiva antes de encetar a publicação. Em dezembro de 1896, o primeiro volume estava pronto para o prelo*.

Amazonas aos Estados Unidos em sinal de agradecimento e solidariedade americana. Como o México. Tudo isto é arte do Salvador de Mendonça, que deve estar fazendo bom dinheiro com as despesas ilimitadas da guerra.” (*Ibid.*, p. 339)

No dia 06, é ainda mais enfático na crítica ao uso feito pelo florianismo do “princípio de Monroe”:

A *Gazeta de Notícias* transcreve hoje com elogio (...) o artigo do *Rio News* sobre a neutralidade estrangeira. O que se vê é que a gente de Floriano desejava bem que não se desse semelhante neutralidade, mas aberta intervenção a seu favor. Hoje um telegrama de Washington dizendo que os embaixadores fizeram declarações de que a França e a Inglaterra não protegiam o Custódio. Provavelmente o governo afetou a questão pelo Salvador aos Estados Unidos invocando o princípio de Monroe. A que estamos reduzidos! (*Ibid.*, p. 340)

Cansado do conflito, insensibilizando-se já pela frequência e quantidade de mortes, solta a 09 de novembro: “É esta a beleza da República. Em quatro anos acabaram o verniz de civilização, e, como não temos o temperamento bárbaro, ficamos idiotas. Não é bárbaro quem quer. A minoria bárbara, que é pequena, idiotizou a população.” (*Ibid.*, p. 341)

No 15 de novembro, feriado da República, ele escreve: “Quatro anos – e até quando este regime de suspensão – de estado de sítio, de proscricção (...) - esta ladroagem militar contínua e crescente cada vez mais. Será o esfacelamento o fim de tudo isto? Quem sabe.”

Em dezembro, ao dia 05, menciona o livro *A Ilusão Americana*, de Eduardo Prado, posto à venda no dia anterior:

A Ilusão Americana, o livro de Eduardo Prado, que eu tantas vezes lhe disse que ia escrever, o que será? O meu era antes – *A Perda de um Continente*. Expus-lhe, porém, por vezes as linhas gerais e disse-lhe que desejava que alguém o fizesse. É um gênero de propaganda em que há muito que fazer¹³⁰.

A obra de Eduardo Prado, crítica à ideia da “fraternidade americana” – entenda-se, à doutrina de Monroe –, repercute enormemente, a ponto de ter a venda proibida no dia seguinte pelo governo jacobino, numa clara deferência à amizade norte-americana. O próprio autor “(...) teve que sair furtivamente de sua fazenda; passando por Minas, chegou à Bahia; de lá embarcando para a Europa, onde permaneceu até o fim da

¹³⁰ No que se refere à “propaganda”, ver nota no diário do dia 09 de outubro (NABUCO, 2006, pp. 322, 323), a qual mencionamos aqui, em que Nabuco afirma seu desejo de criar uma revista em Paris dedicada a doutrinar os governos republicanos da América do Sul nos “Dez mandamentos” da civilização.

revolta.” (JANOTTI, 1986, p. 74) Nabuco, antes de o poder ler, revela concordar com o seu “gênero de propaganda”. Está ainda longe da defesa que posteriormente empreenderá do pan-americanismo.

Eduardo Prado, filho de tradicional família paulista, rico produtor de café, era um dos “monarquistas de pena”¹³¹. Como tal, dedicou-se à defesa da tradição monárquica e à crítica do novo regime em manifestos de todo tipo – como fez Nabuco nos opúsculos de 1890 e 1891¹³². Prado foi quem abriu os ataques, escrevendo ensaios na *Revista de Portugal* em 1889, reunidos no ano seguinte no livro *Fastos da ditadura militar. A Ilusão Americana* intencionava denunciar o apoio norte-americano a Floriano na Revolta da Armada, além de atacar a “‘mania’ republicana de replicar instituições dos Estados Unidos” e visava investir “(...) contra o principal aliado internacional dos republicanos. Em contraponto, elogiava a Inglaterra, que apoiava os restauracionistas.” (ALONSO, 2009, p. 140)

Prado visa chamar atenção à ingenuidade da crença brasileira na doutrina de Monroe. Dá inúmeros exemplos de desrespeito dos norte-americanos à “fraternidade americana”, como as guerras contra o México e os negócios lucrativos no Peru. Segundo Janotti (1986), “no conjunto, *A Ilusão Americana* é uma obra que explora três ordens de ideias: o nacionalismo, a crítica da república brasileira e a defesa dos interesses britânicos. Esta última dimensão (...) permeia todo o discurso.” (p. 80) Além dos interesses econômicos, Prado defendia a “supremacia cultural europeia” (*Ibid.*, p. 81), especialmente a britânica. A Inglaterra seria a grande defensora das liberdades humanas¹³³.

Nabuco, se não partilha de todas as opiniões de Eduardo Prado acerca dos Estados Unidos, concorda em rejeitar sua intervenção nos assuntos nacionais. Como vimos, ele pôde acompanhar, quando de sua estada na república do Norte, de que modo dali se enxergavam os latino-americanos e a forma como projetavam sobre México e Cuba a sua diplomacia de interesses. Além disso, temos acompanhado como Nabuco se torna cada vez mais sensível à questão da integridade territorial do Brasil.

¹³¹ Ver nota 115, p. ?

¹³² *Resposta às mensagens do Recife e de Nazaré; Porque continuo a ser monarquista e Agradecimento aos pernambucanos.*

¹³³ O apreço ao sistema de governo e à sociedade da Inglaterra é comum ao monarquismo brasileiro. Pudemos ver a profundidade da influência britânica sobre Nabuco, como, inclusive, o “espírito inglês” participou na própria formação de sua personalidade.

Quanto à restauração da monarquia, pano de fundo da investida de Eduardo Prado, Nabuco vê renovadas suas esperanças em 9 de dezembro de 1893, quando da adesão de Saldanha da Gama à Revolta da Armada. Escreve no diário:

Publicação do manifesto de Saldanha da Gama¹³⁴. É o primeiro grito depois de 15 de novembro – a primeira manifestação do sentimento, que não morreu no país, e da aspiração que os brasileiros têm medo sequer de confessar. É um ato corajoso, nobre, ousado, de grandes consequências, histórico. Infelizmente o simples *surge et ambula* [levanta-te e anda] não basta num caso destes, é preciso bater o corpo para que ele acredite na sua ressurreição. Seja como for, é um raio de luz numa prisão cerrada que nos chega hoje a nós, monarquistas. (NABUCO, 2006, pp. 346, 347)

Entre setembro e outubro, os revoltosos haviam aberto nova frente de combate. Rumaram ao Sul e conquistaram Desterro, capital de Santa Catarina.

Enquanto a revolta da Armada estende sua ação para o Sul, na baía de Guanabara, o impasse permanece. (...) [O] fato fundamental ocorrido é o acordo que se concluiu entre Saldanha da Gama e Custódio de Mello: a neutralidade do primeiro se rompe e ele aceita a chefia da revolta na baía de Guanabara, enquanto Custódio se dirige para o Sul, na tentativa de ampliar a ação revolucionária. (CARONE, 1971, pp. 114, 115)

Era o início da segunda fase da revolta. O lançamento do manifesto de tendência monarquista mostra-se, contudo, um erro de cálculo. Ele contraria o republicanismo da revolta e justifica o acirramento da propaganda governamental. Já no dia 10 de dezembro, Nabuco relata no diário: “Jornais publicam o manifesto do Saldanha, contando com que favoreça à causa do Floriano o *sebastianismo* que ele contém. Contam [com] que mais gente se chegue para a República por causa do manifesto do que os que ela possa perder por ele.” (NABUCO, 2006, p. 347) De fato:

A reação [ao manifesto] é tão forte, que vários oficiais revoltosos abandonam as suas fileiras, o governo positivista de Desterro lança a palavra de ordem 'pela Constituição' e Aníbal Falcão protesta. Para diminuir seus efeitos, o secretário de Saldanha, Benjamin de Melo, redige outro manifesto, datado de 20 de dezembro, onde diz que (...) a ideia é de 'consultar a Nação sobre qual dos sistemas de governo republicano ela prefere envolver os seus gloriosos destinos'. (CARONE, 1971, p. 121)

Em consequência, recrudescer a ofensiva de Floriano. Aumenta a perseguição a monarquistas, a supressão às liberdades, bem como outras medidas de exceção. Os

¹³⁴ Nota de Evaldo Cabral de Mello: *O manifesto de Saldanha da Gama anunciava sua adesão à revolta da armada em nome da luta que na Guanabara e no Rio Grande do Sul se levava a cabo 'pela libertação da pátria brasileira do militarismo, agravado pela conturbância do sectarismo e do mais infrene jacobinismo' e para 'pôr termo a este terrível período em que lançaram a pátria na anarquia, no descrédito, na asfixia de todas as suas liberdades'. Segundo Saldanha, esta luta deveria ser coroada pela restauração da monarquia, derrubada 'num momento de surpresa e estupefação nacional [...] por uma sedição militar de que o atual governo não é senão uma continuação'.*

combates são cada vez mais cruentos. Em janeiro de 1894, dá-se um fato novo, extremamente significativo: a chegada ao Rio, no dia 12, do novo representante naval americano, Almirante Benham. Como vimos, seu antecessor havia sido chamado de volta aos Estados Unidos pelo presidente Cleveland, em fins de outubro de 1893, por ter saudado a armada de Custódio de Mello. Ainda assim, segundo Carone, os americanos acreditavam na vitória dos revoltosos. “(...) é o cônsul brasileiro em Washington, Salvador de Mendonça, que convence o governo de que a restauração da monarquia, desejada pelos revolucionários e os Rothschilds, é um erro.” (*Ibid.*, p. 123) É o temor da restauração que justifica o envio de Benham ao Brasil.

O almirante Benham logo incompatibiliza-se com os revoltosos. Em 30 de janeiro de 1894, Nabuco escreve no diário: “A esquadra americana assume atitude assustadora de conivência com Floriano.” (NABUCO, 2006, p. 351) E reclama do apreço jacobino à intromissão estrangeira:

Os jornais republicanos elogiam o ela ter atirado contra os revoltosos. [O autor do artigo] É um portuguesinho destituído do sentimento da pátria porque se naturalizou por um emprego, é esse *déraciné* [desenraizado] que vem ensinar o patriotismo aos brasileiros. Como está doente o nosso patriotismo que tolera um tal doutor! (*idem*)

Cada vez menos abastecidos de provisões e armamentos, a esquadra de Saldanha da Gama tenta sem sucesso – a 9 de fevereiro – tomar o principal ponto de defesa de Niterói, no que seria a última grande batalha dessa segunda fase da revolta.

Além disso, “(...) os dissensos entre os rebeldes (...) minavam a revolta. Não era claro se pediam Constituição ou restauração, se mancomunavam com os federalistas do Sul, se contavam com o governo inglês.” (ALONSO, 2007, pp. 268, 269) Em 12 de março, diante da impossibilidade de rivalizar com os esforços governamentais ou retirar-se para o Sul, dado o mau estado das belonaves,

Saldanha entra em contato com o comandante português do navio *Mindelo* e pede asilo, que lhe é concedido. (...) [No dia seguinte], Saldanha da Gama e 525 asilados embarcam nos navios portugueses, *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque*. (...) Os incidentes entre Floriano e Portugal, que acabam em rompimento de relações entre os dois governos, são os atos finais da segunda fase da revolta da Armada. (CARONE, 1971, p. 126)

No mesmo dia, após ter recebido a notícia do pedido de asilo, Nabuco escreve no diário: “Passamos o dia todo na máxima ansiedade possível. Quando ontem esperávamos tão terríveis coisas não imaginávamos essa, a pior de todas. (...) Que pode ser? Será um meio de ganhar tempo, uma afirmação de força e poder, ou um desastre

inevitável? Noite terrível.” (NABUCO, 2006, p. 353) Nos dias seguintes é que, sendo confirmadas as notícias, ele pode compreender realmente o que se passa.

Em 14 de abril, Nabuco já ensaia um balanço da revolta e do governo jacobino. Novamente, nota-se sua preocupação com a situação do país aos olhos estrangeiros:

É preciso insistir nessa ideia: os Afonsos Penas e outros tratam a revolta como um crime de perturbação etc., como se os antecedentes da revolta fossem de paz e organização. Esquecem que se tem vindo desde 15 de novembro de revolta em revolta e que o Floriano não pode ter por ele a 'grande' legalidade tendo destruída a 'pequena' em quase todos os estados; em outras palavras, que a situação pelos seus precedentes era (do ponto de vista republicano) de transação, a menos que se quisesse entregar o país ao militarismo – depois de uma guerra civil prolongada e em que tudo se perdeu (ver o prestígio nacional que resta depois da proteção pedida e recebida do estrangeiro). (*Ibid.*, p. 357)

Ao saber do afundamento do *Aquidabã* - que levou à retomada de Desterro -, Nabuco reconhece a vitória de Floriano:

Só resta na luta o Rio Grande do Sul que, isolado, terá de sucumbir. Está vencedor o Floriano e o seu partido. Se não estivéssemos no Brasil, um país de reações constantes e de mutações espontâneas, poder-se-ia julgar fundada a tirania de um López. Como é, não se fará esperar muito a nova fase de esfacelamento militar. (*idem*)

De fato, Floriano deixa o governo, sendo sucedido por Prudente de Moraes. “Floriano retribuiu o apoio dos paulistas, garantindo a eleição do primeiro presidente civil da República e, apesar do ceticismo generalizado, sua posse em 15 de novembro.” (ALONSO, 2007, p. 269) É o estabelecimento do governo civil o começo do caminho que levará Nabuco à conciliação com a República, de volta ao serviço diplomático. Aí, não mais se baterá pelos negros, mas pelos “pobres países da América Latina”, entre os quais o Brasil republicano.

4.6. Da nação cidadã à nação soberana

Após a proclamação da República, Nabuco abandona progressivamente a pretensão de constituição de uma “soberania nacional cidadã”, como coloca Salles (2000, p. 41) Logo após o golpe que pôs fim à monarquia, no entanto, vemos ainda a preocupação de Nabuco em torno do “caráter” do povo brasileiro. Na *Resposta às mensagens do Recife e de Nazaré* (1890), como vimos, Nabuco afirma que o erro republicano foi apressar uma mudança que deveria ocorrer naturalmente. Nesse sentido, “a evolução natural em direção a uma futura República superior não se completara.”

(SALLES, 2000, p. 39) Tal evolução supunha a manutenção da monarquia, mais capaz, na realidade brasileira, para a realização do ideal republicano, especialmente em comparação às repúblicas sul-americanas. Completada a evolução, no momento “(...) em que os escravos e os senhores da véspera (...) [começassem] a formar uma só fileira democrática” (NABUCO, 1890, p. 11), haveria lugar para a República. Segundo Salles, “neste texto, produzido por Nabuco logo após o 15 de novembro, constatamos ainda que a problemática da construção social da nação, a construção de uma cidadania abrangente que embasasse a soberania, permanecia como sua preocupação dominante.” (2000, p. 40) Nabuco mantinha a ideia de que “seria possível construir a nação baseada em uma soberania plena de todo o povo brasileiro, incorporada sua mestiçagem histórica.” (*Ibid.*, p. 41) Essa soberania poder-se-ia construir sob os padrões da civilização ocidental, vista por Nabuco como identificada à Europa – excluídos ainda os Estados Unidos.

Tudo posto, parecia tratar-se de um processo lento e delicado de aperfeiçoamento e educação (...). Seja como for, a questão da construção de uma soberania nacional cidadã ainda estava colocada. (*idem*)

Nos anos seguintes, pelo que vê do novo regime, começa a esvaír a esperança de Nabuco em torno da construção da cidadania nacional.

Numa conjuntura de intensa agitação social, em que à efervescência do movimento abolicionista seguira-se um período de regozijo das camadas sociais mais baixas, compostas majoritariamente por negros, mestiços e libertos, que entraram em choque com propagandistas e, depois da proclamação, autoridades republicanas, a atenção de Nabuco dirigia-se principalmente para a crise política. (*Ibid.*, pp. 43, 44)

Nas cartas e no diário, como vimos, pode-se perceber essa mudança. O foco de Nabuco começa a migrar da sociedade para o Estado, da preocupação com o futuro do escravo liberto para a formação e atuação do governo republicano e, por extensão, para as relações desse governo com os governos das nações estrangeiras. Em carta a Rebouças, de 28 de janeiro de 1893, já se pode ler:

Já me basta a Abolição, meu caro. Esta pobre raça negra está abandonada de todos, entregue ao alcoolismo que consola da miséria, rejeitada por todos em favor do chim. É um fim de nação ou antes de raça. Porque a nação viverá e o território tem um grande futuro. (NABUCO, 1949b, vol. 1, p. 221)

A preocupação com o território da nação – ou com a nação como território – aparece repetidas vezes a partir daí, como vimos, por exemplo, no *Discurso* de Nabuco à Cruz Vermelha (1893), por ocasião da revolução federalista no Rio Grande do Sul, e

nas notas ao diário durante a Revolta da Armada. Tal preocupação, de acordo com Salles (2000), acompanha o abandono ao tema da reforma social e, desse modo,

(...) o tema da cidadania na construção inconclusa da nacionalidade, através da reforma social, dava lugar ao tema da *preservação* da nação enquanto integridade territorial e (...) entidade histórica e sob controle de um Estado soberano. (p. 45)

A mudança de regime pusera em risco a obra que vinha sendo realizada na monarquia, causando a quebra dos laços entre os projetos político e civilizatório da nação e a matriz europeia desses projetos. Nesse sentido,

Não apenas a esperança de aprofundamento da reforma social, que poderia conduzir o Brasil ao mesmo nível social e civilizatório das nações europeias, estava sepultada, mas o país em si poderia ter sua existência comprometida. (*idem*)

A ideia de nação está presente em toda a trajetória intelectual de Nabuco. É o risco de comprometimento de sua integridade territorial sob a República, porém, que faz com que ele a identifique “(...) com seu corpo territorial e sua soberania estatal. Menos que sua construção, a questão dominante passou a ser, para ele, a de sua preservação.” (*Ibid.*, p. 46) Como continuaremos a ver, Nabuco, a partir de uma nova percepção do cenário internacional, para o qual direcionará crescentemente a sua atenção, notará a diminuição do espaço para os Estados não centrais, além de perceber uma postura cada vez mais agressiva por parte do imperialismo europeu¹³⁵ e dos Estados Unidos. É a partir daí que buscaremos entender sua adesão ao pan-americanismo.

4.7. Prudente de Moraes

Apesar do apoio do jacobinismo militar a um golpe de Estado que manteria Floriano Peixoto no poder, as eleições presidenciais ocorrem em 1º de março de 1894 e dão a vitória a Prudente de Moraes. A partir de agosto, porém, correm boatos de que Floriano Peixoto não deixaria o poder, uma vez que não lhe agradaria o candidato vitorioso.

¹³⁵ Leslie Bethell (2010) chama a atenção ao papel da ameaça representada pelo novo imperialismo europeu sobre essa crescente preocupação de Nabuco: “Nabuco tornou-se — e permaneceu — extremamente preocupado com as ameaças à integridade territorial do Brasil. Desde o Congresso de Berlim em 1885 a Europa ingressara numa nova era do imperialismo, mais evidente na África, mas que, segundo Nabuco, também representava uma ameaça à América Latina. A soberania não europeia sobre os territórios não ocupados estava sendo cada vez mais desafiada. A soberania brasileira sobre a maior parte da região amazônica estava, por conseguinte, cada vez mais vulnerável.” (p.79)

É neste clima de incertezas que Prudente de Moraes chega ao Rio de Janeiro: nenhuma autoridade oficial o espera na estação, no dia 2 de novembro de 1894. À tarde recebe visita protocolar do Capitão-Tenente Sadock de Sá, ajudante de Floriano e no dia seguinte pede audiência ao vice-presidente da República, o qual não responde ao seu telegrama. Afinal, no dia 15 de novembro de 1894, sem a presença de Floriano Peixoto, é empossado na presidência da República o primeiro presidente civil, o Dr. Prudente José de Moraes Barros. (CARONE, 1971, p. 132)

Com a posse de Prudente de Moraes, assume o poder a organizada política paulista que, desde a conspiração para a derrubada de Deodoro da Fonseca, entende-se com o “marechal de ferro” com vistas a ocupar o governo do país, tendo-lhe dado, inclusive, apoio político, militar e financeiro no combate às revoltas federalista e da Armada, as quais, contudo, mantinham-se vivas no Sul do país.

Sob o novo governo,

(...) certa calma tornou ao mundo público. Desmilitarizava-se a República. Relações com Portugal foram restabelecidas, presos anistiados, suspensa a censura; eleitos presidentes dos estados, salvos os do Sul ainda em guerra. Os monarquistas se reorganizaram. (ALONSO, 2007, p. 269)

Nabuco dedicava-se integralmente à escrita da vida do pai¹³⁶. Encontrava-se, sem dúvida, seduzido pela tarefa, embora a falta de um trabalho pago o continuasse a afligir¹³⁷. Mas a mudança de governo abria novas possibilidades aos dissidentes¹³⁸. Um deles, José Carlos Rodrigues, diretor do *Jornal do Commercio* e amigo da época de Nova York, lembrou-se de Nabuco. Propôs-lhe um trabalho. Em 3 de janeiro de 1895, esse escreve no diário: “O Rodrigues pede-me para escrever as vidas de Gladstone, Bismarck, rainha Vitória, etc. Declino amavelmente.” (NABUCO, 2006, p. 361)

¹³⁶ Ver as notas ao diário referentes ao ano de 1894 (NABUCO, 2006, pp. 358, 359) Em carta a Hilário de Gouvêa datada de 10 de março, trata do trabalho despendido e ainda a despender: “Eu passei esses seis meses a reunir e separar o material preciso para escrever a vida de meu pai. Foi um trabalho seguido de cinco horas por dia. Tive que considerar uns 30.000 documentos talvez, fora livros, discursos, anais. Tenho hoje em três caixões o indispensável para escrever uma obra em dois grossos volumes «Vida e Opiniões do Conselheiro Nabuco». Só quisera, para levantar esse *monumento* (não pelo que vou escrever, mas pelo que vou publicar dele) à memória de meu pai, ter durante uns dois anos o espírito sossegado. Não tenho nenhum desejo de entrar na política, mesmo se se me oferecer ocasião, agora que tenho realmente um trabalho que me seduz e todo preparado.” (NABUCO, 1949b, vol. 1, p. 227)

¹³⁷ Nabuco mostra grande aflição a esse respeito nas cartas enviadas a Gouvêa, Rebouças e Penedo, especialmente em fins de 1894. A Penedo pede que não se esqueça dele, caso apareça algo em Londres, alguma tarefa que pudesse desempenhar do Rio de Janeiro. A Gouvêa solicita que não deixe de interceder junto a Penedo para o mesmo fim. Ver NABUCO, 1949b.

¹³⁸ “Ouro Preto lançou *O Libertador*, onde estava Carlos de Laet, e influía sobre *A Gazeta da Tarde*, propriedade de seu amigo Gentil de Castro. Eduardo Prado comprou *O Comércio de São Paulo*. Dirigido por Rui Barbosa, o *Jornal do Brasil* voltou à tona, não monarquista, mas seguramente antijacobino. José Carlos Rodrigues saiu do esconderijo para a direção do *Jornal do Comércio*.” (ALONSO, 2007, p. 269)

Embora os biografados fossem ídolos da juventude, e embora estivesse precisando de trabalho, Nabuco não vê condições de atender ao pedido. Segundo Alonso (2007),

o tempo (...) não estava firme. A moderação de Prudente estava ensanduichada. Um grupo queria enquadrar de vez os jacobinos, e esses pleiteavam anular as eleições e reempossar Floriano. É que a guerra seguia no Rio Grande, e Saldanha da Gama tornara a ela com tropas recompostas no Uruguai. (p. 270)

O monarquista, então, decide falar sobre a República no Chile. Em 16 de janeiro, trata com Rodrigues dos artigos sobre Balmaceda¹³⁹. No 20, o primeiro deles é publicado. Falando do Chile, Nabuco falava do Brasil; tratando de Balmaceda, tratava de Floriano.

Entre janeiro e março de 1895 comentou (...) o livro de Julio Bañados Espinosa, *Balmaceda, su gobierno y la Revolución de 1891*, sobre crise política muito assemelhada à Revolta da Armada. Embora o prefácio à edição dos artigos em livro, em abril, o negasse, era seu subterfúgio para finalmente falar do florianismo. Positivismo versus tradição liberal, transplante de instituições norte-americanas, desmonte de estruturas coloniais, conflitos entre aristocracia fundiária e grupos novos e entre a marinha nobiliárquica e o exército de ascendentes, crise culminando na guerra civil e no estado de exceção, tudo assemelha as histórias brasileira e chilena, assim como as biografias dos dois líderes. Nas brechas, a condenação direta a Floriano, pelo 'despotismo militar' e por 'mandar abrir as portas para que todos entrem' – 'ficam sendo, eles – os parvenus – a oligarquia'. Comemorava a vitória dos constitucionalistas no Chile, mas receitava, contra o monroísmo dos republicanos, a exportação do modelo político imperial para a vizinhança, incluído o Poder Moderador. (p. 270)

O político retornava. Começava a publicizar, embora de modo algo cifrado, as ideias que vimos crescer e que expunha em cartas e em seu diário. Como afirma Viana Filho (1985), “(...) sob a aparência de imparcialidade, se percebia palpitar o coração do adversário de Floriano (...)” (p. 211) Os comentários ao livro de Bañados Espinosa, como Nabuco confessa, visam dar outra interpretação aos fatos narrados pelo chileno, a partir de ponto de vista distinto: a lente era monárquica. Nabuco olhava do passado imperial, contemporâneo ao Chile pré-Balmaceda, quando aquela estreita faixa entre a Cordilheira e o Pacífico tinha mais estabilidade política que toda a América do Sul republicana, comparável apenas ao Brasil monárquico. O questionamento de Nabuco é o seguinte: como pôde o Chile – e o Brasil – trocar tal estabilidade pela guerra civil e a anarquia do restante do continente?

¹³⁹ Nota de Evaldo Cabral de Mello: *Os artigos de Nabuco sobre a crise política no Chile que levaram ao suicídio do presidente Balmaceda apareceram inicialmente no Jornal do Commercio, antes de serem reunidos em livro ainda em 1895.* (NABUCO, 2006, nota 138, p. 361)

Para responder à questão, Nabuco dedicou-se a tratar do “balmacedismo”, versão chilena do “florianismo”. Criticou na figura de Balmaceda sua exagerada paixão pelo novo, sua tendência a fazer tábula rasa do passado, comum ao republicanismo jacobino brasileiro. Esse traço de personalidade teria sido um dos responsáveis por levar o Chile à guerra civil, pela incapacidade de transigir com os grupos dirigentes contrários, conservadores. Para Nabuco, o excesso de reformismo de Balmaceda, seu desrespeito à tradição chilena, teria culminado em sua ruína.

Mais especificamente, Nabuco expôs suas impressões acerca de questões pontuais relativas ao governo de Balmaceda e ao discurso do “balmacedismo”. Uma delas é a inconstitucionalidade do governo e sua tentativa de justificação. Segundo Nabuco,

Tratando-se de Balmaceda e da sua responsabilidade – a guerra civil de 1891 – o ponto de verdadeiro litígio, o Rubicon chileno, é o ato pelo qual o presidente da República passou da constitucionalidade duvidosa em que se mantinha até então à inconstitucionalidade flagrante, decretando por si só as leis de forças e de despesa. (NABUCO, 2008, p. 38)

A escolha de Balmaceda em dar as costas à Constituição seria a responsável pela reação e, portanto, pela própria guerra civil. Tal escolha justificou-se pelo colapso, em sua presidência, do sistema de governo parlamentar, cuja reforma lhe caberia. “Desse modo – diz Nabuco – Balmaceda adquiria a justificação geralmente aceita de homem necessário”, que devia “reconstruir com a sua energia e patriotismo o princípio da autoridade ameaçado pela anarquia de partidos pessoais (...)” (*Ibid.*, pp. 38, 39)

O presidente, segundo Nabuco, teria se apartado do “espírito chileno”, da “cultura social do país”. “Balmaceda irrompe na História chilena, como uma aparição imprevista; é uma evocação, pode-se dizer, na presidência do Chile, do gênio sul-americano da ditadura que nunca havia penetrado nela.” (*Ibid.*, pp. 42, 43) Seu governo é a irrupção da inovação forçada, inexistente na sociedade chilena ciosa de suas tradições e, acima de tudo, orgulhosa de sua “estabilidade política.” (*Ibid.*, p. 49)

Contudo, Nabuco supõe ser possível enxergar na época da ascensão de Balmaceda – em tudo comparável à época em que se precipitou a república no Brasil – uma nova fase na história nacional. Segundo ele:

Há épocas, às vezes chamadas impropriamente de anarquia, em que os elementos sociais até então combinados de certo modo começam a desligar-se uns dos outros, em que as afinidades primitivas perdem a força e tornam-se inertes, seja pelo predomínio de novos característicos nacionais, resultantes da incessante fusão étnica, seja pela intervenção de

outros reagentes intelectuais, como são as teorias, as ideias, o espírito do tempo, de sorte que mesmo as rochas se volatilizam. (*Ibid.*, pp. 56, 57)

O quadro é interessantíssimo. Transpondo-o ao Brasil, vê-se que Nabuco tenta dar conta das mudanças por que passava o país. Ele trata da capacidade de os novos atores sociais se fixarem e, a partir de seu ideário, comandarem a contento o desenvolvimento nacional:

Para dar um exemplo nosso, há na atual fase brasileira uma série de elementos em estado de liberdade, portanto, de agitação, sem que se possa formar a síntese de sua combinação definitiva. Tome-se o elemento militar, que assumiu o principal papel: quem pode determinar hoje a sua fixação futura? (...) Quanto à aliança com o Comtismo, quem não sabe qual seria a sua sorte? Outro elemento isolado, à espera da base indispensável, é o Positivismo, que tanto influiu no destino do país, e que forneceu os primeiros ideais provisórios da República e o seu simbolismo nacional, mas que não encontra na sociedade elementos permanentes a que se possa incorporar. (*Ibid.*, p. 57)

A sensação de Nabuco é de incerteza e provisoriedade:

No Chile quem sabe se a sociedade não entrou como a nossa em uma dessas fases em que tudo se separa para unir-se diferentemente? É a crise do crescimento, mas em todo o caso é um período de profundo desequilíbrio, do qual o organismo pode sair preparado para maiores coisas, mas em que também pode faltar a nova coesão de que precisa para não se dissolver. (*idem*)

Diante desse desequilíbrio, Balmaceda, com dificuldades de formar um gabinete de ministros representativo e contando com forte oposição parlamentar, contrariamente à tradição de seu país, dá a seu governo um caráter cada vez mais pessoal. Propõe reformas radicais à constituição, com vistas a fazer do Executivo um poder independente, como a substituição das “instituições parlamentares do Chile por uma adaptação do sistema norte-americano”¹⁴⁰ (p. 73). Nabuco o responsabiliza integralmente pelo desvio a que submete as instituições do país. Um dos aspectos desse desvio foi a tentativa de criação de uma “política científica”. Segundo Nabuco,

¹⁴⁰ A respeito dessa substituição, Nabuco afirma: “Era um retrocesso considerável na marcha do Chile, o abandono das liberdades adquiridas, a confissão da incapacidade do país para se governar por si, para o funcionamento de instituições que são o último progresso a que atingiu a representação dos povos livres. Em nossos países, onde a nação se mantém em menoridade permanente, as liberdades, os direitos de cada um, o patrimônio de todos, vivem resguardados apenas por alguns princípios, por algumas tradições ou costumes, que não passam de barreiras morais, sem resistência e que o menor abalo deita por terra. A esses países, onde a liberdade carece do amparo do poder, onde a lei é frágil, não se adaptam instituições que só pode tolerar uma nação como a norte-americana, cuja opinião é uma força que levaria de vencida qualquer governo, cujos partidos são exércitos que dentro de horas se levantariam armados sob o comando de seus chefes, e que, por isso mesmo, se respeitam como duas grandes potências.” (NABUCO, 2008, pp. 73, 74)

Não há em política pretensão mais fútil do que essa apresentada em nome da ciência. (...) A política chamada *científica* propõe-se poupar a cada sociedade as contingências da experiência própria, guiá-la por uma sabedoria abstrata, síntese das experiências havidas, o que seria enfraquecer e destruir o regulador da conduta humana, que é exatamente a experiência individual de cada um. (...) Conhecer o seu país, conhecer os homens, conhecer-se a si mesmo, há de ser sempre a parte principal da ciência do homem de Estado. (*Ibid.*, p. 75)

Nesse sentido, se reformar as instituições olhando para a experiência de outro país não traz os melhores resultados, reformá-las “cientificamente” tampouco. Ambos os expedientes deixariam de atentar à experiência própria do país, aos seus costumes e tradições. O próprio sentido de “reforma”, tão caro a Nabuco, como temos visto ao longo de toda sua trajetória, supõe essa atenção: “A tradição toda da palavra *reforma* (...) é conservadora, e encerra em si dois grandes sentimentos: o de veneração e o de perfeição.” (*Ibid.*, p. 76) O espírito de reforma é o

(...) espírito combinado de conservação e aperfeiçoamento, privilégio superior das instituições muitas vezes seculares, como é, por exemplo, o Papado, na ordem religiosa, e, na ordem política, a constituição inglesa, ou a democracia suíça. Entre esse espírito de aperfeiçoamento gradual e o espírito sistemático, científico, radical, não há afinidade; há, pelo contrário, antagonismo, mesmo, (...) de naturezas. O reformador em geral detém-se diante do obstáculo; dá longas voltas para não atropelar nenhum direito; respeita, como relíquias do passado, tudo que não é indispensável alterar; inspira-se na ideia de identidade, de permanência¹⁴¹ (...). A natureza intransigente é exatamente o oposto; mesmo o Racionalismo Jacobino de 1793 não é porém sistemático, arrasador, como o metodismo científico. Não há paixão, por mais feroz, que se possa comparar em seus efeitos destruidores à inocência da infalibilidade. Os Terroristas de Paris 'massacravam' brutalmente como assassinos ébrios; os Teoristas inovadores amputam com a calma e o interesse frio de cirurgiões. (*Ibid.*, pp. 76, 77)

Balmaceda, portanto, negligenciou o espírito de reforma presente até então nos homens políticos de seu país, como os golpistas republicanos o negligenciaram no Brasil. Reforçar o governo presidencial em países como o Chile e o Brasil, “onde a opinião não pode ainda tanto como o Governo” (p. 78) é produzir um partido único, o do presidente. Desse modo, entre o poder pessoal e irrestrito de Balmaceda, precipitado em ditadura após a dissolução do Congresso em fins de 1890¹⁴², e os constitucionalistas,

¹⁴¹ O tom é muito similar ao do capítulo sobre “o espírito inglês”, de *Minha Formação*. Embora, de acordo com o que se vê no diário (2006, p. 370), Nabuco começa apenas em abril de 1896 a redação dos artigos de jornal que reunirá depois em livro, é possível que já tivesse prontos anotações e esboços, à altura da escrita dos artigos sobre Balmaceda.

¹⁴² A ditadura de Balmaceda, afirma Nabuco, contava “(...) com o entusiasmo da tropa e com um partido numeroso, como são os partidos oficiais sempre que o governo manda abrir as portas e deixar entrar todo o mundo (...)” (NABUCO, 2008, p. 93) Tal caracterização é idêntica à que faziam do governo

os quais, aos olhos de Nabuco, defendiam a tradição e os costumes chilenos, ele só podia apoiar os últimos.

À insinuação da guerra civil, no momento em que a esquadra toma a bordo os chefes do Congresso desfeito, Balmaceda teria decretado o aumento do soldo do exército em cinquenta por cento. Nabuco critica: “A primeira ideia da chamada *Defesa Nacional* é aumentar os soldos. Não era isto introduzir insidiosamente no esplêndido organismo chileno o gérmen do militarismo político [sul-americano], que (...) converte [os exércitos] em uma espécie de partido armado, a soldo do governo?” (*Ibid.*, p. 97) As ações de Balmaceda, a essa altura já embriagado pela tirania¹⁴³, são as únicas responsáveis pela guerra civil no Chile.

A iniciativa de Nabuco de expor o “balmacedismo” e culpabilizá-lo pelo que se passara no Chile lhe serviu de ajuste de contas com os republicanos brasileiros. Como apontou Alonso (2007), o apoio de Nabuco aos constitucionalistas revolucionários no Chile, como seu apoio aos revolucionários antiflorianistas de 1893 e 1894, era o apoio aos homens e ao modelo político do Império brasileiro, verdadeiramente afim às tradições nacionais. Não é por outro motivo que ele afirma: “A monarquia seria infinitamente mais humana do que a república, se o sentimento que tem feito tanto monarca abdicar, de preferência a aceitar a guerra civil, fosse reputado indigno de um presidente.” (NABUCO, 2008, p. 100)

de Floriano os seus opositores – Nabuco incluído –, especialmente no que se refere à participação dos estratos sociais ascendentes. Referindo-se ao manifesto que Balmaceda dirige ao país para justificar a ditadura, Nabuco o compara ao de Deodoro da Fonseca, ao dissolver o Congresso em 1891: “O Manifesto tem o caráter comum a todos os papéis desse gênero, que formam a seção mais importante nos arquivos sul-americanos. (...) Também entre nós, no Manifesto com que o general Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso em 1891, apresentavam-se, como motivos para a dissolução, além da infalível conspiração monárquica, uma série de queixas contra o Congresso, que não passam entretanto de uma crítica do modo por que ele exercitara atribuições exclusivas suas. Do que se queixa Balmaceda é também do exercício constitucional de atribuições legislativas, como se um poder que exerce as suas faculdades pudesse ofender a algum dos outros, e dar-lhe causa para atentar contra ele.” (*Ibid.*, p. 95)

¹⁴³ Nabuco atribui as ações de Balmaceda, que submeteram o país à guerra tendo podido evitá-la, à “grosseira embriaguez que produz nos melhores a sujeição de todos.” (2008, p. 98) O tirano “(...) não tinha mais a liberdade de si mesmo; entrara em uma dessas situações que tornam o homem um autômato moral, que o condenam a representar ao vivo, num palco improvisado, o papel de protagonista em uma peça composta, ao acaso dos acontecimentos, pela massa anônima que o acompanha.” (*Ibid.*, pp. 98, 99) Do contrário, como explicar que não se importe “(...) que a delação mercenária converta cada habitação em um cárcere; que as prisões se encham com o que a sociedade chilena conta de melhor; (...) que não se ouça outra voz na imprensa senão a do extermínio, como se funcionassem nas redações dos jornais os tribunais de sangue; que os chilenos todos sejam declarados suspeitos; sujeitos, se se movem, ao salvo-conduto, se permanecem em suas casas, à espionagem, se procuram salvar filhos, parentes, amigos, à inculpação; um estado social, enfim, em que todas as cabeças estão a prêmio.” (*Ibid.*, pp. 99, 100) Um estado social em tudo semelhante ao brasileiro sob Floriano.

O livro de Nabuco alcançou grande sucesso e o colocou de volta ao primeiro plano político. Convidado por Rui Barbosa, escreveu para o *Jornal do Brasil*, sobre a Revolta. No artigo, saído em 28 de maio de 1895, defendeu o asilo português a Saldanha da Gama. O comandante do *Mindelo*, Augusto de Castilho, agradeceu-lhe; os republicanos irritaram-se.

Mais ou menos um mês depois, o monarquista se ressentiria novamente: estava morto Saldanha da Gama.

Em Junho de 1895, sem outra possibilidade, ele atravessou a fronteira argentina, invadindo o Brasil à frente de um punhado de rebeldes. Verdadeira corrida em busca duma epopeia. Realmente, pouco adiante, em Campo Osório, encontrou a morte, que devia prever, e o fato lançou a última pá de cal nas possibilidades dos restauradores. (VIANA FILHO, 1985, p. 210)

A morte, violentíssima, deixou atônitos a todos¹⁴⁴. Os monarquistas correram a escrever artigos de pesar e exaltação. Após uma semana apenas, morria Floriano Peixoto, vítima de uma cirrose hepática.¹⁴⁵ “Os jacobinos purgaram seu luto, perseguindo portugueses e atacando o *Cidade do Rio*, onde Patrocínio se negara a pôr bandeira a meio pau.” (ALONSO, 2007, p. 271) Os tempos, embora mais tranquilos sob Prudente de Moraes, ainda eram de ânimos acirrados. Para muitos, contudo, era tempo de conciliação. Jaceguai chamou Nabuco à paz republicana. “Em carta aberta de 15 de setembro¹⁴⁶, lamentava a carnificina, mas lia o fim da Revolta como sepultura tanto do restauracionismo quanto do militarismo. 'O fato inelutável é a República; bem ou mal-organizada'.” (*idem*) Nabuco respondeu com *O dever dos monarquistas* (1895). Mantinha-se fiel ao passado. No opúsculo, continuou afirmando a superioridade da monarquia em comparação à república. Comparou a estabilidade e o respeito às tradições do Brasil imperial à anarquia e à “neocracia” (p. 18) republicanas. Embora visse melhorias sob Prudente de Moraes, ainda cria na vantagem do regime anterior:

Admito que tenha passado a época do Terror e a época do Diretório; que estejamos à imensa distância da Bastilha do Catumby e da intervenção estrangeira em nossas guerras civis; que tenhamos entrado no regime normal do país, assim como o México e a República Argentina; admito todas as condições favoráveis. Ainda assim a República e a sociedade

¹⁴⁴ Em carta a Hilário de Gouvêa, datada de 28 de junho, Nabuco escreve: “A morte do Saldanha nos trouxe a todos a maior desolação e a mais profunda dor. (...) [Ela] deixa uma legenda que viverá. (...) Como tudo isto abala e comove!” (NABUCO, 1949b, vol. 1, pp. 257, 258)

¹⁴⁵ Nabuco escreve no diário, em 29 de junho de 1895: “Morte do Floriano. É o jogo da morte. Ontem estavam os florianistas bebendo champanhe pela morte do Saldanha, hoje a morte jogou-lhes uma carta maior.” (NABUCO, 2006, p. 363)

¹⁴⁶ A carta a Nabuco chamou-se “O dever do momento”.

modificada por ela serão sempre um tipo de governo e de sociedade inferior, comparado à monarquia que tínhamos: muito menos satisfatório para o amor próprio nacional, menos expressivo de tudo que a nossa nacionalidade tem de nobre, de generoso, de elevado. (NABUCO, 1895, p. 25)

A vantagem do regime monárquico era a vantagem da civilização europeia. A monarquia permitia a maior expressão do que a nacionalidade brasileira tinha “de elevado” porque era a representante na América da velha civilização. Nabuco afirma não existir

uma civilização americana destinada a substituir a europeia¹⁴⁷. O que temos não passa de uma espécie de protecionismo político, sem gênio inventivo, sem habilidade de execução, de mão d'obra inferior, sem o talento sequer do plágio, e cujos produtos, como os da indústria protegida, não passam de grosseiras falsificações dos modelos copiados. O protecionismo em política, ciência, literatura, arte, religião, qualquer que seja a sua pretensão na indústria, é uma barreira apenas de ignorância. (*Ibid.*, p. 32)

Mantinha-se, como em *Balmaceda* e nos opúsculos anteriores, refratário ao americanismo do novo regime. Termina afirmando que “o dever (...) dos monarquistas sinceros quando mesmo a monarquia estivesse morta, seria morrer politicamente com ela.” (*Ibid.*, p. 34) Era o que pretendia fazer.

Em agosto de 1895, saíra no *Jornal do Commercio* a sua descrição da Revolta, do ponto de vista diplomático. Segundo Evaldo Cabral de Mello (2006), *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta* “(...) trata-se de uma análise pertinente do papel que as principais potências navais, exceção da Alemanha do Kaiser, desempenharam no conflito, desequilibrando em favor de Floriano sua contenda com a Marinha.” (p. 274) Na obra, vê-se claramente a crescente preocupação de Nabuco com a questão da soberania do país. De acordo com Angela Alonso (2007), ele

Equiparava a guerra a um duelo e avaliava os dois líderes a partir de códigos aristocráticos. Saldanha da Gama seria um gentleman – 'O que o inspira, o alenta e o arrebatava, é a honra', 'o cavalheirismo'. Já Floriano era feito da 'fibra ordinária dos antigos caudilhos do Prata', da qual emanara o 'espírito de extermínio' dos rebeldes. Nabuco negava aos florianistas a vitória. A Revolta malograra por erros próprios, como não organizar 'governo regular', incluindo civis, e pelo apoio 'ilegítimo' dos Estados Unidos ao governo. Queria desconstruir 'a legenda positivista do

¹⁴⁷ No fim do capítulo XVII de *Minha Formação*, intitulado “Influência dos Estados Unidos”, Nabuco afirma, em outras palavras, a mesma ideia: “(...) até hoje ainda nenhum galho americano de tronco europeu mostrou poder dar a mesma flor de civilização que a da velha estirpe. É possível que a civilização americana venha um dia a ser mais grandiosa do que qualquer que o mundo conheceu, mas eu consideraria perigoso, por enquanto, renunciar a Europa nos Estados Unidos a tarefa de levar a cabo a obra da humanidade.” (NABUCO, 2004, p. 141)

marechal Floriano', responsabilizando-o pela bancarrota do Estado, a carestia, o 'esfacelamento militar' do país, o terror 'sobre a sociedade apavorada'. 'Não é um grande general que ele recorda, é um grande carcereiro, um grande inquisidor'. Sua indignação explodia. (p. 272)

Como em *Balmaceda*, Nabuco exorciza os fantasmas florianistas. Aqui, foca especialmente a falta de patriotismo com que, a fim de neutralizar os revoltosos, o governo de Floriano abriu mão do controle sobre a baía do Rio e sobre sua própria armada em favor das forças estrangeiras. O governo de Floriano, segundo Nabuco, esperou o tempo todo que os estrangeiros tomassem seu partido contra a Revolta, e interviessem diretamente no conflito. A partir disso, afirmou:

O governo que recorre ao estrangeiro, para tirá-lo de uma grave dificuldade interna, sacrifica sempre a sua altivez e pode muitas vezes comprometer a soberania nacional. Há casos em que o socorro estranho em uma crise política não abate o país que o recebe. Esses casos são raros e sempre delicados. Há, porém, uma preliminar para eles: é que o socorro não seja pedido pelo governo. Desde que este precisa da força armada de outra nação para debelar uma revolta, reconhece a sua impotência, e é preferível que faça concessões razoáveis aos seus conterrâneos. (NABUCO, 1896, p. 29)

O impedimento estrangeiro a que a esquadra revoltosa atacasse a capital praticamente sepultou a rebelião. Havia, além de uma questão prática, uma questão de princípio. Segundo Nabuco, é provável que Custódio de Mello e Saldanha da Gama concordassem que canhonear a cidade do Rio de Janeiro constituía um ato selvagem e desumano. No entanto,

Uma cousa (...) era não bombardearem eles a cidade por não o quererem e outra ficarem impedidos de o fazer pela intervenção estrangeira. Deixando de bombardear por não querer fazê-lo, a Esquadra revestia-se, por esse mesmo fato, de maior força moral, e adquiria a autoridade precisa para impor ao marechal Floriano que não expusesse a cidade (...). Impedida, porém, e fiscalizada pela esquadra estrangeira, ela perdia desde logo metade de sua força; (*Ibid.*, pp. 32, 33)

A demissão do almirante norte-americano Stanton, por ter salvado ao pavilhão de Custódio de Mello deu ao governo a certeza da simpatia do presidente Cleveland e, nesse sentido, deixava clara a intenção norte-americana de intervir no conflito. Segundo Nabuco, foram essas circunstâncias que fizeram com que Saldanha da Gama deixasse a neutralidade em dezembro de 1893. A chegada ao Brasil do contra-almirante Benham, em janeiro de 1894, não deixava dúvidas:

A situação na baía tinha inteiramente mudado. Ao passo que as outras nações diminuía as suas forças, as dos Estados Unidos tornavam-se verdadeiramente imponentes. Ao *Charleston*, ao *Newark* e ao *Detroit* tinham vindo juntar-se mais dois grandes cruzadores, o *San Francisco* e *New York*, formando em nosso porto uma grande esquadra branca. Era

visivelmente uma demonstração, devida talvez à desconfiança ou receio de preponderância europeia no Brasil¹⁴⁸. (*Ibid.*, p. 52)

Além disso, o governo de Floriano, tendo-se aproveitado da resolução estrangeira de impedir o ataque à capital, armara-se disfarçada e calmamente. A armada revoltosa não tinha chance de sucesso. De acordo com Nabuco,

A intervenção tinha durante quatro longos meses aniquilado os recursos e destruído o alento da Revolta, desenvolvendo pelo contrário a confiança e o poder do Governo. Graças a ela, ao passo que os elementos de combate da esquadra, dia por dia, se dispersavam, se desfalcavam, (...) o Rio de Janeiro, com o círculo de suas defesas completo, surgia agora cidade fortificada. De certo, fora humilhante para o Governo a reunião quotidiana em nosso porto de um conselho superior de almirantes estrangeiros deferindo e indeferindo as queixas dos dois combatentes; resolvendo entre si o que podiam tolerar e o que deviam proibir quer às forças legais quer às revoltosas; apreciando cada tiro segundo o interesse comercial estrangeiro; verificando donde partia a provocação para decidir se a repulsa não a teria por acaso excedido¹⁴⁹. Foi, porém, este regime exclusivamente que tornou possível a fortificação dos morros sob os grossos canhões da esquadra (...). (*Ibid.*, pp. 55, 56)

Daf em diante, o que se segue é a agonia da revolta, com o pedido de asilo de Saldanha da Gama ao *Mindelo*. O governo brasileiro, denuncia Nabuco, fez o que pôde para conseguir que Augusto de Castilho lhe entregasse Saldanha e os demais oficiais asilados. Diante da recusa, o governo jacobino cortou relações com Portugal.

Nessa discussão a respeito do asilo, o que sobressai é a facilidade com que o Ministério das Relações Exteriores presume que o mundo inteiro há de esquecer ou suspender de repente os princípios os mais obrigatórios do Direito Internacional para atender a uma dificuldade momentânea do Brasil. Assim como para a repressão da Revolta julgou-se de nenhuma consequência o abrir o governo mão do princípio de soberania para pedir e aceitar a intervenção estrangeira, submetendo-se às decisões de um conselho de comandantes estrangeiros encarregados de regular as condições do tiro, entendeu-se também que era legítimo sustentarmos para um efeito transitório as mais obsoletas teorias, que tantas vezes havíamos nós mesmos repudiado como retrógradas. Isto quer dizer que as capitulações com o estrangeiro, quaisquer que fossem, pareciam

¹⁴⁸ Segundo Nabuco, o almirante Benham não partilhava das intenções dos outros comandantes de manter-se a equidade e o *fair play* para com a esquadra revoltada. Benham, desde sua chegada ao Rio, assume tom peremptório em sua correspondência com Saldanha, deixando transparecer que “não tinha o espírito desprevenido e que agiu como quem não queria perder a ocasião, talvez única, de obter um grande resultado.” (NABUCO, 1896, p. 84) A postura hostil dos Estados Unidos pode ser compreendida, de acordo com Nabuco, a partir das informações dadas oficialmente à legação americana de que “a revolta tinha por fim a restauração da monarquia.” (*idem*)

¹⁴⁹ O controle naval estrangeiro sobre a baía carioca assemelhava-se, segundo Nabuco, ao controle dual da França e da Inglaterra sobre o Egito, “para questões administrativas.” (NABUCO, 1896, p. 78) O Brasil submetia-se, desse modo, como a África, à esfera de ação do imperialismo das “Potências”. Tal submissão – e suas consequências à independência e à soberania – constitui crescentemente, como temos visto, uma das principais preocupações de Nabuco.

preferíveis ao menor ato de tolerância para com os adversários políticos.
(*Ibid.*, p. 70)

Tais “capitulações com o estrangeiro” são condenáveis do ponto de vista da mais básica “razão política”. A esse respeito, Nabuco afirma:

(...) [A] razão política (...) estabelece, quase como um axioma, que é preferível fazer ao adversário todas as concessões a receber o auxílio material do estrangeiro. Entre o princípio da autoridade e o da soberania, é melhor que a transação recaia sobre o primeiro.

A transação, contudo, recaiu sobre a soberania. O precedente é gravíssimo:

A lição dada pelo Governo ao país e ao mundo foi esta: — que à primeira dificuldade súbita, à primeira perturbação na vida política do país que os recursos do Governo não bastem para debelar, o pensamento de todos deve ser solicitar o concurso estrangeiro. Não há absolutamente diferença alguma entre pedir a navios de guerra estrangeiros que apresem ou contenham navios nacionais rebeldes e pedir a batalhões estrangeiros na fronteira, ou nos portos a forças estrangeiras de desembarque, que venham bater batalhões de linha insurgentes.

Nabuco fecha os artigos com uma apreciação nada lisonjeira de Floriano Peixoto, a quem se deve culpar pelo risco a que submeteu a soberania nacional. Intransigente, indiferente à destruição do Rio de Janeiro, tudo com que o marechal se importava era o extermínio dos adversários. Como Balmaceda, tentara comprar a obediência do exército com o aumento de soldos e distribuição de patentes. Nabuco afirma não negligenciar o fato de que Floriano tinha o direito de defender sua autoridade. No entanto,

[ele] não tinha (...) o direito de apelar para o estrangeiro; nem de recorrer ao terror e à tirania; nem de executar, ou deixar executar os seus inimigos, clandestinamente, sem que ficasse vestígio, como se o Brasil no século XIX tivesse retrogradado ao estado de Roma no reinado dos Bórgias.
(*Ibid.*, p. 129)

O retrato era implacável. Os monarquistas, que se rearticulavam¹⁵⁰, congratularam seu retorno à política militante. Publicaram manifesto no *Jornal do Commercio* a 12 de janeiro de 1896. O documento, escrito por Nabuco, tinha tom moderado. “(...) [À] maneira do 'Manifesto Republicano de 1870', esperava a mudança

¹⁵⁰ No dia 4 de janeiro de 1896, Nabuco dá nota de reunião, ocorrida no escritório de advocacia que dividia com João Alfredo, em que os monarquistas o encarregaram de “planejar e combinar o jornal”. (p. 366) De acordo com nota de Evaldo Cabral de Mello: *Nas condições inauguradas pela presidência de Prudente de Moraes, os monarquistas voltaram a se articular, após a conciliação entre os conservadores e os liberais, simbolizada pelo encontro, realizado na casa de Nabuco, de João Alfredo e do visconde de Ouro Preto, que haviam sido os últimos presidentes do Conselho do antigo regime. Resultou da iniciativa a criação de um diretório do partido, o projeto de um manifesto ao Paiz e a fundação de um jornal, que se deveria intitular Liberdade, de que Nabuco e Carlos de Laet seriam os diretores.*

pela decrepitude da ordem: '[...] a propaganda monárquica [...] não cogitamos. Quem a faria é a mesma república; é a evidência dos fatos'." (ALONSO, 2007, p. 272) Embora redator da peça, Nabuco a assinou em último lugar, após todos os velhos caciques. Ressentiu-se. O jornal dos monarquistas, "Liberdade", que, previa-se, Nabuco dirigiria com Carlos de Laet, era na realidade comandado pela cúpula partidária, da qual Nabuco era aliado. O fato era que ele não se entendia com os velhos restauradores. Queria uma monarquia renovada, modernizada; sabia da impossibilidade de conquistar apoio geral mantendo o sistema de deferências do passado. Em 20 de março, lê-se no diário:

Vem ao escritório Laet (...) pedir-me para colaborar com ele no *Liberdade*. Neguei-me. Disse-lhe que na propaganda e no período que atravessamos, em que se trata de captar e formar a opinião, eu trato de igual a igual o Ouro Preto e o Figueira, de potência a potência. (NABUCO, 2006, p. 369)

Em 22 de março, decidiu retirar-se de campo. No diário: "Hoje formei a resolução de retirar-me da política. Não posso associar-me. Não tenho com quem." (*Ibid.*, pp. 369, 370)

Tinha, no entanto, Eduardo Prado. O velho amigo monarquista, autor d'A *Ilusão Americana*, convidara-o a comandar, da capital paulista, o *Commercio de São Paulo*, onde poderia assumir o tom que desejava. A ideia o agradara. Nem chegou a fazer as malas, porém. A mudança era impossível. Os jacobinos mantinham-se em plena atividade, contra Prudente de Moraes e contra os monarquistas, e, em São Paulo, ameaçavam o jornal de empastelamento. Resolveu permanecer no Rio, de onde escreveria, remetendo pelo correio os artigos.

Em dois artigos semanais, tratou da guerra no Rio Grande e da do Chile com a Argentina, do câmbio, da 'americanização' do Brasil, do salário dos ministros e defendeu nova Constituinte. Tudo isso bordado de tradição, com citações de políticos e eventos do Segundo Reinado. O bordão era o paralelismo entre monarquia e república. Em 17 de março de 1896 chamou o Partido Monarquista de 'retrogrado-reacionário-retardatário'. Mas pregava a restauração e buscava adeptos, como ilustra um de seus títulos: 'Pode a monarquia ainda inspirar a mocidade?'. (ALONSO, 2007, p. 273)

Provavelmente não o podia. Acusou-se-a, contudo, de inspirar Antônio Conselheiro e os sertanejos do Arraial de Canudos, sertão norte da Bahia. Um acontecimento insignificante envolvendo o corte de madeira fez com que o governo baiano decidisse intervir no povoado. As forças estaduais, surpreendentemente, foram vencidas. Apelou-se, então, às tropas federais, tendo sido derrotadas duas expedições e

sendo morto, em uma delas – em março de 1897 –, seu comandante, o coronel Moreira César. A derrota causou uma onda de protestos no Rio de Janeiro.

Os jacobinos viam o dedo oculto dos políticos monarquistas em um episódio ligado às condições de vida do sertão e ao universo mental dos sertanejos. Essa fantasia era alimentada pelo fato de o Conselheiro pregar a volta da Monarquia. A República só podia ser coisa de ateus e maçons, como comprovavam a introdução do casamento civil e uma suposta interdição da Companhia de Jesus. (FAUSTO, 2000, p. 257)

Prudente de Moraes, por motivos de saúde, havia se afastado do governo em novembro de 1896. O vice, Manoel Vitorino, assumiu e, festejado pelos órfãos de Floriano Peixoto, dava indícios de que não pretendia deixar o posto. Em meio às vistas grossas do presidente em exercício, jornais monarquistas foram depreedados.

O Liberdade foi destruído, e seus redatores, caçados pela cidade. Ouro Preto e Gentil de Castro tentaram fugir no trem para Petrópolis. O visconde logrou entrar no vagão. Castro foi linchado. *O Comércio de São Paulo* foi empastelado. Prado embarcou para a Europa. Nabuco ficou. Sem aliados, sem emprego¹⁵¹. (ALONSO, 2007, p. 274)

Exilou-se na fazenda do Pilar, de propriedade do sogro, situada em Maricá, interior do Rio de Janeiro. Mesmo após Prudente de Moraes reassumir e garantir a proteção aos monarquistas mais eminentes, raramente vinha à capital. Refugiava-se não só em Pilar, mas também, como fazia de quando em quando desde 1889, no passado monárquico. Tomara assento no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – templo da memória do Segundo Reinado – em outubro de 1896, levado por João Alfredo. Segundo Alonso (2007),

¹⁵¹ Em 26 de Março, Nabuco escreve a Rebouças, dizendo: “Estamos outra vez neste desgraçado país sob o terror jacobino. Os monarquistas desapareceram da cidade para não se encontrarem com a masorca tiradentes, com *les bandes de massacreurs* que lincharam o pobre Gentil de Castro no trem de Petrópolis. A morte do Moreira César (...) [é] um golpe no prestígio do exército como a revolta o foi no prestígio da armada, e a diminuição do ascendente militar no espírito dos republicanos é um impulso para a anarquia no país. Os monarquistas que nada tiveram com o Antônio Conselheiro, que não são culpados do pânico da tropa nem da sua incapacidade para tomar um lugarejo defendido por fanáticos quase sem armamento, foram logo responsabilizados por tudo! Destruíram tudo quanto havia nas tipografias monarquistas e mataram a revólver o Gentil de Castro, que era o grande amigo, como você sabe, do Ouro Preto. A nossa condição aqui é esta: ao menor contratempo da República, a cada inépcia que ela comete, asneira que faz e lhe sai mal sucedida, soltam o grito de *mata monarquista!* e a rua do Ouvidor (hoje rua Moreira César!), enche-se de *sans culottes* prontos para qualquer « serviço ». Eis ao que reduziram o nosso país. De um povo honesto e sério que éramos tiraram essa escória sanguinária e epilética que hoje nos governa, dominando as ruas e impondo ao governo. Seja tudo pelo amor de Deus. A pátria é assim mesmo, é preciso não recusá-la nesses momentos em que ela se torna selvagem e hedionda, porque essa manifestação é o resultado e a expressão de causas anteriores acumuladas, é o erro das gerações passadas que dá o seu fruto. É preciso deixar passar o carnaval de sangue e a onda de lama, fiel ao nosso próprio destino, que foi nascermos brasileiros.” (NABUCO, 1949b, pp. 274, 275)

na posse, (...) protestou contra a obliteração praticada pelos positivistas, de modo a 'reduzir a História nacional a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant'. A República criava seus ícones, Nabuco vinha salvaguardar os imperiais, 'no momento em que o passado nacional corre risco de ser mutilado'. (...) Mas o Instituto Histórico cheirava o mesmo mofo do *Liberdade*: lotado de ressuscitadores da monarquia, sem reformas nem retoques. (pp. 280, 281)

Além do livro sobre a vida do pai, cujo primeiro tomo saiu pela Garnier em 1898¹⁵², desejava já fazer um balanço próprio. Em abril de 1896, deixara de remeter as “notas políticas” ao *Commercio de São Paulo*. Passou a enviar artigos sobre sua “Formação Monárquica”. Os dezenove artigos, inspirados nas memórias de Ernest Renan¹⁵³, seriam reunidos em 1900, com diferenças, no *Minha Formação*. Nabuco lograva revelar, em oposição à jacobina, a sua sensibilidade de aristocrata, de cosmopolita¹⁵⁴. O balanço era, segundo Alonso (2007),

(...) a narrativa exemplar da formação que a sociedade imperial dava a seus epígonos. A polidez e a erudição nasciam da imersão em meios culturais sofisticados (...). A literatura, a pintura, a elegância, as boas maneiras transcendiam a utilidade prática, mas eram indispensáveis na composição de um etos civilizado. Tudo o que faltava aos jacobinos. (p. 279)

Refugiava-se também nas letras, as quais desde a juventude disputavam-lhe à política. Nesse refúgio, era acompanhado por outros reformistas que tinham deixado os assuntos de Estado diante do radicalismo jacobino. Para os desiludidos,

(...) pasteurizavam-se as diferenças entre monarquistas e republicanos. Nova clivagem se fincava: políticos profissionais, ocupando o poder de Estado, e os autoproclamados 'homens de letras', como Taunay, Clóvis Beviláqua, Sílvio Romero. (*Ibid.*, p. 281)

Começavam a rarear os textos militantes, substituídos por memórias, historiografia, literatura. Muitos apareciam na recém-lançada *Revista Brasileira*, dirigida pelo

¹⁵² Em carta a Hilário de Gouvêa, de 21 de dezembro de 1896, Nabuco dá notícia de que, no dia anterior, terminara o primeiro tomo da *Vida* de seu pai. Os outros dois tomos estariam prontos, faltando apenas a “forma literária”. No dia 19 de maio de 1897, lê-se no diário: “Hoje assinei, presente Tobias Monteiro (...), o contrato com a casa Garnier para a publicação da *Vida de meu pai* e hoje mesmo entreguei ao senhor Stéphane Marie Etienne Lasalle, 'seu legítimo procurador', o manuscrito do primeiro volume.” (2006, p. 374) No dia 11 de janeiro de 1898, ele recebe o primeiro volume pronto, o qual é posto à venda nas livrarias somente em 24 de março do mesmo ano.

¹⁵³ “Souvenirs d'enfance et de jeunesse”, de 1883.

¹⁵⁴ A sensibilidade de Nabuco opor-se-ia ainda a outra, mais recente. Segundo Evaldo Cabral de Mello (2000), “Grande parte do interesse de *Minha Formação* consiste precisamente em exprimir a antiga sensibilidade brasileira, da monarquia e da República Velha, repudiada pela sua sucessora, a cultura que se tornou hegemônica a partir dos anos vinte e trinta e que é atualmente a nossa, embora caiba indagar por quanto tempo ainda. Daí que muitos trechos do livro soem de maneira insólita aos ouvidos do brasileiro de hoje e que este tenha dificuldade em entendê-los. Toda a anglomania de Nabuco nos parece naturalmente defasada numa conjuntura em que o Império transferiu-se para a outra margem do Atlântico.” (p. 25)

republicano José Veríssimo, na qual Nabuco fora convidado a participar. Negara, desconfiado do teor que assumiria a publicação. Veríssimo a manteve apartidária e, por isso, atraiu republicanos como Lúcio e Salvador de Mendonça, Graça Aranha e Rui Barbosa e monarquistas como Taunay e Eduardo Prado. Reinava Machado de Assis, cuja figura – não era declaradamente nem monarquista nem republicano – acabou atraindo Nabuco.

Nabuco fez-se membro efetivo e empenhado. Foi dos entusiastas da ideia de Lúcio de Mendonça de transformar o grupo em réplica da associação de letras francesa. Sem a sociedade de corte, o centro simbólico de distribuição de prestígio desaparecera. Extintos os títulos nobiliárquicos, em desuso as formas da cortesia, como a *mesura*, afloravam maneiras horizontais, trocando o 'senhor' por 'você'. (...) As almas cortesãs tiveram de inventar nova instituição, com novos critérios de hierarquia, nos quais a deferência aristocrática pudesse se compatibilizar com o moderno clamor por mérito. A Academia Brasileira de Letras (...) [era] para ser um centro da inteligência nacional, de novos aristocratas – não de sangue, mas de ideias. (ALONSO, 2007, pp., 281, 282)

Nabuco, secretário-geral, discursou na cerimônia de inauguração, em 20 de julho de 1897¹⁵⁵. Pregou a tolerância e o compromisso com a tradição, longe do espírito da política. Nessa, os ânimos não se haviam aquietado, mesmo vencida a revolta de Canudos. Em 5 de novembro, um soldado comete um atentado contra o presidente. Todos, mesmo os opositoristas, condenam o excesso jacobino. “O Congresso concedeu estado de sítio. A solidariedade da imprensa e da maioria dos chefes republicanos deu a Prudente condições de desbaratar o Partido Republicano Federal e o Clube Militar, pátrias jacobinas. E de fazer seu sucessor.” (*Ibid.*, p. 275) A eleição de Campos Sales sobre Lauro Sodré significou a morte do jacobinismo e, também, a do monarquismo. Não era possível, e fazia cada vez menos sentido, restaurar o velho regime.

¹⁵⁵ Ver “Academia Brasileira – discurso de inauguração”, em *Escritos e Discursos Literários* (NABUCO, 1901)

5. UNIÃO AMERICANA: NABUCO DIPLOMATA DA REPÚBLICA

5.1. Campos Sales e o fim do exílio

Manoel Ferraz de Campos Sales assume o governo em 15 de novembro de 1898. O momento é de otimismo. Seu antecessor, Prudente de Moraes, deixa o palácio presidencial aclamado pela população.

Campos Sales só poderia obter resultados satisfatórios, porque quando sobe ao poder, o jacobinismo e as dissensões estaduais estão praticamente controlados, através da ação enérgica do governo ou devido a acordos feitos por Prudente de Moraes. Na mensagem inaugural à Nação, Campos Sales (...) [afirma] seu desejo de harmonia entre o Executivo e o Legislativo e uma política independente em relação aos Partidos; mostra a existência de males econômicos e a necessidade de combatê-los, sempre colocando os problemas financeiros em primeiro plano. Assim, a constituição de seu Ministério é pautada por essas preocupações¹⁵⁶. (CARONE, 1971, p. 174)

Com apoio irrestrito no Congresso, onde praticamente cessam os conflitos, o presidente logra aprovar todos os seus projetos orçamentários e leis financeiras. Nos estados, as oligarquias no poder apoiam maciçamente as exigências do governo central. Esse renegociou a dívida externa e saneou as finanças, não sem diminuir a atividade econômica e causar a quebra de bancos. “Compensou começando a política de valorização do café. Sobretudo pacificou a República com a 'política dos governadores', garantindo o poder dos grupos dominantes em cada estado em troca de apoio legislativo.” (ALONSO, 2007, p. 287) A política apartada dos partidos visou, como apontou Carone, a formação de uma equipe de mérito e competência. Campos Sales desejava formar um “clube de notáveis”, segundo Alonso, não importando mesmo que fossem monarquistas. Pelo contrário, esses manteriam distância dos desentendimentos republicanos. Além disso, era a chance de desmobilizar em definitivo os restauracionistas. Lembrou-se de Nabuco.

A ponte foi o amigo, que se fizera grande empresário da imprensa, José Carlos Rodrigues, [que] com ele foi a uma festa em homenagem a Antônio Prado, em janeiro de 1898. Lá reencontrou o colega de escola, logo ministro da Fazenda, Rodrigues Alves e Campos Sales, aliado de campanha reformista. Nabuco tornou a impressionar. Tobias Monteiro,

¹⁵⁶ “Campos Sales nomeia os ministros, não pelo que representam politicamente, mas pelas suas qualidades pessoais. Joaquim Murtinho é Ministro das Finanças (...). Epiácio Pessoa, companheiro na Constituinte, e grande juriconsulto, ocupa o Ministério da Justiça e Interior. (...) Olinto de Magalhães, seu conhecido da Europa e diplomata, torna-se ministro das Relações Exteriores.” (CARONE, 1971, pp. 174, 175)

amigo da ABL, completou o serviço, dando *Um Estadista*¹⁵⁷ para o novo presidente ler. (*idem*)

Em 1899, Campos Sales convida o “notável” a ser o negociador do Brasil na questão das fronteiras com a Guiana Inglesa¹⁵⁸. Nabuco aceita e torna-se funcionário da república que tanto combatera. É apoiado na decisão por Rodolfo Dantas, Rio Branco e Eduardo Prado. Os velhos monarquistas – João Alfredo, Ouro Preto, Lafayette, Andrade Figueira – recebem muito mal a notícia. Como explicar a conversão?

Nabuco vinha mudando. Por um lado, a mudança era física. Envelhecia. Em 1898, relata frequentemente no diário ter sentido tonteiras, desconfortos estomacais e fortes enxaquecas. Pensava na morte. No dia 9 de maio, escreve:

(...) sinto-me, como em 1883, em estado de *pânico* – na atenção expectante de outrora. Voltei a usar um frasco com vinho e um de sal com receio de baquear. A impressão às vezes na cidade – na rua – é que não posso ficar de pé, que sou muito alto para a fraca bomba do meu coração cansado. Como renová-lo? (NABUCO, 2006, p. 377)

Poucos dias depois, em 17 de maio, recebe a notícia do falecimento do amigo André Rebouças¹⁵⁹. No diário, lê-se: “Há tempos eu olho para o outro lado, de modo que a morte de um amigo como ele não me parece mais uma separação. Ele chegará pouco mais cedo que eu, *voilà tout* [eis tudo].” (*idem*). Dois dias depois, morre Gladstone, o grande estadista inglês. No dia seguinte, escreve: “Ontem a morte de Gladstone – o maior da humanidade. Escrevo a José Veríssimo: estou como um operado, não sei quando se me levantará o aparelho.” (*idem*) Em janeiro de 1899, falece Taunay. Os amigos e os ídolos partiam. Nabuco sentia-se cansado, da vida que levava e da cidade. Cogitou mesmo viver no campo. Em 26 de julho, revela a Arthur de Souza Correia, ministro do Brasil em Londres:

Estivemos esses dois meses na roça, na fazenda de meu sogro, e os meninos deram-se muito bem. Será talvez a solução do nosso problema retirar-nos para o campo, onde a vida é mais barata e a saúde melhor. A questão é achar um pequeno sítio *self-supporting* em clima favorável e com alguma comodidade. (NABUCO, 1949b, vol. 1, p. 285)

Na verdade, sentia falta da Europa, especialmente da capital inglesa, e do homem que lá se havia tornado. Continua: “Eu quisera bem ter uma probabilidade de

¹⁵⁷ O primeiro volume de *Um Estadista do Império*, segundo nota ao diário de Nabuco, foi publicado em 24 de março de 1898. Ver Nabuco, 2006, p. 375.

¹⁵⁸ Em 3 de março de 1899, Nabuco escreve em seu diário: “Conferência em casa de José Carlos Rodrigues com o doutor Olinto, que me propõe a Comissão de Limites.” (NABUCO, 2006, p. 401)

¹⁵⁹ Rebouças caiu de um penhasco na ilha da Madeira, onde residia. Suspeitou-se de suicídio. Nabuco não o crê. Imagina que o amigo fora acometido de uma vertigem. Ver Nabuco, 2006, p. 377

ainda aparecer aí. Há seis anos já que não vou à Europa e em sete o homem muda por completo. Em breve não restará em mim nenhuma parcela do que estive em Londres.” (*idem*) Antes, em outra carta a Correia, de 20 de abril do mesmo ano, Nabuco havia pedido que o amigo tratasse com Alfred de Rothschild acerca de um posto de trabalho¹⁶⁰:

Não lhe posso mais falar da minha situação, tanto tenho martelado a respeito, mas não lhe oculto que preciso muito que você combine com o nosso amigo [Alfredo de Rothschild] alguma coisa em meu favor e que seja de vantagem ou utilidade para terceiros. Não me conviria nada de natureza reservada nem tampouco de mera sinecura. O meu livro em três volumes lhe dará idéia, creio eu, da minha aptidão para o trabalho. (...) Se indo a Londres, o que seria o melhor descanso de que hoje preciso depois da minha empreitada, eu tivesse *probabilidade* de achar colocação satisfatória, lá ou cá, com que prazer tornaria a ver as calçadas de Piccadilly! (*Ibid.*, p. 280)

O convite de Campos Sales dava-lhe justamente a oportunidade que pedira. Era sua chance de rever o velho continente e, ao mesmo tempo, de ocupar-se satisfatoriamente. Ainda melhor, possibilitava-lhe servir a uma causa importante e condizente com suas convicções. Como temos visto, Nabuco preocupa-se crescentemente com as questões da soberania e da colocação internacional do país. Fazer parte do corpo diplomático nacional, atuando numa querela de fronteiras, é perfeitamente coerente com tal preocupação. É, em verdade, culminância e consequência dela. Segundo Salles (2000),

A aceitação da República por parte de Nabuco (...), em aparente paradoxo, significou praticamente, de sua parte, o abandono da temática da expansão, ampliação e aprofundamento da cidadania¹⁶¹. Este abandono se deu em determinada conjuntura de sua vida, aquela em que ele, na meia idade, realizava o balanço de sua trajetória até então e o redirecionamento de seu projeto pessoal e político. (p. 46)

¹⁶⁰ A falta de trabalho fixo é um drama vivido por Nabuco desde 1889. Em 19 de agosto de 1898, quando completa 49 anos, ele diz em carta a Gouveia: “Nós em casa vamos bem. Viemos da roça onde fui fazer uma aprendizagem da vida que provavelmente terei que levar um dia, porque não temos renda para viver muito mais tempo na cidade, e parece que eu não sirvo para nada senão escrever livros e compulsar arquivos. Vivi, porém, e hoje só trato de não sacrificar os meus filhos e minha mulher.” (NABUCO, 1949b, pp. 288, 289) Tal drama – na realidade, a possibilidade de findá-lo – deve ter também pesado para que Nabuco aceitasse o convite de Campos Sales.

¹⁶¹ O mesmo Salles (2000) afirma que o arrefecimento da convicção de Nabuco na necessidade de prosseguir com as reformas que destruiriam a obra da escravidão não significa que tenha se tornado adepto de um regime de exclusão social. Os anos de campanha abolicionista, bem como o fato de que nunca fez sua cabeça o pensamento racista típico da virada do século no Brasil, não permitem tal suposição. Na verdade, “sua política elitista partia da constatação da inorganicidade da sociedade brasileira, que ele, depois da proclamação da República, deixou de ver como problema que tivesse solução no curto prazo.” (p. 49)

Tal redirecionamento, concretizado pela adesão à república, segundo Marco Aurélio Nogueira (2000b),

(...) [foi] todo pragmático. A restauração monárquica, afinal, havia ficado inviável, pois se reduzira à reposição mecânica do passado. Além do mais, era preciso dar condições de governabilidade à República dos civis contra os 'jacobinos militaristas'. (...) Nabuco optava pela pátria, pela causa nacional, pelo dever para com o país, não pela questão política. (p. 90)

Em carta de abril de 1899, a Domingos Alves Ribeiro, dirá:

Fui e sou monarquista, mas essa é uma caracterização secundária para mim, acidental; a caracterização verdadeira, tônica, foi outra: *liberal* — liberal não no sentido partidário, estreito, mas no sentido que decorre destas duas consciências profundas que tenho em mim, de criatura de Deus e de membro da humanidade. Essa é a caracterização política da minha vida, como a afetiva é a brasileira. São essas três grandes correntes morais — Deus, Pátria, Humanidade, que formaram a zona temperada do meu liberalismo, a única em que vivi. Por isso chamaram-me na Monarquia republicano e por isso fiquei na República monarquista. (NABUCO, 1949b, vol. 2, pp. 24, 25)

Acima de tudo liberal, Nabuco exerce a tolerância. Tolerara o poder pessoal do Imperador e, agora, fecha “(...) os olhos para os localismos que se organizavam como Estado e dirigirá seu antigo liberalismo para o curso do liberal-conservadorismo.” (NOGUEIRA, 2000b, p. 92) Liberal-conservador, monarquista na república, após uma década de “hibernação”, busca encontrar “(...) um eixo com que se relançar na vida pública. Encontrou-o na diplomacia.” (NOGUEIRA, 2009, p. 27) Através dela, Nabuco intencionava ajudar a “(...) organizar o novo regime e (...) inserir o país num mundo que mudava em termos de relações internacionais e ingressava em nova etapa do capitalismo.” (*idem*) Nogueira, como Salles, percebe que Nabuco se preocupa sobremaneira, aí, com a unidade nacional, não mais a que dependia da defesa do sistema de governo monárquico, mas a que depende da defesa do território. De acordo com Nogueira (2009),

Se, nos anos abolicionistas, o liberalismo foi convocado para honrar seus compromissos reformadores humanistas, no final da vida ele apareceria como alicerce moral de um Estado capaz de defender o território e a soberania para um povo-nação em constituição. (pp. 27, 28)

Além disso, a diplomacia evitava o ostracismo,

(...) o que seria, àquela altura (aos 50 anos de idade), uma morte antecipada. Permitiu-lhe entrar em sintonia com o país sem maiores exigências políticas ou ideológicas. A diplomacia estava revestida de uma auréola suprapartidária e patriótica incontestável, que deitava raízes no Império. Como reforço, fornecia a Nabuco o mundo e o afastava da política miúda. (*Ibid.*, pp. 31, 32)

Podia novamente desempenhar um grande papel.

Politicamente, Nabuco mostra não ter restrições significativas a Campos Sales¹⁶². Vê com bons olhos e como bom augúrio, por exemplo, sua viagem a Londres logo após eleito, a fim de tratar com os credores da *City* as possibilidades de empréstimos ao Brasil¹⁶³. Enxerga no novo presidente um homem distinto dos que ocupavam o poder republicano no país. Em carta a Correia de 26 de julho de 1898, afirma:

Eu que só desejo ver todos felizes e tudo próspero em redor de mim estimei muito que o Campos Sales fosse recebido desse modo na Europa. Ainda hoje chegam telegramas do acolhimento que ele teve do rei da Itália e do Papa. Teremos assim um Presidente homem do mundo em vez do jacobino que, há algum tempo, ele nos teria dado. (NABUCO, 1949b, vol. 1, p. 284)

Campos Sales fora o primeiro estadista brasileiro, diz-nos Alonso (2007), a tratar em pessoa com governos e banqueiros europeus. A república ganhava auto-estima. A própria sociedade mudava. Sob os auspícios do presidente, “o vigor cafeeiro impulsionou a recuperação econômica, expandiu a malha ferroviária, os bancos, o comércio, os serviços urbanos.” (ALONSO, 2007, p. 286) Nabuco notava as mudanças. No dia 7 de janeiro de 1899, os velhos amigos o acham diferente. Dá nota no diário: “Grande discussão em casa de D^a Marocas¹⁶⁴. Estão me achando muito mudado, quando o que muda não é o barômetro, é o tempo.” (NABUCO, 2006, p. 400) Diz, em entrevista republicada no *Jornal do Brasil*, que diminuía sua esperança na monarquia. De fato, a herdeira, Isabel, havia se desinteressado do trono e os velhos restauradores estavam definitivamente desmobilizados. Além disso, o serviço público, como diz ao aceitar o posto de adido de legação em Washington, em 1876, deve ser ocupado por quem melhor pode desempenhar suas funções, não sendo, de modo algum, propriedade do partido ou grupo no poder.

É a partir desses fatores que podemos compreender que Nabuco tenha aceito, em 5 de março de 1899, a nomeação para a “Comissão de Limites da Guiana Inglesa”. Ao aceitar, escreve ao ministro das Relações Exteriores, Olinto de Magalhães, dizendo que, “em 'questão de caráter todo nacional, como é a reivindicação de território brasileiro

¹⁶² No diário, a primeira menção ao presidente eleito dá-se no dia 1º de setembro de 1898: “Ontem o Campos Sales fez no banquete do Cassino as mais solenes declarações a respeito dos compromissos tomados: *economia e paz* é o seu programa. Voltaremos às relações normais entre devedor e credor.” (NABUCO, 2006, p. 384)

¹⁶³ Ver carta a Correia de 20 de abril de 1898 (NABUCO, 1949b, vol. 1, p. 280)

¹⁶⁴ Mulher de Soares Brandão, vizinho à Marquês de Olinda, velho político monarquista.

contra pretensões estrangeiras, seria faltar mesmo à tradição do passado que há anos procuro recolher e cultivar, invocar eu dissidência política (...)”¹⁶⁵. (ALONSO, 2007, p. 288) De fato. A tradição do passado imperial, a qual recentemente cultivara, com maestria, no *Um Estadista*, logrou mostrar-lhe que “(...) o espírito dos 'homens verdadeiramente fundadores (...) não estabeleceria nunca o dilema entre a monarquia e a pátria, porque a pátria não podia ter rival'.”¹⁶⁶ (VIANA FILHO, 1985, p. 223)

5.2. A Questão da Guiana Inglesa

Decidiu-se submeter a arbitramento a questão de limites da Guiana Inglesa em fins de janeiro de 1899, após esgotadas as chances de acordo direto entre Brasil e Inglaterra. Ambas as partes recusavam-se a fazer concessões, receosas de ferirem o brio nacional. (VIANA FILHO, 1985, p. 232) Estando Rio Branco ocupado com a Guiana Francesa¹⁶⁷, Correia, chefe da legação brasileira em Londres, cogitou o nome de Nabuco. Tobias Monteiro, por sua vez, trabalhou para que as portas da diplomacia republicana fossem abertas ao monarquista. Esse, embora, de início, julgasse Rio Branco a pessoa indicada, uma vez que já estudara o caso, aceitou, não sem deixar claro que não abdicava das suas ideias.

A questão, como afirma Viana Filho (1985), “tinha cabelos brancos”. Vinha desde 1841, quando o governo britânico autorizou que o governador da colônia levantasse as fronteiras e repelisse quaisquer invasões. A reivindicação de novas

¹⁶⁵ Em 8 de março de 1899, escreve a Soares Brandão: “Não quero que você saiba pelos jornais que aceitei o encargo de defender a nossa causa na questão da Guiana Inglesa. Você compreenderá que obedeço a um escrúpulo patriótico e faço um penosíssimo sacrifício, emprenhando-me depois da *Vida* de meu pai pelo Tacutu e Rupununi [rios da região em litígio]. Num serviço desses seria impróprio de mim invocar uma incompatibilidade política acima da qual o governo fora o primeiro a colocar-se. Foi sabendo-se de minhas ideias que fui convidado, e foi afirmando-as que aceitei. Não há aqui nenhuma transação para amesquinhar um ato depois do qual eu poderia morrer com a consciência tranquila. Procedi como o homem livre que só tem medo dela.” (NABUCO, 1949b, vol. 2, p. 7) Nesse sentido, dirá a Rui Barbosa em 14 de março: “Cria-me muito sinceramente convencido do que pratiquei. À custa do maior dos sacrifícios, o de expor-me ao juízo dos fariseus e dos publicanos, em vez de acabar, já agora, « no refúgio meditativo da religião e das letras », mostro que, se morrer amanhã, não levo para o túmulo somente um espírito monarquista e liberal, levo também um coração brasileiro.” (*Ibid.*, p. 10)

¹⁶⁶ Nabuco devia se lembrar também da lição de Thiers, a qual mencionamos e à qual retorna no capítulo XV do *Minha Formação*, “O meu diário de 1877”. Segundo ele, o estadista mudara sempre com a França, a fim de continuar a lhe servir. Sua fidelidade, mais que a partidos ou regimes, era, justamente, ao país.

¹⁶⁷ Segundo Alonso (2007) sugere, diante da necessidade de maior embasamento da questão, Rio Branco, desconfiado de que os ingleses levariam a melhor, passara o caso adiante, preferindo concentrar-se no litígio com a França. (p. 292)

fronteiras criou a discórdia. Em 1843, por sugestão de Lord Aberdeen, a questão quase se resolvera, tendo malogrado por causa da exigência de proteção a alguns grupos indígenas.

Depois disso, a questão dormira quase meio século. Somente em 1891 Sir Thomas Sanderson propusera a Correia a retomada dos entendimentos, pouco depois interrompidos pelo incidente na ilha da Trindade¹⁶⁸. (...) Por fim, em 1897, desejoso de por termo à querela, o Brasil apresentou nova proposta, e daí por diante a questão transformou-se numa espécie de jogo, em que cada qual dos contendores devolvia a bola atirada. No mesmo ano, em Abril, o Honorable Frances Bertie entregara uma contra-proposta. E, em dezembro, Correia punha nas mãos de Salisbury a *Memória* escrita por Rio Branco. Chegara-se porém a um ponto morto, pois dizendo embora a Correia 'que esse território não valia nada', Salisbury, em Maio de 98, sugeriu uma fórmula inaceitável. (...) Assim, depois de muitas voltas, (...) Nabuco ia entrar em cena. (*Ibid.*, p. 235)

Nabuco partiu para a Inglaterra em 3 de maio de 1899. Levou a família, criados e um secretário para auxiliá-lo nos trabalhos, Graça Aranha¹⁶⁹. Na viagem, morreu a filhinha de Graça, Almira, e a primeira providência tomada ao chegarem em Southampton, no dia 20, foi o traslado do corpo da pequena ao Brasil. Triste começo.

No dia 30, em Paris – para onde partira após breve passagem por Londres e onde instalaria a família, num hotel –, acertou, com um representante da casa Garnier, a publicação de dois livros em que reunia os artigos em defesa do Reinado: *Escritos e Discursos Literários e Minha Formação*¹⁷⁰. Era seu acerto de contas final. No último capítulo do *Minha Formação*, escrito em 1899, Nabuco mais uma vez justificava sua adesão. Essa devia ser compreendida a partir dos ensinamentos dos fundadores da nação:

Para tais homens, verdadeiramente fundadores, um terremoto poderia subverter as instituições, mas o Brasil existiria sempre, e à sua voz seria

¹⁶⁸ Ilha pertencente ao Brasil, localizada a mais de mil quilômetros da costa do Espírito Santo. O “incidente” refere-se à ocupação britânica, em 1895. (ver Alonso, 2007, p. 292)

¹⁶⁹ “Graça Aranha estava em São João del-Rei, quando Nabuco lhe telegrafou, convidando-o para secretário da missão. O convite mudou-lhe o destino. Depois de viver alguns anos no Rio, Graça, agitado, brilhante, com a cabeça cheia de ideias anarquistas de Kropotkin, exonerara-se do cargo de Procurador da República, por divergir de um ato do governo, e vira-se sem recursos. Partira para o interior. Como estava atribulado e se conhecia mal, imaginara vencer as próprias inquietações com um lugar de professor, num obscuro ginásio. Inesperadamente, Nabuco abria-lhe as portas do mundo. Ficou maravilhado: 'Esta viagem! Que sedução!', dizia.” (VIANA FILHO, 1985, p. 260)

¹⁷⁰ No primeiro, publicado em 1901, defendia o Império cultuando seus ícones culturais – “Anchieta, Camões, Renan, João Caetano, Sarah Bernhardt, a rainha Vitória –, (...) [as] associações intelectuais, o IHGB e a ABL, e (...) [as] carreiras ceifadas pela República – Taunay, Rodolfo, (...) Soares Brandão (...)” No segundo, saído em 1900, Nabuco “(...) compilava a série do *Comércio de São Paulo*, dos piores meses jacobinos. A 'formação' do título original não podia se atribuir ao monarquismo, que se fora como orientação política. Virou 'Minha' formação, acrescida de trechos de *Foi Voulue* – por ele nunca publicada – que ressaltaram seu catolicismo de origem como base emotiva do abolicionismo.” (ALONSO, 2007, pp. 289, 290)

forçoso acudir, qualquer que fosse o vendaval em torno, e quanto mais ferido, mais mutilado, mais exausto, maior o dever de o não abandonar... (NABUCO, 2004, p. 217)

Acudiria o Brasil justamente numa querela com a amada Inglaterra¹⁷¹. Devia redigir uma memória, fundamentando a reivindicação na anterioridade brasileira na ocupação da região. O trabalho, embora feito para ele e para seus talentos de historiador, era árduo. Precisava de uma equipe. Colaborariam geógrafos, topógrafos e os jovens da nova geração da ABL, todos maravilhados com a chance de trabalhar junto a Nabuco, figura admiradíssima. Primeiro foi Graça Aranha; depois, juntaram-se Caldas Viana e Domício da Gama – “apelidado 'o Nabuquinho', de tanto mimetizar o chefe.” (ALONSO, 2007, p. 292)

Instalada a família, partiu para a Inglaterra. A primeira tarefa foi rechaçar um laudo que dava à Venezuela, em disputa com os ingleses, parte do território brasileiro. Trabalhou junto a Rio Branco. Sentindo-se rebaixado, Correia ressentiu-se. Julgou que Nabuco exorbitava de sua função. O caso devia ser tratado por ele, o ministro brasileiro em Londres¹⁷².

Em junho de 1899, [Correia] usou um jantar para propor acordo direto entre Brasil e Inglaterra e, assim, tirar o amigo da parada. Sabotado, Nabuco reclamou a Rio Branco. A solução não era simples. Ali estavam três velhos companheiros, cuja convivência frívola de juventude contradizia a seriedade dos assuntos sob suas alçadas. Não conseguiam colaborar porque tinham de concorrer. Nabuco era a figura incômoda porque, em vez de ascender humilde, voltava comandando tarefas. A amizade permitia falar francamente a Rio Branco e desdenhar alvites de Correia. Assim, recriava as turras que abandonara cruzando o oceano. (*Ibid.*, p. 293)

Para piorar, Nabuco foi diagnosticado com “neurastenia”. A saúde, que já não vinha bem no Brasil, piorara em Londres, especialmente sob a crise com Correia. Somavam-se aos desconfortos estomacais, ansiedade, palpitações. Como a questão da

¹⁷¹ Eduardo Prado escreveu no *Correio de S. Paulo* em defesa de Nabuco. Aí – nos dizeres de Viana Filho (1985) – ressaltava: “Esqueciam-se [os monarquistas] de Sir John Lubbock, que dizia ser a América do Sul um continente desperdiçado? E Kipling com o seu *The white man's burden*. Não se lembrariam que Nabuco ia ‘ferir uma batalha pelo Brasil?’” (p. 241)

¹⁷² Segundo Viana Filho (1985), “Por ‘um excesso de amor próprio’, dizia Penedo, Correia ameaçava licenciarse, se tivesse de dividir com outrem as funções junto ao Foreign Office [britânico]. Queria ficar só no palco, e enquanto esperava o tratado de arbitramento, Nabuco devia permanecer nos bastidores. Posição um tanto incômoda, às vezes perigosa, que provocava pequenos ciúmes entre os auxiliares de cada qual. Oliveira Lima, homem de espírito, e que possuía humor suficiente para ser o primeiro a rir da própria figura enorme, redonda como um tonel, era o secretário da Legação, e não suportava Graça Aranha, a quem chamava ‘turibulário’. Econômico nos elogios, perdulário nas críticas, não surpreende que tivesse dificuldade em conquistar amigos e facilidade em fazer inimigos.” (p. 260)

Guiana não exigia ponto fixo, decidiu partir para a França, ficar com a família. Instalou-se em Saint Germain-en-Laye, nos arredores de Paris, em que podia bancar uma residência confortável e a partir de onde se deslocava facilmente à capital. Seguindo conselho de Hilário de Gouveia, cunhado e médico, Nabuco visitava estações de água, a cuidar da saúde. Sentindo-se melhor, viajava, com vistas a recuperar o tempo longe do velho mundo. Correu França, Suíça, Itália, Alemanha, acompanhado às vezes por Rio Branco, Rodolfo, os assessores. Muitas vezes, levava a família. Em Paris, retomara o convívio com Eduardo Prado e não deixava de visitar a princesa Isabel, especialmente nas datas-chave do antigo regime¹⁷³.

Apesar das diferenças, Nabuco, Correia e Rio Branco sabiam que, a fim de terem alguma chance na questão, na qual o Brasil era a “panela de barro”, precisavam trabalhar juntos.

Como procede nessas ocasiões, a Inglaterra escondia o jogo. Dois pontos, entretanto, estavam evidentes: além da lassidão própria de quem não quer andar, para ganhar tempo, desejava a questão resolvida por um tribunal. Justamente o contrário do pretendido pelo Brasil, que tinha pressa e pleiteava confiar a decisão a um Chefe de Estado. (VIANA FILHO, 1985, p. 261)

Do lado brasileiro, sugeriu-se o Grão-Duque de Baden, o qual, inesperadamente, foi aceito pelo primeiro-ministro britânico, Lord Salisbury. Desde o aceite, porém, as coisas andaram vagarosas. Em outubro de 1899, proferiu-se a sentença do tribunal incumbido de traçar as fronteiras entre a Venezuela e a Guiana Inglesa. A sentença consentia à Inglaterra a maior parte do território contestado.

Reunido em Paris, sob a presidência do internacionalista Martens, o tribunal representava uma sugestão dos Estados Unidos, e dele fazia parte o ex-presidente Harrison, o que lhe aumentava a importância política. E, inexplicavelmente, o tribunal declarara que a Guiana Inglesa, em toda a região do rio Branco, confinava com a Venezuela, e não com o Brasil. Exorbitando das suas funções, antecipava-se à solução do litígio anglo-brasileiro, e feria fundamentalmente os direitos do Brasil. (*Ibid.*, p. 267)

¹⁷³ Numa dessas visitas, em fins de outubro de 1899, Nabuco reencontra, após dez anos, Eufrásia Teixeira Leite. A reaproximação, esboçada, não se deu por mais de dois meses, novembro e dezembro de 1899, quando, com a desculpa de visitar a irmã convalescente, comparecia à casa de Eufrásia sempre com flores à mão. Quando Chiquinha faleceu, arranhou que Graça Aranha cuidasse de seu inventário. No entanto, Nabuco era agora “chefe de um clã” e a esposa, Evelina, à ameaça do passado, “reivindicou seus direitos de matrona”. (ALONSO, 2007, p. 297) Cobrou o marido, especialmente diante da séria doença da filha, Maria Ana, que acabou fechando Nabuco no lar. Ele e Eufrásia não mais se reencontrariam.

Os ingleses tinham um trunfo. Não era pouco. Como acabara de se meter na guerra dos Bôers¹⁷⁴, na África, Nabuco suspeitava que a Inglaterra atrasaria qualquer decisão quanto ao Brasil, ou, diante do resultado recente, voltaria a insistir em um tribunal arbitral. Acenando com a possibilidade da resolução direta, para voltar atrás alguns meses depois, os ingleses protelavam. O gabinete de Salisbury, o ministério do Estrangeiro (*Foreign Office*) e o ministério das Colônias (*Colonial Office*) propunham soluções opostas. Nada podendo fazer, sob o risco de tornar-se desnecessário no caso de uma negociação direta, Nabuco partiu para Biarritz, em meados de fevereiro de 1900, a cuidar da convalescença da filha Maria Ana. Apesar do motivo da viagem, satisfez-se em ver a praia, que, por causa da linha de palmeiras, lembrava-lhe o Flamengo e Copacabana. Hospedado no Hotel Continental, partilhou da companhia de Eça de Queirós, a quem conhecia desde 1893, via Eduardo Prado.

Em Biarritz, Nabuco recebeu, por meio de um telegrama de Oliveira Lima, a notícia da morte de Correia¹⁷⁵, aos 40 anos de idade. O súbito falecimento do ministro brasileiro em Londres, causado pelo rompimento de um aneurisma, sem demora levantou a questão: quem o sucederia? Para Nabuco, a dúvida era angustiante. “Bastava a nomeação de um ministro com o qual não se entendesse bem, para mudar por completo o panorama.” (*Ibid.*, p. 271) Campos Sales, entretanto, pensara nele. Diante do embaraço representado pela nomeação de quem afirmara claramente servir à pátria mas não à república, resolveu-se nomear Nabuco “ministro em missão especial”, para tratar especificamente da questão da Guiana Inglesa¹⁷⁶, ficando a legação entregue ao

¹⁷⁴ A guerra dos Bôers se desenrolou entre 1899 e 1902 e opôs o império britânico às repúblicas africanas de Transvaal e Orange. Motivada pela descoberta de diamante e ouro na região de Joanesburgo, no Transvaal, a Inglaterra visou à quebra de autonomia dos bôers na exploração da região. As tropas britânicas reuniram combatentes de várias de suas colônias e foram responsáveis pela morte de grande número de civis em combate direto, de guerrilha, e em campos de concentração. A violência gerou oposição, especialmente do Império Alemão. A guerra modificou a política isolacionista britânica, fazendo com que buscasse aliados internacionais. A controvérsia em torno dessa guerra e as relações internacionais precipitadas em seu redor auxiliaram a ditar a composição das linhas de combate na Primeira Guerra Mundial. Ver Wikipédia: “Boer Wars” (en.wikipedia.org/wiki/Boer_Wars) e VICENTINO (1999, p. 335).

¹⁷⁵ Escreve no diário, no dia 23 de março de 1900: “[...] Telegrama do Oliveira Lima, anunciando-me a morte do Correia. *Hodie tibi, cras mihi!* [Hoje você, amanhã eu!]...Grande abalo para mim essa morte, que sentirei cada vez mais... Como tenho perdido amigos ultimamente e escapado de perder. Morreu de repente na cama... Pobre Correia!” (NABUCO, 2006, p. 419)

¹⁷⁶ Em carta a José Carlos Rodrigues, de junho de 1900, Campos Sales escreve: “Temos tido imenso desejo de aproveitar o Nabuco para a vaga de Correia. V. Sabe quanto o considero e quais as minhas simpatias por ele. Acho que ninguém ocupará com tanta vantagem esse lugar de tão múltiplos interesses para nós. Há só uma cousa, que me embaraça um pouco e V. Poderá concorrer para que isso desapareça. Terá ele dificuldade em manifestar de um modo positivo *pela República*, em vez de ser *pela Pátria*, como tem declarado até hoje?” (VIANA FILHO, 1985, nota 50, p. 290) Nabuco “(...) não

encarregado de negócios, Oliveira Lima. A ocupação efetiva do posto decidir-se-ia posteriormente. Nabuco não pôde declinar. Mesmo que em “caráter provisório”, porém, a nomeação encontrou os monarquistas em grande comoção, devido à prisão de Andrade Figueira e ao comparecimento forçado de João Alfredo à delegacia, ambos acusados de conspirar contra a República. Atacaram impiedosamente o antigo correligionário. A separação era definitiva.

Quando do falecimento de Correia, a Inglaterra fazia tentativas no sentido da negociação direta. Nabuco, antes encarregado de estudar e coligir documentos que auxiliassem na resolução, era agora o responsável pelo próprio desenrolar da questão. Apesar disso, é Rio Branco quem redige a nota a ser dirigida ao *Foreign Office* britânico, a qual só é entregue após autorização do ministro das relações exteriores brasileiro, Olinto de Magalhães.¹⁷⁷ Somente no fim de julho Nabuco instala-se com a família em Londres e se apresenta ao primeiro-ministro inglês, Lord Salisbury¹⁷⁸. No encontro, predominou a cortesia. “Apesar desse começo lisonjeiro, os entendimentos não tardaram a marcar passo.” (*Ibid.*, p. 296) Apenas em dezembro dar-se-ia fato novo. Nabuco, que já negociava a essa altura com o marquês de Lansdowne, novo encarregado da política externa britânica,

(...) pouco depois de vencida por Paranhos a questão do Oiapoque e certo de que a Inglaterra exigiria maiores concessões, (...) lançou as cartas na mesa: ou o acordo, na base da proposta apresentada em 98, ou o arbitramento. Forçava uma decisão. Havendo Lansdowne optado pela última fórmula, restava apenas acertarem os pormenores do tratado. (*Ibid.*, p. 297)

No mesmo mês, fazia-se necessário o preenchimento da legação. Oliveira Lima, a quem havia cabido até então o comando interino, foi removido para o Japão. Nabuco devia tomar uma decisão. Aceitou. Ocuparia o que ainda era o lugar mais cobiçado da diplomacia nacional. O cargo enterraria “(...) o Nabuco provisório dos anos 1890, insulado em casa e na igreja.” (ALONSO, 2007, p. 299) Ressurgia o homem dos salões.

aceita (...) oficialmente a legação por um resto de escrúpulo monárquico, mas concorda na sua nomeação de plenipotenciário em missão especial, afim de tratar da questão...” (NABUCO, C., 1928, p. 354)

¹⁷⁷ No dia 4 de julho de 1900, Nabuco escreve no diário: “[...] Recebo projeto nota Rio Branco para o encarregado [Oliveira Lima] apresentar.” No dia 9: “telegrafo ao dr. Olinto pedindo autorização para propor traçado Rio Branco.” No 20: “Telegrama governo: 'Salisbury não aceita mas autorizo proposta Rio Branco'. Remeto nota Oliveira Lima registrado.” (NABUCO, 2006, p. 434) Oliveira Lima, encarregado de negócios da legação, é quem devia remeter a nota a Salisbury.

¹⁷⁸ Antes, é apresentado a membros do *Foreign Office* e, em jantar na casa de Alfred Rothschild no dia 26 de julho, é apresentando ao príncipe de Gales, futuro rei Eduardo VII. (Ver NABUCO, 2006, p. 434)

Aproveitou como pôde a sociedade londrina, embora se dissesse menos disposto para os compromissos demandados pela posição¹⁷⁹. Da parte “litúrgica” até que gostava. O que o aborrecia era o trato administrativo, a vida de repartição.

O dia-a-dia comezinho destruía a idealização do lugar de Penedo. (...) O cargo perdera o relevo de outrora. Os republicanos preferiam os Estados Unidos, que prosperavam, enquanto a Inglaterra se afundava em guerras coloniais – a da vez era o Transvaal, donde saíria a África do Sul. Nabuco acompanhava a rinha dos imperialismos europeus¹⁸⁰, mas sem a vivacidade dos tempos de *Jornal do Comércio*. Até os rituais aristocráticos perderam o encanto quando sentiu na pele a arrogância inglesa: diplomatas sul-americanos eram sistematicamente excluídos dos jantares do rei. Nabuco protestou. Recebeu desculpas, mas se deu conta do desdém da Europa pela América do Sul. (*Ibid.*, p. 303)

O desdém confirmar-se-ia tempos depois, com o resultado do arbitramento da questão da Guiana. Com o intuito de coligir documentos sobre o caso – o qual, em agosto de 1901, teve o projeto de arbitramento apresentado¹⁸¹ – e, certamente, desejo de fugir à rotina burocrática da legação, Nabuco decidiu viajar. Passou pela França, Alemanha e Bélgica. Ao retornar a Londres, foi surpreendido com um telegrama de Olinto de Magalhães, ministro das relações exteriores, afirmando que não queria o Grão-Duque de Baden como árbitro.

¹⁷⁹ “[Nabuco] não era mais um jovem dândi. ‘Os meus retratos me envelhecem muito e me deprimem’, lamentou a um amigo, em abril de 1901. Era um cavalheiro dobrando a curva da velhice.” (ALONSO, 2007, p. 301) Em 31 de agosto de 1901, escreve a Graça Aranha: “Para não sofrer de *spleen* é preciso entrar inteiramente na vida inglesa, como o Correia e o Soveral, mas para isso é necessário um estímulo como eles tinham um e outro, o Soveral – o desejo de brilhar (...), o Correia a sua partida de *whist* e as suas corridas (...). Depois um e outro começaram cedo, contraíram o hábito, todas as outras emoções da vida atrofiando-se. Para mim é tarde!” (VIANA FILHO, 1985, pp. 300, 301)

¹⁸⁰ A situação do mundo na virada do século inquietava Nabuco. Em carta a Domingos Alves Ribeiro, de 06 de novembro de 1899, ele escreve: “O mundo está dando tais voltas! Desta guerra do Transvaal, que não poderá sair? O dramaturgo divino está agora muito ocupado com a terra e as peças deste fim de século, Dreyfus, Transvaal, estão dando casas cheias... Se as grandes Potências se pegarem, será um choque que nos atirará todos pelos ares a grande distância e eu talvez vá parar lá ou sabe Deus onde... É curioso e interessante todo esse movimento que se precipita.” (VIANA FILHO, 1985, nota 26, p. 278) No diário, escreve, em 26 de março de 1900, citando e comentando os dizeres do chanceler alemão, príncipe de Hohenlohe: “Tive sempre uma fé profunda no progresso da humanidade; não obstante, devo confessar que, nestes últimos anos, minha fé tenha ficado um tanto abalada. A *struggle for life* [luta pela vida] que nos é imposta pela natureza (...) tem, com efeito, tomado ultimamente um caráter tal que nos aproximamos mais do mundo animal (...). (...) O que há é que hoje não se tem mais a ilusão, a crença ilusória na generosidade humana, que assinalou outras épocas mais crédulas: hoje *on se rend bien compte* [percebemos bem] da pequena chance do fraco tendo só o direito por si.” (NABUCO, 2006, pp. 421-423) O pano de fundo da reflexão de Nabuco é a situação dos Estados não-centrais, como o Brasil, diante da força – que não raro implica em desrespeito ao direito internacional – das “Potências”, exemplificada pelo neocolonialismo europeu e, no caso brasileiro, pela intervenção estrangeira na revolta da Armada.

¹⁸¹ “(...) em Agosto, o projeto estava concluído. Nas linhas gerais, era semelhante ao da Venezuela. Mas, em três pontos essenciais, prevalecera a opinião do Brasil: limitação da área litigiosa; escolha de um árbitro, que conheceria apenas do direito das partes e da apresentação, em fases sucessivas, de três Memórias, em vez de duas.” (VIANA FILHO, 1985, p. 300) Em novembro, Nabuco começaria a escrita da primeira Memória. (ALONSO, 2007, p. 364)

Para a Inglaterra era o mel na sopa. E a 6 de novembro, (...) Nabuco assinou o tratado de arbitramento, resultado dum paciente trabalho de cerca de dois anos. Tivera de esperar as vitórias de Roberts e Kitchener no Transvaal, e vencer muitos obstáculos. E tudo teria corrido às maravilhas se, em vez do Rei da Itália, em quem recaíra a escolha, o árbitro fosse o Grão-Duque, com os seus professores de Heidelberg, como imaginara Paranhos. Uma nuga, talvez. Mas, experiente, conhecedor do jogo diplomático, Penedo perdera todas as esperanças. (VIANA FILHO, 1985, p. 303)

Em março de 1902, Rodrigues Alves seria eleito à presidência da República. Rio Branco foi escolhido o novo Ministro das Relações Exteriores.

5.3. Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores

Rodrigues Alves foi eleito em 1º de março de 1902. “Saía a gente do café paulista, começava a ‘República dos Conselheiros’, reconduzindo ao poder notáveis do extinto Partido Conservador.” (ALONSO, 2007, p. 304) Para o ministério das Relações Exteriores, convidou José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, famosa figura nacional desde a vitória na questão da Guiana Francesa.

A indicação do amigo ao ministério, se à primeira vista podia parecer uma boa notícia a Nabuco, pela consideração que lhe tinha e pelo bem do país¹⁸², significou-lhe, ao contrário, imenso aborrecimento. Era preciso acomodar o ministro que saía. Paranhos, desejoso de assegurar a si o posto de Roma para o caso de desgostar do ministério, sugeriu que Nabuco acumulasse a missão da Guiana com o comando interino na Itália, ficando Londres com Olinto. Nabuco disse só aceitar se Roma lhe fosse dada em definitivo. Na realidade, não queria deixar Londres, o melhor dos mundos possíveis. Além do mais, era preciso acompanhar de perto os movimentos ingleses na querela de fronteiras.

Rio Branco não gostou. Como “retaliação”, indicou o nome de Nabuco, recusando o convite do presidente. Nabuco não o levou a sério e declinou, alegando, além da necessidade de ficar em Londres, incompatibilidades de liberal¹⁸³. Em

¹⁸² Em carta a Paranhos, de 10 de maio de 1902, Nabuco escreve, referindo-se ao convite de Rodrigues Alves: “Se (...) [o incômodo da mudança de vida] ficasse fora de questão, (...) você não devia recusar. O Brasil vale bem esse sacrifício, porque o pobrezinho está muito precisado de homens para não mergulhar no remoinho sul-americano. Esta é uma fase crítica exceto para os grandes impérios, e ainda assim estes não sabem o que lhes vai acontecer. É a era dos *trusts* e dos *combines*.” (NABUCO, 1949b, vol. 2, pp. 121, 122)

¹⁸³ Acerca da recusa de Rio Branco e da indicação de seu nome, Nabuco escreveu a Paranhos, em 30 de julho de 1902: “Muito sentiria sua recusa. Quanto à sua *retaliação* comigo não tem onde se pôr de pé.

setembro, tendo Rio Branco finalmente aceito o posto, o impasse em torno da remoção de Nabuco para Roma continuava. O novo ministro insistia¹⁸⁴. Para tentar conciliar, Nabuco propôs unir as legações de Londres e Washington sob si. Caso não quisesse ficar no ministério, Rio Branco teria os Estados Unidos.

A resposta foi no meio da rua, em Paris, como soube Evelina, em 14 de (...) [novembro]¹⁸⁵: “[...] tivemos o Rio Branco e eu uma discussão quase acrimoniosa [...] sobre a tal questão da Legação da Itália, que ele não se resigna a me ver renunciar. A atitude dele coage-me extraordinariamente e se eu pudesse demitia-me de tudo [...]”. Podia resistir. Era titular em Londres. Rio Branco não tinha força para removê-lo. (*Ibid.*, p. 305)

Por fim, Nabuco foi confirmado na legação de Londres. A amizade entre os dois, no entanto, apesar das pazes, não se restauraria. Em 22 de novembro, Nabuco desabafaria à mulher: “O Paranhos não tem uma verdadeira atenção com os amigos [...]. Nunca me disse uma palavra carinhosa e creio que foi muito contrariado por eu não lhe guardar o lugar[...]’.” (*idem*)

Para piorar o estado de espírito de Nabuco, sobreviera-lhe a surdez. Em viagem à Escócia, após um passeio a carro aberto registrado no diário em 15 de setembro, deixou de ouvir quase inteiramente. Mesmo tendo andado de sumidade em sumidade

(...) Eu não seria o homem, você é, e sua recusa é uma calamidade nacional. Sacrifício era, mas por isso mesmo é que lhe faria tanta honra aceitar. Você desconfia de si, mas à *l'oeuvre* suas antigas afinidades políticas voltariam. O atual sistema é conservador. Não serve para um liberal como eu o presidencialismo; serviria, porém, para um *conservador* como você. É uma pena, e grande pena, a sua recusa, do ponto de vista nacional, que é o único para nós que gostamos da história.” (NABUCO, 1949b, vol. 2, pp. 124, 125)

¹⁸⁴ Nabuco escreve a Rio Branco nos dias 02 e 07 de setembro de 1902, para tratar do assunto. No dia 02, reafirma o desejo de não ir para Roma, pelo menos enquanto não findasse o arbitramento. Diz-se incapaz de conciliar os postos, “pela estreiteza dos prazos”. Pedu: “Eu quis a sua glória, a sua elevação, não queira o meu sacrifício.” (NABUCO, 1949b, vol. 2, p. 129) Aproveita para reafirmar ao amigo a importância de sua atuação à frente da chancelaria brasileira, especialmente como forma de contrapor o ímpeto imperialista europeu e norte-americano para com a América do Sul: “A questão é o país. Se não devemos empenhar tudo para que ele seja uma nação e evitar-lhe a sorte da Polônia ou de Venezuela e Colômbia. Ainda ontem eu lia no *Spectator*: «O Brasil é o mais esplêndido trecho de terra ainda não desenvolvido, mas com os seus negros, os seus índios, os seus mestiços, é essa uma parte da «tarefa do branco», (the *White Man's Burden*, a idéia de Kipling) pesada demais para nós, ela deve pertencer ao jovem Hércules que estira os braços do Atlântico até ao Pacífico e não só à sua velha mãe menos ambiciosa e menos ativa.» É essa idéia que não somos, e não podemos ser uma nação, branca, tomar a nós também parte do *White Man's Burden*, que os europeus e americanos do Norte todos têm, que nos deve indignar e mover a fazer todos os sacrifícios pessoais, cada um de nós, enquanto é tempo, para garantir a sorte do nosso país. O futuro tomará conta de si mesmo, e eu sinto-me rejuvenescer de entusiasmo com a sua entrada para os negócios. (...)Vá com «a *unidade nacional acima de tudo*» para diante e através de tudo e você terá uma chave mágica para entrar e sair em todas as questões.” (*Ibid.*, pp. 127-130)

¹⁸⁵ Alonso (2007) afirma que a carta a Evelina é de 14 de setembro. De acordo com os Diários (2006, p. 505), contudo, a carta é de 14 de novembro. Nabuco continua: “(...) fiquei muito incomodado com a atitude dele para comigo, e a insistência impertinente que põe (e quase animosidade) na sua ideia fixa de que eu devo cumular os dois lugares. Já é minha sina. Realmente! Custa-me amanhã fazer a viagem com ele.” (*idem*)

pela Europa, dali em diante contaria com um só ouvido. Para culminar, no dia 28 do mesmo mês, morre sua mãe, dona Ana Benigna. Em meio a tudo isso, sofrendo ainda de fortes enxaquecas, trabalhava de dez a doze horas diárias nas Memórias. A primeira, *Frontières du Brésil et de la Guyane Anglaise. Le Droit du Brésil*, foi apresentada ao árbitro, rei Vítor Emanuel¹⁸⁶, em de fevereiro de 1903; a segunda, réplica, *La Prétention Anglaise; Notes sur la partie historique du Premier Mémoire Anglais; La Preuve Cartographique*, em setembro de 1903; e a terceira, a tréplica, *La Construction des Mémoires Anglais; Histoire de la Zone contestée selon le Contre-Mémoire Anglais; Reproduction des documents anglais suivis de brèves observations; Exposé Final*, em fevereiro de 1904¹⁸⁷.

O argumento, na linha de Rio Branco, escorava-se na doutrina do *uti possidetis* do Segundo Reinado, martelando a precedência da ocupação brasileira nas áreas em litígio, com base em documentação farta e original. Nabuco reconstruiu a colonização portuguesa na bacia do Amazonas, valendo-se profusamente de historiadores, viajantes, geógrafos, tratados de direito internacional – e *Os Lusíadas*. Escreveu itens curtos, de subtítulos auto-explicativos, forrados de glosa de documentos. Texto sem ênfase, rebarbativo. Nisso estava a léguas de Rio Branco, o qual, diz Álvaro Lins, cuidava de escrever memórias curtas e objetivas, para não cansar os juízes. Nabuco ficou satisfeito com o trabalho. (*Ibid.*, p. 308)

Além dos vários volumes que compunham as Memórias, trabalhava no litígio em outra frente, exercendo uma “diplomacia social”. (*idem*) Desde 1903, quando partira para Roma a fim de entregar ao rei Vítor Emanuel a primeira parte do trabalho, Nabuco se entregara à sociedade romana. Devia forjar um círculo de relações:

Na realidade, já se sente cansado para (...) desempenhar [o papel], mas, como um velho ator, fatigado da plateia e ainda apaixonado pelo teatro, ele precisará requestar velhas princesas, mostrar-se gentil com as condessas e suportar a futilidade de alguns diplomatas. É o seu ofício. (VIANA FILHO, 1985, p. 318)

Não raro se aborrecia do artificialismo da “campanha mundana” (*Ibid.*, p. 319) Para levar o trabalho a bom termo, necessitava um intervalo e, além disso, um novo refúgio. Nabuco, para produzir, gostava de sempre mudar de ares. Na França, passou por Cannes, Calles-les-Eaux, Nice, Paris e Corniche, nos arredores de Marselha. Para o escritor, as andanças faziam bem. No entanto, o esforço, produtor de dezoito volumes

¹⁸⁶ Nota de Evaldo Cabral de Mello: *Vítor Emanuel III (1869-1947) foi rei da Itália entre 1900, quando ascendeu ao trono em virtude do assassinato de seu pai, Humberto I, por um anarquista, e 1946, quando abdicou em favor do filho, devido à cooperação da Casa de Sabóia com o regime fascista de Mussolini*. (NABUCO, 2006, p. 511)

¹⁸⁷ Ver Alonso, 2007, pp. 307, 308 e Nabuco, 1949b, vol. 2, nota 2, p. 124

em cerca de dois anos, foi de balde. Em 14 de junho, é lida a sentença¹⁸⁸: vitória inglesa. “Vitor Emanuel desejava tudo, menos aborrecer a poderosa Inglaterra.” (*Ibid.*, p. 330) Um historiador italiano, poucos anos depois, revelará a Graça Aranha que, embora a comissão reunida para o estudo da questão tivesse dado razão ao pleito brasileiro, o rei italiano decidira por conta própria dar vitória aos ingleses, dizendo “que não podia fazer uma coisa desagradável à Inglaterra’.” (*idem*) Prevaleceu a força do imperialismo britânico. O resultado do arbitramento refletia a balança política internacional, na qual a jovem república sul-americana praticamente não tinha peso. A velha admiração pelos soberanos e a ignorância desses fatos fizeram com que Nabuco buscasse compreender a decisão do monarca, a quem defendeu em carta a Rio Branco, de 19 de julho de 1904:

Aí tem-se atacado a escolha da Itália por a suporem desejosa de agradar à Inglaterra, mas isto em nenhum sentido é justo. O Rei é pelo contrário muito altivo, e a parcialidade que teve foi a parcialidade própria dos árbitros de contentar as duas partes que os escolheram. Infelizmente ele compreendeu mal o seu papel, supôs que era ele pessoalmente, e não a Itália, que tínhamos encarregado de estudar a questão e constituiu-se ele próprio o juiz; ora, para isso era preciso que ele se dedicasse exclusivamente ao assunto durante longos meses e que julgasse sobre as próprias provas e não sobre relatórios de outros. (NABUCO, 1949b, vol. 2, pp. 170, 171)

Apesar de parecer conformado, Nabuco ressentira-se profundamente. No mesmo dia da leitura da sentença, escreveu a Evelina:

Foi um quarto de hora terrível a da leitura que o Rei nos fez (...). A consciência de ter feito o mais inspirou-me um desdém transcendente ao ouvir a sentença, mas, se a inteligência desdenhava, o coração lamentava o desastre do nosso incontestável território, e a mão tremia quando tive de assinar o recibo dela'. (VIANA FILHO, 1985, pp. 330, 331)

Do Brasil, Nabuco recebeu o conforto que provavelmente uma vitória não teria despertado. Saudou-se por toda a parte a dedicação do patriota. Rio Branco, no entanto, frio e realista¹⁸⁹, tirou vantagem do infortúnio.

Não tendo demovido Nabuco, que resistira à ideia da transferência de Londres para Roma, (...) aguardara ensejo favorável. Logo concebeu hábil plano, que consistia na criação, em Washington, da primeira embaixada do Brasil, com que se premiaria o advogado vencido. Plano perfeito e irresistível. Ao mesmo tempo em que protestava a Nabuco, depois do 'desastre', a confiança do governo, a vaga de Londres punha-lhe

¹⁸⁸ Nabuco escreve no diário: “Às 11 horas ao Quirinal, somos introduzidos o Embaixador inglês e eu; o rei, depois de algumas palavras, faz-nos sentar cada um de um lado, ele no sofá, e dá-nos leitura da sentença.” (NABUCO, 2006, p. 552)

¹⁸⁹ Oliveira Lima, desafeto de Rio Branco, veiculou mais tarde que Paranhos teria experimentado íntima satisfação com o malogro de Nabuco. Ver Viana Filho, 1985, p. 331.

nas mãos a carta, que esperara pacientemente. (...) Despido de malícia, Nabuco aceitou. (*Ibid.*, pp. 331, 332)

Assim, por obra de retaliação, oportunismo ou do tino diplomático e histórico de Rio Branco¹⁹⁰, talvez a combinação de tudo isso, Nabuco seria, dali em diante, o principal responsável e articulador da política de aproximação do Brasil aos Estados Unidos.

5.4. A embaixada de Washington e o pan-americanismo

Joaquim Nabuco não gostava de Washington. Quando servira ali, como adido de legação entre 1876 e 1878, passara a maior parte do tempo em Nova York, como faziam quase todos os diplomatas no país. Achava a cidade parada e sem atrativos. Além disso, a ideia de trocar a Europa pelos Estados Unidos era bastante desagradável ao aristocrata. Em trecho de carta a Graça Aranha, transcrito no diário em 23 de novembro de 1904, Nabuco afirma:

'Custou-me tanto instalar-me em Londres que eu veria com terror a remoção no dia seguinte. Washington é um duplo desterro, porque se está longe do Brasil e da Europa. A vida lá é muito cara e a esse respeito eu mal melhoraria de sorte. Não tenho entusiasmo algum pela ideia de ir lá acabar a minha carreira. Mas como lhe disse, desde que entrei para ela, quero dizer para a vida pública, resolvi como Hércules o dilema entre o prazer e o dever. Precisaréi, porém, se o Rio Branco continua nessa ideia, saber as condições da transferência e a esperança que se me deixaria de uma troca, se as circunstâncias de clima e outras me fossem lá contrárias'. (NABUCO, 2006, p. 556)

Para o caso de não se adaptar, esperava ao menos a chance de nova remoção. Tinha quase cinquenta e seis anos quando chegou a Nova York, em 19 de maio de 1905. Envelhecido, o corpo reclamava descanso e ressentia-se das longas viagens.¹⁹¹ Assim que chegou, foi tomado pela dúvida. Escreveu a Evelina no dia seguinte: “Não vejo nada claro, (...) nem sei como tudo isto acabará. Estou com medo de ter feito uma

¹⁹⁰ Em um telegrama a Nabuco de 18 de junho de 1904, quatro dias após o laudo do rei italiano, Rio Branco diz: “Como sabe, (...) o posto mais importante para nós é Washington e precisamos ali de um homem de valor. Se puder aceitar, diga-me com urgência!” (VIANA FILHO, 1985, pp. 331, 332)

¹⁹¹ Quando completou cinquenta e cinco anos, em 19 de agosto de 1904, Nabuco anotou no diário: “Cinquenta e cinco anos. Já rezei o meu *Te Deum*, mas o dia não se passou bem, forte enxaqueca (...). Tenho, também, ao levantar-me da cama, uma forte dor reumática nas costas e braço esquerdo, como não me lembro ter sentido tão forte. Passou felizmente *sous peu* [dentro de pouco tempo], mas tenho a sensação, ou sentimento, de que a embarcação faz água por toda a parte e não pode resistir a grandes viagens. Nem sei se é prudente passar o inverno em um clima do Norte, tenho medo pelo outro ouvido, e agora, reumatismos.” (NABUCO, 2006, p. 555)

grande tolice aceitando este posto'." (VIANA FILHO, 1985, p. 341) No dia 24, porém, apresentou as credenciais ao presidente Theodore Roosevelt. Na ocasião, proferiu discurso no qual enfatizou "o nosso comum ideal americano' e desejou o 'o aumento da imensa influência moral que os Estados Unidos exercem sobre a marcha da civilização'." (ALONSO, 2007, p. 312) Apesar das dúvidas, de não gostar do clima, da comida, da "afluência burguesa", acabou ponderando, em 22 de junho: "Se eu vir a) que posso servir e b) se o governo me der os meios, irei ficando até poder renunciar'." (*idem*). Não renunciaria. Nos próximos cinco anos, o embaixador trabalhará intensamente numa nova causa: o pan-americanismo.

A causa pan-americana

(...) representa uma inflexão importante no percurso intelectual de Nabuco, que, contudo, antedatou de alguns anos sua nomeação para Washington. Em 1901, ele pedia em carta a Tobias Monteiro que dissesse ao presidente Campos Sales não haver no serviço diplomático brasileiro 'maior monroísta do que eu', por estar persuadido de que 'se não fosse o espantinho norte-americano, estou certo, a Europa já estaria tratando a América do Sul como a China, a Ásia e a África'.¹⁹² (CABRAL DE MELLO, 2006, p. 392)

Nabuco enxerga na aproximação aos Estados Unidos a melhor – em realidade a única – maneira de proteger o país do novo imperialismo europeu, com o qual vinha crescentemente se preocupando¹⁹³. A derrota na questão da Guiana destruiria quaisquer ilusões remanescentes. Daí sua conversão a um "monroísmo bem compreendido"¹⁹⁴, em palavras de Marco Aurélio Nogueira (2009), distinto do dos republicanos, que

¹⁹² Em 1902, em carta a Rio Branco, Nabuco repetirá: "Eu sou um forte Monroísta, como lhe disse, e por isso grande partidário da aproximação cada vez maior entre o Brasil e os Estados Unidos. Se eu fosse ministro do Exterior e o Presidente consentisse, caminharia firme nesse sentido." (NABUCO, 1949b, vol. 2, p. 132) Nesse mesmo ano, em dezembro, "chamou de '*disgusting*' (em inglês mesmo) as últimas edições de duas revistas publicadas em Londres, o *Spectator* e a *Saturday Review*: 'Discute-se a partilha da América do Sul como se fosse a África. Parecem supor que o Brasil já pertence à esfera alemã'." (BETHELL, 2010, p. 79) Carolina Nabuco (1928) defende que era antigo o interesse de Nabuco pelo estreitamento da amizade entre Brasil e Estados Unidos, transparecendo já em sua atuação política imperial. (pp. 433, 434) Marco Aurélio Nogueira (1984) discorda dessa interpretação. Para ele, antes da adesão de Nabuco à república e da mudança da política externa nacional, sua preocupação com a questão era apenas marginal. (nota 16, p. 203)

¹⁹³ Segundo Evaldo Cabral de Mello, "(...) o Nabuco que se instala em Washington no verão de 1905 assistira na Europa nos últimos anos um fenômeno que o assustara especialmente, o novo imperialismo, sobretudo o inglês e o alemão, que se vinha exercendo sobre um planeta que encolhia rapidamente em função da aceleração do progresso tecnológico e que desembocará na Primeira Guerra Mundial. (...) Os tempos eram de grandes provações não só para as pequenas nações como para a conservação das antigas que haviam ficado à margem do jogo internacional de poder. As coalizões não ofereciam mais garantias, em vista da sua fragilidade, e cada país só podia contar consigo mesmo." (2006, p. 393)

¹⁹⁴ Em dezembro de 1905, Nabuco dirá a Rio Branco, em trecho de carta bastante revelador: "Nunca em minha opinião, um brasileiro teve tanta responsabilidade nos destinos do nosso país como você ante os

acreditavam que o americanismo era uma 'força cósmica (...)', uma espécie de 'garantia dada não só à independência, mas à forma republicana em todo o continente'. Nabuco não aceitava que se pudesse predeterminar o 'modo que a civilização há de encontrar para se introduzir no Continente'. (p. 32)

Nesse sentido, não seria justo ou correto “(...) referenciar o pan-americanismo de Nabuco a uma capitulação diante da supremacia norte-americana.” (*Ibid.*, p. 33) Segundo Evaldo Cabral de Mello (2006),

O Pan-americanismo de Nabuco é (...) a resposta às suas preocupações sobre a segurança internacional do Brasil. Que o leitor suspenda sua natural tendência a vê-lo através das lentes do antiamericanismo atual e do repúdio ao entreguismo para procurar compreendê-lo no contexto dos primeiros anos do século XX. Malgrado todas as provas compiladas pelo ardor europeísta de Eduardo Prado em *A Ilusão Americana*, a ameaça ainda não é percebida como sendo os Estados Unidos, mas a Inglaterra e a Alemanha (...), que eram os principais investidores no país.¹⁹⁵ (p. 395)

A defesa pan-americana deve ser compreendida, portanto, à luz da preocupação de Nabuco com a consolidação da soberania nacional. No mesmo diapasão de Ricardo Salles (2000), segundo o qual, como vimos¹⁹⁶, há uma alteração de ênfase nas preocupações de Nabuco desde meados da década de 1890, Marco Aurélio Nogueira (2010) afirma que:

Se com o reformismo abolicionista (...) [Nabuco] projetara o nascimento de um povo de cidadãos, com a política pan-americana imaginária contribuir para a consolidação de um Estado soberano, independente, senhor de seus interesses e atento às circunstâncias e aos humores do tempo histórico. Eram causas que, bem ou mal, se completavam. (p. 45)

dois caminhos que se lhe deparam: o americano e o outro, a que não sei como chamar, se de latino-americano, se de independente, se de solitário. Eu, pela minha parte, sou francamente monroísta (...). Note você que eu não acompanho as idéias de Mr. Roosevelt sobre ocupação norte-americana, ou outra, de alfândegas, etc, de países sul-americanos. O meu monroísmo é mais largo e não me prende a esses expedientes que ele imagina para «justificar» (...) a doutrina de Monroe perante a Europa, a qual o aperta todos os dias por causa dessa «doutrina» (...). Para mim o que eu quero é uma espécie de aliança tácita, subentendida, entre os nossos dois países; que vamos nesse caminho tão longe e quanto nos seja possível, e que fiquemos desde já certos um do outro. (...) Não estou trabalhando para mim. Será uma fatalidade, se nós não concordarmos em encarar o futuro do nosso país do mesmo modo, porque da concordância podia nascer um grande acontecimento, uma nova era nacional.” (NABUCO, 1949b, vol. 2, pp. 237-239)

¹⁹⁵ Rubens Ricupero (2009) concorda com Cabral de Mello e Nogueira. Segundo ele, a motivação de Nabuco “(...) foi, acima de tudo, a segurança do território brasileiro, ameaçada (...) [pela] tendência jurídica europeia definida a propósito do Congo pela Conferência de Berlim em 1885. Esses princípios, reafirmados em 1888 pelo Instituto de Direito Internacional, pretendiam ter valor universal. Afirmavam que o único meio reconhecido de adquirir e conservar a soberania territorial era a exigência de posse atual e ocupação efetiva.” (p. 95) O próprio Nabuco afirma, em nota ao diário de 12 de dezembro de 1905: “Para nós a escolha está entre o Monroísmo e a recolonização europeia. (...) Monroísmo é assim a afirmação da independência e integridade nacional pelo único sistema que as pode garantir.” (NABUCO, 2006, pp. 588, 589)

¹⁹⁶ Ver capítulo 2, seção “Da nação cidadã à nação soberana” do presente trabalho.

Apesar da mudança de ênfase, a questão era ainda o Estado nacional.

Se na primeira fase a unidade da nação dependia da defesa de um sistema de governo (a Monarquia parlamentar), na segunda ela passa a ter valor em si, independentemente de regimes, partidos e governantes, um *telos* absorvente, sem o qual o futuro se comprometeria. Se, nos anos abolicionistas, o liberalismo foi convocado para honrar seus compromissos reformadores humanistas, no final da vida ele apareceria como alicerce moral de um Estado capaz de defender o território e a soberania de um povo-nação já num momento mais avançado de constituição. (*idem*)

Devia-se atentar, portanto, à “inserção do país num mundo que mudava em termos de relações internacionais e ingressava em nova etapa do capitalismo.” (*idem*) Surgiam novas potências econômicas e militares – a Alemanha na Europa e os Estados Unidos na América –, as quais desafiavam a hegemonia britânica¹⁹⁷. As ambições norte-americanas foram

(...) reveladas pela convocação da primeira Conferência Pan-Americana em Washington, em 1889-1890, pelo comentário do secretário de estado norte-americano Richard Olney durante a crise da Venezuela em 1895 ('Os Estados Unidos são praticamente soberanos neste continente e seu *fiat* tem força de lei para os sujeitos que estão confinados à sua interposição') e pela intervenção norte-americana na guerra de independência de Cuba da Espanha (1898), seguida pela anexação de Porto Rico e pelo estabelecimento de um protetorado sobre Cuba. (BETHELL, 2010, p. 80)

Em 1904, na mensagem anual ao Congresso, o presidente Roosevelt enunciou seu corolário à Doutrina Monroe¹⁹⁸. Diante de seu poderio na região, era natural que “a hegemonia regional norte-americana substituísse a britânica. Os Estados Unidos ficariam responsáveis pelo estabelecimento (muito necessário) da ordem, da paz e da estabilidade no hemisfério.” (*Ibid.*, p. 81)

O foco preferencial da política externa brasileira, desde 1889, vinha já apontando uma migração de Londres para Washington. O discurso americanista dos republicanos fora posto em prática por Salvador de Mendonça, chefe da legação

¹⁹⁷ Nabuco escreve ao barão de Albuquerque, em 5 de janeiro de 1905: “É o sistema político do globo que começa em vez do antigo sistema europeu! É um grande assunto de observação tudo isso. Pode-se dizer que estamos nas vésperas de uma nova era. Para nós o observatório de Washington é em tal conjuntura o mais importante de todos.” (NABUCO, 1949b, vol. 2, p. 200)

¹⁹⁸ “*Uma transgressão crônica, ou uma impotência que resulte num afrouxamento generalizado dos laços da sociedade civilizada, pode requerer em última instância, na América Latina como em outros lugares, a intervenção de algum poder civilizado [...]. No Hemisfério Ocidental, os Estados Unidos podem ser forçados, ainda que de forma relutante, ao exercício de um poder de polícia internacional.*” (BETHELL, 2010, p. 81)

brasileira nos Estados Unidos. Sua atuação projetara o caminho que seria mais tarde trilhado por Nabuco, cuja direção mostrou-se

(...) evidente no endosso brasileiro às posições norte-americanas na 1ª Conferência Pan-americana e na recíproca militar a Floriano na Revolta da Armada¹⁹⁹. Essa política foi mantida por Assis Brasil e por Alfredo Gomes Ferreira, que passou o cargo a Nabuco. Criando a embaixada, Rio Branco solidificava a aliança não escrita, como a chamou Bradford Burns²⁰⁰, entre Estados Unidos e Brasil. (ALONSO, 2007, p. 316)

De acordo com Nogueira (2009), desde que assumiu o ministério das Relações Exteriores em 1902, Rio Branco soube continuar a tradição diplomática imperial e, ao mesmo tempo, mostrar-se suficientemente moderno para notar a nova ordem de coisas. Buscando como possível a independência, procurou “(...) um inteligente equilíbrio entre a influência britânica e a influência norte-americana, aproximando-se dos Estados Unidos para contrabalançar o peso da Inglaterra e cortejando a Argentina e o Chile para conter as ambições do Norte.” (p. 32) Sem ter a intenção, contudo, acabou impulsionando a “americanização” da política externa nacional.

Mais que ele, Nabuco foi o verdadeiro artífice dessa americanização. Pela consolidação da aliança, trabalhou em mais de uma frente. Uma das mais efetivas era a sua “campanha mundana”, a “diplomacia social” que como ninguém sabia desenvolver. Alcançou prestígio por suas habilidades e encanto pessoal. “Se na Europa a política de salão era a maneira usual de levar adiante cargos no estrangeiro – no que Nabuco aprendeu com Penedo –, nos Estados Unidos, a cultura diplomática era ainda meio tosca. Por isso, foi logo visto como flor no pântano.” (ALONSO, 2007, p. 314)

Deu-se bem com o Presidente Theodore Roosevelt, embora fossem em muitos aspectos bastante diferentes entre si, “(...) cada qual podendo admirar no outro qualidades que desejaria ter.”²⁰¹ (VIANA FILHO, 1985, p. 342) Naquela sociedade

¹⁹⁹ Evidente também no fato de que, “ao contrário da maioria dos governos hispano-americanos, que reagiam com suspeita e desconfiança a esse novo interesse norte-americano no hemisfério, o governo brasileiro não criticou os Estados Unidos pela intervenção em Cuba em 1898 e aprovou o corolário Roosevelt à Doutrina Monroe em 1904.” (BETHELL, 2010, p. 81)

²⁰⁰ E. Bradford Burns é autor de trabalho pioneiro sobre a questão, intitulado “A Aliança Não Escrita – O Barão do Rio Branco e as Relações Brasil-Estados Unidos” (2003), cuja primeira edição é de 1966.

²⁰¹ “Nabuco, sonhador, angustiado pelas suas dúvidas, talvez invejasse aquela personalidade pragmática, que transbordava de vigor; enquanto Roosevelt, que parecia sempre haver acabado de trocar as roupas de *cowboy*, sentiria certo fascínio pelo belo homem de salão, de cujas palestras resumava a poesia.” (VIANA FILHO, 1985, p. 342) Roosevelt “(...) era um americano básico – prático, autoconfiante, enérgico. Tinha quase a idade de Nabuco e iniciava o segundo mandato. Herói na guerra contra a Espanha na Independência de Cuba, em 1898, tinha gosto por história e pendão naturalista – escrevendo, mais tarde, *Through the Brazilian Wilderness*, sobre sua aventureira expedição à Amazônia.” (ALONSO, 2007, p. 315) Sobre essa expedição, ver MILLARD (2007)

ferozmente modificada, em quase nada semelhante à que vira três décadas antes, o Presidente seria a única exceção, um “Noé” em meio ao “dilúvio de trustes e de dinheiro”. Com o tempo, contudo, Nabuco aprenderia a ver no país mais que a ambição desmedida e se converteria em grande admirador de sua gente. “Acusá-lo-iam de algum excesso. Oliveira Lima, por exemplo, nas suas azedas *Memórias*, censura-o por ter sido *too American* (...)” (*Ibid.*, p. 343) Era do feitio de Nabuco essa capacidade de adaptação, indispensável a que pudesse continuar agindo sob contextos tão distintos.

Com o secretário de Estado, Elihu Root, dava-se ainda melhor. Root, antes de se tornar político, fora professor e advogado bem-sucedido. Conhecia os clássicos, sabia latim e partilhava dos mesmos gostos e opiniões de Nabuco. Tornaram-se amigos. Seu diferencial era, segundo Nabuco, o interesse sincero pela América Latina (NABUCO, C., 1928, p. 441)

Com ele, Nabuco palpitava sobre a política norte-americana para a América Latina e se tornou tão influente que Walker Martinez, embaixador do Chile, lhe disse, em dezembro de 1905: 'Você acaba de chegar, e se hoje deixasse a Embaixada já teria feito mais em um mês em Washington do que outros em anos'. (ALONSO, 2007, p. 315)

O embaixador alugou antiga casa de Root, localizada em 14, Lafayette Square, bem próxima à Casa Branca. A nova residência, ao gosto burguês, era ampla e confortável e, assim que instalado, Nabuco fez trazer Evelina e os filhos. À mesa de jantar, juntavam-se à família quase sempre Chermont e Veloso, os auxiliares na embaixada, além dos mais recentemente chegados Aquiles e Maria Pederneiras. “Depois jogava-se *bridge*, conversava-se, e às vezes as partidas eram interrompidas para se traduzir algum telegrama urgente da chancelaria. O tímido começava a sentir-se seguro.” (VIANA FILHO, 1985, p. 344)

Confiante, tomado de suas novas convicções pan-americanistas, pretendendo voar solo, esbarrava somente – e com frequência – em Rio Branco, com quem não se entendia. A amizade desandara desde o imbróglio de 1902, em torno do posto de Roma. O chanceler, desde então, vinha inflado pelos sucessos e, “inebriado pelos próprios feitos, espicaçado pelos ataques dos adversários, tomara gosto pelo combate e revelara as qualidades dum chefe autoritário (...)” (*Ibid.*, p. 347) Oliveira Lima, como vimos, não o suportava. Chamava-o intimamente de “o farsante-mor”. Rodrigues, dono do *Jornal do Comércio*, certa feita ressaltou a excessiva preocupação do ministro com o “cultivo da glória”. (*idem*) Lidar com ele não era fácil. Nabuco bem que tentou renovar a velha camaradagem. Mais de uma vez o escreveu, sem obter qualquer resposta. Em

fevereiro de 1906, desabafou a Graça: “O Rio Branco (...) é hoje seu amigo, ainda que não o seja mais meu”.²⁰² (*Ibid.*, p. 349)

Sem poder contar com a amizade do chefe, o embaixador tinha ainda de contornar a dificuldade do barão em dividir os louros de sua diplomacia. Tendo logrado, a partir dos esforços em convencer Roosevelt e Root do valor da parceria com o Brasil, que se anunciasse o comparecimento do secretário de Estado ao Terceiro Congresso Pan-Americano, a se reunir no Rio de Janeiro em julho de 1906, Nabuco “(...) tratou de conseguir apoios que contrabalançassem algum ciúme do chanceler, pois tanto a escolha do Brasil para sede do Congresso, quanto a viagem do secretário representavam, em boa parte, um triunfo do Encantador.” (*idem*). Escreveu, em dezembro de 1905, diretamente ao Presidente, Rodrigues Alves, e a Afonso Pena, já indicado a sucessor, buscando contornar as eventuais reservas de Rio Branco. Aos dois, reforçou suas convicções americanistas e, ao Presidente, chegou a queixar-se do chanceler, de quem não receberia o apoio necessário ao aprofundamento da política para com os Estados Unidos:

Não sei se o meu ministro me querará lá [no Terceiro Congresso Pan-Americano] (...). Se for uma simples reunião, como a última do México, a minha ida não seria mais necessária do que a dos outros enviados brasileiros na América nem o Congresso teria maior importância. Mas se o fato principal for o encontro de Mr. Root com eles, como representantes ou depositários do pensamento dos dois presidentes, seria conforme aos precedentes estar lá o embaixador na nação que recebe a visita e cuja política ele tem que secundar aqui. Não tenho porém esperança de obter do meu amigo [Rio Branco] que me deixe ver o Rio de Janeiro transformado e se ele passar para a futura administração morro de certo sem o ver. (NABUCO, 1949b, vol. 2, p. 232)

Ao próprio Rio Branco, escreve em 19 de dezembro. Angustiava-se com o silêncio do chefe e em vão pedia que se pronunciasse:

Estou tremendo, por pensar que você não aproveitará a ocasião maior, única, de sua vida. Eu acredito estar chocando para você e o Presidente (nós diplomatas nunca passamos de simples agentes) um ovo de águia, mas tenho medo de que levado para aí ele saia gorado por falta de calor monroísta no governo e no país. (...) A questão para mim é se trabalhei em vão, se preparei um *acontecimento* que, por falta de inteligência prévia com você, não chegará a sê-lo.

²⁰² Um incidente no Brasil, ocorrido em dezembro de 1905, explicitara as “dissonâncias” entre ministro e embaixador. Alonso (2007) resume bem o fato: “A suposta invasão de um porto brasileiro por navio alemão, o Panther, levantou reações nacionalistas. Indignado, Rio Branco ameaçou até guerra. Telegrafou a Nabuco que suscitasse artigos pró-Brasil na imprensa norte-americana. Ele foi além, dando a Root a versão brasileira dos fatos. Este, por sua vez, falou ao embaixador alemão em Washington. Jornais do Rio de Janeiro, porém, disseram que Nabuco solicitara apoio do governo americano, e o deputado Érico Coelho o repudiou em discurso. Rio Branco então o instou a desmentir o pedido de socorro. Melindrado, Nabuco queixou-se, em 12 de janeiro de 1906, 'de me quererem fazer bode expiatório'. Nesse ínterim, a Alemanha apresentou desculpas formais ao Brasil.” (p. 318)

Embora bastante sérias, essas desinteligências entre chefe e comandado não eram os únicos obstáculos que Nabuco devia enfrentar. No Brasil, como ele próprio o sabia, estava longe de ser unânime o apoio à amizade preferencial com os norte-americanos. A oposição vinha tanto dos monarquistas remanescentes, como Ouro Preto, ainda fiéis ao europeísmo, quanto dos republicanos contrários a “(...) todos os imperialismos, requeitando argumentos da *Ilusão Americana* de Eduardo Prado.”²⁰³ (ALONSO, 2007, p. 317) O livro de Eduardo Prado, que Nabuco, em 1893, desejara ter escrito, acabou se tornando “(...) a bíblia dos nacionalistas brasileiros hostis aos Estados Unidos (...)” (BETHELL, 2010, p. 82) A respeito dele, Nabuco afirma a Graça Aranha:

A «Ilusão Americana» do Prado é um livrinho que nos faz muito mal, entretém no espírito público a desconfiança contra este país, nosso único aliado possível. Estou muito fatigado, mas, se fosse preciso, eu ainda me sentiria com forças para uma nova propaganda, a americana (...). É este o meu modo de ser patriota, de compreender a indivisibilidade do nosso todo, de ler o futuro inevitável (...).²⁰⁴ (NABUCO, 1949b, vol. 2, p. 235)

Por esse patriotismo é que permanecia empenhado, conforme anotou no diário a 12 de dezembro, em “(...) tornar o Congresso um grande sucesso e a visita do secretário de Estado um grande acontecimento” (NABUCO, 2006, p. 588), apesar da aparente recusa de Rio Branco em reconhecê-la como tal. O ministro, afirma Bethell (2010), “(...) era obrigado a ser mais flexível, mais pragmático, mais cauteloso do que seu embaixador (...)” (p. 84) Além de ter

²⁰³ Oliveira Lima era dos “anti-imperialistas” mais exaltados. De temperamento forte e escrita ferina, de tanto bater em Nabuco acabou fazendo que o conterrâneo, de quem era amigo, rompesse com ele. O rompimento se dá em carta de 30 de março de 1906. Vale a pena transcrevê-la na íntegra: “Meu caro dr. Oliveira Lima, Desde que o sr. estabelece como condição para me continuar a sua amizade ouvir eu «as verdades» que me queira dizer, não me é lícito insistir por aquele privilégio. Não haveria reciprocidade na cláusula, pois eu já agora não poderia contrair o mesmo hábito. Há tempos um patrício nosso surpreendia-se de me achar com o cabelo todo branco, tendo eu sido seu colega de Academia. O dele estava muito mal pintado, mas eu nada lhe disse. Era somente uma questão de vaidade, mas mesmo nessa me doeria tocar. E não éramos amigos. O gosto de dizer «verdades» aos que nos mostram afeição não prova maior sinceridade do que a atenção em nunca os melindrar, e em geral os que se gabam daquele predicado escolhem os amigos com quem possam ser francos. Quanto ao régimen do «turíbulo» em que tenho vivido, segundo me diz, deixe-me dizer-lhe que o sr. tem recebido tanto «incenso» como eu e ainda não chegou à idade em que essas demonstrações somente são apreciadas pelo calor da simpatia e da amizade que nos trazem. Deixo as demais farpas da sua carta ao esquecimento, pois quero que a nossa correspondência acabe, ficando todos os agravos dela à sua conta. Creia-me entretanto sempre pela minha parte como sempre Colega e amigo af.º e obr.º, Joaquim Nabuco.” (NABUCO, 1949b, vol. 2, p. 250)

²⁰⁴ Bethell (2010, nota 23, p. 82) menciona outra carta de Nabuco, desta vez a Rio Branco, na qual se refere de modo semelhante a outro livro, de autoria de Manoel Bomfim, provavelmente *América Latina: males de origem* (1905). Na carta, de 18 de janeiro de 1908, Nabuco diz: “Você pode avaliar o mal que essa desfiguração de tudo que é nosso, feita por um «educador» brasileiro, pode fazer à reputação entre as classes ilustradas do país.” (NABUCO, 1949b, vol. 2, p. 302)

(...) algumas preocupações sobre o corolário Roosevelt à Doutrina Monroe e ao uso do Big Stick para consolidar a hegemonia norte-americana no hemisfério, (...) Rio Branco compreendia a importância da manutenção dos laços culturais do Brasil com a Europa, especialmente Portugal e França, e das relações comerciais e financeiras com a Grã-Bretanha. (*idem*)

Como vimos, desejava também estabelecer parcerias no âmbito da América do Sul, especialmente com Argentina e Chile.

Nabuco, por seu turno, não negligenciava de todos os demais países americanos. Intencionava aproximar o Brasil de México, Costa Rica e Chile, mas pretendia trabalhar pelo isolamento da Argentina e de seu chanceler, Luís Maria Drago, “(...) que propunha reação conjunta dos países sul-americanos contra intervenções em seus territórios para cobrança de dívidas.” (ALONSO, 2007, p. 319) Disso em específico não discordava Rio Branco, que desejava retirar de pauta quaisquer assuntos polêmicos e transferi-los para a cúpula de Haia, no ano seguinte, como a questão do canal do Panamá e a livre navegação fluvial. (*idem*)

Assim, cheio de incertezas, sem saber o que de fato o esperaria no Rio de Janeiro, cujas praias não via há sete anos, embarcou em 15 de junho de 1906. A Evelina, confessou:

[...] Estou fazendo listas (mentais) do que pode me acontecer de agradável e de desagradável (...) a bordo, no Recife, na Bahia e no Rio, tanto pessoalmente como em relação a Mr. Root e à Conferência. [...] Não sei se o meu contato com Rio Branco, com o mundo político, me causará prazer ou desprazer. (NABUCO, 2006, p. 626)

5.5. Congresso Pan-Americano no Rio de Janeiro (1906)

O primeiro contato com o Brasil, passados sete anos, não podia ser mais promissor. Nabuco foi recebido com festa em sua terra natal. Em 13 de julho, escreveu no diário: “Tenho entusiástica recepção no Recife. Levam-me ao Teatro Santa Isabel. *Luncheon* em palácio.” (NABUCO, 2006, p. 609) Tanto os velhos abolicionistas quanto a mocidade, para quem Nabuco era “(...) um mito, espécie de herói lendário” (VIANA FILHO, 1985, p. 363), reuniram-se para ver e ouvir o libertador dos escravos, que retornava ao palco onde lutara e vencera tantas batalhas. Na Bahia, teve recepção parecida. No Rio, verdadeira apoteose:

Aos estudantes, que deram à recepção o cunho de festa nacional, se haviam reunido alguns amigos e admiradores. Graça, que fora a alma de tudo, Machado de Assis e Olavo Bilac, representavam os homens de letras. (...) Rodrigues representava a imprensa. Entre aclamações

populares, num carro aberto, Nabuco atravessou a nova Avenida Central, que assinalava a modernização da capital pelo Prefeito Pereira Passos.²⁰⁵(...) [Entre] aqueles aplausos, o que emergia, numa esplêndida evocação, era a figura do abolicionista. Era a sua legenda. (*Ibid.*, p. 365)

Os delegados estrangeiros ao Congresso, que o acompanhavam, ficaram admirados com sua popularidade. Nabuco hospedou-se com eles, no hotel dos Estrangeiros, apesar dos vários convites a que se alojasse em casa de conhecidos. No dia 19 de julho, compareceram todos a um banquete, no Cassino Fluminense. Na ocasião, tendo faltado o orador, Quintino Bocaiúva, Nabuco não perdeu a chance de falar. Aproveitou para “relembrar a evolução de suas ideias.” (*Ibid.*, p. 366) “No título da fala, vinha, afinal, a declaração que Campos Sales demandara: 'A República é incontestável'.” (ALONSO, 2007, p. 324)

No discurso, agradeceu a acolhida que vinha encontrando no país e, lembrando o desacordo havido entre ele e Bocaiúva acerca da república, após o 13 de Maio, reconheceu a incontestabilidade das novas instituições no Brasil, bem como sua inevitabilidade. Segundo ele, o amigo acabara “(...) por ter razão, porque previu melhor o curso dos acontecimentos e o verdadeiro desenlace da abolição.” (NABUCO, 1906, p. 96) E continuou:

É a primeira vez que eu falo perante um auditório brasileiro no caráter de embaixador da República, de seu representante ligado à sua sorte, desejando que ela vença sempre todas as dificuldades, que ela desminta todas as minhas previsões do passado, e torne impossíveis novas revoluções que pudessem interromper durante curtos estádios a incontestável finalidade da forma republicana no continente americano. (*idem*)

Sob o pano de fundo de suas preocupações com a soberania nacional, lembrou o resultado da questão da Guiana e apontou a necessidade de o país manter o olhar “(...)

²⁰⁵ “O Rio de Janeiro era outra cidade. Depois de sete anos, Nabuco encontrou uma pequena Paris aberta para o mar. O café subia no mercado internacional, onde também a borracha ia bem. Os lucros davam exuberância a São Paulo, a Manaus e à capital federal, que sediava os grandes bancos, os serviços e a imprensa de porte (...). Para pôr a capital federal no nível do século, o prefeito Pereira Passos fez drástica reformulação urbana. Asfaltou ruas, fez novo mercado municipal, reformou o porto, as principais praças, extinguiu hortas e matadouros, destruiu casebres da cidade velha e abriu bulevares. Emblemática foi a avenida Central, com quase dois quilômetros do largo da Prainha (atual praça Mauá) até o Passeio Público, que substituiu cerca de seiscentos prédios por suntuosos edifícios de estilo eclético (...). De dia, negociantes, políticos, jornalistas, profissionais liberais, em seus paletós de linho ou casimira clara e sapatos 'chaleira', agitavam o comércio e as finanças. As senhoras compravam modelitos parisienses apertados *chez* madame Garnier ou Agnes Scherer. À noite, a luz elétrica convidava as famílias para, de carruagens ou nas novas bicicletas e automóveis, ver o renovado Cassino Fluminense, o teatro Lírico, o Jóquei (...). Por conta do agito e desse embelezamento, Coelho Neto apelidou o Rio de Cidade Maravilhosa.” (ALONSO, 2007, pp. 320, 321)

atento para as nossas fronteiras. A propriedade impõe deveres, sobretudo quando é o território nacional.” (NABUCO, 1906, p. 96) Justamente para a defesa do território é que defendia o pan-americanismo, o qual substituíra em sua alma a causa da abolição. Asseverou que não vinha dos Estados Unidos o perigo imperialista.

Os destinos queriam que este resto de vida poupada da campanha da abolição pudesse ser empregado em um serviço que enchesse na minha alma o vazio que aquela grande causa havia deixado. Refiro-me à aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. (...) Senhores, não sei se há desconfiança no Brasil a respeito dos Estados Unidos; não sei se há pessoas que estão convencidas de que o Presidente Roosevelt está deseioso de algum trecho do nosso território. Se as há, elas ficariam muito admiradas ouvindo o Presidente Roosevelt, o qual considera o Brasil uma das primeiras nações do mundo e acredita que o futuro deste país no século vinte não será nada inferior aos destinos da América do Norte. (*Ibid.*, p. 98)

Ao contrário, a amizade e a admiração da grande nação norte-americana eram garantias ao país, diante da verdadeira ameaça, o imperialismo europeu: “A grande obra dos Estados Unidos, da civilização americana, será fazer da América um continente neutro diante do continente beligerante, que é a Europa.” (*Ibid.*, p. 99) E, talvez se lembrando do que escrevera alguns anos antes, no *Minha Formação*, a respeito da impossibilidade de se prever o papel que a América do Norte desempenharia no futuro – imaginando que fosse ainda muito cedo a que a Europa lhe passasse o bastão da humanidade – afirmou:

Senhores, as forças incalculáveis que aquele povo pode por ao serviço da humanidade estavam até bem pouco latentes ou inertes, mas agora encontraram um Presidente que criou para si e para os seus sucessores a tradição de as empregar, de as fazer valer. (*idem*)

Tais forças não representariam perigo ao Brasil, de modo que afirma categoricamente: “Não, senhores, não; não há *perigo americano!* Dos Estados Unidos não há alma americana que se possa temer.” (*Ibid.*, p. 100)

Além disso, ao monroísmo, acreditava, não havia alternativa. Embora não tivesse abandonado a admiração e a estima pela Europa, ainda capaz de cativar, como vimos, Rio Branco, Oliveira Lima, entre outros “europeístas”, aos olhos de Nabuco, o pan-americanismo impunha-se pela proximidade continental, baseava-se “(...) na força das coisas. (...) [Desde] o dia em que a América se constituiu independente da Europa, formou-se um sistema americano, distinto da Europa.” (*Ibid.*, p. 101)

Aos olhos de hoje, podem-se julgar ingênuos os termos de sua defesa da “amizade pan-americana”. Nabuco se acreditava, contudo, meramente pragmático.

Julgava ter concluído o que intencionara executar pelo país, especialmente com seu programa “Abolição, Federação, Paz” e desejava apenas trabalhar na proteção da nova república, impedindo que uma ameaça externa colocasse em risco seu “crescimento natural”. Tal ameaça, como temos afirmado, Nabuco temia vir da Europa pós-Congresso de Berlim e não dos Estados Unidos. O balanço de sua trajetória é importantíssimo para compreendermos isso. É nesse sentido que ele afirma, ao fim do discurso:

Posso dizer que a minha vida pública dentro da esfera que me tracei está concluída. Ao começá-la eu formulei esse programa: “Abolição, Federação, Paz”... Todo ele está realizado. Não me resta hoje mais do que acompanhar com a maior sinceridade, com o maior interesse, com a maior paixão, posso dizer, os novos destinos do país, para os quais eu não concorri, mas que desejo que sejam tão brilhantes, mais brilhantes ainda, como se anuncia desde já, do que foram no passado, porque a grandeza futura do Brasil não é uma questão de instituições; é uma questão de crescimento natural; e o deste país está destinado a alcançar proporções de que nada do que hoje vemos pode dar a mais remota ideia. (*Ibid.*, pp. 101, 102)

Soava confiante e, de fato, apostava muito no sucesso do Congresso. O evento, que teve início em 23 de julho e se encerrou mais de um mês depois, em 27 de agosto, reuniu “ (...) 54 delegados de dezenove países – menos Canadá, não convidado, e Venezuela e Haiti, que boicotaram.” (ALONSO, 2007, p. 322) Ocorreu em prédio premiado na Exposição de Saint.-Louis, em 1904, que Nabuco logrou nomear “Palácio Monroe”.

No cerimonial, Nabuco era *hors-concours*. Preparou jantares, banquetes, piqueniques, homenagens à delegação de cada país. Para o conjunto: uma 'festa veneziana', na renovada praia de Botafogo, uma 'garden party', no Jardim Botânico, e um grande baile no Itamaraty. Excursão a Petrópolis, passeios à ilha Fiscal e à Tijuca, subida ao Corcovado. (*Ibid.*, p. 323)

Foi o responsável pelo andamento dos trabalhos e, apesar da surdez, que o obrigou a contar com a ajuda constante de um secretário para lhe escrever, em grandes caracteres, o que se passava, assegurou que tudo corresse bem. Mesmo cansado, sentindo-se mal às vezes, Nabuco ainda lograra impressionar os presentes com sua figura e seu entusiasmo. Tentava compensar a postura de Rio Branco, meio em cima do muro. O ministro era o presidente de honra do Congresso, junto com Elihu Root, e proferiu dois discursos, nos quais pregou o vínculo brasileiro com a Europa e,

vagamente, a colaboração entre os países americanos²⁰⁶. “Não fez a afirmação pan-americana peremptória que Nabuco queria.” (*idem*)

De concreto,

(...) ratificara-se a adesão ao princípio de arbitramento, ao qual a Conferência de Haia deveria dar forma definitiva; criara-se uma comissão de juristas para elaborar os projetos de código de direito internacional público e privado; reorganizara-se o Bureau Internacional das Repúblicas Americanas, em Washington, e, por último, recomendara-se aos governos solicitarem, da Conferência de Haia, o exame da tese do Chanceler Drago, [que proibia o uso da força na cobrança de dívidas externas]. (VIANA FILHO, 1985, p. 369)

Na última sessão, Nabuco fez o seguinte balanço dos resultados:

'Não terá sido estéril a vossa reunião aqui. O observador político, que ler os acontecimentos à mesma luz que o futuro lançará sobre eles, verá no que fizestes uma grande sementeira de ideias e de criações; porém verá sobretudo, a manifestação de um novo espírito, de cuja formação dependia a utilidade real destes Congressos e a obra que eles empreendem de solidariedade americana'. (NABUCO, C., 1928, p. 459)

Deixou o Rio satisfeito e, mais uma vez, ovacionado pela multidão, que o seguiu pela Avenida Central até o cais Pharoux. Incansável, apesar dos problemas de saúde, percorreu o país. Em São Paulo, na nova capital de Minas – onde foi recebido por Afonso Pena, prestes a tomar posse como o novo presidente do país – e em Salvador, mais homenagens. O Recife parou para se despedir do filho ilustre. Novamente levado ao Santa Isabel, “a cada palavra sua, o recinto vinha abaixo.” (ALONSO, 2007, p. 325) Ficou comovido. Conquistava a admiração sem ressalvas.

²⁰⁶ No discurso inaugural, Rio Branco falou: “Nações ainda novas, não podemos esquecer o que devemos aos formadores do capital com que entramos na concorrência social. A própria vastidão dos nossos territórios, em grande parte desertos, inexplorados alguns, e a certeza de que temos recursos para que neste continente viva com largueza uma população dez, vinte vezes maior, nos aconselhariam a estreitar cada vez mais as relações de boa amizade, e procurar desenvolver as de comércio com esse inexaurível viveiro de homens e fonte prodigiosa de energias fecundas que é a Europa. Ela nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente apoio e exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades da sua indústria, e a lição mais proveitosa do progresso.” (NABUCO, C., 1928, nota 1, p. 449) Nabuco de modo algum discordaria de Rio Branco a respeito da dívida do continente americano para com a Europa. Ele próprio o afirmou no discurso proferido no Cassino Fluminense. No entanto, não enxergava que a relação entre a América e a Europa pudesse passar, na melhor das hipóteses, de simpatia e cordialidade. Em termos de política, via clara a separação entre os continentes e a necessidade de união do americano, pacificado, contra uma possível ameaça do europeu, beligerante.

5.6. A “Radiação Final”

Os últimos dias no Brasil, Nabuco passou numa fazenda em Maricá, onde assistiu à agonia do sogro, o barão de Inhoam. Ficou ao seu lado até o fim. Levou consigo, sem dúvida, a impressão dessa morte. Há tempos a saúde o incomodava e cada vez que um conhecido partia, via mais próximo seu próprio passamento. Pisou o Rio de Janeiro, e o país, pela última vez em 18 de outubro de 1906. “Seus últimos três anos, ele os ia passar no estrangeiro, sempre a sonhar com a volta definitiva.” (NABUCO, C., 1928, p. 465) No dia 21, avista pela última vez a terra natal:

Acompanhamos a costa, ao longe Maceió, depois de horas o cabo de Santo Agostinho, toda a paisagem familiar da costa pernambucana, a orla branca da praia, os coqueirais, as colinas verdes. À tarde, defronte do Recife. Não desembarco. Depois que se vão os amigos, os moços da Academia, fico a olhar para o ocaso que flameja como um Turner sobre Olinda. À noite, a lua forma um navio, uma caravela de ouro, sobre uma nuvem negra. E assim me despeço do Recife, talvez para sempre. (NABUCO, 2006, p. 614)

Cotado para substituir Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, no governo de Afonso Pena, que tomaria posse em novembro, Nabuco, tendo ouvido do futuro presidente que podia escolher em que posto se julgava mais afeito a servir ao país, escolheu permanecer em Washington. Além de não se sentir apto fisicamente para os compromissos de ministro, não queria ver interrompida a sua política.²⁰⁷

Para tanto, com o prestígio sedimentado pelo sucesso do Congresso, dedicar-se-ia a divulgar seu credo pan-americanista em discursos e palestras pelos Estados Unidos. Mesmo doente, apresentando “(...) fraquezas, tremores, inchaços, vertigens e mesmo desmaios” (ALONSO, 2007, p. 326), que só piorariam dali em diante, além da crescente vermelhidão no rosto e nas mãos – sintomas da policitemia –, não cessaria de viajar.

Antes, porém, os afazeres de Washington. Chegou à Lafayette Square, após passagem pela Europa, em 15 de novembro²⁰⁸ e, sem demora, passou a trabalhar com

²⁰⁷ Além disso, sobre Nabuco pesava a pecha de idealista. Salvador de Mendonça, também interessado no cargo, argumentou contra a sua escolha, dizendo a Feliciano Pena, em 21 de agosto de 1906, que “Nabuco 'enxerga tudo por uns vidros de aumento, [...], e tem das coisas uma visão falsa, privada do bom senso que assinala o centro de gravidade das coisas reais e da gente sensata'.” (ALONSO, 2007, p. 327) Afonso Pena ficou com Rio Branco, o pragmático. Se Nabuco queria ficar em Washington, não caberia a ele forçar a troca do certo pelo duvidoso.

²⁰⁸ Levou na bagagem um novo livro, recém-publicado em Paris: os *Pensées Détachées et Souvenirs*, no qual reuniu os pensamentos escritos há mais de dez anos – os *Caput Mortuum*. “De tudo quanto publicara, aquelas páginas, escritas pouco após a conversão, eram as mais impregnadas de discurso religioso.” (VIANA FILHO, 1985, p. 370) Machado de Assis e Graça Aranha o parabenizaram pela

Root “(...) na transformação do Bureau das Repúblicas Americanas em 'União Pan-americana” (*Ibid.*, p. 328), a qual foi o gérmen do que seria a Organização dos Estados Americanos²⁰⁹.

As atenções, no entanto, logo que virou o ano, destinaram-se à Segunda Conferência da Paz, em Haia, prevista para junho de 1907. A primeira questão era saber quem representaria o Brasil. Mais uma vez, os fatos – e as intrigas – contribuíram para afastar Nabuco e Rio Branco. Esse já convidara aquele, “(...) quando, inesperadamente, também se dirigiu a Rui Barbosa, vice-presidente do Senado, que, assim, chefiaria a delegação.²¹⁰ (...) [Foi] um terremoto. Surpresos, os amigos de Nabuco mostraram-se irritados.” (VIANA FILHO, 1985, p. 386) A irritação, externada por Hilário de Gouveia, Rodrigues e Graça Aranha em sucessivas cartas a Nabuco, ao mesmo tempo em que não ajudava em nada a decifrar o comportamento de Paranhos, só fazia aumentar o fosso entre ministro e embaixador. Não podendo secundar Rui, tendo sido o primeiro no Rio no ano anterior, Nabuco alegou problemas de saúde e se escusou de ir à Conferência. No dia 04 de março de 1907, escreveu a Graça:

Que fiz eu a esse homem [Rio Branco]? Tive a infelicidade de ser nomeado ministro em Londres pelo dr. Campos Sales, sem a Legação lhe ser oferecida a ele. Quando ministro, sua primeira ideia foi tomar-me a minha Legação, oferecendo-me a de Roma. Somente para tirar-me de Londres, criou esta Embaixada [em Washington]. Agora nem mesmo quer que eu a ocupe tranquilamente. Procura por-me em uma falsa posição da qual talvez só possa sair, escusando-me deste posto. (NABUCO, 2006, nota 347, p. 638)

obra, tendo o último dito inclusive que era aquela “(...) a obra fundamental do pensador.” (*idem*) Oliveira Lima, por seu turno, não perdeu a chance de fazer piada. Chamou o livro “Pensamentos Desconexos”. Sem contar amigos e inimigos, pouco propensos a um julgamento objetivo, a resposta à obra foi, em geral, positiva. Nabuco ouvia com prazer os encômios, recebidos de anônimos da França, dos embaixadores da Inglaterra e da Itália e, mesmo, do Presidente Roosevelt durante a festa de Ano-Novo na Casa Branca. Animado, deu forma final ao “(...) drama escrito trinta anos antes em versos alexandrinos (...) e imaginou compor um trabalho sobre a Guerra de Secessão.” (*Ibid.*, pp. 384, 385) Ressentia-se, contudo, dos pareceres negativos, como o de José Veríssimo que, em artigo, diminuía-lhe os méritos e, talvez tocado pelo desânimo, sabendo-se sem muito tempo, não realizou o trabalho pretendido.

²⁰⁹ Embora tenha logrado diminuir, no âmbito dessa União, a má vontade hispano-americana em relação aos Estados Unidos, Nabuco não se conformava com o fato de que, tendo todas as repúblicas o mesmo peso, os Estados Unidos e o Brasil tinham um voto cada um e a Hispano-América, “em virtude de seu 'fracasso histórico' e da fragmentação, tinha dezoito votos!” (BETHELL, 2010, p. 86)

²¹⁰ Para a Conferência de Haia, “Nabuco pensou em repetir (...) a aliança com os Estados Unidos. Já Rio Branco não gostava de ser espremido por antiimperialistas e pan-americanos e devia um agrado a Rui Barbosa, em alta desde a eleição presidencial. Telegrafou a Nabuco que o Brasil tivera um 'ministério das águias' só de sumidades no Império e podia ter agora uma delegação delas. E informou que Rui chefiaria a missão brasileira.” (ALONSO, 2007, p. 328)

Ambíguo, no entanto, julgando humilhar-se permanecendo em Washington enquanto durasse o evento, partiu para a Europa, alegando estar em tratamento e, ao mesmo tempo, tentando influir. Viajou em junho e, de fato, foi a Vittel, estação de águas francesa, mas passou a maior parte do tempo em Paris, trabalhando. Passou confidencialmente a Rui Barbosa informações detalhadas sobre delegados de outros países com os quais já travara contato, a fim de facilitar-lhe o trânsito e as tarefas e de sugerir-lhe alianças. Quando se encontraram, reforçou seu pan-americanismo e lhe deu a conhecer a posição norte-americana, a qual esperava que o Senador apoiasse.²¹¹

Na Conferência, como Nabuco imaginara, o Brasil apoiou a posição dos Estados Unidos. Só não podia imaginar, sob seu pan-americanismo ideal, que os últimos se irmanariam aos grandes no item mais significativo do evento, “(...) a formação de um Tribunal Arbitral Permanente.” (ALONSO, 2007, p. 330) Aliaram-se à

Alemanha, Áustria-Hungria, França, Inglaterra, Itália, Japão e Rússia, que teriam mandato permanente. Os outros 36 países participantes, com mandatos temporários, foram ranqueados. O Brasil, com o México e a China, foi parar na terceira classe.²¹² (*idem*)

Era inaceitável. Rio Branco instruiu Rui a se fazer porta-voz da América Latina. “Sua conhecida *mise-en-scène* em Haia consistiu em fazer tábula rasa da política pan-americana de Nabuco e em defender, no seu poliglotismo babilônico, a igualdade entre todos os Estados.” (*idem*) Meio sonhador, *a little ridiculous*, como qualificou o *Times*, mas deu a Rui, com o respaldo do chefe no Rio, a liderança dos “anti-imperialistas”. Não assinou a convenção e exortou a que não o fizessem os países latino-americanos, sendo ouvido pela maioria.

Ao se antepor aos imperialismos, Rui galvanizou as esquerdas e atraiu a imprensa mundial. Sua linguagem pernóstica e sua arrogância eram o espelho invertido das gentilezas e sutilezas de Nabuco. Fizeram seu momento. Inviabilizou qualquer Tribunal Arbitral, é verdade, mas virou herói nacional, a 'Águia de Haia'. (*Ibid.*, p. 330, 331)

²¹¹ Em 21 de junho de 1907, escreveu a Rio Branco: “Expus a este [Rui Barbosa] o grande interesse do Governo americano em que da Segunda Conferência da Haia resulte pelo menos algum progresso do Direito Internacional quanto à limitação do emprego da força na cobrança de reclamações pecuniárias entre nações. Essa atitude aquele Governo sempre a manteve muito antes do dr. Drago ter aparecido com a sua nota, reclamando-a como uma iniciativa da República Argentina. O dr. Rui Barbosa disse-me que ia submeter a V. Ex. o que eu lhe expunha.” (NABUCO, 1949b, vol. 2, p. 271)

²¹² Em carta a Rui, de 26 de agosto de 1907, Nabuco escreveu: “Não compreendo nesse ponto a atitude da delegação americana, ela parece ter perdido de vista o nosso continente, preocupada somente do acordo entre as grandes potências, que muito cedo envolveriam os Estados Unidos nos sistemas beligerantes que elas representam. O espírito de magnanimidade americana está bem patente na organização do Bureau Pan-Americano, no qual o voto dos Estados Unidos com os seus 80 milhões é equiparado ao de Panamá ou de Honduras. Desse espírito a delegação americana aberra agora na Haia do modo mais surpreendente.” (NABUCO, 1949b, vol. 2, p. 283)

Nabuco, é claro, não gostou. Compreendia a posição delicada de Rui, obrigado a defender os brios nacionais, e até se comprazia de seu sucesso. Sabia, também, da culpa norte-americana na questão, mas julgou que o amigo, em pouquíssimo tempo, melindrando os Estados Unidos, havia desfeito tudo que construíra.²¹³ Ressentiu-se novamente de Rio Branco, acusando-o de usar da Haia “(...) 'para fazer política sul-americana, popularidade e legenda nacional'.” (*Ibid.*, p. 331) O ministro era habilidoso. Sob a impressão desse fracasso, retornou em outubro a Washington. Pouco depois, contudo, o idealista animara-se novamente. Tentando esquecer as rugas com o velho companheiro, escreveu-lhe longa carta, afetuosa, a qual, como tantas outras, ficaria sem resposta:

Espero acabar nos melhores termos de amizade com você. Fomos amigos tanto tempo, nossa intimidade foi sempre tão completa, que eu não quisera ver minha vida mutilada desse ramo tão carregado de recordações. Você sabe que eu sempre o admirei e que o admiro cada vez mais. (...) Às vezes penso que eu estaria melhor na Europa, em Roma, junto ao Papa, legação que devia ser reservada para os que já realizaram o que podiam, e boa para a meditação. Mas tenho ainda o ardor do combate pelos meus sonhos patrióticos — quase todos se realizaram já — e aqui, se você não mostrar indiferença e não me deixar pensar que me adianto ao desejo do Presidente e seu, sinto que posso fazer ainda muito com Mr. Root pela aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, cuja aliança tenho como a obrigação nacional por excelência do futuro, quando as circunstâncias tiverem amadurecido essa ideia no espírito dos dois povos. (NABUCO, 1949b, vol. 2, pp. 291, 292)

Ainda desejava lutar. Correria os Estados Unidos divulgando a “sua ideia”. “Realmente, divulgada a fama do intelectual (...), multiplicavam-se os convites de universidades desejosas de ouvi-lo, e a agenda de 1908 enchera-se de solicitações.” A Nabuco, publicista de temperamento, agradou a chance de se expressar diante de um novo público. Além disso, gostava de ser apreciado. “Falar à mocidade americana consolava-o de não poder nesse fim de vida, dirigir-se à brasileira.” (NABUCO, C., 1928, p. 472) Escreve numa carta de 1909:

'Minha ambição neste final seria falar à mocidade, semear os sentimentos e as ideias com que já agora hei de partir da vida, e que portanto para

²¹³ Em 02 de setembro, revelou a Graça Aranha: “Mil vezes não termos ido à Haia do que sairmos de lá com a nossa inteligência com os Estados Unidos enfraquecida e abalada. A delegação americana tem culpa disso, por não ver que não haveria vantagem em nenhuma atitude que obrigasse os países americanos a afastar-se dos Estados Unidos. Mr. Root não o teria feito, mas nomeando Mr. Choate, ele fez como o Rio Branco nomeando o Rui, nomeou um delegado que arrasta o país e que ele não pode melindrar. Não sei como vai acabar esse incidente. (...) Em suma estou ansioso pelo fim de tudo isso, muito contente por não ter eu mesmo ido à Haia, mas receoso de ter que recomeçar a minha tarefa, se resultar da Conferência qualquer afastamento nosso dos Estados Unidos por causa da atitude da delegação americana.” (NABUCO, 1949b, vol. 2, p. 288)

mim são eternas. Acredito que poderia fazer um testamento político que fosse uma carta dos recifes que temos pela proa e do rumo que devemos seguir para evitá-los. A maior glória de todas é formar discípulos, isto é, reviver politicamente em outra geração, prestando ainda serviços ao país. Receio, porém, que a ambição seja demasiada para mim agora. (*idem*)

Não o era. Em 14 de maio de 1908, falou em Yale sobre Camões e *Os Lusíadas*. A escolha do tema, aparentemente estranha se se pensar na audiência, é perfeitamente compreensível à luz das preocupações de Nabuco. Em primeiro lugar, o assunto o deliciava.²¹⁴ Além disso, como afirma Nogueira (2009), o palestrante queria “(...) realçar o valor em si da língua portuguesa, num momento em que a cultura estava se 'tornando cada vez mais difusamente anglo-germânica' e os autores clássicos perdiam prestígio.” (p. 37) Ademais, Camões era o “poeta de sua Nação”.

Falar de Camões e dos *Lusíadas* para norte-americanos, no início do século XX, naquele momento em que se desenhava um novo mapa político do mundo, cujo epicentro seria ocupado precisamente pelos Estados Unidos, era portanto mais que prestar homenagem a um gênio poético. Era também cantar as glórias da pátria e acima de tudo de uma *ideia de pátria*: era explicitar o valor da nacionalidade, do sentimento nacional, do território e, ao mesmo tempo, da imaginação e da vontade, sem as quais seria impossível construir boas sociedades. (*idem*)

Nabuco revelava, mediante o maior épico da língua portuguesa, suas próprias preocupações referentes à nação e à soberania. Também desejava dar a conhecer aos norte-americanos os mitos sobre os quais se construiu um pedaço da outra América, a do Sul, precisamente o Brasil.

Não é, portanto, por acaso que, no dia seguinte, diante do Spanish Club da mesma universidade, proferiu palestra denominada *O sentimento da nacionalidade na história do Brasil*, a qual iniciou dizendo: “Há uma sequência natural em falar do Brasil depois de haver falado dos *Lusíadas*, porque o Brasil e os *Lusíadas* são as duas maiores obras de Portugal.” (NABUCO, 2010, p. 517) Na palestra, realçou o papel do idealismo e da imaginação na formação e desenvolvimento do país. Afirmou:

Cada gesto da nossa história pode-se explicar pelo idealismo e por nada mais, especialmente os grandes eventos – a Independência, a Abolição da escravatura, a República –, que desabrocharam sem nódoa de sangue, por causa do idealismo nacional que faz adormecer os interesses prejudicados e as decepções de lucro, por maiores que sejam, quando se trata de um destino da Nação que precisa consumir-se. (*Ibid.*, p. 527)

²¹⁴ “Os *Lusíadas*, que chamara 'o livro verdadeiramente meu companheiro', sempre o haviam enlevado. Sabia-lhes extensos trechos de cor, e, em 1872, inspirara-lhe um dos primeiros trabalhos. Depois, em 80, terceiro centenário do Poeta, retornara ao assunto. Agora, encanecido, voltava a caminhar sobre os passos do iniciado e, neles, encontrava a mesma beleza de sempre.” (VIANA FILHO, 1985, p. 394)

Sob esse prisma, pondera Nogueira (2009), devia-se compreender também o americanismo e um de seus principais frutos no Brasil: o ideal republicano, “o da democracia sem o princípio hereditário a encabeçá-la”, espelho da “(...) 'ininterrupta atração exercida pelo poderoso ímã suspenso no Capitólio de Washington'.” (p. 38) O embaixador, desse modo, celebrava a República “em chave patriótica”, ligando-se ao destino do regime no Brasil, mediante, precisamente, a defesa da sua ideia. De fato, “não era uma causa destinada a ter ressonância popular, como a Abolição” (*idem*), mas era perfeitamente consoante ao seu projeto de consolidação do país, do Estado nacional.

Em agosto do mesmo ano, falou na Universidade de Chicago sobre *A aproximação das duas Américas*, tese diletta e complementar à afirmação da nacionalidade. Começou comentando o estranhamento que pode causar às gerações futuras perceber

(...) que as duas secções do nosso continente tenham permanecido desconhecidas uma da outra até uma fase tão avançada da nossa história. Um dos motivos desse isolamento foi o receio que muitos espíritos da América Latina nutriram longo tempo de ter um contato mais próximo convosco, em vista da grande diferença entre o poder deste país e o de todas as demais repúblicas americanas. Por seu lado, os Estados Unidos, sendo um mundo em si, e um mundo que cresce dia a dia mais rapidamente, opuseram a qualquer movimento nesse sentido a mais forte das resistências – a da indiferença. (NABUCO, 2010, p. 549)

Felizmente, continua, “(...) outro grito já começa a romper de toda parte. A desconfiança vai se apagando e, se as vossas universidades emprestarem braços à política de Elihu Root, a indiferença cederá lugar ao sentimento de amizade continental.” (*idem*) Tal amizade, Nabuco diz, não compromete o nacionalismo e a soberania de nenhuma das repúblicas americanas, mesmo diante das diferenças entre as partes em comum.

O essencial é que cada país chegue a cristalizar-se; que comunique às suas diferentes partes a mesma feição do todo, para formar o padrão de um sentimento nacional comum; (...) [Isso dado], o íntimo contato convosco (...) só poderá, em todas as circunstâncias, ser útil ao outro associado. (*Ibid.*, p. 550)

Há, é verdade, o “perigo da 'americanização’”. Ao contrário do que se pode supor, porém, não se trata de um problema. Os países latino-americanos sofreriam, apenas, “(...) a infiltração do vosso otimismo, da vossa confiança própria e da vossa energia.” (*idem*) A “infiltração” não lhes modificaria, contudo, o ritmo de seu progresso, mais lento que o norte-americano.

E deixai-me acrescentar que é bom para a humanidade que todas as raças não tenham o mesmo compasso e que todas não se ponham a correr. (...)

Dignidade de vida, cultura, felicidade, liberdade, podem ser gozados por nações que progridem lentamente, contanto que progridam. (*idem*)

Uma das condições para o progresso latino-americano – pensa especialmente no brasileiro – é que os países aprendam a bem assimilar seus imigrantes. Essa foi sempre uma preocupação de Nabuco, parte de seu projeto de construção da cidadania nacional e, justamente por seu credo pan-americanista, ele julgava que a experiência norte-americana deveria servir de exemplo²¹⁵. O principal ponto para seu sucesso, mais que o “patriotismo”, era o “espírito político americano”,

(...) mescla do espírito de *liberdade individual* com o de *igualdade perfeita*. A só liberdade não converteria em cidadão o imigrante estrangeiro; (...) Mais poderoso é o fator da igualdade. O imigrante europeu eleva-se socialmente na América e por isso deseja ser americano. Mas, se o vosso progresso não lhe oferecesse algo de que se orgulhar também como cidadão, ele não mudaria tão prontamente de nacionalidade. É o progresso deste país, o lugar que nele se forjou no mundo, o sopro de orgulho nacional, que, com a liberdade e a igualdade, vos angariam tantos milhões de imigrantes que vêm tentar a vida aqui. *Nenhum ensinamento (...) poderia ser mais útil [aos demais países americanos], porque, se soubessem e conseguissem transformar seus imigrantes em verdadeiros cidadãos, estaria resolvido para cada um o seu grande problema nacional.* (grifo nosso) (*Ibid.*, pp. 551. 552)

Aos Estados Unidos, por enquanto, a proximidade com a América Latina garantiria apenas “ganhar-se um novo amigo”, o que não é pouco quando se está “à testa de um continente” e, especialmente, se se buscar a formação de uma “unidade moral” continental para além de uma aliança forjada meramente pelo receio da influência europeia. É para a formação dessa unidade moral americana – de uma política exterior “permanente e garantida”, a partir da qual “uma nação busca construir, ao lado de outra, um destino comum” – que Nabuco vem trabalhando. (*Ibid.*, p. 553)

O que Nabuco deseja é a criação de uma “opinião pública pan-americana”²¹⁶, a qual

poderia polir até o máximo de perfeição as instituições políticas de todos os Estados americanos (...). Quando essa opinião alcançar sua maioria, o pertencer à União das Repúblicas Americanas será, para todas estas, sinônimo de imunidade, não só contra a conquista estrangeira,

²¹⁵ Novamente, Nabuco busca no estrangeiro a chave da solução de um problema nacional. Na campanha abolicionista, como vimos, ele buscara especialmente na opinião inglesa o apoio à sua causa. Agora, buscava modificar a realidade das nações latino-americanas – em especial a brasileira – pela força do bem-sucedido exemplo norte-americano.

²¹⁶ A força da opinião pública nos Estados Unidos chama a atenção de Nabuco desde, pelo menos, a escrita do capítulo XVI de *Minha Formação*, intitulado *Traços Americanos*. Ver Nabuco (2004, p. 129)

mas também contra a arbitrariedade dos próprios governos e a suspensão das liberdades públicas ou individuais.²¹⁷ (*Ibid.*, pp. 555, 556)

Ele termina afirmando o importante papel das universidades do continente na formação dessa opinião, especialmente na disseminação da tolerância, indispensável à comunhão americana.

O idealista adorava desempenhar seu papel, ainda mais recompensador pela calorosa acolhida. Após a conferência em Chicago, escreveu a Rio Branco: “Na véspera recepção dada em minha honra. O Presidente Judson apresentou-me cerca de oitocentos convidados, metade dos quais senhoras, e com todos troquei um aperto de mão.” (NABUCO, C., 1928, p. 473) As conferências – e sua preparação – o distraíam do trabalho e ajudavam a satisfazer a necessidade de atividade literária. (*Ibid.*, pp. 473, 474)

No início de 1909, as obrigações do embaixador retiraram-lhe do descanso. Em janeiro, viajou a Cuba, para assistir às cerimônias de restauração do governo da ilha. No retorno, encontrou uma mostra de que a amizade pan-americana, quando se tratava de assuntos comerciais, podia não valer grande coisa. O congressista Payne propôs taxar o café brasileiro. “O caso do imposto foi uma das questões mais sérias que se lhe apresentaram durante a gerência da embaixada.” (*Ibid.*, p. 500) Sabendo o desastre potencial do imposto às finanças dos estados produtores brasileiros, Nabuco gastou todas as suas energias na questão, resolvida, com a suspensão da taxa, alguns meses depois.²¹⁸

Mas, então, não as tinha muitas. Vinha se desentendendo com Rio Branco, tanto nas grandes questões – como a resistência do ministro em se “pan-americanizar” – quanto nas pequenas – como a burocrática questão da tradução de textos na embaixada. Aventou até deixar Washington, ora desejando terminar em Roma, ora a aposentadoria.

²¹⁷ Nabuco espera que, em sua “maioridade”, após o estágio de propaganda e disseminação do exemplo norte-americano, a opinião pública comum americana possa, dentro de cada uma das repúblicas do continente, constituir-se em defesa contra as arbitrariedades internas. Nesse sentido, embora Nabuco tenha deixado de focar mais diretamente a sociedade interna, em comparação às preocupações que culminaram na campanha abolicionista e pela federação, ele se manteve atento às repercussões intestinas de sua política pan-americana, não só em se tratando da defesa da soberania, mas também no que se refere às instituições políticas nacionais.

²¹⁸ “Nabuco viu no imposto um tiro no pan-americanismo e agiu afinado com Rio Branco, a quem telegrafou constantemente em março e abril. Mobilizou suas relações. Falou a Root e ao novo secretário de Estado, Philander Chase Knox. (...) Buscou apoio do City Bank, de Nova York, e de vários senadores. Um deles comunicou a posição brasileira às comissões do Congresso americano e outro discursou em favor dela. (...) Ao fim, ganhou a simpatia do novo presidente, William Taft, e garantiu a entrada livre no mercado americano não só do café como do cacau, da borracha e das peles brasileiras.” (ALONSO, 2007, p. 332)

A doença, policitemia vera, rara e incurável, responsável por sua crescente vermelhidão, trouxe complicações: “(...) miocardite, aumento de pressão. Perdeu o viço, o rosto inchou. (...) Em meados de 1909, novo diagnóstico: síndrome de Osler, malformação vascular de origem genética.” (ALONSO, 2007, p. 341) Por ordens médicas, em junho, faltou pela primeira vez a um compromisso importante. (NABUCO, C., 1928, p. 503) Não pôde viajar a Wisconsin, onde palestraria sobre *A parte da América na civilização*.²¹⁹

Dali em diante, pioraria a olhos vistos. Conservava, contudo, o otimismo. Imaginava-se viajando para Buenos Aires à Quarta Conferência Pan-americana, em julho de 1910. Mas, sempre muito sonolento, quase não deixava o quarto. Rezava, relia Platão. Quando conseguia, trabalhava. Recusava-se a morrer, temia pela sorte da mulher e dos filhos. “Em 3 de janeiro [de 1910] ainda recebeu o embaixador japonês, passeou de carro, fez visitas.” (ALONSO, 2007, p. 341) A última nota do diário escreveu no dia 11 de janeiro: “Um pouco melhor. Não tive vertigem à noite. Retomo com prudência minha vida usual. Tenho sempre a dor de cabeça e sonolência.” (NABUCO, 2006, p. 721) No dia 14, escreveu as últimas palavras, um telegrama no qual pedia ajuda de custo e um mês de ordenado para que sua viúva pudesse deixar Washington com dignidade.

Chegou-se assim a 17 de Janeiro, e o Dr. Hardim, que compreendia estar próximo o desenlace, encontrava-se à cabeceira do doente, quando se notou que este, como se despertasse da sonolência, balbuciava algumas palavras. 'Doutor, pareço estar perdendo a consciência...Tudo, menos isso', ouviram-no dizer. Lutava para preservar a inteligência de que se orgulhara. Em seguida proferiu frases desconexas, e, apesar da sangria ministrada pelo médico, voltou ao torpor. Já estava morto, quando o Padre McGuigan, que fora chamado, lhe deu a extrema-unção. (VIANA FILHO, 1985, pp. 403, 404)

²¹⁹ O texto a ser apresentado, que foi lido em seu nome, é muito representativo dos termos da mudança de opinião de Nabuco em relação aos Estados Unidos. Nele, como argumenta Bethell (2010) “(...) Nabuco declarou que embora muito provavelmente o destino da humanidade no fim fosse o mesmo, se a América nunca tivesse aparecido acima da água, sem ela, muito do que já fora acrescentado à civilização não existiria. Ele mencionou não somente o bem-estar material, mas também a individualidade, a democracia, a educação, a imigração e [a] 'equality of social conditions [igualdade das condições sociais]' (...). Entretanto, não havia, em sua opinião, nenhuma evidência de que a hegemonia intelectual estava passando da Europa para a América. 'A Europa não começou a decair', declarou. 'Por muitos séculos, Europa e América liderarão juntas'. 'Falando da América eu tenho o tempo todo tomado a parte pelo todo e falado apenas deste país [os Estados Unidos]. É um pouco prematuro falar da parte atribuída na história à América Latina'. Ele não deixou claro se estava incluindo o Brasil como parte da América Latina (...).” (p. 87) De todo modo, o texto revela, como pudemos notar, que, para além da adesão meramente estratégica ao pan-americanismo, Nabuco de fato “(...) tornou-se um grande admirador dos Estados Unidos e da civilização norte-americana, que ele via, essencialmente, como uma extensão da civilização europeia, especialmente da inglesa.” (*Ibid.*, p. 86)

Nabuco recebeu homenagens em Washington, no Rio de Janeiro e no Recife, onde foi enterrado, a seu pedido. Retornou à terra natal o velho menino de Massangana, após longa e agitada jornada. Dissera certa feita a um amigo: “O espírito pode ter asas, o coração não as pode ter.” Voltava aonde ficara o seu.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É expediente comum apontar a existência de “vários Nabucos”. Há o jovem propagandista radical que, espremido entre Laboulaye e Bagehot, escreveu *O Povo e o Trono* (1869) e *A Invasão Ultramontana* (1873). Há o viajante apaixonado por Londres e sua sociedade aristocrática, responsáveis, em boa parte, por sua “fixação monárquica”, para quem o primeiro contato com os Estados Unidos, entre 1876 e 1878, deixou impressão não muito lisonjeira. Há, é claro, o devotado militante abolicionista, incansável numa campanha que lhe tomou nada menos que uma década de vida. Aí fez a sua “legenda”. Foi parlamentar pela causa, viajou a Europa pela causa, escreveu uma de suas obras-primas, *O Abolicionismo* (1883), pela causa. Nela, foi fundo para desvendar o perverso sistema social que a escravidão engendrava e que julgava o grande responsável pelo atraso do país. E há o exilado da república, retraído num monarquismo conservador e estilizado, “platônico” como a ele se referiu, mas nunca partidário do “quanto pior, melhor” dos velhos “cortesões da desgraça”. Há, finalmente, o convertido, o ex-monarquista, o diplomata das fronteiras e o embaixador republicano e pan-americanista. Foi, acima de tudo, um liberal e, sempre, um cosmopolita atento aos problemas nacionais.

Seu caminho não foi fácil de trilhar. Ao percorrê-lo, tentamos mostrar que, sob a multiplicidade, há um só Nabuco. Buscamos fazer ver que sua trajetória pode ser compreendida à luz da importância por ele dada à consolidação do Estado Nacional. A fidelidade a esse projeto é que pôde justificar, em realidade, as mudanças empreendidas no percurso.

Numa primeira fase, cujo momento mais representativo foi a campanha abolicionista, e até meados da década de 1890 – especificamente, se podemos escolher um ponto mais ou menos definido, quando do estouro da revolução federalista e da revolta da Armada – Nabuco preocupa-se sobremaneira com o Estado como “nação cidadã”. Preocupa-se com a criação e consolidação da cidadania, com a formação de um “povo”. Aí, seu modelo é principalmente a cidadania inglesa.

Depois, como se pode perceber no *Discurso pronunciado na quermesse organizada pela Cruz Vermelha a favor dos feridos da guerra civil do Rio Grande do Sul*, em 1893, e principalmente a partir da adesão ao serviço diplomático da república, em 1899, nota-se o progressivo abandono dessa preocupação e o surgimento de outra: a

soberania nacional. O Estado Nacional, mais que a sociedade, é o território. Essa segunda fase, digamos assim, é representada especialmente pela adesão do embaixador brasileiro em Washington ao pan-americanismo. Buscamos, então, mostrar que sua atuação diplomática nos Estados Unidos, longe de destacar-se de sua vida pública como um desvio ou momento de menor importância, deve ser tomada sob a impressão de continuidade de um projeto de construção, consolidação e desenvolvimento do Estado Nacional. Se, num primeiro momento, Nabuco cuidou da formação da cidadania, noutra intencionou, mediante a defesa pan-americanista, proteger o território e, por consequência, a soberania nacional.

Nabuco sabia que o pan-americanismo não poderia rivalizar, em brilho, com a causa abolicionista, embora tenha dito, no discurso no Cassino Fluminense, em 1906, que buscava com aquele ocupar o “vácuo em sua existência” deixado pela conclusão desta. Ao contrário da Abolição, quase unânime às vésperas de 1888, a causa pan-americana dividia os ânimos no Brasil, onde já afloravam os discursos anti-imperialistas tão caros a certa intelectualidade latino-americana. Julgava, ademais, concluído o percurso que se traçara. Seu programa “Abolição, Federação, Paz” estava realizado. Desejava apenas acompanhar o crescimento do que realizara, trabalhando, para tanto, na proteção daquilo por que trabalhara, especialmente diante da ameaça do neoimperialismo europeu e, também, pela aguda percepção do deslocamento do eixo do poder mundial para a América do Norte. Daí a aproximação aos Estados Unidos e a defesa da união americana.

Além disso, mais que posição estratégica, a defesa da aproximação aos Estados Unidos pode ser explicada pela efetiva admiração que Nabuco passou a sentir por aquela república, espécie de Inglaterra exacerbada. Como apontou Leslie Bethell (2010), ao mencionar *A parte da América na Civilização*, discurso lido na Universidade de Wisconsin em 1909, Nabuco realmente apreciava a civilização norte-americana, especialmente o desenvolvimento da individualidade, da democracia e da cidadania de seu povo. Resta saber, é verdade, o que ele pensava da condição do negro naquela sociedade, não muito melhor em relação à que ele encontrara em 1876, quando se impressionou com a “lei de Lynch”, com os constantes linchamentos de ex-escravos. De todo modo, como vimos em seu discurso à Universidade de Chicago, em 1908, Nabuco defendeu que os países latino-americanos, e o Brasil em especial, poderiam

efetivamente “melhorar” a partir do bem-sucedido exemplo norte-americano, por exemplo, na assimilação e construção da cidadania do imigrante.

O trabalho pela melhora ininterrupta do país pode ser tomado como o verdadeiro caráter de sua obra. Mas uma melhora preocupada com a conservação de tudo que não fosse indispensável modificar, como escreveu no *Minha Formação*. Seu liberalismo conservador, reformista, inglês, mesmo diante da “conversão americana” do fim da vida, permaneceu inalterado. Como permaneceu inalterada sua crença no poder do tempo para “consagrar ou rejeitar” uma mudança. Preocupou-se sempre em por cada um seus passos diante do tribunal da realidade. Se julgava que a mudança era necessária, se a julgava conforme às necessidades do tempo e do país, não se furtaria a empreendê-la. A partir disso é que se deve compreender sua trajetória.

Sabemos do caráter inevitavelmente esquemático de nossa exposição e estamos cientes, pelas limitações do trabalho, da complexidade que forçosamente negligenciamos. Esperamos, contudo, ter contribuído, por menos que seja, à compreensão da atuação política e intelectual de Joaquim Nabuco.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: A geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *A década monarquista de Joaquim Nabuco*. In: Revista USP, São Paulo, n. 83, p. 52-63, setembro/novembro, 2009.

_____. *Arrivistas e Decadentes: O debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana*. In: Novos Estudos, n° 85, novembro/2009.

_____. *O Abolicionismo Cosmopolita: Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional*. In: Novos Estudos, n° 88, novembro/2010.

ASSIS, Machado de & NABUCO, Joaquim. *Correspondência*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

BAGGIO, Kátia Gerab. *A “Outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. Tese de Doutorado. Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BARROS, Roque Spencer M. de. *Vida Religiosa & A Questão Religiosa*. In: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, O Brasil Monárquico, Vol. 4, Declínio e Queda do Império. São Paulo: DIFEL, 1971.

BENZAQUEN DE ARAÚJO, Ricardo. *Através do Espelho: subjetividade em Minha Formação, de Joaquim Nabuco*. In: RBCS, Vol. 19, n. 56, p. 5-13, outubro, 2004.

BENZAQUEN, Ricardo. *O linho e a seda: notas sobre o catolicismo e a tradição inglesa em Minha Formação, de Joaquim Nabuco*. In: REVISTA USP, São Paulo, n. 83, p. 8-13, setembro/novembro, 2009.

BETHELL, Leslie. *Nabuco e o Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina*. In: Novos Estudos, n° 88, novembro/2010.

BETHELL, Leslie & CARVALHO, José Murilo de. *Joaquim Nabuco e os Abolicionistas Britânicos – Correspondência 1880-1905*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

BROGAN, Hugh. *The Penguin History of the USA*. London: Penguin Books, 2001.

BUENO, Clodoaldo. *República e sua Política Exterior: 1889 a 1902*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: aos anos de apogeu (de 1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003

BUENO, Clodoaldo & CERVO, Amado L. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2008.

BURNS, E. Bradford. *A aliança não-escrita: o Barão do Rio Branco e suas relações com os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

_____. *As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República*. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio *et al.* *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, O Brasil Republicano, Vol. 9, Sociedade e Instituições (1889-1930)*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CABRAL DE MELLO, Evaldo. *Joaquim Nabuco*. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 140: 5/30, jan.-mar., 2000.

_____. *Prefácios e notas*. In: *Diários / Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique *et al.* *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, v. 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)*, 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CARONE, Edgard. *A República Velha (Evolução Política)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

CARPENTIER, Jean & LEBRUN, François. *Histoire de France*. Paris: Editions du Seuil, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A Formação da Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O Quinto Século: André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998.

CHACON, Vamireh. *Joaquim Nabuco: revolucionário conservador: sua filosofia política*. Brasília: Senado Federal, 2000.

CHARLOT, Monica & MARX, Roland. *Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

COUTINHO, Afrânio. *A Polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

HUGO, Victor. *Notre-Dame de Paris*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KARNAL, Leandro *et al.* *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2011.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Vértice e IUPERJ, 1988.

LUSTOSA, Isabel. *História de Presidentes: A República no Catete (1897-1960)*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

MENDONÇA, Renato. *Um Diplomata na Corte de Inglaterra*. Brasília, Senado Federal, 2006.

MILLARD, Candice. *O Rio da Dívida: a sombria viagem de Theodore Roosevelt e Rondon pela Amazônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NABUCO, Carolina. *A Vida de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1928.

NABUCO, Joaquim. *A Invasão Ultramontana*. Rio de Janeiro: Typographia Franco-Americana, 1873.

_____. *Campanha Abolicionista no Recife*. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1885.

_____. *Porque continuo a ser monarquista: carta ao Diário do Comércio*. Londres: Abraham Kingdom & Newnham, 1890a.

_____. *Resposta às Mensagens do Recife e de Nazareth*. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1890b.

_____. *Agradecimento aos Pernambucanos*. Londres: [s. n.], 1891.

_____. *Discurso do Dr. Joaquim Nabuco pronunciado na quermesse organizada pela Cruz Vermelha a favor dos feridos da guerra civil do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Typographia do *Jornal do Commercio*, de Rodrigues & c., 1893.

_____. *O Dever dos Monarquistas – carta ao almirante Jaceguai*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895.

_____. *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1896.

_____. *Um Estadista do Império*. Tomo III. Rio de Janeiro & Paris: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1899.

_____. *Escritos e Discursos Literários*. Rio de Janeiro & Paris: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1901.

_____. *A República é Incontestável*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1906. Disponível: www.dominiopublico.gov.br

_____. *Campanhas de Imprensa (1884-1887)*. São Paulo: IPÊ – Instituto Progresso Editorial, 1949a.

_____. *Cartas a Amigos*. Vols. 1 e 2. São Paulo: IPÊ – Instituto Progresso Editorial, 1949b.

_____. *Discursos Parlamentares*. São Paulo: IPÊ – Instituto Progresso Editorial, 1949c.

_____. *O Povo e o Trono* In DANTAS SILVA, Leonardo. *Nabuco e a República*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

_____. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

_____. *Diários*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2006.

_____. *Balmaceda*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

_____. *Essencial Joaquim Nabuco*. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Joaquim Nabuco – O Abolicionismo*. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, 2. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000a.

_____. *De Tensões, Dialéticas e Antinomias: o Encontro de Nabuco com a Política*. In: *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 140: 75/96, jan.-mar., 2000b.

_____. *Joaquim Nabuco: Da Abolição à diplomacia, um liberalismo multifacetado*. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n. 83, p. 24-41, setembro/novembro, 2009.

_____. *Nabuco, um diálogo em aberto*. In: *Novos Estudos*, nº 88, novembro/2010.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. *A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

PINHEIRO, Paulo Sérgio *et al.* *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano, vol. 9: sociedades e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

RICUPERO, Rubens. *Um doce crepúsculo: a diplomacia de Joaquim Nabuco*. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n. 83, p. 86-103, setembro/novembro, 2009.

SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco e a frustração da nação abolicionista*. In: *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 140: 31/54, jan.-mar., 2000.

_____. *Joaquim Nabuco: Um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

SILVEIRA, Helder Gordim da. *Oliveira Lima: uma visão brasileira da emergência dos Estados Unidos como potência hegemônica nas Américas*. Curitiba: Anais da XXIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), 2003.

_____. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma ideológico da americanização nas relações internacionais no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SOUZA ANDRADE, Olímpio de. *Joaquim Nabuco e o Pan-americanismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.

TAUNAY, Alfredo d'Escragolle (Visconde de). *O Encilhamento: cenas contemporâneas da bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891, 1892*. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, 1971.

VIANA FILHO, Luiz. *A Vida de Joaquim Nabuco*. Porto: Lello e Irmãos, 1985.

VICENTINO, Cláudio. *História Geral*. São Paulo: Scipione, 8ª edição, 1999.

VOVELLE, M. *Jacobinos e jacobinismo*. São Paulo: Edusc, 2000.

WRIGHT, Antônia F. De Almeida. *Brasil-Estados Unidos*. In: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, O Brasil Monárquico, Vol. 4, Declínio e Queda do Império. São Paulo: DIFEL, 1971.